UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Maria Rosa Dória Ribeiro

RELAÇÕES DE PODER NO FEMINISMO PAULISTA – 1975 A 1981

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RELAÇÕES DE PODER NO FEMINISMO PAULISTA – 1975 A 1981

Maria Rosa Dória Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

São Paulo
2011

BANCA EXAMINADORA

Dedico esta tese:

1. Às mulheres da minha vida:

À minha avó Honorina Dória, que me transmitiu o gosto pela leitura.

À minha mãe, Rosa Maria Teixeira de Camargo Ribeiro, à Dona Maria Moraes de Souza e à Dona Leila Moussa, as três mulheres que me ensinaram o valor da alegria de viver.

Às minhas irmãs, sobrinhas, tias, primas, mães e filhas de amigas e todas as amigas. Mulheres com as quais venho vivenciando as transformações de nosso tempo, nas quais nos perdemos e nos achamos, constantemente.

Às feministas paulistas. Mulheres com quem tive e tenho a honra de compartilhar vivências, lutas, sonhos e projetos.

2. Ao meu pai, Benedito Luiz Ribeiro (in memoriam).

E a todos os homens que fizeram com que eu me sentisse feliz na condição de mulher.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Wilson do Nascimento Barbosa. Por mais que buscasse e encontrasse palavras para agradecer, elas seriam insuficientes. A ele devo o meu mais profundo agradecimento por me acolher como sua orientanda. Seu profissionalismo e rigor acadêmico se aliaram à sua generosidade durante todo o tempo em que desenvolvi este trabalho. Presente e participante em todas as fases da elaboração da tese, me contemplou com sua sabedoria, solidariedade, estímulos e alento.

Aos amigos que me ajudaram a achar os caminhos a percorrer na pesquisa: Aparecida Neri de Souza, Julio Cesar Zorzenon Costa, Muryatan Santana Barbosa e Jorge Carvalho do Nascimento. E também aos que, pacientemente, leram diferentes trechos ou capítulos da tese e me ofereceram suas interlocuções enriquecedoras: Ivani Vassoler, Fábio Bandeira Vilella, Giulia De Vizzia, Geraldo de Majella F. de Moura Marques, Marina Vaz, Naldeli Fontes, Sara Melo.

À Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos, por sua generosa e valiosa contribuição para os rumos do trabalho, no Exame de Qualificação.

Às colegas do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC, do GT de Gênero da ANPUH São Paulo, às ex-companheiras do PCB e do Movimento de Mulheres, pelos debates, pelas sugestões, estímulos e memórias compartilhadas.

À Eliane Cristina Estevam, pelo trabalho de transcrição das entrevistas.

Ao Eduardo Januário, ex-aluno e hoje colega, por seu entusiasmo por minha pesquisa. Através dele faço chegar o meu agradecimento a todos os ex-alunos que alimentaram o meu desejo de aprender e de socializar o conhecimento.

À amiga querida Marlene Shiroma Goldenstein, por todo tipo de apoio e solidariedade prestada, especialmente durante o tempo em que transcorreu o doutorado. E a todos os amigos e amigas de perto e de longe que, nesse período, me ofereceram ajuda, carinho, força e amparo nas horas difíceis.

À Albertina de Oliveira Costa, por sua boa vontade para discutir o direcionamento desta pesquisa.

A todas as entrevistadas, por colaborarem nesta tese, abrindo amigavelmente espaço em suas agendas.

Às bibliotecárias da Fundação Carlos Chagas, e ao pessoal do Centro de Informação da Mulher (CIM), por terem possibilitado o acesso aos seus acervos.

À companheira e amiga Marise Egger-Moellwald, uma das feministas históricas, pelo incentivo, grande apoio e pelos contatos com as outras feministas históricas.

“A expressão vocabular humana não sabe ainda e provavelmente não o saberá nunca, conhecer, reconhecer e comunicar tudo quanto é humanamente experimentável e sensível.”

José Saramago

RESUMO

A segunda onda do Movimento Feminista no Brasil emergiu em um contexto de combate à Ditadura. E surgiu em São Paulo como possibilidade de reforçar mais uma frente de luta contra o governo militar. Mas o *feminismo* ainda era uma novidade pouco conhecida até por aquelas que se declaravam como feministas. Era rechaçado pelos segmentos mais conservadores da sociedade, mas também pelos militantes da Esquerda revolucionária. Estes o consideravam fora de tempo e lugar. Ao impulsionar o movimento social, o *feminismo* no Brasil reapareceu em meados da década de 70 enfrentando a questão do poder externamente, na sociedade e no Estado, e internamente, no próprio Movimento de Mulheres. Os vários grupos que compunham o *campo* em que se afirmava o *feminismo* disputavam o controle do Movimento de acordo com os referenciais tradicionais de poder. E, ao mesmo tempo, buscavam alternativas de gestão do movimento que fugissem daqueles modelos. Ora porque assim as circunstâncias impunham, ora porque assumiam as críticas elaboradas pelo *feminismo* à natureza patriarcal e autoritária do poder tradicional. As contradições que o Movimento de Mulheres abrigou punham em jogo as posições de todas as suas ativistas, inclusive das próprias feministas. Fazia com que reexaminassem os seus papéis sociais e constatassem as suas condições de oprimidas. Construir as identidades feministas significava romper com os cânones estabelecidos para o *ser mulher* que haviam aprendido. Assim como implicava assumir-se como sujeito de suas lutas.

Palavras-chave: Lutas femininas e o Estado. Ideias e movimentos feministas no Brasil. Construção da Identidade feminista. Relações societárias de poder no Movimento de Mulheres. Militantes da Esquerda e Movimento Feminista. Feminismo em São Paulo.

ABSTRACT

The second wave of the Feminist Movement in Brazil emerged in the context of fighting the Dictatorship. And it arose in São Paulo as a possibility to further enhance a battle front against the military government. Yet feminism was still a little known novelty even by those who declared themselves as feminists. It was rejected by the more conservative segments of the society, and also by supporters of the revolutionary Left, who regarded feminism as out of place and time. By propelling the social movement, feminism reemerged in Brazil in the mid-seventies facing the issue of power both externally, regarding the society and the state, and internally, inside the Women's Movement. The various groups comprising the *field* where feminism was grounded vied for control of the Movement in accordance with traditional references of power. At the same time, those groups sought alternatives to manage the movement, thus trying to escape from those conventional models. And this was because either the circumstances imposed, or because the groups adopted the Feminism's critique regarding the authoritarian and patriarchal nature of traditional power. The contradictions harbored by the Women's Movement put at stake the position of all its activists, including the feminists themselves. They were led to re-examine their social roles and to face their condition of oppressed beings. Building feminist identities meant breaking with the established canons that they have learned regarding what *is to be a woman*. The construction of the feminist identity also meant to become the subject of their own struggles.

Keywords: Women's struggles and the state. Ideas and feminist movements in Brazil. Construction of the feminist identity. Societal power relations inside the Women's Movement. Left Militants and the Feminist Movement. Feminism in São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - AS MULHERES PROTAGONIZAM MUDANÇAS.....	42
O mundo estava evoluindo?	42
Caminhos femininos na conquista do espaço público e político.....	46
O papel do trabalho.....	46
As heranças da beneficência.....	49
O <i>feminismo</i> ganha corpo.....	51
Paradigmas liberais da Primeira Onda Feminista.....	54
A modernidade abre as portas para a mulher?	54
A visão iluminista da mulher.....	55
Revolução sexual na Inglaterra?	60
O Brasil da passagem do século.....	62
Havia sincronia entre a economia global e a economia brasileira?	63
Dificuldades para a industrialização.....	65
Intelectualidade.....	66
Industrialização.....	68
Imigração.....	70
Urbanização.....	70
Mulheres brasileiras entre o doméstico e o público na dominação.....	74
O casamento.....	75
Recolhimento e dependência versus liberdade de movimento e autonomia.....	78
As mulheres na conquista do direito ao trabalho.....	80
A luta pelo direito à educação mobiliza uma parcela das mulheres.....	84
A presença feminina na imprensa.....	86
Havia <i>feminismo</i> no Brasil?.....	89
CAPÍTULO II - O <i>FEMINISMO</i> REAPARECE EM TEMPOS DE	
AUTORITARISMO.....	90
A conjuntura e as mulheres.....	90
Situação em que se encontrava o país.....	93

Efeitos sociais da modernização da economia e as transformações na vida das mulheres.....	94
A articulação da oposição.....	98
A Esquerda.....	101
A Igreja Católica alavanca o movimento de mulheres.....	105
OAB e ABI apoiam as iniciativas do movimento de mulheres.....	112
As nascentes do <i>feminismo</i>	113
O <i>feminismo</i> , a intelectualidade e a luta contra a Ditadura.....	115
Movimento de mulheres na periferia.....	121
O <i>feminismo</i> embrionário no Brasil.....	125
 CAPÍTULO III - O <i>FEMINISMO</i> BRASILEIRO NO EXÍLIO.....	127
O que tudo isso tem a ver conosco?	127
O <i>feminismo</i> brasileiro irrompendo no exílio.....	127
Grupo Latino-Americano de Mulheres.....	127
A articulação das exiladas em Paris provenientes do Chile.....	136
O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.....	140
Semelhanças e diferenças entre o Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.....	145
Notícias do <i>feminismo</i> no Brasil.....	149
Betty Friedan e as feministas brasileiras desbravadoras.....	149
Tratamento dado ao <i>feminismo</i> e às feministas pela imprensa alternativa.....	152
 CAPÍTULO IV - MATRIZES DO <i>FEMINISMO</i> EM SÃO PAULO.....	158
Três matrizes.....	158
Mudança e permanência - Mulheres engajadas na luta contra a Ditadura.....	162
As mulheres que se dedicaram à luta política.....	165
“Deusas”?	165
Militantes e demais brasileiras exiladas.....	169
Simpatizantes e militantes engajadas na Esquerda no Brasil.....	171
Ativistas dos movimentos populares.....	175
Mulheres que mais cedo se interessaram pelo <i>feminismo</i>	180
O Movimento de Mulheres ganha visibilidade.....	181

CAPÍTULO V - CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA.....	187
O movimento de mulheres e o <i>feminismo</i> - as primeiras disputas.....	187
Ser ou não ser feminista.....	188
Como se constituiu o “ <i>feminismo à brasileira</i> ”?	191
As heranças da primeira onda feminista, os ajustes e a caracterização.....	191
Novos referenciais de identidade.....	195
Três concepções de identidade.....	195
Descentramento do sujeito cartesiano.....	199
O <i>feminismo</i> como fator de mudança do pensamento.....	199
Identidade coletiva.....	201
Identidade construída em meio às relações de poder.....	202
Os preconceitos contra o <i>feminismo</i> dentro e fora do movimento.....	203
A contribuição do movimento lésbico feminista para a quebra de preconceitos.....	207
Avanço na construção da identidade feminista.....	208
 CAPÍTULO VI - AS COMUNISTAS E O <i>FEMINISMO</i>.....	 212
Questões gerais x questões específicas.....	212
A mulher na teoria socialista.....	214
A questão da mulher nas formulações teóricas dos pensadores socialistas.....	214
O pensamento e a ação das pensadoras socialistas sobre a condição da mulher.....	216
Contribuição de Juliet Mitchell ao pensamento socialista sobre a condição da mulher.....	219
A tradição socialista do trabalho político voltado para as mulheres.....	225
A III Internacional e as mulheres.....	225
A interpretação das recomendações da III Internacional para o trabalho político feminino no Brasil.....	228
A III Internacional no Centro da Mulher Brasileira - setor São Paulo.....	232
A herança da III Internacional sobre outros segmentos da Esquerda: PCdoB e MR8.....	237
O <i>feminismo</i> alcança as militantes do PCB no exílio.....	239
O PCB adere ao <i>feminismo</i> ?	241
Autocrítica?	244
Como não se considerar vanguarda?.....	245
E a autonomia?	248

CAPÍTULO VII - GESTAÇÃO DO <i>FEMINISMO</i> EM SÃO PAULO.....	251
Movimentos Feministas ou Movimento Feminista?.....	251
Mas o que era ser feminista então?.....	255
Quais eram as ideias feministas?.....	258
Os estranhamentos entre o <i>feminismo</i> e a Esquerda.....	260
Igualdade versus diferenças ou luta pela igualdade com respeito às diferenças?.....	263
O I Congresso da Mulher Paulista.....	265
Questões polêmicas no temário.....	268
Ligações com os demais movimentos sociais.....	271
A constituição do poder no I Congresso.....	274
 CAPÍTULO VIII - AS RELAÇÕES DE PODER.....	 279
A Constituição do poder no Movimento Feminista.....	279
A categoria “feminista histórica”.....	284
As ideias feministas ampliam sua penetração.....	287
O II Congresso e os limites da unidade.....	288
Autonomia - difícil aprendizado.....	291
Encontro de Valinhos: emancipação das feministas.....	295
A batalha na imprensa: o <i>feminismo</i> e o machismo tomam a palavra.....	298
III Congresso: equacionamento dos conflitos.....	301
As contradições entre as que não eram feministas.....	304
As contradições entre as que eram feministas.....	306
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 310
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 323

INTRODUÇÃO

A expressão *feminismo* utilizada nesta tese é o nome que se dá ao processo de emancipação das mulheres em relação à condição subalterna que elas vêm ocupando historicamente nas relações entre os sexos, nas mais variadas culturas, desde tempos remotos. Trata-se da doutrina que preconiza a extensão dos direitos e do papel das mulheres na sociedade, mas não só. *Feminismo* é também a busca, por meio de estudos, das raízes das diferenças dos papéis sociais de homens e mulheres e da compreensão sobre como e por que elas se estabeleceram, com o objetivo de melhor revertê-las. E é também o movimento de apropriação desse conhecimento, bem como a luta para desconstruir a cultura da dominação de sexo, baseada em supostas diferenças “naturais”. É ainda o processo de aquisição da consciência acerca da possibilidade de reversão de valores construídos historicamente; e a assunção de um protagonismo intransferível na mudança dos rumos culturais que fundamentam e consolidam as relações de poder entre o que se considera “masculino” e o que se considera “feminino”.¹

Se tal denotação da expressão *feminismo* ainda hoje não encontra completa unanimidade, mesmo entre as ativistas, os intelectuais, os segmentos mais esclarecidos da política e aquelas e aqueles que, por qualquer razão, estão mais envolvidos com esse processo, muito menos é possível afirmar que seja de domínio público. E tampouco se pode afirmar que tal significado tenha sido assim compreendido desde o início do fenômeno.

Para se falar de *feminismo* no Brasil é necessário conhecer os significados atribuídos à palavra desde quando começou a ser usada no país, bem como o estranhamento que a simples menção à ideia provocava inicialmente, até mesmo nos segmentos mais sintonizados com a movimentação social, política e intelectual nos mais variados países. Da mesma forma, é preciso conhecer as peculiaridades dos caminhos percorridos pelo *feminismo* no Brasil, no enquadramento conjuntural determinado pela Ditadura Militar.

Abordar-se-á nesta tese tal enquadramento conjuntural, com uma série de breves exposições que buscam apresentar facetas dos problemas que envolvam o tema em questão. Tais aspectos aparecem como subtítulos nesta introdução e encontram uma tentativa de tratamento mais rigoroso no curso dos capítulos em que se distribui a tese. São:

¹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. MICHEL, Andrée. *Le féminisme*. 9ªed. Paris: PUF, 2007.

- a) a manifestação do *feminismo* como surto ou ondas históricas, com impacto internacional;
- b) a formação e o desenvolvimento do *feminismo* como um movimento social;
- c) o *feminismo* e a luta contra o Estado;
- d) o *feminismo* e a Esquerda;
- e) o problema do poder no interior do *feminismo*;
- f) o *feminismo* e a identidade;
- g) o chamado *feminismo à brasileira*;
- h) *feminismo* e poder.

Por meio desses tópicos, desdobra-se a intenção de enfeixar um grupo de problemas que faculte uma apresentação ampla do tema proposto.

Pode-se então dizer que o *feminismo* é o movimento, ao longo da história contemporânea, mediante o qual a condição feminina, manifestada em movimentos de mulheres, busca caracterizar e construir sua própria identidade. Essa identidade se opõe aos valores da sociedade dominada pelo “macho” e constituída à revelia do modo feminino de sentir e de entender as relações societárias. Vistos assim os sentimentos femininos como capazes de constituir valores e propor uma sociedade renovada, o *feminismo* se contrapõe a muitas das instituições existentes e ao modo como outras tantas são geridas. É do embate desse movimento para afirmação de um lugar para a condição feminina que se tipificam e crescem os problemas da mulher contemporânea.

A primeira onda feminista teve lugar em vários países da Europa e da América entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nasceu inspirada nos ideais de igualdade da ideologia do liberalismo. As ativistas do movimento reivindicavam a cidadania com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada na Revolução Francesa. Por ocasião dessa Revolução, as mulheres não se furtaram à luta. Se viram e foram tratadas, ao menos em um primeiro momento, como *citoyen*, tal qual seus companheiros. Entenderam a expressão “homem” da Declaração Universal como representativa da espécie humana, à qual pertenciam. A evolução dos acontecimentos revolucionários, entretanto, revelou que esse não era o entendimento comum. Menos ainda entre os que ocuparam os postos de poder a partir de então. As companheiras revolucionárias foram, então, mandadas de volta ao lar e impedidas de participar da vida pública. Entre as que

insistiram, não poucas foram guilhotinadas, como, por exemplo, Olimpe de Gouges e Manon Roland.

Quando mulheres das gerações subsequentes se articularam para reclamar direitos e igualdades, haviam aprendido a lição histórica. Entenderam que, para conquistá-los e garanti-los, teriam de ascender ao poder. Para isso, precisavam votar e ser votadas. Centraram o foco de suas lutas em torno do sufrágio universal, o que fez com que o movimento se tornasse conhecido como *sufragista*.

O *feminismo* da segunda onda eclodiu em outra conjuntura mundial. O mundo já havia passado por duas guerras *quentes*. E vivia a versão *fria* do que sobrara da segunda. O socialismo, novidade histórica desde 1917 na Rússia, era ainda mais ilusão do que decepção. Sustentava as esperanças e alentava processos nacionais de descolonização. Os países que aderiram àquele regime se relacionavam com o então chamado Terceiro Mundo de maneira diferente dos países capitalistas. Tal relação era vista por muitos como alternativa ao imperialismo norte-americano. O socialismo inspirava os sonhos de muitos jovens, e era o combustível de suas ações. Entretanto, esses rebeldes, em sua maioria, eram críticos em relação às lideranças comunistas e às formas como seus partidos conduziam as lutas. Tais jovens, convencidos de que possuíam projetos que superavam os modelos de referência, travavam lutas contra os governos de seus países. Buscavam caminhos alternativos para atingir objetivos aperfeiçoados em relação ao socialismo real, que já dava mostras de seu funcionamento viciado.

Os horrores das Guerras e, sobretudo, o nazi-fascismo possibilitaram o questionamento da concepção humanista do liberalismo. Ficava cada vez mais evidente que o conceito de “homem”, quando pretendia expressar o indivíduo da espécie humana, se referia ao indivíduo branco, do sexo masculino, do chamado *mundo ocidental cristão* e, especialmente, pertencente às classes dominantes. Empreendeu-se então um esforço filosófico para ampliação da percepção do ser humano em sua totalidade. Tal movimento de ideias foi estimulado pela emergência de novos sujeitos sociais, que entraram em cena participando da construção de novos conceitos de direitos. A noção de cidadania passou a ser ressignificada na ótica da prática democrática. Se antes o conceito de cidadania era marcado principalmente pelo viés de classe social, passou a ser visto também por interesses específicos e múltiplos, de diferentes grupos. As mulheres, os negros, os homossexuais, os portadores de deficiências, os idosos, entre outros segmentos com características peculiares, por meio de suas lutas, adquiriam visibilidade e reconhecimento social.

Nesse momento histórico chamado “pós-guerra” (1945-1962) emergiu, desdobrando-se a partir daí, a luta política das mulheres não apenas para obter certos direitos públicos, mas para construir/reconstruir a sua própria identidade. Esse movimento para sua consciência independente levaria, nas décadas subsequentes, a uma crescente ruptura e diferenciação entre a percepção da condição feminina pelas próprias mulheres e o lugar para sua condição reservado na estrutura das sociedades vigentes.

Esse problema, que é um problema geral de nossa época histórica, manifesta-se também como um problema da sociedade brasileira, e deve ser examinado à luz da experiência histórica das lutas da mulher brasileira contemporânea.

Na década de 60, os jovens norte-americanos se faziam ouvir de diferentes maneiras. Questionavam a guerra por intermédio do movimento hippie com o slogan *paz e amor*, como parte substancial da luta contra a Guerra do Vietnã. Questionavam o racismo e o apartheid que teve lugar nos EUA. Clamavam pelo direito à livre escolha de suas sexualidades por intermédio dos movimentos gays. Na Europa, sobretudo na Inglaterra e na França, os jovens também denunciavam os preconceitos e se rebelavam. Contra os costumes e convenções; contra a ética, ou melhor, a falta dela, na política; contra a hipocrisia, a burocracia, a hierarquia. A irreverência não lhes subtraía razão. Ao contrário, fazia entender em alto e bom som que *o rei estava nu*.

Nesse caldo de cultura, as mulheres, já com grande acesso à pílula anticoncepcional e, portanto, na posse de um grande trunfo para pôr em questão as relações de poder e dominação entre homens e mulheres, se juntam ao coro dos descontentes. A segunda onda do Movimento Feminista eclodiu em meio a esse caldo de cultura. E surgiu denunciando o fato de que as mulheres, além de ser exploradas de diferentes formas, eram oprimidas pelo simples fato de serem mulheres. Alertou ainda para o fato de que tal opressão antecedia o capitalismo e persistia no regime socialista. Em sua concepção ampla, resgatou, deu significado e qualidade à fala do espaço na sociedade, marcada pela exclusão da cidadania. Teceu a noção de direito enquanto política, pelo sentimento de exclusão da vida pública.

O cotidiano da mulher havia sido entrelaçado com o espaço doméstico e com o corpo como representações de lugar, de moradia, de casa. O *feminismo* construiu o contradiscurso do poder a partir dessas falas e desses lugares, com base nas vivências femininas marcadas por relações de classe, de gênero, de raça e de geração. Assim, o avanço do Movimento Feminista da luta pela igualdade jurídica para uma visão mais ampla da vida social e

individual da mulher fez e faz parte da evolução do pensamento político e filosófico contemporâneo, do enriquecimento da percepção do ser humano em sua totalidade.

O Feminismo

O *feminismo* se desenvolveu, derrubando uma por uma as teses que procuravam sustentar a inferioridade da mulher perante o homem: o determinismo biológico, o determinismo econômico, os dogmas religiosos. Pronunciou-se contra a opressão de sexo. Preconizou a busca da autoconsciência em relação ao funcionamento do próprio corpo, já que o entendiam como um *locus* de dominação de gênero e, portanto, de resistência e rebeldia. Proclamou como princípio e consigna do movimento a afirmação com enorme potencial revolucionário: “*nosso corpo nos pertence*”. Criticou e recusou a hierarquia, a centralização e a verticalização do poder na prática social e política. Construiu o ideário da autonomia como forma de manter seus próprios caminhos de compreensão, formulação e condução de suas lutas. Desnudou o poder, revelando-o em suas formas não reconhecidas, e assim chegou a outro slogan com força revolucionária: “*o privado também é político*”.

Para chegar a tal conclusão, as feministas consideraram que, se a política expressa poder, e este só se realiza em função ou em relação a alguém, define-se então a política como luta de combate, ora para visibilizar, ora para implementar, ora para impor uma determinada ideia ou mentalidade. Uma luta, enfim, para obter transformações dos lugares que ocupam homens e mulheres na sociedade. As ativistas e as militantes teóricas refletiram sobre as maneiras de se exercer o poder e se empenharam na busca e implementação de alternativas ao que combatiam, por ter sido formulado nos padrões patriarcais.

O *feminismo* apresentou uma vivacidade muito grande em sua capacidade de refletir sobre as condições de vida da mulher e sobre a sua subalternidade social, política, econômica e cultural. Em sua versão teórica, demonstrou agilidade na formulação e no poder de autoanálise. Para tal, foi muito importante a ligação estreita com a sua versão militante.

O Movimento estimulava a reflexão e o debate, bem como propiciava reformulações mais aprofundadas e novas teorias. A efervescência produzida por tal dinâmica foi certamente incrementada pela receptividade social para com as novidades. Estas se apresentavam como bastante para as relações ordinárias da vida cotidiana. Mas também pela rejeição que despertou em consideráveis setores conservadores com influência na mídia. Houve

receptividade entre numerosos contingentes de mulheres, que se identificavam com situações específicas e corriqueiras levantadas nas denúncias de opressão de sexo. E rejeição pela dimensão das mudanças nas relações entre homens e mulheres, que foram se anunciando à medida que o Movimento de desenvolvia.

Esse é um ponto muito importante da experiência do *feminismo* contemporâneo. Ao fluir das necessidades de luta impostas pelo cotidiano, o *feminismo* não tem absolutizado táticas ou estratégias. Pode-se dizer que sua autenticidade faz com que as táticas eventualmente produzidas gerem uma estratégia que expressa seu curso. Andar à frente de seus teorizadores é típico de todo movimento que decorre de necessidades profundas emanadas do real.

As polêmicas travadas favoreceram a divulgação das causas das lutas feministas e do próprio pensamento feminista, bem como a ampliação e penetração do correspondente movimento. Desde o início o *feminismo* estabeleceu um diálogo com certos campos do conhecimento mais abertos à consideração da subjetividade na composição do saber. Foi o caso da psicanálise e de algumas áreas da filosofia e das ciências sociais. De maneira privilegiada, pôde buscar e oferecer subsídios junto à psicanálise. Posteriormente, as ideias feministas se tornaram instigantes e provocadoras para outros campos do conhecimento, introduzindo novos referenciais para a interpretação da realidade, bem como para as propostas de mudança da mesma. A tal ponto que a questão de gênero, *insight* elaborado pelo *feminismo*, na atualidade se impõe cada vez mais para a produção de qualquer conhecimento científico social.

Outras filosofias, mais resistentes às novidades trazidas pelo *feminismo*, como a marxista, também se viram abaladas pela emergência dos vários movimentos sociais. As realidades que viviam os países capitalistas mais prósperos, muitos dos quais haviam adotado como modelo o *welfare state*, faziam ver a redução do potencial revolucionário do proletariado. E, por outro lado, também evidenciavam quão pouco a classe operária era unida internacionalmente. Havia contradições entre o operariado das várias nações, o que já era sabido desde a falência da Segunda Internacional e da eclosão da Primeira Guerra. Mas o que ficava cada vez mais claro era que havia contradições também internamente entre os trabalhadores de um mesmo país. Os preconceitos de classe, de sexo, de cor, de religião, entre outros, se prestavam às práticas de opressão e exploração entre os próprios trabalhadores.

Herbert Marcuse², filósofo atento à dinâmica dos movimentos sociais, contemplou o surgimento do movimento feminista em sua obra. A força do Movimento Feminista em nível internacional levou a Organização das Nações Unidas a proclamar o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher. E os anos subsequentes como a década da mulher. Tal decisão foi tomada em função de que vários estudos apontavam a ausência da mulher nas forças produtivas dos países pouco desenvolvidos, em comparação com os demais. Acreditava-se que colocar em evidência as mulheres podia favorecer políticas de escolarização, formação profissional e integração no mercado de trabalho voltadas para elas.

O Brasil daquele momento vivia justamente a incorporação das mulheres nas atividades produtivas, em função do crescimento da economia. Tal crescimento empreendido pelos militares no poder, e que foi chamado de “milagre econômico”, foi realizado a custa de um alto preço social. Parte desse preço foi pago pelas mulheres que, ao ingressarem no mercado de trabalho, ocupando os mesmos postos que os homens, ganhavam menos do que eles. Tal situação contribuiu para a política de rebaixamento de salários. A maioria das mulheres integrou a População Economicamente Ativa (PEA) nas funções ditas femininas no setor de serviços³. Também a indústria passou a admitir operárias. Mas, a rigor, só as mulheres provenientes das camadas médias, com formação profissional e/ou universitária, tiveram melhores oportunidades e obtiveram benefícios com seus trabalhos. Só estas recebiam o suficiente para terceirizar as obrigações domésticas e as responsabilidades familiares, que as outras continuaram a acumular.

A conjuntura política do Brasil nos anos 70 foi marcada pela continuidade da Ditadura Militar que se instalara no país com o Golpe de Estado de 1964. O regime, violento desde o seu início, evoluiu no sentido de recrudescer ainda mais a violência na sociedade e no combate aos seus opositores. Com o Ato Institucional nº. 5, o regime de exceção atingiu sua culminância na perseguição e punição aos chamados “delitos de opinião”. A década de 70 teve início em meio a feroz repressão e consequente desmantelamento das organizações que se dispuseram a derrubar os ilegítimos governantes.

Entre os combatentes do regime, havia significativa parcela de mulheres. Grande parte delas jovens, das camadas médias, oriundas do movimento estudantil. Com grande

² Herbert Marcuse, filósofo alemão que se radicou nos EUA, integrou em sua juventude a revolucionária Liga Espartaquista, esmagada pela República de Weimar. Posteriormente veio a participar da Escola de Frankfurt. Vivendo nos EUA desde que deixou seu país natal por conta da perseguição aos judeus, adotou a cidadania norte-americana em 1940. Nesse país, produziu a maior parte de sua obra, na qual tratou principalmente das mudanças sociais que o capitalismo havia promovido.

³ Empregadas domésticas, datilógrafas, bancárias, balconistas, professoras, enfermeiras, secretárias.

senso de justiça, sob a influência do ambiente revolucionário internacional, e imbuídas de espírito heroico, tal como seus companheiros, abraçaram a causa do socialismo e se entregaram à luta inglória contra o regime. Essas militantes, ou boa parte delas, engajadas nas organizações de Esquerda, após sofrerem com a clandestinidade, com as torturas, prisões, exílios, vieram a compor as fileiras do Movimento de Mulheres e nele se fizeram feministas.

O *Feminismo* e a Luta Contra o Estado

No Brasil de meados da década de 70, a decisão da ONU encontrou um ambiente de opressão exercida pela Ditadura Militar e de intensa repressão aos seus opositores. Em São Paulo, a oportunidade de reunião e mobilização das mulheres, sob a cobertura daquele organismo, com a colaboração da Cúria Metropolitana para evento comemorativo, foi devidamente aproveitada. Fundaram-se entidades femininas. Foram criados jornais voltados para as mulheres. E tratou-se de fomentar o movimento de mulheres que já existia: as associações de mulheres de distintos bairros da periferia, os clubes de mães e os embriões do movimento contra a carestia. O Movimento de Mulheres recebeu grande impulso e, gradativamente, passou a se desenvolver com a presença de grupos que traziam as novidades do *feminismo*.

Nos EUA, as militantes provenientes das lutas pelos direitos civis é que formaram as principais fileiras do *feminismo*, compondo o que ficou conhecido como “a corrente radical”, o que significava mais extremista, do Movimento. Esse segmento assumiu uma luta de caráter mais acentuadamente sexista. Diferentemente aconteceu na França, na Itália e na Inglaterra, países nos quais o Movimento contou com significativa quantidade de mulheres oriundas das lutas pela emancipação dos trabalhadores, experientes nas lutas pelo socialismo. Isso fazia com que, a despeito das especificidades, e sem abrir mão da necessária autonomia, o movimento sintonizasse com as lutas emancipatórias e agregasse o fator solidariedade aos demais movimentos sociais. O *feminismo* brasileiro seguiu pelo caminho europeu.

O surgimento das chamadas minorias, a revolta de maio de 1968 e suas repercussões, as demandas pela ampliação dos direitos humanos ainda soavam distantes para os brasileiros que não se conformavam com a Ditadura. O dismantelamento das organizações políticas partidárias e dos demais grupos da Esquerda à base de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos provocara desorientação e desalento na oposição ao regime. A censura aos

meios de comunicação garantia ao governo a desinformação da população sobre os seus desmandos. E o medo era o que caracterizava o sentimento que prevalecia. Qualquer reunião ou articulação que pusesse em discussão a política era alvo de suspeita, vigilância e motivo de perseguição aos seus participantes. E o rótulo de subversão estava sempre pronto a ser utilizado contra quem se indispusesse contra os mandatários.

Nesse ambiente várias militantes da oposição buscaram canais de participação junto aos movimentos populares de mulheres, geralmente ligados à Igreja Católica, por meio de suas paróquias. Outras tratavam de dar corpo à ideia da luta pela anistia. Na academia, estudiosas voltavam seus interesses e suas produções para o segmento feminino da população, sobretudo para o tema “mulher e trabalho”. Em 1975, começava a confluência desses segmentos e movimentos.

O *feminismo* chegou ao Brasil por intermédio de notícias estrangeiras veiculadas na imprensa. Colaborou para a chegada também a visita de Betty Friedan em 1971, quando veio lançar seu livro *A mística feminina*. E não pouco importante foi o papel de mulheres que entraram em contato com as ideias feministas ao saírem do país por motivos de estudo ou de exílio. Ao retornar, mantiveram seus interesses, formando grupos de discussão à luz de bibliografia recebida pelo correio.

A divulgação do *feminismo* teve ajuda (embora involuntária) também daqueles que o receberam com grande resistência e deboche. Mesmo no campo da oposição ao regime político, muitos democratas e esquerdistas perfilavam-se junto aos conservadores e reacionários ao considerarem-no um estrangeirismo fora de tempo e lugar. Revelando tal postura conservadora e machista, muitos desses detratores do *feminismo* ocupavam posições estratégicas como formadores de opinião. E não raro coincidiam em suas opiniões com correntes de Esquerda que acreditavam no argumento de que a situação política do país estabelecia urgência e prioridades na luta pela derrubada do governo ilegítimo. Tais correntes tratavam as questões femininas, bem como questões raciais e outras lutas das chamadas minorias, como problemas que só desapareceriam com o fim do capitalismo. Isso equivalia a dizer que não havia luta que se justificasse, ou valesse a pena, fora da luta contra o capitalismo. O que não se encaixava nessa rubrica consideravam diversionismo e visão burguesa, que dividia os contendores e dispersava a energia necessária à luta principal. Pareciam esquecer-se de que não há luta fora das lutas singulares.

Entretanto, as mulheres dispostas a lutar contra o Estado, a partir do estímulo recebido pela ONU, não perdiam oportunidade de se manifestar, se organizar e se fazer ouvir.

Assim, aumentou a quantidade de militantes somando esforços e levando suas contribuições às associações de donas de casa da periferia, às associações de moradoras das diferentes paróquias, às lutas por melhorias urbanas como creches, saneamento básico, escolas, pavimentação e iluminação de ruas, entre outras.

Tais militantes ofereciam seus conhecimentos, seus contactos e suas capacidades articuladoras, bem como subsídios para o crescimento do movimento na forma de análises e reflexões conjuntas. Essas análises e reflexões muitas vezes conduziam às omissões do Estado quanto aos direitos dos cidadãos e quanto às discriminações classistas na distribuição de serviços custeados com os impostos que todos pagavam. Faziam ver tais injustiças e injetavam ânimo e disposição para as lutas necessárias à alteração de tal ordem. Elevavam a autoestima das mulheres ativistas, levando-as a reivindicar cada vez mais e com crescente segurança em seus argumentos. O aumento das atividades que as lutas exigiam acarretava outras contradições, como a descoberta de novas potencialidades diante do fastio das obrigações domésticas cotidianas, o entusiasmo dos trabalhos políticos realizados em grupos e nas ruas frente à “solidão” do recolhimento em seus lares. E assim, se chegava, muitas vezes, às considerações sobre os limites que a condição feminina lhes impunha.

As mulheres que, no campo da oposição, lutavam pela anistia dos presos políticos, o faziam na perspectiva humanista, amparadas pela doutrina dos direitos humanos, então apregoada pela alta hierarquia da Igreja Católica. Tais mulheres atuavam desde uma perspectiva feminina de cuidados e proteção em relação aos seus. E desde essa posição ampliavam as fronteiras, passando à defesa dos direitos de diferenças de opinião e apelando ao retorno à ordem democrática. Sem declarar como intenção, acabavam por colocar em evidência as arbitrariedades do regime. Também esse era um caminho, embora o mais tradicional deles, para descobrir a força da união das mulheres. E, tradicional ou não, no contexto das lutas antiditatoriais, também fazia com que suas participantes adquirissem autoconfiança para prosseguir em suas lutas.

Mulheres da intelectualidade, ligadas às universidades, sob os efeitos dos ventos feministas chegados do exterior, cada vez mais dedicavam seus estudos às mulheres. Encontravam espaço para expor suas pesquisas e trocar informações nas reuniões anuais da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Formavam mesas de discussão paralelas aos eventos programados oficialmente. Estas reuniam número crescente de participantes, tratando de assuntos diversos sobre o tema mulheres. Essa era mais uma forma de constituição de agrupamentos femininos voltados aos interesses das mulheres.

As acadêmicas poucas vezes encontravam receptividade às suas pesquisas nas instituições às quais estavam ligadas. Seus temas não eram considerados relevantes. Também não recebiam apoio ou incentivo de seus colegas homens, com poucas exceções. Isso fazia com que desenvolvessem suas consciências feministas e despertassem para a necessidade de se integrar na luta das mulheres por sua emancipação.

O Movimento de Mulheres trouxe para si tais contradições. Nele as feministas encontraram seu lugar, estimulando-o, ampliando-o em seu campo de atuação, aumentando sua repercussão e aprofundando as questões levantadas como bandeiras. E, como não raro elas eram simpatizantes ou ligadas às organizações de Esquerda, se defrontaram em si mesmas com as dúvidas sobre a adequação e a conveniência de travarem suas lutas da maneira como se propunham.

O *Feminismo* e a Esquerda

As militantes oriundas das organizações de Esquerda muitas vezes enfrentaram a pressão e a incompreensão de seus camaradas de partido. Mas, quanto mais se envolviam no que encaravam como frente feminina de trabalho, mais se identificavam e se davam conta da importância da plataforma feminista. Assim, se para seus partidos e organizações elas eram vistas como se estivessem sofrendo desvios ideológicos, suas companheiras feministas, por outro lado, viam suas posições políticas exercendo uma espécie de freio ao desenvolvimento das lutas que haviam abraçado. De forma que muitas delas, reféns de suas referências de luta política, prisioneiras de suas interpretações da realidade, e em meio às suas próprias contradições, entravam nos embates pelo controle político do movimento. E os conflitos de poder se estabeleciam de diversas maneiras para ver quem definiria o seu rumo.

As mulheres do movimento popular sem engajamento político, ao participar das discussões sobre o que fazer, e ao viabilizar encaminhamentos das decisões, ajudavam a dirimir os conflitos. Desde logo, quando não manipuladas politicamente por uma ou outra organização. Tais mulheres tiveram importante papel no desenvolvimento das ideias feministas, uma vez que estas contemplavam inúmeras situações vividas por elas. Não houve estranhamento com relação a tais ideias, como as discussões realizadas nos Congressos fizeram ver. Ao contrário, houve muita receptividade, o que derrubava os argumentos de que se tratava de importação inconveniente de problemas sociais. Até mesmo no que se referia às

questões que a cultura brasileira tornava mais delicadas, como o aborto e o direito ao prazer, quando tinham oportunidade, as mulheres das associações na periferia não se acanhavam em discuti-las.

Entre todas essas posições que envolviam mulheres de diferentes classes sociais, níveis de escolaridade, idades, profissões, posições políticas, formou-se um *campo* de atuação. Nesse *campo* as protagonistas da ação davam curso às suas divergências enquanto desenvolviam uma linguagem própria e uma história em comum de defesa de interesses compartilhados. As posturas das ativistas não eram estanques. Ao contrário, tais ativistas eram permeáveis aos argumentos e ao contexto. Influências mútuas se exerciam e faziam avançar o processo. O trabalho da militância, frequentemente, colocava, ao mesmo tempo, a demanda de união e a necessidade da negociação. As críticas e deboches que o movimento recebia eram outro fator de agregação dos grupos que integravam o *campo*.

O Poder Interno no Movimento de Mulheres

Outro importante fator de aglutinação eram as próprias disputas pelo poder dentro do *campo*, uma vez que a assunção de responsabilidades ficava condicionada ao respeito aos acordos e entendimentos. Além, é claro, do cacife que cada componente apresentava para concorrer aos postos de comando, como liderança, que, por sua vez, obedecia a requisitos específicos, tratados no corpo da tese.

As relações de poder no Movimento apresentaram particularidades interessantes. No início do Movimento de Mulheres, já na sua versão pós-1975, as ativistas se juntavam para promover a divulgação de seus jornais e para realizar discussões e debates junto a associações e núcleos de mulheres na periferia. Empenhavam-se também para reunir mulheres trabalhadoras em seus sindicatos e tratar das questões de gênero enfrentadas no exercício de suas profissões. Promoviam as comemorações do Dia Internacional da Mulher e estavam atentas a todas as oportunidades em que pudessem focalizar e colocar em destaque *a questão da mulher* em suas diversas condições e atuações.

Embora houvesse disputa interna de poder, nos jornais e grupos feministas, assim como entre eles, havia também um espírito de colaboração para divulgar a questão feminina. De tal forma que, independentemente do vínculo a tal ou qual grupo, as ativistas eram em número reduzido e, se divergiam em outros temas, estavam unidas no tema *mulheres*.

Tal situação era vivida em meio ao clima de avanços e recuos da chamada política de distensão, mais lenta do que gradual, que o governo dizia promover. Eram necessários cuidados e cautelas, sobretudo pelo fato de que muitas ativistas tinham laços que as ligavam às organizações clandestinas, quando não pertenciam a elas. As divergências não se sobrepunham à solidariedade básica exigida no enfrentamento à Ditadura.

Entretanto, se estavam unidas no tema *mulheres*, conforme foi afirmado, essa união não estava isenta de matizes, que as diferenciavam e eram motivos de controvérsias. Desde o surgimento do jornal *Brasil Mulher* e do Centro da Mulher Brasileira, em 1975, bem como do jornal *Nós Mulheres*, houve competição pelas áreas de atuação e pelas diretrizes políticas do movimento. As três entidades voltaram seus esforços para o que já havia de Movimento de Mulheres na periferia sob lideranças populares, e sob as asas da Igreja. Tais esforços se expressavam nas mais diversas formas de colaboração, como prestação de serviços, organização de discussões, elaboração de boletins, divulgação das atividades por meio de contatos com a imprensa, canais de comunicação com autoridades locais, entre outras.

Essa militância, no entanto, também embutia a pretensão de criar áreas de influência de tal ou qual organização política, formando o que na época era tratado como “massa de manobra”. E, não poucas vezes, as militantes da Esquerda se propunham ao trabalho de proselitismo e de recrutamento das referidas lideranças populares, praticando uma política questionável do ponto de vista ético. Questionável porque se valia de procedimentos comprometedores de *queimação* das adversárias, com as quais frequentemente trabalhavam em conjunto nas várias ações do Movimento. Tais recursos eram utilizados na luta pelo poder com a justificativa da impossibilidade de se tratar abertamente da defesa das posições políticas das respectivas organizações em razão das condições de clandestinidade sob as quais viviam. Ou também eram usadas com o pretexto de que tratar abertamente da luta política envolvendo os proscritos partidos certamente assustaria as mulheres que desconheciam tais instâncias da luta.

Mas outras razões menos explícitas podem ser elencadas para tais procedimentos. Uma delas era a precária educação política, que impossibilitava discussões com argumentações mais consistentes. Outra seria o menosprezo pela capacidade de discernimento das mulheres da periferia com as quais trabalhavam. E menosprezo também pela ética quando se tratava de disputar o controle e a direção do movimento. Outra razão ainda menos nobre era a utilização do recurso da maledicência com a crença de que essa era uma prática comum entre as mulheres. Esse recurso, aliás, era utilizado em conflitos de poder internos das

entidades, como, por exemplo, quando uma integrante do Centro da Mulher Brasileira foi acusada injustamente por desvio de dinheiro.

Na evocação da autoridade com vistas à afirmação no poder, as “massas de manobra” eram apresentadas como trunfos. E por meio delas muitas vezes se garantiu lugar no comando do movimento. Tais expedientes expressavam a presença dos referenciais patriarcais de poder tão criticados pelo *feminismo* e tão presentes no movimento estudantil, assim como nas hostes da Esquerda, de onde provinha grande parte das militantes do Movimento de Mulheres. A aquisição da consciência de que eram herdeiras desses referenciais e, mais do que isto, de que reproduziam em suas práticas as formas de poder que criticavam constitui outra questão a investigar.

À medida que o Movimento foi se encorpando, foram aumentando as demandas de atuação e divulgação. E foi ganhando consistência um núcleo aglutinador que liderava e se via em meio à necessidade de se desdobrar em tarefas que interessavam ao conjunto das ativistas. O *campo* formado amalgamava posturas e posições feministas tanto na defesa das causas como na resposta às críticas, oposições e censuras que o Movimento recebia. Assim, buscava-se fugir das referências de poder tanto pelas contingências como pelas críticas feministas, feitas à maneira como ele era exercido. Ao longo da segunda metade da década de 70, o Movimento de Mulheres procurou incorporar em seu meio formas de gestão que não obedeciam à centralização do comando, à unificação das organizações, à cristalização dos postos de liderança, à consolidação das representações. Embora houvesse liderança, esta não se burocratizava. Às ações do Movimento procurava-se atribuir o caráter de *mutirões*. As coordenações do Movimento eram sempre estabelecidas para cada evento. Embora não lhes faltasse o caráter político, o que se tornava mais aparente era o seu aspecto operacional. As representações eram pontuais, isto é, existiam em função de uma situação específica. As organizações de mulheres que compunham o Movimento mantinham suas independências, sem prejuízo de que suas integrantes assumissem tarefas e responsabilidades frente aos trabalhos de mobilização.

Essa forma de tratar o poder no Movimento era uma novidade para grande parte das ativistas, que não só tinham aprendido a lidar com ele nos moldes patriarcais, como por ele pautavam seu comportamento em outros espaços de atuação. Muitas das ativistas feministas provinham de organizações políticas que, embora se considerassem revolucionárias, reproduziam tais concepções de poder. Muitas vezes, para essas ativistas (que não compunham exatamente uma minoria), aceitar tais inovações era menos uma convicção e uma

concordância com as críticas feministas às formas de poder vigente do que uma concessão para manter-se no Movimento. Pode-se afirmar que a opção por tal *modus vivendi* em termos de gestão do poder foi menos uma opção do que uma demanda política circunstancial. Por outro lado, há de se considerar que carregava também alguma ingenuidade quanto à possibilidade de se mover por caminhos tão alternativos ao tradicional e obter êxito de imediato.

O *Feminismo* à Brasileira

Outros componentes que se buscam evidenciar nas relações de poder nesse período estudado são aqueles que caracterizaram o *feminismo à brasileira*. Este comportava atitudes contemporizadoras frente às divergências, o que favorecia as negociações e concessões necessárias. A postura paternalista era outro traço do *feminismo* nacional. Esta misturava elementos de classe com generosidade cristã e condescendência para com as participantes inexperientes que ingressavam no movimento.

A disposição para a inclusão dos vários segmentos, mesmo quando estes se subdividiam em posições divergentes, também prevaleceu. Outra consideração importante é que, ao reunir exclusivamente mulheres, o movimento incorporava as formas ancestrais de poder feminino, exercido sem alarde, em seus espaços privados.

Nesses anos de gestação do *feminismo*, o Movimento de Mulheres passou por grande crescimento e viveu grandes contradições. Nele conviveram intelectuais e mulheres do povo, feministas e militantes de Esquerda, artistas e profissionais de outras áreas. Um questionavam as outras e, embora todas tivessem seus “poréns”, nenhuma abria mão de se declarar feminista. Abdicar de tal postura significava abrir mão da disputa pelo poder no Movimento de Mulheres, frente de luta democrática que, desde seu começo, anunciava grande crescimento. Mesmo assim, e justamente pelo crescimento por que passou o Movimento, houve quem entrasse no *campo* para revogar seu caráter feminista pela força. Entretanto, obtiveram resultados contrários. Foi quando o Movimento de Mulheres se emancipou como força feminista.

Nesse *campo*, no qual as feministas se constituíram enquanto tal, teve lugar a construção da identidade feminista. Tal construção, de caráter necessariamente individual, e com tempos peculiares, obedeceu a certos estímulos propiciados por vivências, que muitas

vezes eram comuns. De tal forma que, se o processo de construção da identidade feminista corria por caminhos pessoais, ainda assim foi marcado por algumas regularidades. E pôde ser apreendido em suas faces individuais e coletivas.

Feminismo e Identidade

As ativistas que se declaravam feministas na primeira hora, bem como as que chegavam ao movimento vindas da Esquerda, tanto quanto as mulheres dos movimentos populares, passaram por *desconstruções* de si mesmas, no sentido de submeter à rigorosa análise cada um de seus papéis sociais enquanto mulheres. Para voltar a se construir e mesmo para manter vários dos papéis examinados, tiveram de abdicar de crenças e convicções, tiveram de enfrentar incompreensões e censuras.

Das feministas oriundas da Esquerda a situação exigiu ainda mais. Embora se destacassem por dominar códigos e instrumentais de leitura e transformação da realidade, e por terem um projeto alternativo de sociedade, elas se depararam com o fato de que eles muitas vezes não se ajustavam às lutas feministas. Viram-se na contingência de empreender novo aprendizado, tanto na teoria como na prática. Suas condições de militantes políticas, de certa forma, as excluía do restrito universo doméstico. Atuavam em área pública, ancestralmente reservada aos homens. Tal condição dificultava a visão de si mesmas como oprimidas por serem mulheres.

Aquelas que primeiro se declararam feministas, aparentemente com a identidade resolvida, também viveram dúvidas e vacilações. Foram cobradas e se cobraram quanto às suas posições diante da luta contra a Ditadura, quanto às suas posturas ideológicas, quanto à pertinência de suas bandeiras e propostas para mulheres de outras classes e quanto às formas de encaminhamento das lutas feministas e de inseri-las em seus espaços de atuação. E, assim como as oriundas da Esquerda, tiveram dificuldades de se enxergar como *sujeito* das lutas. Também elas viviam seus conflitos e culpas. Por encaminharem questões das mulheres da pequena burguesia, classe à qual pertenciam em sua maioria. Ou por não se empenharem o suficiente pelas mulheres do proletariado, definidas pelas forças políticas prevaletentes na oposição como objeto das lutas, já que viviam em maior escala a exploração e opressão.

A identidade *feminina* era atribuída às mulheres desde o seu nascimento, e ao longo de toda a vida, mediante os papéis sociais a elas reservados e, na maioria das vezes, irrefletidamente cumpridos. Se eram meninas, brincavam de casinha e ganhavam bonecas. Tinham de ter compostura ao sentar e aprendiam a tratar os assuntos do corpo com pudor. Ao crescerem, deveriam aprender as artes de bem administrar uma casa e uma família. Mas também compunha suas obrigações fazer-se bonita, por meio das artimanhas da vaidade, para agradar aos olhos de possíveis pretendentes. Deveriam se empenhar na busca de matrimônio, porém com recato. Sexo antes do casamento só para as mulheres *fáceis*, ou profissionais.

Profissionalização e trabalho remunerado fora de casa, de preferência, só até o casamento. Sempre e quando depois dele não se fizesse necessário. Ao casar deveriam propiciar conforto e felicidade aos seus maridos, cumprindo com suas obrigações de esposa, estando sexo aí incluído. E quando por qualquer razão seus maridos aderissem à dupla moral, conseguindo amantes, e até mantendo outra família, cabia às mulheres fingir que não sabiam, ou separar-se e conviver com o estigma de mulher *largada*. Além de toda a dificuldade de se manter. A suprema realização da mulher era estipulada na maternidade, papel no qual cumpria com suas funções biológicas e sociais.

Ao contrário, a identidade *feminista* não comportava superficialidades, nem formatações convencionais. Tratava-se de um processo desestabilizador e sofrido. Implicava profundos questionamentos sobre suas existências subalternas e secundárias, sobre as próprias trajetórias de vida, sobre as *verdades* e eixos norteadores das condutas de cada uma das militantes. E trazia desconforto, porque mais rápido se derrubavam crenças e convicções do que se encontravam outras que as substituíssem. Em lugar de estradas pavimentadas, o que se colocava diante das militantes eram caminhos a serem desbravados.

A identidade feminista implicava também desestabilizações e muitas vezes até rupturas das relações sociais, em todos os seus âmbitos. As feministas encontravam incompreensão no ambiente familiar e censura em seus universos sociais, que estavam distantes do fazer político que as ocupava. Assim como encontravam rupturas em suas parcerias amorosas estabelecidas em premissas que já não lhes serviam. E muitas vezes se viam em culpas e autorrecriações por não atuarem mais de acordo com o que delas se esperava. E ao mesmo tempo por não saberem exatamente como proceder em situações que, até pouco antes, não constituíam problemas.

Tratava-se de um caminho sem volta, no qual frequentemente sentiam-se sós e exaustas. Até por sobrevivência, buscavam seus pares, o que, muitas vezes, fazia com que passassem por cima de outras divergências, por necessidade de compartilhar suas crises, com razão chamadas de existenciais. Mas nem por isso imobilizadoras. Ao contrário, desse caos surgia a luz. Com mais garra se juntavam para atender às demandas políticas do Movimento. Com mais vigor necessitavam mostrar a si mesmas e ao mundo suas capacidades de transformação do *status quo*. E nessas trajetórias formavam o *campo* no qual se gestou o *feminismo* como força política transformadora.

As mulheres da periferia organizadas nas várias associações de mulheres, embora pertencessem ao proletariado, frequentemente não estavam inseridas no mercado de trabalho. Seus caminhos para a percepção da exploração econômica foram diferentes e indiretos. Não foi assim com o entendimento da opressão de sexo. Essa opressão era mais flagrantemente sentida ao nível de suas compreensões. De qualquer forma, compreender e assumir a condição feminista significava romper com os cânones femininos de comportamento. A própria militância, à medida que se intensificava, causava estranhamentos e cobranças familiares, o que acelerava a consciência da opressão.

A Segunda Onda Feminista no Brasil

O interesse pela eclosão da segunda onda feminista surgiu da participação da autora, no final da década de 70, naquele Movimento de Mulheres. E do fato de a repercussão pessoal daquela militância ter sido desproporcionalmente maior se comparada com as dimensões da atuação. O desafio que tal experiência colocava seria então desvendar determinados aspectos da dinâmica daquele Movimento sob a luz da análise histórica. Tal análise contemplará o período entre 1975 e 1981, em São Paulo, onde tal onda emergiu com grande força irradiadora.

O recorte histórico do período deve-se à consideração de que nesse período o *feminismo* em São Paulo ressurgiu, a princípio, timidamente, se desenvolvendo em meio ao Movimento de Mulheres, transformando-o e se emancipando como força política independente entre os anos 1980 e 1981. Considera-se que esse *feminismo*, por ser ainda incipiente em São Paulo, é singular, ainda busca se afirmar e vai se definindo em meio às ações e discussões empreendidas pelo Movimento de Mulheres. Sendo assim, nesse período,

não cabe considerar os *feminismos* em sua multiplicidade. Tal multiplicidade se anunciará no final do período tratado nesta tese.

A escolha do foco voltou-se então para dois aspectos: a formação da identidade feminista; e as mudanças propostas para as relações de poder no movimento.

No primeiro caso, a hipótese levantada é de que a militância feminista demandou a construção de uma identidade correspondente. De que assumir a luta feminista implicava uma identificação mais profunda com a causa. Tal identificação, que pode ser constatada nas fontes de pesquisa, parece ter acontecido durante o período estudado, e se dava mediante pressões, estímulos, embates, provocações, reflexões. Esse processo, que se desenvolvia em plano íntimo e pessoal nas ativistas, também revelava seu caráter “coletivo”.

Era possível perceber tal caráter coletivo na formação das identidades feministas na dinâmica dos grupos formadores do Movimento de Mulheres, que mantinham características próprias. Mas também na formação e na evolução do *campo* formado pelo Movimento de Mulheres. Assim, a partir de tal observação, procurar-se-á traçar algumas regularidades nesses percursos de construção de identidade. Buscar-se-á detectar as fronteiras entre a identificação pessoal e a identificação de grupo, e encontrar as regularidades desses caminhos.

Para a análise da construção da identidade feminista, levar-se-ão em conta as características do *feminismo à brasileira*⁴, uma vez que este se constitui de traços culturais peculiares que se inscrevem na formação da maioria das militantes e ativistas do Movimento de Mulheres.

Feminismo e Poder

Quanto ao trato do poder, outro foco desta tese, o interesse partiu de inúmeras contradições enfrentadas nesse particular pelas militantes do Movimento de Mulheres. A hipótese levantada é de que o *feminismo* havia se imposto ao Movimento de Mulheres no que dizia respeito à organização do poder. De acordo com as fontes, o que se constatava era que as críticas ao poder tradicional formuladas pela prática e pela teoria feminista haviam sido

⁴ A expressão *feminismo à brasileira* foi utilizada por Anette Goldberg em sua Dissertação de Mestrado para se referir a um viés brasileiro na compreensão e aplicação do feminismo no país. Cf.: GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

assimiladas. Afinal, no período estudado, o Movimento de Mulheres parece ter conseguido não se submeter a nenhuma força política partidária, a despeito das pressões que sofreu. Também havia conservado sua forma descentralizada, com a junção de grupos independentes de mulheres que se uniam para a ação política de denúncia da *condição feminina* e para a luta pela libertação de tal condição.

Acompanhando tal hipótese vem a indagação sobre como o Movimento Feminista enfrentou a grande discussão presente no Movimento de Mulheres durante o período em análise: *questões específicas* versus *questões gerais*. Tal polêmica implicava não só debates de ideias, mas também disputas de poder para fazer pender o fiel da balança mais para uma do que para outra posição. Da mesma forma, fazia vislumbrar dificuldades no exercício democrático da condução dos problemas. Sobretudo levando-se em conta que a maior parte da liderança do Movimento de Mulheres era proveniente da Esquerda, cujas referências de poder não rendiam tantas homenagens à democracia.

Assim, cabe investigar como, em meio a tantas contradições, no momento em que se gestava, o *feminismo* foi capaz de introduzir as inovações pretendidas nas relações de poder. Para tal há de se considerar as críticas feministas, em sua matriz teórica, aos parâmetros do poder patriarcal; as referências de poder dos vários grupos que se juntaram para formar o Movimento de Mulheres em São Paulo; e a gestão do poder no Movimento.

A análise histórica da formação da identidade feminista é feita na perspectiva sociológica e cultural. Toma-se como referência teórica Stuart Hall⁵, autor que analisa as mudanças dos parâmetros identitários dos indivíduos nos diferentes períodos históricos. Outro autor considerado para a análise da identidade é Manuel Castells⁶, nesse caso para o que se refere às identidades coletivas que se formaram no contexto do acelerado processo de globalização, no qual novas referências de grupo se estabeleceram.

Hall considera que a identidade se impõe como questão para a teoria social na contemporaneidade devido aos abalos sofridos em sua definição. E lembra que a identidade só passa a ser problematizada quando se configura uma crise em torno dela. Esse autor associa as concepções de identidade aos diferentes tempos históricos nos quais se subdivide a modernidade. E, mais do que isso, associa-as ao conjunto de ideias norteadoras dos valores que prevaleceram em cada uma dessas fases.

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Desenvolve sua teoria a partir das considerações que faz em torno do ritmo de evolução histórica que a humanidade vem imprimindo à sua existência. Assim, afirma que a identidade do sujeito do Iluminismo pressupunha uma imanência, isto é, era inata. E foi estabelecida como masculina de acordo com os padrões então vigentes. Diferentemente, a noção da identidade do sujeito sociológico⁷ pressupõe uma interação entre o indivíduo e a sociedade. Se aquele carrega um núcleo, o que confere identidade é o diálogo que estabelece com o seu entorno cultural. Dessa forma, encontra seu lugar no mundo e estabiliza tais universos culturais que lhe permitem situar-se. A novidade que traz o que chama de “sujeito pós-moderno” é a instabilidade/variabilidade do processo de identificação. E tal acontece basicamente em função de dois fatores: (1) já não se crê em nenhum núcleo inato definidor do indivíduo; e (2) as subjetividades se embaralham diante da aceleração das mudanças estruturais e institucionais.⁸

Por sua vez, Castells volta a sua atenção para a construção das identidades individuais e coletivas já nesse momento histórico de grandes e velozes modificações. E leva em conta a complexidade que esses processos adquirem por carregarem consigo a sofisticação do desenvolvimento tecnológico associado ao processo de globalização. Preocupa-se com a formação dos movimentos sociais. Considerando identidade como fonte de significado e experiência de um povo, afirma que a necessidade de autoconhecimento, que sempre implica construção, vem acompanhada da “necessidade de ser conhecido de modos específicos pelos outros”⁹.

Castells afirma que, na perspectiva sociológica, toda identidade é construída, mas o que interessa é saber como, por quem, a partir de quê e para quê isso acontece. Para desenvolver seu pensamento, diferencia papéis de identidades, mesmo considerando a relação que pode se estabelecer entre uns e outras. Os primeiros são definidos por normas e valores que derivam das estruturas e instituições da sociedade. As identidades constituem fontes mais consistentes de significados em relação aos papéis, por implicarem processo de autoconstrução e de individuação.

⁷ O sujeito sociológico recebe tal denominação por ter sido essa noção desenvolvida por sociólogos que levaram em conta a “crescente complexidade do mundo moderno”, juntamente com a certeza de que o “núcleo interior do sujeito não era autônomo e autosuficiente”. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

⁸ Ibidem.

⁹ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Considerando que toda construção social de identidade ocorre em meio às relações de poder, propõe três origens e formas nas quais elas acontecem: a identidade legitimadora, a de resistência e a de projeto. Sobre tais processos se discorrerá mais detalhadamente no corpo do capítulo relativo à construção da identidade feminista.

Stuart Hall e Manuel Castells aportaram subsídios para a compreensão da importância e da maneira como deu o processo de construção da identidade feminista. E de como tal identidade se mostrou necessária para configurar o *feminismo* como movimento social autônomo e, logo, como força política.

A análise das relações de poder foi feita na perspectiva política do mesmo. Quanto à análise das relações de poder, considerou-se mais adequado, do ponto de vista teórico, tomar como referência dois pensadores: Pierre Bourdieu¹⁰, com seus conceitos de *campo* e de *habitus*, e Norbert Elias¹¹, com sua formulação sobre *outsiders* e *estabelecidos*, em vez de Michel Foucault, cujo enfoque do poder tende para uma perspectiva psicanalítica. Bourdieu possibilitou a compreensão do meio no qual se desenvolveu o *feminismo*. E Elias, com sua referida obra, subsidiou a elaboração da categoria *feminista histórica*.

Bourdieu desenvolveu a noção de *campo* utilizada nesta tese contrapondo-a às duas tradicionais formas de produzir conhecimento: a que levava em conta somente o “texto”; e a que considerava a “relação entre texto e contexto”. Fez crítica ao que se considerava “ciência pura”, que não reconhecia nenhuma necessidade social. Ou ao seu oposto, a “ciência escrava”, aquela que se subordinava às demandas político-econômicas. Afirmava esse autor que haveria de se considerar o *universo* no qual se inseriam texto e contexto, e a dinâmica de tal *universo*. Esse *universo*, que se desenvolve como um microcosmo, embora esteja determinado pelo macrocosmo, pode dispor de uma maior ou menor autonomia. O desafio que então se coloca é:

[...] o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.¹²

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

¹¹ Cf.: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

¹² BOURDIEU, op. cit., p.21.

A teoria desenvolvida por Bourdieu oferece suporte para entender a dinâmica do *campo*, afirmando o autor que ele “é um *campo* de forças e um *campo* de lutas para conservar ou transformar esse *campo* de forças”.¹³ De acordo com seu raciocínio, as pressões externas recebidas são mediatizadas pela lógica do *campo*. E o grau de autonomia deste pode ser “medido” pela capacidade que venha a desenvolver de refratar e de retraduzir as pressões ou demandas externas. Os agentes que atuam no *campo* estruturam relações objetivas entre si, e tais relações é que estabelecem o que eles podem ou não fazer. O que norteia suas tomadas de posição é, portanto, a posição que ocupam nessa estrutura.

Isso significa dizer que só se podem compreender as falas ou ações de um agente que atua em um *campo* se se souber que posição ele ocupa nesse *campo*, ou “de que *lugar* ele fala”, o que é mais específico do que situá-lo no espaço social global, ou definir tão somente a sua condição de classe. Para análise dos agentes, o autor considera o que chama de “capital” que cada um traz para o campo ou desenvolve nele. Esse “capital” é a metáfora usada para se referir à credibilidade e confiança de que cada um dispõe naquele meio. Assim, “as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, [...] à sua posição na estrutura da distribuição do capital”.¹⁴

Para buscar fundamentação na obra de Norbert Elias, foi necessário um esforço maior de interpretação. Nem sempre a relação *estabelecidos* e *outsiders* da maneira como ele a desenvolveu se ajustava às situações estudadas, uma vez que no seu entender tal relação implicava um subtexto mais carregado do sentido de exclusão, ou pelo menos de maior hostilidade. Entretanto, foi útil para ver com uma lente de aumento as relações de poder dentro do grupo, bem como olhar de outro ângulo a situação de ruptura que o Movimento de Mulheres viveu entre o Segundo e o Terceiro Congressos da Mulher Paulista.

Algumas considerações do autor sobre a superioridade que se estabelece em um grupo permitem enxergar melhor a constituição da categoria *feministas históricas*. Afirmava Elias que fazer parte da superioridade de um grupo e de seu carisma se paga com o preço da submissão às normas específicas do grupo. Esse preço é pago individualmente por meio da submissão da conduta de cada um dos integrantes do grupo a padrões determinados de controle dos afetos. “[...] a lógica dos afetos é rígida: a superioridade de forças é equiparada

¹³ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. p.22-3.

¹⁴ Ibidem. p.25.

ao mérito humano e este a uma graça especial da natureza ou dos deuses.”¹⁵ Cada um usufrui a satisfação de participar do carisma do grupo, mesmo que para isso tenha de sacrificar posições pessoais para submeter-se às normas do coletivo ao qual pertence.

Outro elemento da teoria de Elias que oferece subsídios para entender a relação de poder que se estabeleceu entre aquelas que, no período estudado, se constituíam como *feministas históricas* e as demais componentes do *campo* é o que afirmava sobre saber e poder:

[...] aqueles que monopolizam o acesso a informações e decisões asseguram para si mesmos certas fontes de superioridade em termos de poder e status. A destreza necessária para a aquisição do saber é uma dessas fontes. Segundo uma tradição antiga, o saber, inclusive o saber como adquiri-lo, é visto apenas em sua qualidade de conhecimento. Normalmente se dá pouca atenção ao saber como meio de poder. Entretanto, as duas coisas são praticamente inseparáveis. Comunicação, transmissão de saber – de grupo para grupo ou de indivíduo para indivíduo –, e consequentemente também a recusa de transmitir um saber, nunca dizem respeito apenas ao aspecto cognitivo das relações humanas, mas incluem sempre as relações de poder.¹⁶

Elias também chama a atenção para a *fofoca* como elemento componente de qualquer grupo e para as suas funções. Toma por *fofoca* os comentários depreciativos sobre terceiros que são transmitidos a outros. E esclarece que seu caráter maledicente sempre vem acompanhado de seu oposto, que é o autoelogio do autor do comentário. Entretanto, se a *fofoca* pode ter tal caráter e servir a objetivos de exclusão e rejeição, eventualmente úteis em competições, independentemente do conteúdo ético de seu uso, pode também ser bendizente, solidária e generosa. Entre suas funções está a do entretenimento e a do reforço da coesão do grupo sempre que este, justamente por ser mais integrado, tende a fofocar mais livremente.

Ainda a respeito de fofocas, diz o autor:

A atribuição de falhas – e também de qualidades positivas- a indivíduos que pessoalmente nada fizeram para merecê-las, pelo simples fato de pertencerem a um grupo julgado digno delas, é um fenômeno universal. É comum as pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo,

¹⁵ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.26.

¹⁶ Ibidem. p.208.

jogando-lhes na cara algum termo grupal depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira ao seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seu status superior em comparação ao de seus adversários. Em todos esses casos, aqueles que são objeto do ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações ou censuras, não conseguem livrar-se, nem sequer em pensamento, da identificação com o grupo estigmatizado. Assim as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais do caráter imprestável que lhes é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revidar que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores.¹⁷

O pensamento de Elias elucida a reflexão sobre os conflitos que se estabeleceram no *campo* constituído pelo Movimento de Mulheres e o jogo de forças que nele se estabeleceu.

Uso das Fontes

A pesquisa se baseia em quatro grupos de fontes: (1) os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* e o Caderno nº. 3 da Associação de Mulheres; (2) artigos e matérias de jornais *nanicos* e de grande circulação referentes aos eventos promovidos pelo Movimento de Mulheres; (3) documentos produzidos pelo Movimento quando da promoção de seus eventos e documentos do Centro da Mulher Brasileira - setor São Paulo; e (4) as fontes produzidas pela realização das entrevistas com participantes do Movimento.

Os jornais pesquisados foram, primeiramente, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, cujas coleções constam do acervo da Fundação Carlos Chagas. Os artigos e matérias de outros jornais, bem como os documentos supracitados, foram acessados e examinados graças ao enorme esforço de conservação realizado pelo Centro de Informação da Mulher (CIM)¹⁸. O jornal *O Globo* e, principalmente, a *Folha de São Paulo* foram os jornais de grande circulação que mais deram cobertura ao Movimento Feminista. À época dos Congressos da Mulher Paulista, a *Folha de São Paulo* contava com um grupo de jornalistas feministas aguerridas.

¹⁷ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.131.

¹⁸ O Centro de Informação da Mulher, que preserva a memória do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista em nível nacional, o faz em caráter voluntário e militante, portanto, em condições precárias, devido ao fato de não contar com nenhum subsídio para catalogação e conservação dos referidos documentos.

Tais profissionais, aproveitando o espaço em um jornal de grande circulação, exerceram papel esclarecedor dos embates e discussões travadas na ocasião.

Foram analisados também artigos de jornais alternativos, os que na época eram chamados de *nanicos*. Entre eles encontravam-se os jornais *Movimento*, *Bondinho*, *Em Tempo*, *Lampião da Esquina*, *Companheiro*; alguns jornais vinculados aos partidos de Esquerda como *Voz da Unidade*, do PCB, e *Hora do Povo*, da organização MR8; e boletins da Frente Nacional do Trabalho, de grupos de militantes sindicais, de associações de donas de casa.

Entre os documentos produzidos pelo movimento foram examinados folhetos de divulgação dos eventos, folhetos de chamamento para a organização das reuniões, atas de reuniões preparatórias produzidas pelas comissões organizadoras dos Congressos e das comemorações de 8 de março, atas de reuniões encaminhadoras das resoluções dos fóruns de discussão e de decisão, histórico e apresentação das entidades que se inscreviam para compor coordenações dos eventos, análises políticas de grupos sobre os rumos do Movimento. Utilizaram-se também entrevistas para produzir fontes.

O critério para a realização das entrevistas foi contemplar componentes das várias matrizes do *feminismo* em São Paulo. Foram entrevistadas doze mulheres, e utilizadas seis dessas entrevistas como fontes. Para tal escolha adotou-se como critério a seleção das que mais se ajustavam ao enfoque dado e à análise realizada. Além das entrevistas formais, houve oportunidade de consultar a memória de seis outras participantes do Movimento, o que contribuiu também para proceder à análise.

A despeito da diversificação das fontes, nem sempre elas levaram diretamente às informações procuradas, seja porque não havia na época reflexão sobre os temas tratados nesta tese, seja porque, ainda que houvesse, elas não eram explicitadas. Assim, a desconstrução e reconstrução de identidade era um processo mais vivido do que pensado. E, quando pensado, tratava-se mais de um esforço de racionalização para efeito de propaganda e agitação do *feminismo* como causa do que como processos de individuação.

O exercício do poder no movimento é encontrado com um pouco mais de reflexão/discussão nos artigos de jornais. Assim como revelou-se nas atas de reuniões do movimento. Mas registra-se um hiato entre os discursos e as práticas de poder que se revelam por meio das entrevistas. Os critérios que se estabeleciam de maneira tácita explicitados pelas

entrevistadas não constam dos documentos preparatórios ou finais dos congressos, por exemplo.

As avaliações internas das organizações sobre os encaminhamentos dos trabalhos do Movimento de Mulheres permitem inferir as distâncias entre o discurso nas instâncias decisórias daquele, frente ao que se pretendia fazer prevalecer.

De grande ajuda foi o contato com outras participantes do movimento que, mesmo não dando entrevistas formais, colaboraram com suas memórias. Assim, foi possível tecer uma rede entre todas as fontes e as memórias das participantes. Tal rede permitiu que se produzisse esta análise histórica daquele período de nascimento do *feminismo* em São Paulo.

Os Capítulos da Tese

O primeiro capítulo trata das condições de vida das mulheres no Brasil e no mundo por ocasião do surgimento do movimento feminista, na segunda metade do século XIX. O capítulo aborda a incidência das “modernidades” sobre a vida das mulheres nas diferentes classes sociais no Brasil e no mundo. Trata também da inserção da mulher no mercado de trabalho estabelecido pelo capitalismo, pautando a diferença em relação às atividades remuneradas que exercia anteriormente. Considera os paradigmas da igualdade estabelecidos pelo Iluminismo e como esse movimento intelectual enxergou a mulher na sociedade. Procura analisar a importância dos valores criados pelo Iluminismo no que à mulher se refere, assim como a vigência de alguns deles. E mostra como as mulheres começaram a protagonizar suas histórias. O capítulo permite também que se estabeleçam relações entre as ideias fundantes das duas ondas feministas no Brasil e no mundo.

O segundo e o terceiro capítulos abordam a emergência da segunda onda feminista no Brasil e a receptividade que tais ideias encontraram entre as brasileiras residentes no país e entre as exiladas. O capítulo II aborda a retomada do movimento feminista no Brasil na década de 70 a partir de três vertentes: a) a modernização da economia e da sociedade, b) o combate à Ditadura, e c) o engajamento das mulheres na militância política. Contempla também as nascentes do *feminismo* na intelectualidade, nos movimentos populares de mulheres da periferia, na Esquerda e nos grupos de reflexão de mulheres. E discorre sobre o tratamento dado pela mídia ao *feminismo* no Brasil. O que se procura fazer é a ligação entre a conjuntura do país, o ainda incipiente Movimento de Mulheres e os embriões do *feminismo*. O

impacto do *feminismo* sobre as brasileiras no exterior, mais especificamente em Paris, que foi onde elas ficaram mais expostas às suas influências, é tratado no terceiro capítulo.

Já o quarto e o quinto capítulos abrangem as matrizes do *feminismo* em São Paulo e a construção da identidade feminista, a partir dessas diferentes vertentes que se juntam no mesmo Movimento. Ambos os capítulos contemplam as dificuldades internas e externas de assumir o *feminismo* e, ao mesmo tempo, do crescente envolvimento das ativistas com a causa. A partir da análise das matrizes do movimento feminista, no capítulo IV, se reconstrói a sua trajetória na conquista de visibilidade. Consideram-se ainda as fontes de conflito presentes no movimento: as disputas entre as forças e tendências políticas, bem como a polêmica entre o *feminismo* e o feminino. Na evolução do movimento observa-se a construção da identidade feminista à luz de um “*feminismo à brasileira*”.

O quinto capítulo, que trata de como as comunistas reagiram e interagiram com o *feminismo*, se justifica pela quantidade de militantes com tal identidade política no Movimento de Mulheres, como também pela qualidade de suas participações. Justifica-se também pela migração de várias dessas ativistas, dos seus partidos e organizações, para o Movimento de Mulheres primeiro e, posteriormente, para o Movimento Feminista.

Por sua vez, o sexto capítulo discorre sobre a gestação do *feminismo* em São Paulo. Sobre como o *feminismo* paulista se amalgamou no grande campo formado pelo Movimento de Mulheres, e como ele veio à superfície de tal maneira que seu nascimento mais pode ser equiparado a uma emancipação. Aqui se intenta analisar as diversas influências e referências dos componentes do movimento em suas dimensões teóricas, políticas, partidárias. Verificar-se-á, por meio de entrevistas com militantes e da análise de documentos, como se deram as influências do *feminismo* internacional e as disputas por hegemonia na organização e realização dos eventos promovidos pelo movimento. Também nesse capítulo se contemplará a discussão sobre a autonomia do movimento em face das diferentes e, frequentemente, múltiplas representações das militantes: sindical, partidária, de distintas organizações populares ou políticas, entre outras instituições.

O oitavo e último capítulo analisa as formas como se estabeleceram as relações de poder e as próprias relações. Trata das dificuldades encontradas pelas feministas para desenvolver caminhos alternativos de poder, e de como elas refletiram e enfrentaram tais dificuldades.

Sendo esta uma tese de História Social, e considerando que, mesmo em se tratando de história contemporânea, já se passaram 30 anos dos acontecimentos aqui tratados, a autora decidiu nomear as forças políticas, bem como identificar as militantes a elas vinculadas, sem censura. Todas as militantes citadas são conhecidas publicamente por suas atuações nas suas organizações políticas partidárias, bem como por suas trajetórias.

CAPÍTULO I - AS MULHERES PROTAGONIZAM MUDANÇAS

O mundo estava evoluindo?

Na passagem do século XIX para o XX, havia razões para que se alimentassem grandes e auspiciosas expectativas quanto aos rumos do desenvolvimento da humanidade. O *progresso* se fazia sentir, indicando mudanças que culminavam na facilitação da vida cotidiana.

Aplicadas aos processos produtivos, as descobertas científicas abriam caminhos para o desenvolvimento das novas fontes energéticas: os derivados do petróleo e a eletricidade. A indústria metalúrgica não só ganhava impulso, como também se unia mais estreitamente com a química na produção do aço, do alumínio, do níquel. Assim, foi possível a fabricação das bicicletas, dos barcos transatlânticos, dos aviões, dos automóveis, bem como a utilização dos novos meios de comunicação: telégrafo, telefone, rádio, cinema, fotografia. Da mesma forma, se registraram revolucionários avanços na microbiologia e na bioquímica, avanços esses que, quando aplicados à medicina, à farmacologia, à higiene e à conservação de alimentos, ou aos processos de pasteurização e esterilização, entre outras tantas inovações, tinham como efeito o controle de enfermidades e o prolongamento da vida.

O incremento dos transportes ferroviários levava a modernidade aos lugares mais remotos nos vários continentes. Eram muitas as razões que inspiravam o otimismo: o desenvolvimento da indústria e o alcance crescente da produção em grande escala; a modernização dos costumes e dos hábitos que a vida urbana proporcionava; a progressiva oferta de empregos no setor de serviços; as inovações e experimentações nas artes; a busca do conhecimento da mente ou da “alma” do homem a partir de um novo campo - a psicologia. Ademais, a intensificação das atividades políticas mobilizava uma quantidade cada vez maior de pessoas. A importância que, aos poucos, se atribuía à educação fazia com que os países (pelo menos os mais desenvolvidos) buscassem adotar políticas públicas de educação que ampliavam a oferta para uma boa parte das nascentes camadas médias.

Se a ordem capitalista francamente favorecia a burguesia, que a anunciava como o melhor que podia acontecer a todas as sociedades humanas, nem por isso conseguia ocultar suas inúmeras contradições. Estas se manifestavam na crise econômica denominada “Grande Depressão”, vivida entre 1873 e 1895, na relação entre capital e trabalho, no fim da primeira fase da indústria, a chamada *concorrencial*, e levavam a novas contradições – reagrupamentos mais amplos e poderosos, competição entre capitalismo nacionais, busca cada vez mais frenética por novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas.

O liberalismo buscava naturalizar a concorrência, legitimando e propagando a *lei da oferta e da procura*. E ganhava roupagem de “teoria científica”, apresentando-se como a doutrina que levaria a prosperidade e felicidade aos povos. No entanto, o que se verificava era o capital reorganizando a sociedade com base na renovada crença na superioridade do homem branco ocidental, no racismo, no nacionalismo, no militarismo, na competição pela dominação e subjugação dos povos em função dos interesses econômicos. E mesmo assim o discurso liberal, com seu conteúdo *civilizatório* e *modernizante*, provocava alguma confusão que favorecia o otimismo.¹⁹ A “civilização” que os países ricos levavam aos países “primitivos” e a consequente “modernização”, que trazia conforto, estabeleciam um novo patamar de relação entre os povos.

A burguesia, com o apoio do Estado, ganhava força enquanto classe, e se rearranjava por meio das alianças matrimoniais entre os antigos nobres e os prósperos industriais, negociantes ou banqueiros. Dessa forma, recompunha uma nobreza já não de toga, nem de espada, e sim uma “aristocracia” econômica.

As populações se apropriavam dos benefícios da modernidade em graus variados, segundo os grupos sociais a que pertenciam. As mudanças se faziam sentir muito mais entre as camadas média e média-baixa, cujos componentes eram os protagonistas das alterações, ainda que estas fossem promovidas pela expansão do capitalismo.

¹⁹ “Nunca antes ou depois os homens e mulheres práticos nutriram expectativas tão elevadas, tão utópicas em relação à vida no planeta: paz universal, cultura universal por meio de um único idioma mundial, ciência que não só tentasse responder, mas que de fato respondesse às perguntas mais fundamentais sobre o universo, a emancipação da mulher de toda a sua história passada, a emancipação de toda a humanidade através da emancipação dos trabalhadores, a liberação sexual, uma sociedade de abundância, um mundo onde cada um colaborasse segundo suas capacidades e recebesse conforme sua necessidade. Não se tratava apenas de sonhos revolucionários. A utopia através do progresso estava, sob aspectos fundamentais embutida no século.” HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.466-7.

O amadurecimento do proletariado avançava à medida que ele empreendia acirradas lutas contra a exploração capitalista, e de acordo com o desenvolvimento do capitalismo. Conforme este se expandia, aumentavam não só suas contradições, como também a quantidade²⁰ e a concentração de trabalhadores nos locais de trabalho. Esse fato, aliado à crescente urbanização, favorecia cada vez mais a sua organização.

Não menos importante era o papel que desempenhava o desenvolvimento das organizações operárias. Segundo Beaud²¹, havia no mundo, em 1913, cerca de 15 milhões de trabalhadores sindicalizados. Partidos operários se formavam em vários países de capitalismo avançado, à proporção que aumentava a compreensão dos trabalhadores acerca da importância da defesa de seus interesses no parlamento, obtendo a mudança de leis, e ainda impulsionados pela necessidade que sentiam de disputar o poder. Uma parcela dos trabalhadores ia além dessa compreensão, entendendo que não teriam chance de conquistar o poder disputando-o pelas regras burguesas, o que os levava a criar partidos revolucionários.

Assim, no final do século XIX e princípio do XX, os operários conquistaram, com muita luta, com uma firme atuação e com esforços conjugados entre sindicatos e partidos, leis trabalhistas que atenuaram a exploração capitalista.²² Já se encontravam mais unidos, com mais consciência de si e para si²³, o que quer dizer que estavam mais cientes da força que sua união podia lhes conferir, tinham objetivos mais definidos e estavam mais dispostos a batalhar pela melhoria das condições de vida e de trabalho, fosse por intermédio das associações de ajuda mútua, dos sindicatos, das manifestações, greves, partidos ou das organizações revolucionárias.

²⁰ De acordo com Michel Beaud, nas vésperas da Primeira Guerra havia no mundo cerca de 40 milhões de mulheres e homens trabalhadores pertencentes à classe operária, no conjunto dos países envolvidos pela industrialização. BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.209.

²¹ Ibidem.

²² “Inicialmente na Grã-Bretanha, o Employers and Workmen Act de 1875 que substitui o Máster and servant Act de 1867; leis de 1875 e 1876 que autorizam os piquetes de greve exercidos sem violência e concedem um estatuto legal às Trade Unions. Na Alemanha, leis das quais Bismarck toma a iniciativa com a preocupação de ir de fogo de encontro: leis sobre o seguro de doença (1833); sobre o seguro de acidentes 1884 e sobre o seguro de velhice; aposentadoria aos sessenta anos (1889). Na França, lei concedendo a liberdade de associação (1884), leis sobre a duração do trabalho (1874, 1892 e 1900), sobre higiene e segurança (1893), sobre os acidentes do trabalho (1898), sobre as aposentadorias (1905), sobre o descanso semanal (1906). Ainda na Grã Bretanha, lei de 1906 facilitando a ação sindical; lei de 1908 sobre as aposentadorias operárias; lei de 1908 regulamentando o trabalho a domicílio; lei de 1911 instituindo indenizações de desemprego, e ampliando o seguro de doença. Nos Estados Unidos, estados relativamente numerosos adotam leis sociais, principalmente, jornada de trabalho de oito horas para os mineiros, regulamentação do trabalho das crianças, lei sobre os acidentes do trabalho, principalmente.” Ibidem. p.213-4.

²³ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A esse vigor da organização dos trabalhadores corresponde uma mudança nas relações de trabalho, nas relações sociais e, sobretudo, nas relações políticas. Os industriais foram contidos pelas novas leis trabalhistas, e se viram obrigados a estabelecer uma interlocução com os operários e seus representantes, tanto nos sindicatos como nos partidos operários social-democratas. Na luta de classes, os trabalhadores socialistas, que exerciam grande influência sobre os demais, alimentavam a esperança de acabar com a exploração do homem pelo homem, enquanto os patrões, ainda que se colocassem na defensiva e relutassem a fazer concessões, buscavam incessantemente novas formas de exploração.

O socialismo, ideologia construída pelas lutas operárias e teorizada principalmente por Marx e Engels, ao longo do século XIX, obteve um alcance muito mais amplo quando se tratou de conquistar corações e mentes. Ao acenar com a emancipação dos trabalhadores, mobilizou também as mulheres, e visava toda a humanidade, promovendo a igualdade. Os ideólogos do socialismo tiveram campo fértil para propor a revolução socialista, uma vez que dispunham de todas as contradições do capitalismo para trazer à superfície e criticar. Mas tal ideologia foi além do plano das ideias. Com base nela, a classe operária iniciou uma vivência e, sem dúvida, promoveu (ainda que com limitações) valores que o liberalismo não alcançava – tais como a solidariedade, a fraternidade, o sonho da paz mundial baseado no respeito entre os povos, a não discriminação por raça, nacionalidade, credo.

Embora não tenha sido capaz de vivenciar a não discriminação contra as mulheres, foi no campo de ação do socialismo que se organizaram os primeiros congressos feministas. No II Congresso de Mulheres Socialistas foi aprovada a criação do Dia Internacional da Mulher, por proposta de Clara Zetkin²⁴, importante ativista alemã do socialismo e do *feminismo*. Destacadas militantes do socialismo introduziram a discussão sobre as questões específicas das mulheres operárias no ideário dos trabalhadores.

²⁴ Clara Zetkin (1857-1933), alemã nascida na Saxônia, aderiu ao socialismo ainda jovem. Participou do Congresso de Fundação da II Internacional em Paris, em 1889, no qual foi eleita secretária do setor feminino da organização. Fundou e foi editora-chefe do jornal *Gleichheit*, defensor da mulher operária. Organizou e realizou o I e o II Congressos de Mulheres Socialistas, em 1907 e em 1910, respectivamente, e no segundo propôs a criação do Dia Internacional da Mulher em homenagem às operárias têxteis norte-americanas que se rebelaram em Nova York, em 1853.

Caminhos femininos na conquista do espaço público e político

Embora nem sempre seja possível precisá-los quantitativamente, importa contemplar os movimentos femininos e feministas que impuseram mudanças de situações, de comportamentos, de referenciais, ainda que em alguns casos tenham sido exceções ou apenas exemplares. Mesmo nessas condições, muitas vezes desencadearam mudanças mais representativas em termos numéricos.

O papel do trabalho

O trabalho feminino não era novidade no final do século XIX. A novidade era que esse trabalho ganhava nova feição, sendo articulado de novas maneiras e trazendo efeitos sociais, econômicos e políticos incômodos.

A industrialização aumentou significativamente o número de mulheres assalariadas empregadas em fábricas, conferindo maior visibilidade à condição de mulher trabalhadora, o que, no entanto, não necessariamente quer dizer que antes do crescimento da indústria era menor o número de mulheres que trabalhavam fora de casa em troca de remuneração e em busca do sustento. Como afirma Scott,

No período anterior à industrialização as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa. Mulheres casadas e solteiras vendiam produtos nos mercados, ganhavam dinheiro com o pequeno comércio ou como vendedoras ambulantes, empregavam-se como trabalhadoras ocasionais, amas ou lavadeiras, produziam olaria, seda, rendas, roupa, objetos de metal, ferragens, panos tecidos e chita em oficinas. Se o trabalho entrava em conflito com o cuidado dos filhos, as mães entregavam os seus bebês a amas de leite ou a outras pessoas que tomavam conta deles em vez de desistir do emprego. Em busca de um salário, as mulheres ingressaram num leque muito vasto de ofícios, mudando também de um tipo de emprego para outro.²⁵

Entretanto, havia sim uma dificuldade de ordem econômica, social e cultural para o trabalho sistematicamente remunerado da mulher casada. Tanto é que, nos países de

²⁵ SCOTT, Joan W. “A mulher trabalhadora”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.447.

capitalismo mais desenvolvido, a população feminina considerada ocupada tinha um perfil marcadamente jovem e sem cônjuge, determinado pelo mercado empregador²⁶. E a maior ocupação pré-industrial, que afastava as moças das casas de suas famílias, era a de criada doméstica.

A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Este problema que implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais.²⁷

Sem dúvida, as mulheres trabalhadoras se identificaram com os movimentos operários e socialistas, não só por um sentimento de pertencimento classista, mas também, e principalmente, porque se sentiam contempladas quando as manifestações defendiam a emancipação dos oprimidos. Entretanto, a parcela mais consciente e realista sabia que para alcançar tal objetivo seria necessário mais do que uma revolução social. Havia a necessidade de se alterar radicalmente a relação entre os sexos.

Mais do que todas as outras, as mulheres operárias encontravam-se no centro das contradições, pois vivenciavam não só as de classe como também as de gênero. Se por um lado o trabalho lhes furtava feminilidade, por outro recebiam salários mais baixos por sua condição secundária na composição do orçamento familiar. Não tiveram espaço na construção da identidade operária. Essa identidade, constituída ao longo do século XX, era masculina, e só aos homens reservava a preponderância na vida cotidiana, privada ou pública, e especialmente na política. Se não era reconhecida na sua condição plena de trabalhadora, na qualidade de mãe ou de dona de casa, papéis sociais exclusivamente femininos, a mulher assalariada era vista como ausente.

Embora as mulheres do povo tenham tido uma atuação social aguerrida diante de situações abusivas e extremas, suas ações não tardavam a ser criticadas, sendo apontadas como instintivas e desordenadas pelos sindicatos, que, na sequência, masculinizavam tais

²⁶ “Na década de 1890, cerca de dois terços dos homens foram classificados como ‘ocupados’, nos países ‘desenvolvidos’ da Europa e dos EUA, ao passo que cerca de três quartos das mulheres – nos EUA, 87% delas – não estava nessa categoria. Mais exatamente, 95% de todos os homens casados entre as idades de 18 e 60 anos estavam ‘ocupados’, nesse sentido na década de 1890 (por exemplo, na Alemanha), enquanto apenas 12% das mulheres casadas o estavam; embora metade das solteiras e cerca de 40% das viúvas fossem ‘ocupadas’.” HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.276.

²⁷ SCOTT, Joan W. “A mulher trabalhadora”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.443.

movimentos. Assim foi quando a alta do custo de vida atingiu as zonas industriais das principais cidades europeias entre 1910 e 1911. As donas de casa pilharam os mercados, estabeleceram preços, formaram ligas de boicote aos especuladores.

Da mesma maneira, as greves só de mulheres enfrentaram grande intolerância, inclusive de seus pares, pois representavam uma flagrante ameaça à sociedade patriarcal.

[...] uma rebelião insuportável para o patrão habituado a sua docilidade; para a família um aborrecimento irritante, estimulado pela juventude habitual das grevistas; para a opinião pública, que oscila entre a condescendência indulgente – “essas pobres cabeças loucas” – e o subentendido sexual, uma indecência; uma desordem no habitual espetáculo da submissão feminina; em resumo, um escândalo. O mundo operário não aprecia em nada as greves das suas mulheres, menos ainda a das suas filhas, e impele-as a retomar o trabalho, por vezes brutalmente: o marido furioso arrasta a mulher à força até à fábrica e impõem-lhe aí um corretivo público (greve das refinarias de açúcar Lebaudy, Paris, 1913).²⁸

Aos movimentos espontâneos das mulheres indignadas com situações específicas, os socialistas e sindicalistas reagiram de duas formas: criticaram para em seguida assumir a autoria de tais ações e conferir-lhes forma masculina; ou conclamaram as mulheres para incitar seus maridos e filhos a participarem das greves e dos movimentos.

A força da ação feminina era reconhecida e desejada quando sob o controle dos homens, como na situação em que as mulheres apoiavam seus maridos em greve, organizando cozinhas coletivas, serões cantantes de solidariedade, tendo participação ruidosa em manifestações. E também era reconhecida (mas não desejada) por aqueles que se encarregavam de observar ou reprimir tais ações, uma vez que mediam o grau de revolta ou descontentamento em jogo pela quantidade de mulheres presentes nas manifestações e comícios.

A realidade vivida pelas mulheres que ingressavam no trabalho fabril ainda estava distante da meta estabelecida pelas lideranças socialistas, pois seus salários eram sempre inferiores. Isso gerava disputa, menosprezo e recrudescimento dos valores até então vigentes sobre a naturalidade da condição doméstica da mulher por parte de seus pares. Talvez aí possa ser encontrada a razão da fraca propensão das mulheres às greves, explicando o fato de que

²⁸ PERROT, Michelle. “Sair”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.512.

estas se caracterizavam mais como explosão de protesto contra o abuso patronal do que por um movimento reivindicatório estrategicamente organizado.

No entanto, há de se considerar que nem por isso as lideranças sindicais operárias, nos momentos de negociação, fincavam pé nas reivindicações especificamente femininas. Eram as primeiras das quais abriam mão em busca de um acordo. E mais raramente ainda acontecia de se colocar em pauta a desigualdade salarial.

Os sindicatos, área de domínio masculino por excelência, não reservavam espaço à atuação feminina. Congressos, tribunas, lugares de poder, quando aceitavam a presença feminina, o faziam quase que impondo a condição de que tal presença fosse figurativa, silenciosa. Outras práticas sindicais como quotizações, leitura de jornais e reuniões em cafés dificilmente cabiam no cotidiano das mulheres, e menos ainda por serem desestimuladas. Alguns sindicatos que congregavam trabalhadores com empregos considerados viris (alfaiates, operários do livro, principalmente na Alemanha) proibiam sua entrada. Outros as acolhiam com restrições, e aos poucos com benevolência.

No começo do século, quando as lideranças sindicais se deram conta da importância da união dos trabalhadores e da participação da maior quantidade possível de indivíduos nas lutas, então lamentaram a passividade das operárias, sem ainda se darem conta de que tal passividade fora por eles estimulada. Havia, todavia, iniciativas de sindicatos livres criados por mulheres que, sem pertencer ao universo operário, desenvolviam a consciência da exploração específica das operárias. Militantes dos movimentos associativos, essas mulheres acreditavam na união e na ajuda mútua como um meio de autoeducação tanto quanto de reivindicação. Ainda que possa ser discutido o caráter *paternalista* (ou seria *maternalista*?) de suas ações, sem dúvida contribuíram para o desenvolvimento da consciência das operárias.

As heranças da beneficência

Mas não foi só na indústria que as mulheres passaram a integrar as forças produtivas. A vida urbana e as transformações econômicas demandaram o incremento dos serviços. Contudo, as profissões femininas, criadas com o crescimento do setor terciário, não seriam devidamente remuneradas, não só por serem femininas, mas principalmente porque carregaram as marcas da vocação e do voluntariado, assentando-se em uma tripla missão – *ensinar, tratar e assistir*.

Encontram-se as raízes desse fenômeno na caridade religiosa, que fazia com que as mulheres saíssem de seus redutos para visitar os pobres, os prisioneiros, os doentes, ganhando as ruas de modo legítimo e socialmente aceito. Aos homens da burguesia interessava que, por intermédio da beneficência, elas lhes conferissem prestígio. As religiões católica e protestante exortavam as mulheres da sociedade, estimulando que se encarregassem dos mais necessitados, praticando o amor cristão, o amor desinteressado. Não deveriam esperar nenhuma forma de retribuição, afinal, o trabalho social assim exercido era como a extensão do trabalho doméstico. Elas deveriam cuidar dos desvalidos e dos marginais como cuidavam de seus familiares, com abnegação e desprendimento.

A amplitude dos problemas sociais no século XIX aumentou a demanda pela filantropia e, por decorrência, proporcionou às mulheres uma experiência fundamental para a apropriação do mundo externo. Se em um primeiro momento elas modificaram sua percepção de mundo, logo modificariam também a percepção de si mesmas, pois se descobriram capazes de indignar-se com a miséria em seus vários matizes, e de criar associações e ligas para combatê-la.

Esse trabalho social, que ultrapassava os limites da caridade, permitia o acúmulo de conhecimento e o desenvolvimento da autoconfiança. Na “gestão privada do social”, que é como Michelle Perrot²⁹ define a filantropia, as mulheres desenvolveram métodos e objetivos que foram aperfeiçoando. Partiram da caridade e passaram por campanhas de moralização, de higiene, de coleta de fundos (desde esmolas recolhidas entre amigos e vizinhos até os milhões arrecadados em bazares). E mesmo no repasse dos recursos obtidos, acumulavam saber.

A distribuição de fundos conhece uma mutação idêntica. A visita ao domicílio, destinada à identificação dos “bons pobres”, torna-se cada vez mais exigente. Transforma-se em inquérito, biográfico e familiar, cujos *dossiers* se acumulam na sede das associações constituindo um verdadeiro ficheiro da pobreza. As mulheres adquirem assim, um saber social e um hábito do terreno *quase professionnels*.³⁰

O comprometimento das mulheres no trabalho social se verificava não só entre as senhoras da burguesia ou da elite. À medida que as associações e ligas se multiplicavam, incorporavam mulheres de camadas médias empenhadas em difundir noções de economia

²⁹ PERROT, Michelle. “Sair”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

³⁰ Ibidem. p.506.

doméstica, higiene, puericultura, educação das crianças, moralização dos costumes, combate ao alcoolismo e à ociosidade. As mulheres do povo também encontraram lugar em trabalhos sistemáticos e eventualmente remunerados, como é o caso das *Bible Women*, da *London Bible Women Mission*.

Entre todos os papéis desempenhados pelas mulheres, dois sensibilizaram-nas especialmente e suscitaram protestos e solidariedade: o da trabalhadora a domicílio e o da prostituta. No primeiro caso, a luta culminou com a atuação de feministas e sindicalistas pressionando para que se promulgasse na França a primeira lei do salário mínimo – de 10 de julho de 1915. Esta regulamentava o trabalho a domicílio, além de instituir o salário mínimo. Por sua vez, a prostituição despertava a piedade feminina por unanimidade, das caridosas religiosas às feministas radicais, que atuavam nas prisões e nos hospitais junto às infectadas por doenças venéreas e protestavam contra a abolição da regulamentação da prostituição, contra o *vício* e contra o *tráfico de brancas*.

Na transformação da filantropia em trabalho social, as mulheres se capacitaram na gestão administrativa e financeira, na comunicação, nos inquéritos, na gestão pública do social e se prepararam para assumir funções de responsabilidade. Para tal se exigia autoridade e saber. Também (mas não só) por meio dessa ação social as mulheres compreenderam seus limites diante do poder de transformar as leis, poder sempre exercido pelos homens. E começaram a reivindicar seu direito de voto.

O feminismo ganha corpo

Na raiz da campanha pelo direito de voto da mulher encontra-se também a luta pelo divórcio na Inglaterra e na França, pois trouxe consigo a discussão da guarda dos filhos, bem como o direito de gerir os próprios bens. Naturalmente, esses problemas eram maiores entre as mulheres com posses. Entretanto, na Inglaterra,

No momento mais alto da batalha legislativa, petições com milhares de assinaturas chegaram ao Parlamento e um deputado, industrial importante, contava que não podia atravessar o limiar da sua fábrica sem que suas operárias o assaltassem com perguntas a propósito do avanço da reforma. O mesmo aconteceu em França em 1831-1834: a tentativa liberal a favor do divórcio foi apoiada por uma intensa

campanha de petições em que as mulheres insistiam nos seus sofrimentos.³¹

A luta pelo direito de voto, que caracterizou a primeira onda feminista, de fato não arrastou multidões de mulheres. Se a conquista do voto poderia beneficiar a todas, nem todas podiam compreender de que maneira. Era necessário um grau de conscientização e politização que ia além do despertar que as vivências fora das fronteiras domésticas proporcionavam então.

As feministas do século XIX, inspiradas no liberalismo, buscavam reconhecimento como indivíduos e como cidadãs, daí a dimensão jurídica de sua principal bandeira. Em muitas situações, as mulheres se movimentavam em direção à ampliação dos seus espaços públicos e, particularmente, políticos. Havia aí uma atuação conjunta que congregava mulheres de diferentes classes sociais. É também verdade que nem sempre foi assim. Tais contradições retardaram em um tempo *a consciência de gênero*. Mulheres aristocratas atuantes na filantropia pensavam nas mulheres do povo como suas empregadas potenciais. Outrossim, as operárias se queixavam das feministas, as quais chamavam de *burguesas*, tomando suas reivindicações de legislação social como discriminatórias.

Se era verdade que para a grande maioria das mulheres no mundo, aquelas que viviam em sociedades de bases agrárias³², não ocorriam grandes alterações quanto às suas formas de vida, também era fato que para as mulheres da burguesia nos países industrializados (e mesmo para as elites dos países da periferia do capitalismo) as mudanças não eram tão evidentes. Já desfrutavam estas de uma condição privilegiada que lhes permitia relativa liberdade e autonomia. As mudanças mais importantes foram sentidas pelas mulheres pertencentes às camadas média e média-baixa, das quais saiu um importante contingente que ocupou postos de trabalho eminentemente femininos, criados pela expansão dos setores comercial e de serviços. Eram professoras, telefonistas, enfermeiras, secretárias, escriturárias, datilógrafas, vendedoras, entre outras tantas.

Uma relativa autonomia e relativa emancipação feminina eram convenientes e desejadas por homens e mulheres de quase todos os segmentos sociais, cada qual por razões diferentes, principalmente se for considerado que o casamento nem sempre acontecia.

³¹ PERROT, Michelle. "Sair". In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.529-30.

³² Calcula-se que, na passagem do século, $\frac{3}{4}$ do total de mulheres eram camponesas. HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Ressalte-se que, no caso dos homens, eram desejadas sempre que controladas por eles e desde que não ameaçassem os valores que afirmavam a sociedade patriarcal. À burguesia interessava reconhecer as mulheres como um segmento próprio, ao qual poderiam ser destinados produtos de consumo relacionados à sua suposta especificidade feminina. Tal fato estava associado a um estilo de vida que muitas vezes não passava pelo casamento como alternativa de sobrevivência, e sim pela busca de atividades não domésticas.

Se nesse período as mulheres ainda não representavam uma parcela economicamente significativa, potencialmente já se revelavam enquanto tal. E não deixavam de ser reconhecidas como um público com interesses especiais, como demonstravam as publicações dirigidas às mulheres – tanto páginas femininas de jornais destinados às massas como revistas especificamente femininas.

As mulheres trabalhadoras passavam a participar mais efetivamente da composição do orçamento familiar, por mais que esse fato trouxesse incômodos rearranjos domésticos. Essa participação tornou-se necessária e até mesmo imprescindível, no caso das mulheres solteiras e até casadas. Para a pequena-burguesia, era difícil manter as filhas que não se casavam nem trabalhavam, razão pela qual aumentou o interesse nesse segmento pela educação que possibilitasse trabalho e certa independência.

Alguns indicadores revelam que nessa época houve mudanças significativas nas vidas das mulheres quanto às suas posições e aspirações. Sem dúvida, elas ampliaram suas expectativas quanto à suas vidas. Embora esse fenômeno fosse observado com mais clareza na pequena-burguesia, repercutiu também em outras classes. A educação secundária oferecida às meninas seria consideravelmente ampliada em importantes países europeus (Inglaterra, França, Alemanha, Rússia), enquanto outros a menosprezaram (Suécia, Suíça, Itália, Países Baixos e Bélgica). E a educação universitária voltada para mulheres aumentaria muito nos EUA e na Rússia.³³

O afrouxamento das convenções e costumes propiciou maior liberdade às mulheres na prática de esportes, de danças, no uso de roupas que permitiam maior mobilidade (em contraposição aos opressores espartilhos e corpetes), na participação em reuniões e situações mais descontraídas e menos vigiadas, como piqueniques, férias sem a presença de maridos ou pais, entre outras.

³³ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

O movimento feminista atuante na passagem do século XIX para o XX, embora extremamente vigoroso e aguerrido, era composto por pequena parcela de mulheres oriundas das camadas médias e da burguesia. Lutou bravamente, inclusive mediante a ação direta, na Inglaterra. E essas mulheres, embora não fossem numerosas, conquistaram amplo reconhecimento. Embora de maneira nenhuma tenha sido inócuo, o movimento não conseguiu conquistar/envolver um número maior de mulheres para suas causas. Talvez porque sua principal bandeira – o direito de voto – não sensibilizasse grandes contingentes femininos, tendo em vista que demandava maior interesse social e maior politização.

Paradigmas liberais da Primeira Onda Feminista

O *feminismo* sempre esteve associado com a modernidade, assim como esta sempre esteve associada ao comportamento feminista. Na modernidade é que se encontram os fundamentos do *feminismo*, os seus paradigmas. Ela é que propicia as condições culturais, econômicas, sociais e políticas para que os questionamentos e, por consequência, os movimentos apareçam e adquiram repercussão.

A modernidade abre as portas para a mulher?

As origens da modernidade podem ser encontradas remotamente no repensar do mundo decorrente da expansão marítima, das conquistas ultramarinas, do crescimento das atividades comerciais, do reflorescimento urbano, do surgimento de uma nova classe social – a burguesia –, da formação dos estados nacionais, da incorporação das inovações técnicas tanto para empreender as grandes navegações como para a difusão do conhecimento.

A longa desintegração do sistema feudal permitiu que a burguesia construísse uma visão de mundo que se contrapunha à visão religiosa até então vigente. A mudança que revolucionou as mentalidades e crenças da época – a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo e a consequente valorização da racionalidade – permitiu uma outra abordagem do conhecimento, bem como a valorização da condição humana. O homem ganhava uma dimensão que antes a mentalidade religiosa sufocava. Daí o interesse pela retomada da cultura greco-latina da Antiguidade Clássica, na qual o homem ocupava o centro

do universo. Embora a religiosidade católica ainda persistisse nas práticas e crenças populares, o novo ideal pouco a pouco se estabelecia – o homem plenamente desenvolvido de corpo e espírito.

Tendo como base econômica o desenvolvimento do capitalismo comercial, a nova visão de mundo era eminentemente burguesa. Isso se traduzia por uma concepção do homem como um ser inteligente, empreendedor, capaz de entender os fenômenos da vida e de lidar com a natureza de maneira a sujeitá-la aos seus interesses.

Entretanto, a visão de conjunto desse novo entendimento do homem carecia de precisão. Se não era mais Deus quem decidia a coroação de tal ou qual rei mediante seu máximo “representante” – o papa –, quais homens, baseados em que fundamentos, decidiriam sobre os governos? Se não era Deus quem decidia as ordens econômicas e sociais, a quem corresponderia decidir, organizar e administrar a produção daquilo que os homens necessitavam para viver? Quem ocuparia os postos subalternos e se encarregaria do trabalho? Se não era Deus quem fazia com que alguém nascesse em uma determinada condição social e morresse na mesma, quais possibilidades de mudança se apresentavam?

Período histórico de transição e, como tal, especialmente rico, testemunhou a emergência de todos os tipos de conflitos de interesses. Não por acaso, o absolutismo monárquico se instalou como regime político, dando conta, pelo menos provisoriamente, do conflito principal naquele momento: o de interesses econômicos e políticos. Até que a burguesia amadurecesse enquanto classe e tivesse condições de empreender a conquista do poder.

A visão iluminista da mulher

Da produção, organização e sistematização do novo arcabouço filosófico se encarregaram os *iluministas*, que deram sustentação ideológica à nova classe, elaborando as bases do liberalismo. Nessa empreitada, trataram de dar coerência aos novos conhecimentos por meio de um monumental trabalho coletivo que culminou no caso francês com a obra *Encyclopédie*. Estabeleceram as novas bases filosóficas da existência humana, pelo menos na compreensão ocidental do mundo, combatendo os preceitos religiosos até então vigentes.

A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis ser reveladas.³⁴

Entretanto, nem mesmo esse segmento mais avançado de reflexão sobre a existência humana e suas demandas conseguiu escapar da conservação das tradições quando estas eram convenientes para a dinâmica social e, mais especificamente, para a primazia dos homens em qualquer aspecto da vida em sociedade. Do contrário, não há o que explique o fato de o discurso iluminista dirigir-se a todos os homens, portanto, ser universal. E ao mesmo tempo consagrar a desigualdade entre homens e mulheres, com vistas à perpetuação da subordinação destas àqueles. Tal posicionamento torna-se ainda mais paradoxal à medida que fere o espírito das Luzes, que combate qualquer opinião que não seja fundamentada na razão. Até porque Descartes já havia demonstrado na sua filosofia que a unidade do espírito garante a rigorosa igualdade intelectual dos sexos.

No Século das Luzes, havia um entendimento tácito de que as mulheres constituíam a metade da humanidade, embora não houvesse estatística que confirmasse tal asserção numericamente. “Como poderia eu esquecer essa preciosa metade da República que faz a felicidade da outra metade, e cuja doçura e sabedoria nela mantêm a paz e os bons costumes?”, dizia Rousseau em seu *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes*,

O termo metade deve ser antes tomado num sentido funcional: a mulher coopera na reprodução da espécie, é esposa e mãe, filha e irmã; ela possui um estatuto na família e na sociedade. A expressão metade parece em si mesma ambígua, porque, estranhamente, não é recíproca: não se diz dos homens que eles constituem a metade do gênero humano. Intervém aqui um sofisma sutil: estamos em presença de uma metade que não parece, efetivamente, fazer par com a outra metade; digamos que a metade feminina existe em relação à metade masculina que lhe confere o fundamento e permite a sua definição [...]

³⁴ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p.23.

a metade feminina, segundo Rousseau não pode ter a pretensão de valer tanto como a outra.³⁵

O discurso dos filósofos iluministas sobre o homem e sobre a mulher era um discurso masculino, do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher, estabelecendo para as duas metades desiguais da humanidade uma dupla maneira de dizer, de descrever e de definir. A consagração da desigualdade vem do fato de os autores desses discursos serem ao mesmo tempo juízes e parte interessada.

Comparando-se os artigos *Homme* e *Femme* na *Encyclopédie*, verifica-se que o primeiro é composto por quatro partes, três delas assinadas por Diderot e uma por Charles-Georges Le Roy, enquanto o segundo tem três autores diferentes que revelam três abordagens distintas. Primeiramente, o homem é definido como a referência da espécie: um ser dotado de corpo e alma, que sente, pensa, reflete, é capaz de fazer o bem e o mal, um animal político e moral que vive em sociedade e formula leis para o convívio.

Da perspectiva da história natural, o homem e a mulher são descritos anatômica e fisiologicamente, sendo a mulher tratada como o outro em relação a “nós, os homens”. Por seu turno, a terceira parte tem como foco o homem como espécie moral, o que quer dizer que, diferente dos animais, que só agem por instinto, o homem possui entendimento, o que o capacita a desenvolver o conhecimento, a trabalhar e a agir de acordo com as regras socialmente estabelecidas. Aqui aparece a educação como fator de modificação que pode incidir sobre os homens e as mulheres diferentemente, uma vez que cada sexo recebe uma educação adequada à sua condição. E, conforme ressalta o autor, quem estabelece como será essa educação tanto para si como para as mulheres são os homens.

No âmbito da política, quando se trata da atividade econômica, da prosperidade, do bem-estar da população, Diderot afirma que são as crianças que se transformam em *homens*, razão pela qual demandam cuidados especiais dos pais, das mães e das amas. Diderot aqui entrava em sintonia com seus pares, que, por unanimidade, consideravam a maternidade a função primeira das mulheres.

³⁵ Apud: CRAMPE-CASNABET, Michèle. “A mulher no pensamento filosófico do séc. XVIII”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.372.

A primeira parte do artigo *Femme* é escrita pelo abade Mallet, que, sob a perspectiva antropológica, trata de analisar se a inferioridade da mulher repousa em razões naturais ou culturais. E, quando parecia ter resolvido a questão, afirmando que tal inferioridade havia sido criada artificialmente pelos povos antigos, pelos sistemas políticos e pelas religiões, abre uma exceção para a religião católica, que, segundo ele, estabeleceu uma superioridade *real* no homem.

Já Louis de Jaucourt, autor da segunda parte do artigo, analisa o estatuto da mulher sob o enfoque do direito natural, e a define como propriedade do marido, na associação com vistas à procriação e à conservação da espécie que seria o casamento. Embora considere, por um lado, a superioridade do homem no casamento como uma violação do princípio da igualdade dos direitos, por outro, julga necessário que o governo da associação seja entregue ao marido, o que é legitimado pelo contrato de comum acordo firmado, em que a mulher se submete voluntariamente à servidão doméstica.

Da terceira parte se encarrega Desmahis, que trata a mulher da perspectiva moral, resgatando o senso comum que entendia a mulher como possuidora da arte de agradar pelo prazer, pela imaginação, pela sutileza da sua busca do poder e da autoridade por vias indiretas. E, sobretudo, pela suprema arte da sedução. O autor apresenta a mulher situando-a em dois pólos contrários do mesmo sexo: aquela que se dedica a amar dolorosamente procurando o amante ou os amantes; e o seu oposto, encarnado na mulher virtuosa que é procurada pelo marido e dedicada ao lar e aos filhos, cujo universo restringe-se à casa, território em que, teoricamente, ela exerce o poder.

Os homens falam das mulheres segundo uma relação dissimétrica, depreciativa, mesmo e talvez, sobretudo, quando o discurso masculino valoriza as virtudes femininas. Estas virtudes permitem marcar uma inultrapassável diferença. O discurso masculino, que parece funcionar como discurso divino, é esse dizer criador, teológico, que fala com uma espécie de espanto da sua própria produção: a criatura feminina.³⁶

O atributo da beleza, expresso na referência recorrente às mulheres como comendo o belo sexo, cobrava um alto preço, uma vez que quase sempre, na opinião masculina, a beleza (algo natural) estava associada com a inferioridade, sobretudo intelectual (algo a ser

³⁶ Apud: CRAMPE-CASNABET, Michèle. “A mulher no pensamento filosófico do séc. XVIII”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.380.

cultivado e desenvolvido com base na razão). “Nela [na mulher], nunca coexistem [...] a razão e a beleza. Quando a beleza quer o domínio, a razão leva-a a recusar; quando a razão o poderia conquistar, a beleza já não existe. As mulheres devem viver na dependência [...]” Assim expressou-se Montesquieu em sua obra *L’Esprit des lois*.³⁷

Os filósofos iluministas não reconheciam na mulher a capacidade de abstrair e generalizar. Consideravam-na como se não fosse além da fase do operatório concreto. Reconheciam sim a sua capacidade de imaginar, mas atribuíam a ela uma imaginação infantil, que a faria tomar os desejos por realidades, que a conduziria às fantasias, que a induzia ao erro, concluindo-se que seria preciso controlar esse espírito frágil, defendê-lo de si mesmo, pois o excesso de imaginação poderia levar à *loucura*, que, aliás, era considerada latente no ser feminino.

Condorcet foi voz dissonante nesse discurso iluminista, ao apresentar uma forte e consistente argumentação para afirmar a igualdade das mulheres no direito de cidadania, pois, pelos cânones iluministas, a mulher não possuía o direito de participar da vida política. Defendia esse pensador, sempre em nome da igualdade dos direitos da espécie humana, a necessidade de a mulher receber a mesma instrução³⁸ que os homens. Acreditava que a instrução das mulheres era questão de utilidade pública, uma vez que a mulher instruída garantiria uma melhor educação dos filhos e zelaria para que seu marido não se esquecesse dos conhecimentos adquiridos na juventude.

O referido pensador teve chance de mostrar que tal postura ia além de um princípio quando recebeu da *Assemblée* a incumbência de fazer um projeto sobre a instrução pública. Esse projeto, que terminou por ser rejeitado, apregoava a instrução pública, gratuita e laica como forma de combater a tirania e como garantia do exercício da igualdade e da liberdade dos povos. Afirmava ele: “O orgulho do forte leva-o facilmente a acreditar que o fraco foi feito para ele; mas isso não é nem a filosofia da razão nem a da justiça.”³⁹ Radicalmente coerente com os princípios iluministas, estava adiante da mentalidade de seus pares e à frente de seu tempo no que se referia às mulheres.

³⁷ Apud: CRAMPE-CASNABET, Michèle. “A mulher no pensamento filosófico do séc. XVIII”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.385.

³⁸ Condorcet diferenciava instrução de educação. A primeira entendia ele como obrigação da escola, e a segunda era a família que propiciava.

³⁹ Apud: CRAMPE-CASNABET, op. cit., p.401.

Revolução sexual na Inglaterra?

Enquanto isso, com maior pragmatismo, a ética protestante implementava mudanças revolucionárias na condição feminina na Inglaterra por ocasião da Revolução de 1640. E, assim, já se adequava à estrutura da família para a sociedade industrial, antes mesmo da Revolução Industrial, de acordo com o historiador inglês Christopher Hill,

A revolução sexual que teve um importante papel no advento da ética protestante procurou substituir o casamento de conveniência (que deixava o amor fora do matrimônio) por uma associação monogâmica, ostensivamente baseada no amor recíproco, e uma associação econômica na direção dos negócios da família. A mulher subordinava-se ao marido, porém não era sua escrava. A dissolução dos mosteiros e conventos simbolizava a substituição do ideal celibatário pela idéia de uma castidade dentro do casamento. O padrão duplo de conduta sexual foi substituído, pelo menos em teoria, por um padrão único de moral, válido para ambos os sexos.⁴⁰

Embora sob muitos aspectos a situação da mulher juridicamente fosse bem inferior à dos homens, era inegável que a condição feminina registrava avanços, principalmente em Londres, onde já se considerava delito o espancamento de esposas (um hábito inglês observado por mercadores estrangeiros), bem como o ato de chamar uma mulher de “puta”. Ambos os casos permitiam levar o agressor a juízo.

A discussão de certos princípios, feita mais por teólogos e pregadores que gozavam de prestígio e poder, os quais nem sempre concordavam entre si, se beneficiava do contexto revolucionário. Realmente abalava as convicções e práticas, registrando algumas conquistas legais e a regulamentação de novos costumes, sendo que para isso os pensadores contavam com a ajuda dos dramaturgos populares.

A essência da nova ética protestante se concentrava na defesa dos seguintes aspectos das relações entre homens e mulheres: a mulher deveria ser companheira, ter direitos na associação familiar (embora fosse subordinada ao marido) e o casamento deveria ser por amor. Os filhos também deveriam ter liberdade de escolha (sempre que estas estivessem em consonância com a opinião dos pais). O adultério do marido deveria ser tão condenável

⁴⁰ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.294.

quanto o da esposa, e deveria haver até mesmo o direito de divórcio (com igualdade de direitos para as mulheres também nesse campo). Esses aspectos eram defendidos por muitos dos teólogos protestantes. Para que o avanço na prática correspondesse às novas ideias, muito contribuiu a supressão dos tribunais eclesiásticos, que, sob pretexto de controlar a vida sexual das pessoas, praticava a extorsão, cobrando taxas e multas abusivas.

Com essas diferentes interpretações acerca da mulher observadas nos discursos masculinos no período histórico chamado modernidade, verifica-se que, mais do que a igualdade, esse tempo trouxe o questionamento sobre a possível igualdade. E se não deu resposta satisfatória à questão, já não pôde mais ignorá-la. A inferioridade da mulher comprometia e tornava vulnerável a razão universal, tão cara aos pensadores da época. Essa incoerência estava destinada a se tornar cada vez mais flagrante e desafiadora para a metade condenada da humanidade.

Paulatinamente, aqui e ali, de acordo com as condições históricas, e das mais variadas formas, as mulheres, conclamadas a fazer valer seus direitos, se apresentaram à luta. A maneira que muitas delas encontraram para desafiar a pressão social para o casamento e para a maternidade (esta entendida como razão de ser da mulher), principalmente quando e onde o casamento ainda não se realizava por amor, foi o refúgio nos conventos. “Desposando” Jesus, escapavam da subordinação ao marido. A vida na clausura possibilitava o exercício de afazeres considerados masculinos, como a dedicação à escrita, por exemplo. E também o exercício de uma vida sexual livre, desde que clandestina.

Os iluministas estabeleceram cânones que continuam pujantemente vigentes no começo do século XXI, ainda que bastante questionados, particularmente no que tange às mulheres. Como exemplo pode-se citar o culto à beleza, na esteira da noção do “belo sexo”. Atualizado desde então pelas diversas “modas”, com diferentes determinantes segundo o tempo e as conveniências, tal valor, devidamente alimentado pela ideologia do capitalismo, é o que explica a movimentação de astronômicas cifras do capital investido na indústria da beleza.

Outro exemplo é o da maternidade como função precípua da mulher. Tal valor traz ainda nos dias de hoje muitos conflitos de natureza subjetiva e objetiva para grande parte das mulheres. Estas se veem obrigadas a conciliar as funções de mãe com outras responsabilidades, mesmo aquelas que não são arrimos de família. E se reflete nas polêmicas em relação à prática do aborto em várias partes do mundo, que vão além da questão religiosa.

O Brasil da passagem do século

Como referido anteriormente, os últimos anos do século XIX foram marcados pelo impacto daquela que se tornou conhecida como a Segunda Revolução Industrial, que fez mais do que introduzir avanços científico-tecnológicos em relação à Primeira. Esse segundo momento de expansão da economia capitalista implicou transformações drásticas no modo de vida de uma quantidade muito maior de pessoas, que vivenciaram a introdução de inúmeras inovações, em ritmo acelerado, no seu cotidiano.

A quebra da hegemonia britânica e o início das rivalidades interimperialistas entre Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos é outra característica desse período, demarcado aproximadamente entre os anos 1870 e 1918.

A mudança das pequenas fábricas para as enormes plantas industriais, com utilização de máquinas e equipamentos sofisticados, com vistas à produção em larga escala, aguçou a cobiça das nações industrializadas por fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores. Estas empreenderam então a disputa pelas áreas ainda não colonizadas da Terra e o neocolonialismo. Assim, outra dimensão dessa Segunda Revolução Industrial foi a notável expansão do mercado capitalista. Tal expansão fez tombar sistemas de produção com resquícios feudais, que se caracterizavam pela servidão, e os que se baseavam na mão de obra escrava. Foi o caso do Japão, da Rússia, do sul dos EUA e do Brasil, entre tantos outros.

Para que as potências imperialistas atingissem seus objetivos econômicos, necessitavam ir além da incorporação de territórios e da manipulação de governos subservientes. Era preciso promover profunda alteração na maneira de viver das sociedades tradicionais, a fim de nelas introduzir hábitos de produção e de consumo. Muitas dessas sociedades reagiram e rechaçaram essas intervenções nas suas culturas, nos seus hábitos e costumes. O fato provocou a imposição da *modernização* pela violência, por parte das nações imperialistas e de seus representantes locais. Era mais uma oportunidade de ostentar a superioridade técnica dos armamentos, e não deixar dúvida sobre a dominação.

Havia sincronia entre a economia global e a economia brasileira?

O Brasil era participante da Divisão Internacional do Trabalho, na condição de produtor primário especializado em um artigo de sobremesa, o café, e em uma matéria extrativa, a borracha. Tinha um passado colonial marcado pela produção agrária, com base na mão de obra escrava. Sofrera pouca alteração em sua estrutura social desde sua independência e não estava sintonizado com esse rearranjo profundo do capitalismo.

De acordo com Paul Singer⁴¹, esse período de crescimento acelerado do capitalismo em nível global não coincidiu com marcos significativos na economia do Brasil. Ela continuava sendo agrária e voltada para o mercado externo. Se em 1870 era o café o principal produto brasileiro comercializado no exterior, em 1918 continuaria sendo, ainda que tanto o regime como a mão de obra houvessem mudado. Se 1870 era o apogeu do Segundo Império, em 1918 o que se convencionou chamar de República Velha já dava sinais de esgotamento.

A Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, que ocorreram no meio desse período, não causaram impacto na dinâmica do capitalismo global nem promoveram grandes alterações em um primeiro momento no país, embora não se possa negar que ambas representaram ajustes institucionais para uma maior integração do Brasil nos quadros da economia mundial. A modernidade no Brasil, entretanto, ainda se faria esperar por cerca de 30 anos, quando o processo de industrialização por substituição de importações começaria a impactar.

Menos óbvia como constatação, no entanto, é a idéia de que a dinâmica mundial do capitalismo não tenha desempenhado um papel decisivo na história deste período no Brasil. Ocorre que nossa integração na economia internacional era bastante parcial, durante o século passado e mesmo durante os três primeiros decênios deste. O nosso Setor de Mercado Externo compunha-se então de uma série de manchas no mapa do país, como a zona da cafeicultura comprimida no Vale do Paraíba e dele transbordando para o Oeste Paulista, as zonas açucareiras no litoral nordestino e na área de Campos, no Estado do Rio ou os seringais que pontilhavam a imensidão da floresta amazônica. Este Setor de Mercado Externo se articulava com o exterior por meio de uma incipiente economia urbana, centrada em algumas cidades portuárias como o Rio, Santos-São Paulo, Recife e Belém, que se achavam apenas precariamente interligadas. Entre estas

⁴¹ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930". In: FAUSTO, Boris. *História Geral a Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 1º. Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977.

manchas de produção primária destinada ao exterior e as cidades que de alguma forma as polarizavam, havia todo um mundo semi-fechado de fazendas e estâncias, pequenas propriedades de “homens-livres”, de vendas, mascates e tropeiros, de aldeias e pequenas cidades, cujo equilíbrio dificilmente poderia ser perturbado por acontecimentos originados do “exterior”.⁴²

Fatores com diferentes graus de importância entrecruzam-se na explicação da morosidade da modernização da economia do Brasil. Sem dúvida, as relações escravistas de produção constituíram forte barreira para o desenvolvimento das forças produtivas, haja vista que retardaram o recebimento dos diversos fluxos migratórios europeus que então se dirigiam à América em busca de novas oportunidades. O Brasil, como país periférico em relação ao centro da economia mundial, era visto pelas potências imperialistas como os demais países em condições semelhantes – fornecedores de matérias-primas de origem mineral ou vegetal e de bens não industrializados –, e não como consumidor de produtos manufaturados. Esses países, por suas condições ecológicas peculiares, produziram os artigos necessários à sustentação dos novos hábitos alimentares que se difundiam na Europa Ocidental, como tomar chá, café, comer chocolate, bife, entre outros.

Quanto à matéria-prima para a indústria, com crescente demanda, que o Brasil produzia, ou seja, a hévea, era de tamanha envergadura o investimento para que se passasse de um processo de extrativismo para cultivo (as seringueiras encontravam-se esparramadas pela Amazônia) que os países produtores da borracha buscaram outros territórios com condições climáticas semelhantes para sistematizar e controlar o plantio.

Outro fator inibidor dos grandes investimentos industriais no Brasil foi a ausência de carvão de boa qualidade. Era o principal combustível utilizado nos processos de industrialização dos países de capitalismo avançado. A energia alternativa baseada no petróleo e nos consideráveis recursos hídricos existentes no país só começou a ser utilizada em 1883/84, quando as cidades de Campos, no Rio de Janeiro, e de Rio Claro, em São Paulo, respectivamente, instalaram geradores elétricos acionados por água. Em todo caso, vale registrar que a energia hidrelétrica representou para a industrialização do Brasil meridional o mesmo que o carvão coque representou para os ingleses na Revolução Industrial.⁴³

⁴² SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 1º. Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977. p.350.

⁴³ “A capacidade elétrica instalada no Brasil atingia um megawatt por volta de 1890, dez por volta de 1900, e cem por volta de 1908 (chegou a mil por volta de 1938).” DEAN, Warren. “A industrialização durante a

O Brasil se via na confortável condição de fornecedor de café para os países industrializados, sem concorrentes que significassem ameaça, com terras suficientes e propícias para a expansão do cultivo. Teve possibilidade de continuar explorando a mão de obra escrava até 1888 (época em que os escravos ainda podiam ser comprados em regiões de economia decadente do país). E era visto como um imenso reservatório de terra e de gente a ser explorado posteriormente.⁴⁴

Dificuldades para a industrialização

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado ocorreu com a imigração em massa de trabalhadores estrangeiros. Tal conversão não possibilitou de imediato a industrialização, embora essa fosse a aspiração de muitos adeptos da República. A porcentagem do café na receita de exportação comprova o fato. Entre 1881 e 1890, o produto representava 60% das exportações, número que no período de 1924 a 1929 passou para 72,5%.

O saldo de nossa balança comercial atinge o seu valor máximo na década de 1901-1910, quando se dá o auge da borracha. A partir desta década, o saldo da balança comercial decresce ligeiramente, pois a partir de 1901/1910 as importações crescem mais que as exportações; entre a 1ª e a 3ª década do século XX as importações aumentam 112% ao passo que as exportações aumentam de apenas 69%.⁴⁵

A industrialização voltada para o mercado interno, num processo de substituição de importações, teve início com a República, mas só ganhou impulso por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Então, foi interrompido o fornecimento de produtos pelos países industrializados, que redirecionaram seus parques industriais para a produção de armamentos.

Ainda que as importações tenham aumentado no começo do século XX e superado as exportações, o saldo da balança comercial decresceu discretamente. É que havia uma política tarifária, cambial e de sustentação de preços dos produtos de exportação, para proteger a

República Velha”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral a Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 1º.Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977. p.255.

⁴⁴ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930”. In: FAUSTO, op. cit., 1977.

⁴⁵ Ibidem. p.362.

indústria nascente e assegurar os serviços da dívida externa. Esta aumentava bastante. O endividamento cresceu em função das políticas de “valorização” do café: financiamento dos déficits governamentais e obras de infraestrutura. E também para fazer frente ao pagamento dos serviços da dívida, ou seja, se contraíam dívidas para pagar os empréstimos.

A Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, separados por um ano apenas, aconteceram na esteira da crise do Império, das decorrências da Guerra do Paraguai, do desenvolvimento tardio das ideias republicanas no Brasil e da formação de uma elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares que desejavam empreender a modernização das estruturas políticas e econômicas do Brasil.

Intelectualidade

Se por um lado o setor cafeeiro, hegemônico na economia do país, resistiu mais às mudanças das forças produtivas, por outro, foi de seu meio que saíram muitos bacharéis. A intelectualidade brasileira desse período era oriunda das famílias do latifúndio. Era formada por jovens que, por pertencerem a famílias ricas de cafeicultores, tiveram chance de estudar na Europa, ou mesmo nas capitais no Brasil.

Por mais que tivessem contato com outras realidades econômicas, e buscassem inspiração no que era moda em termos de conhecimento, isto é, no darwinismo social, no positivismo e em outras correntes científicas, seus limites enquanto idealizadores de uma reforma estrutural seriam estabelecidos pelas suas origens de classe e pela configuração econômica do país – produtor primário que explorava a mão de obra escrava. Almejavam uma modernização superficial, que não colocasse em risco o controle do país por sua classe.

Os intelectuais oriundos das cidades, com origem estritamente urbana, inebriavam-se com os modelos interpretativos europeus e buscavam explicações para deformações da sociedade que não lhes permitia analisar a realidade de seu país. A rápida modernização das cidades em que viviam exercia sobre eles um fator alienante. Terminavam por preconizar inovações *civilizatórias*, espelhando-se nos países da Europa e nos EUA, e por abstrair a preponderância da vida rural no Brasil.

Aqueles que criticavam o latifúndio e a escravidão

Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam de muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela.⁴⁶

Assim, o “progressismo” dos segmentos médios urbanos consistia em apoiar a abolição da escravatura e a República, a reforma do ensino, a separação entre a Igreja e o Estado, entre outras medidas, não fazendo mais que sustentar e fazer repercutir as aspirações dos grupos progressistas que se destacavam nas oligarquias rurais. Quando esses intelectuais urbanos expressavam simpatia pelos fracos e oprimidos, o faziam à distância, pois não viam maneira de aproximar-se dos ex-escravos, que consideravam ignorantes e atrasados, tampouco dos imigrantes, que ainda nem dominavam o idioma e cujas reivindicações não consideravam cabíveis porque não as entendiam.

Quando falavam em nome do “povo” ou dos “pobres” sem precisar essas categorias, o faziam de uma perspectiva paternalista, e com grande confusão ideológica. Abraçavam teorias evolucionistas e positivistas, defendendo a necessidade de uma intervenção militar para colocar “Ordem e Progresso” na vida política da nação.⁴⁷

Portugal foi um dos países europeus que mais demorou a ceder às influências do Iluminismo, particularmente na renovação do Direito. Ali se pregava a luta da razão contra o autoritarismo, visando a abolir velhas tradições jurídicas e o império do Direito Natural. Aliás, a apropriação dos valores formulados no Iluminismo foi feita com muita parcimônia pelos brasileiros, ainda na passagem do século XVIII para o XIX, na esteira do despotismo esclarecido de Marquês de Pombal. Dera-se no contexto do final do período colonial, como lembra Maria Odila Leite da Silva Dias: “Filhos em sua maioria da elite rural brasileira nunca pretendiam um liberalismo democrático.”⁴⁸ Eram homens da ciência, com espírito pragmático, que trataram de absorver ao máximo as “luzes” (sobretudo os princípios

⁴⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.202-3.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p.99.

fisiocratas) para desenvolver o conhecimento das riquezas e potencialidades do país. Tinham consciência do atraso do Brasil e de Portugal em relação ao mundo moderno, mas nem pensavam em separação e independência, muito menos em república ou libertação dos escravos. Ao contrário, tinham a preocupação de alterar esse quadro começando por modernizar a metrópole.

Cerca de cem anos depois, sob o regime republicano, o esforço para a industrialização ainda enfrentava as contradições do passado colonial. Coube à “vanguarda” da oligarquia rural cafeeira, com mentalidade escravista, implementar a mudança que demandava valores burgueses ainda demasiadamente incipientes. A República implantada não foi liberal, mas sim oligárquica. Aos ricos fazendeiros de café do sudeste interessava controlar seus destinos, ao sabor de suas conveniências econômicas. Não havia compromisso com o liberalismo nem preocupação com nenhum valor democrático.

Industrialização

O novo regime político, no afã de promover a imediata industrialização e modernização, adotou uma série de medidas: abertura completa da economia aos capitais estrangeiros (principalmente ingleses e americanos), permissão para bancos privados emitirem moeda, uma nova lei de sociedades anônimas e a criação de um mercado de ações, com centro na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Não obstante, as numerosas isenções de direitos sobre matérias-primas e máquinas e as tarifas especialmente elevadas impostas a muitas espécies de bens de consumo importados eram, indubitavelmente, menos determinadas pelo nacionalismo do que por um “clientelismo” difundido, que reuniu os chefes do Partido Republicano e os industriais, a fim de assegurar a consolidação política e o lucro privado.⁴⁹

Os limites da industrialização brasileira foram claramente marcados pelo fato de esta ter sido implementada por membros da oligarquia rural cafeeira, em um momento de triunfo

⁴⁹ DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 1º. Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977. p.253.

do sistema de exportação do café. Havia limitações de toda ordem. Foi concentrada no sudeste do Brasil. Os ramos industriais desenvolvidos foram quase que exclusivamente voltados para subsidiar a exportação do café. Foi marcada pela ausência de visão estratégica para ampliação e diversificação dos negócios.

Com total amparo do governo, os objetivos da industrialização foram sempre voltados para o lucro privado, sem nenhuma preocupação com a criação de um mercado interno. Faltou incentivo – se o governo da República Velha não se colocava contra as indústrias, também não adotava medidas concretas que estimulassem a criação delas.⁵⁰ Era deficiente a compreensão das relações de produção – os empresários revelaram grande dificuldade de adaptar-se ao trabalho assalariado, uma vez que estavam marcados pela mentalidade escravista, e pela cultura ibérica secular do desprezo pelo trabalho. Relutavam em remunerar os trabalhadores. Houve problemas de ignorância – muitos fazendeiros eram brancos e rudes e desprezavam conhecimentos que não pudessem ser aplicados de imediato para aumentar suas riquezas. Eles desconsideravam qualquer possibilidade de educação básica que pudesse qualificar a classe trabalhadora nativa.

Os cafeicultores investiam no que era materialmente necessário para incrementar seus negócios: estradas de ferro, docas, bancos, sociedades comerciais importadoras. Com os lucros obtidos em tais empreendimentos adquiriam máquinas para fabricar e aperfeiçoar seu principal produto. Dessa forma, desenvolveram a indústria têxtil (inicialmente para a sacaria), a torrefação e moagem, entre outras.

Cabe ainda destacar duas informações relativas à industrialização. Se inicialmente ela se desenvolveu no Rio de Janeiro, que em 1907 concentrou 33,2% da produção, ao passo que São Paulo tinha 16,6% e o Rio Grande do Sul, 14,9%, logo essa concentração maior passou para São Paulo (que foi o estado que mais imigrantes recebeu), conforme indicam os dados de 1920: 31,5% em São Paulo, 20,8% no Distrito Federal e 11% no Rio Grande do Sul.⁵¹

A segunda informação diz respeito aos setores industriais desenvolvidos, que foram o têxtil, inicialmente, seguido do setor de alimentação e bebidas e do vestuário. O setor têxtil

⁵⁰ E quando o fez foi já nos anos 20 do século XX, num contexto de clara crise do café e de tentativa de ampliação dos limites industriais. “Incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira, que começou a produzir em 1924; em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland, cuja produção foi iniciada em 1926.” FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp e FDE, 1995. p.288.

⁵¹ Ibidem.

era o que concentrava maior número de operários. Ali se chegou a produzir 80% dos tecidos consumidos no país, ainda antes da Primeira Guerra.

Imigração

Tais limitações abriram espaço para que os imigrantes, sobretudo aqueles que vieram com algum recurso, pudessem se ocupar de funções estratégicas na economia, como no setor de importações, por exemplo. A partir dele, puderam construir suas fortunas, dando importante contribuição para a diversificação industrial do país.

Os imigrantes, que vieram em grandes quantidades, compunham um grupo bastante heterogêneo quanto às nacionalidades, culturas e regiões de procedência (rural ou urbana). As experiências e as habilidades profissionais se diferenciavam bastante das que a classe trabalhadora nativa possuía – mesmo quando não vinham de cidades, já traziam a experiência do trabalho assalariado e eram sensíveis aos seus incentivos. Além disso, uma parte deles, cerca de 20%, era alfabetizada e possuía alguma habilidade manual e técnica.

Os imigrantes deram impulso à industrialização e, indiretamente, também à urbanização, diversificando a produção de alimentos, demandando serviços, introduzindo ofícios diversos. Poupavam recursos para enviar para seus países, bem como exigiam e reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. Organizavam-se em associações e sindicatos.

Urbanização

A urbanização no Brasil aconteceu com heranças coloniais nefastas para o crescimento das cidades. Uma delas se expressava nos valores “aristocráticos” adotados pela elite rural. Ela desvalorizava o trabalho manual, prezava o lazer e a rotina, dava pouco valor ao progresso tecnológico e científico e muito valor à ostentação. Cultivava assim laços de dependência. Outra herança eram os traços marcadamente nacionais da cultura, que acentuavam o patriarcalismo, o clientelismo e o coronelismo, assunto que será retomado mais à frente.

Essas características, favorecidas e alimentadas pela estrutura econômica, cuja base era o latifúndio, a monocultura, a produção para o mercado externo, a distância dos centros do poder (concentrados em algumas poucas cidades do litoral), não contribuíam para a sociabilidade. Esta, na maioria dos casos, ficava restrita à família, geralmente extensiva, e às práticas religiosas. As cidades eram então dominadas pelas oligarquias rurais, que resolviam seus conflitos de disputa pelo poder local na base do autoritarismo e da violência. Mostravam-se distantes da lei ou de qualquer limite institucional.⁵²

Outra herança nefasta era a confusão no trato das coisas públicas como se fossem privadas. As ações dos mandatários, investidos no poder legalmente, eram realizadas frequentemente em favor de seus negócios pessoais, utilizando verbas públicas, e apresentadas à população como benemerência. As fidelidades eleitorais, mesmo quando o voto era bastante restrito, se estabeleciam pelo clientelismo, como também pelo clientelismo eram controlados os quadros da burocracia.⁵³

O processo de urbanização começou a sofrer pequena alteração na segunda metade do século XIX, quando se verificou um tímido desenvolvimento do artesanato e do comércio interno. Começou a haver um rearranjo nas camadas inferiores da sociedade, incluindo negros e mulatos libertos, que buscavam se reunir com seus pares, formando confrarias e irmandades. Essas organizações funcionavam como associações de ajuda mútua. E desde então se notava “a tendência de negros e pardos livres concentrarem-se em certos bairros”.⁵⁴

Em sua maioria, as cidades do Brasil de então não passavam de povoados com aspecto fortemente rural. Em suas ruas encontravam-se mulas, galinhas, porcos e outros animais, mais do que pessoas. Nelas se destacavam igrejas, edifícios da Câmara e cadeias. Só as cidades maiores possuíam Santa Casa, que, na condição de instituição religiosa e filantrópica, de caráter paternalista e cristão, oferecia assistência hospitalar na forma de caridade.

⁵² “Nas cidades do interior a oligarquia rural dominava em termos absolutos, enfrentando com sucesso, em caso de conflito, os representantes do poder imperial [...]. Os senhores rurais gozavam de independência absoluta em seus domínios, estendendo como no passado, o seu poder às aglomerações urbanas, cuja população passava a integrar sua clientela.” COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.192.

⁵³ “Para reforçar os laços de fidelidade que ligam o eleitorado ao homem público, essenciais à manutenção do poder político e do prestígio do chefe, é preciso que este satisfaça a sua clientela, multiplicando os empregos e as pensões, mesmo quando aqueles não se fazem necessários ao bom funcionamento do Estado e venham, pelo contrário, sobrecarregar as despesas e entravar a máquina administrativa.” Ibidem. p.193.

⁵⁴ Ibidem. p.190.

Essas cidades e povoados, quanto mais distantes ficavam dos centros urbanos exportadores, mais viviam isolados. Eram desprovidos de informações, ou seja, ignoravam o que se passava no resto do mundo. Na ausência de meios de comunicação formais e regulares, geralmente entravam em contato com o mundo exterior por intermédio de mascates e tropeiros.

Os códigos sociais de então não permitiam às mulheres de alta classe circular pelos lugares públicos. As ruas eram de domínio dos escravos, vendedores ambulantes, rameiras, vagabundos e artesãos. O padrão de segregação e confinamento das mulheres de alta classe não era exclusivo das cidades pequenas e interioranas. O recolhimento ditado pela disciplina patriarcal vigorava também nas cidades maiores. Contudo, nestas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, gradativamente as mulheres ganhavam o direito de frequentar bailes e teatros, ainda que sempre sob a tutela dos homens.

Devido à ainda insuficiente mercantilização das relações sociais, o que demandava o avanço do capital industrial, o universo feminino era geralmente limitado ao mundo doméstico. A educação das mulheres da elite era precária e seu convívio, restrito aos familiares e escravos. A situação se modificava bastante entre as mulheres que não pertenciam às classes dominantes. “As mulheres das camadas inferiores gozavam de uma liberdade de circulação e independência desconhecida das que integravam a elite, aparecendo frequentemente como chefe de família, exercendo suas atividades livremente.”⁵⁵

O processo de urbanização estava interligado com a libertação dos escravos, com o afluxo de imigrantes, com a expansão da rede ferroviária, com a industrialização, com os melhoramentos urbanos. O trabalho assalariado, mesmo na zona rural, permitia a criação do mercado interno, impulsionado com a expansão das ferrovias. A chegada de imigrantes, portadores de habilidades manuais e técnicas, com demandas próprias de serviços e alimentação, também favoreceu a industrialização e a urbanização. A concentração de pessoas nas cidades fez com que aumentassem as necessidades de lazer, de saneamento, de transporte. As ferrovias permitiram aos fazendeiros a transferência para os centros urbanos, uma vez que poderiam se deslocar para suas propriedades rurais com mais facilidade.

Assim, o comércio se ampliou e se diversificou, conferindo novas possibilidades ao artesanato e à manufatura. O capital estrangeiro se viu atraído a investir nos empreendimentos urbanizadores. E as cidades foram ganhando melhorias no abastecimento de água, no

⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.189.

calçamento, na iluminação (com a adoção da iluminação pública a gás), nos transportes urbanos (com a instalação de bondes elétricos).⁵⁶ Ainda ganharam beleza com passeios públicos, teatros, cafés e aumentaram a oferta de diversões públicas.

A educação passou a adquirir alguma importância, fazendo aumentar o índice de alfabetização. Esse fenômeno era incitado, muitas vezes, pelas necessidades apresentadas pelos imigrantes, que valorizavam a leitura e o conhecimento. Com o incremento da alfabetização, aumentou o público para jornais e revistas, que passaram a circular em maiores quantidades. A vida cultural se intensificou com a fundação de associações artísticas e musicais em várias cidades. E a sociabilidade aumentou com a diversificação das ocupações. Por conseguinte, a sociedade se tornou mais complexa. As mulheres se movimentavam mais, em função da flexibilização da rígida disciplina patriarcal.

Esse fenômeno de urbanização descrito ocorreu mais no sul e no sudeste do Brasil, regiões nas quais foi incentivada a imigração⁵⁷, em função do cultivo do café. A cidade de São Paulo foi a que apresentou maior índice de crescimento, reflexo do elevado contingente de imigrantes que recebeu. Cerca de setecentos mil colonos (italianos, portugueses, espanhóis e austríacos, entre outras nacionalidades não computadas) chegaram no estado de São Paulo entre 1890 e 1901.⁵⁸ As cidades do interior se beneficiaram desigualmente das modificações decorrentes do aumento dos sistemas de comunicação e transporte. Nada mudou nas cidades mais distantes, que não foram atingidas pela rede ferroviária nem pelos telégrafos. Eram esses adiantamentos que determinavam o grau e o ritmo de modernização.

A defasagem entre a urbanização das cidades e a das regiões mais distantes dos centros exportadores do Brasil até fins do século XX revela que os efeitos da industrialização ainda demorariam a afetar significativamente as estruturas socioeconômicas do país.

⁵⁶ “O sistema de carris urbanos instalou-se em Recife em 1868. Entre 1872 e 1895 instalam-se redes de tráfego urbano em Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Recife, Campinas e São Paulo. Na década dos oitenta criam-se serviços telefônicos em São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Campinas (então importante centro da área cafeeira).” COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.197.

⁵⁷ “A corrente imigratória tende a se encaminhar para o sul do país, onde se definiu uma política favorável à obtenção de braços para as lavouras (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro) ou interessada no desenvolvimento de núcleos coloniais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).” Ibidem. p.195.

⁵⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp e FDE, 1995.

Mulheres brasileiras entre o doméstico e o público na dominação

Em meados do século XIX, o sistema de direito civil brasileiro baseava-se nas Ordenações Filipinas⁵⁹, compiladas em 1603, em Portugal. E não mudou até a promulgação do Código Civil de 1916, quando, ainda assim, alguns de seus aspectos permaneceram. Por exemplo, o marido era considerado “cabeça do casal”, isto é, aquele que decide questões relativas à educação, criação e local de residência dos filhos e que administra os bens do casal.

O modelo familiar no Brasil consistia numa livre interpretação das Ordenações Filipinas, com variações segundo as regiões, ou melhor, adaptações conforme as culturas e condições locais. Entretanto, permaneceram o patriarcalismo e o patrimonialismo como traços comuns, no que se refere à classe dominante. Assim, o que se podia encontrar com frequência era a família comandada por um marido autoritário, que decidia sobre tudo e qualquer coisa. Às vezes se permitia ter concubinas (escravas ou não). Às esposas correspondia a submissão, a passividade, o recolhimento em casa, a condição de procriadora e, no máximo (porque frequentemente os escravos o faziam por elas), os cuidados com os filhos e com a casa.

Aos filhos homens dava-se a capacitação para a vida pública, tanto no trabalho, seguindo os passos do pai, como nos estudos, para superá-lo, seguindo novas carreiras profissionais. Visava a conferir-lhes prestígio. Ou mesmo na política, disputando o poder. As filhas mulheres deviam aprender as prendas domésticas e uma ou outra arte, como música, para encantar as reuniões sociais. Outros componentes, chamados “agregados”, tais como familiares não consanguíneos, afilhados, filhos bastardos e outros, atribuíam ao estereótipo familiar a característica de família extensiva.

⁵⁹ “Foram compiladas durante os reinados de Filipe I e Filipe II e publicadas no ano de 1603. Vigeram desde o início do século XVII até a proclamação da independência brasileira em 1822. Regeram o ordenamento jurídico privado no Brasil por mais de 300 anos, portanto. [...] O primeiro Código Civil português foi promulgado em 1867. Foi o fim das Ordenações Filipinas como regramento da civilística no ‘além mar’. No Brasil, a codificação levou mais tempo para se implementar e corporificar. As Ordenações vigeram, ainda, por algum tempo.” RODRIGUES, Renata. *As tendências do Direito Civil Brasileiro na pós-modernidade*. Belo Horizonte: PUC, 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6617>>. Acesso em: 24/05/2008.

O casamento

O casamento era um valor em todas as classes, embora fosse praticado com motivações diferentes e de maneiras muito diversas, segundo o lugar ocupado na escala social. Para as mulheres da elite, o casamento representava praticamente a única alternativa de vida. Ao mesmo tempo, era a finalidade maior de sua existência. Em contrapartida, para os homens da mesma classe representava a satisfação de um desejo, de um capricho. Era a mudança de estado civil que lhe garantiria respeitabilidade e descendência, além da melhora ou manutenção de sua condição econômica. Daí o fato de terem ocorrido tantos casamentos endogâmicos.

[...] o casamento para a elite, centrava-se na propriedade. Uma aliança considerada adequada e conveniente envolvia parceiros de casamento com igual riqueza e status, cuja união preservaria a situação financeira e a posição das famílias. Para manter seu prestígio e estabilidade social, as famílias de elite procuravam evitar os casamentos com misturas de raças, tanto quanto de nascimento, honra e riqueza desigual.⁶⁰

A família começava a se preocupar com o casamento da menina assim que seu corpo apresentasse os primeiros sinais da mocidade, por volta dos doze anos de idade. Era quando se iniciava a confecção do enxoval e a preleção da mãe sobre a importância da vida matrimonial para as mulheres, bem como a conveniência de se manter um comportamento recatado e solícito para conseguir um bom pretendente.

A menina, então, sem nenhuma chance de participar da escolha de seu parceiro, e sem consciência de que seria exposta por seus pais no mercado matrimonial a fim de aumentar as riquezas familiares, via aumentadas suas angústias – e se não fosse escolhida antes dos 25 anos, quando passaria a ser considerada velha? Embora os rapazes graduados em Medicina ou Direito que atingissem a maioridade legal pudessem se casar sem a autorização do pai, portanto, elegendo suas futuras esposas, na maioria dos casos, eles também não deviam opinar nos acordos matrimoniais.

⁶⁰ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.45.

Muitas vezes as garotas eram forçadas por seus pais a se casarem aos treze ou quatorze anos e com homens bem mais velhos. Partiam para o casamento, na condição de meninas alegres e risonhas, quando ainda nem tinham saboreado a juventude. Deveriam então assumir os cuidados da casa e dos filhos. Rapidamente, atingiam a plena maturidade física, e não demoravam a adquirir características de matronas – ficavam corpulentas, pesadas e circunspectas.

A mulher casada era valorizada pela honra, que se media pelo recato, pela sobriedade, pelo número de filhos que *dava* ao marido, pelas suas funções dentro do lar, por só se deixar ver em público na companhia do marido. Muitas vezes também era valorizada por andar de cabeça baixa e responder em monossílabos. Que satisfação podiam elas encontrar numa união na qual o amor não contava? Ao contrário, o que descobriam no casamento era a desilusão e o desamor na forma de tirania, abandono, desprezo, conforme atestam relatos de estrangeiros, como o inglês Gardner, que passou pelo interior do Ceará. Contava ele que dificilmente os homens de mais elevada condição social viviam muito tempo com suas esposas, pois, sem se prender pelo matrimônio, logo as substituíam por moças mais novas que aceitavam viver em concubinato. Assim, sustentando duas casas, vivia o juiz de órfãos, o juiz de direito e a maior parte dos comerciantes, segundo seu testemunho.⁶¹

No sertão nordestino, as mulheres, ao casarem, passavam a se vestir de preto, devendo abdicar de qualquer vaidade. Confinadas dentro de casa, não demoravam a ficar obesas e descuidadas, perdendo a autoestima. Eram bastante desestimuladas pela violência das relações conjugais, que não eram exclusivamente físicas. Por outro lado, por uma questão demográfica (muitos homens mudavam-se para o litoral em função de seus negócios) e por uma perversa falta de opção, mulheres jovens, quando preteridas no mercado matrimonial, sacrificavam seu status social pelo status econômico ao encontrarem homens mais velhos. Estes, mesmo casados, talvez lhes pudessem proporcionar amparo econômico e social. Não se importavam de amasiar-se, desfrutando o prestígio conferido à segunda ou terceira esposa de fulano ou beltrano. Adquiriam até certo respeito se nessas uniões tivessem filhos.

Nessas sociedades nordestinas, distantes dos centros urbanos de importância econômica para o país, de maneira mais acentuada do que nas cidades mais desenvolvidas, desenvolveu-se uma ética própria das relações conjugais, afastada dos valores cristãos, que

⁶¹ FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977.

legitimava amor e sexualidade e despertava complacência para as famílias ilegítimas.⁶² A realidade na capital do Império era um pouco menos rude, mas ainda assim a vida da mulher casada era bastante desestimulante. Amenizada um pouco, talvez, pelos bailes que podia frequentar vez por outra, ou por alguma peça de teatro que às vezes assistia.

Algumas mulheres reagiam à letargia a que o casamento as levava dinamizando a administração doméstica e organizando recepções formais e reuniões sociais. Assim, atendiam às necessidades de seus maridos, em virtude da intensificação da vida comercial e política no Rio de Janeiro. Nessas ocasiões, as mulheres podiam exibir trajes, prendas, traquejo social, que quebravam as suas monótonas rotinas.

Se a honra feminina e a honra familiar estavam tão estreitamente vinculadas à reclusão das mulheres e aos altos escalões da hierarquia social, os homens que não eram fazendeiros, comerciantes ou profissionais liberais não precisavam lançar mão desse artifício para obter a submissão e passividade de suas mulheres. Para os segmentos que não eram da elite, o casamento permitia outros arranjos e modelos familiares. Nem sempre se dava com as bênçãos da Igreja, que, se por um lado condenava o concubinato, por outro cobrava bastante caro pela realização do sacramento. Assim, o casamento servia como diferenciador social entre aqueles que tinham alguns bens e os que não conseguiam cobrir o alto custo da celebração religiosa.

As famílias eram geralmente nucleares, embora houvesse grande quantidade de famílias chefiadas por mulheres. A falta de patrimônio conferia maior liberdade de escolha entre os parceiros. Porém, a possibilidade de escolha reduzia à medida que diminuía as propriedades das famílias e à medida que ocupassem lugares mais baixos na estratificação social.

No sertão, o casamento dos pobres não era de conveniência nem envolvia forma de dote alguma, mas encontrava motivação na fuga da solidão por parte do noivo. Principalmente se morasse isolado no campo. E, no sentido patriarcal, era interessante para o pai da noiva, que se livrava de um “fardo”.

Para as mulheres pobres, bem como para as escravas, o casamento era a concretização de uma afeição muito mais que uma alternativa de vida. Para elas, não se apresentava a possibilidade de serem sustentadas sem que precisassem trabalhar. E, ainda

⁶² FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977.

assim, algumas enfrentavam discriminação, no caso as bonitas. Os homens consideravam que elas despertavam a cobiça e temiam dar margem a possíveis traições.

Nesse meio o casamento possuía um sentido próprio de honra, formalizado ou não, e tinha seu valor, como ilustra a quadrinha do folclore do Piauí: “O casá é bom/ Coisa mio num há/ Uma casa, dois fiinho/ Boa terra pra prantá”⁶³.

Assim que o “matuto” reunia os requisitos – uma modesta casa de palha, uma roupa para a missa e um cavalo para começar a vida, sem os quais não encontraria mulher que o aceitasse –, saía procurando uma companheira. Ter casa, por mais modesta que fosse, era um ponto de honra, pois não gostava de morar com cunhados ou sogra. As rápidas cerimônias ocorriam nas festas anuais promovidas pelas autoridades locais, ao contrário dos casamentos da elite, cujas festas particulares duravam dias e constituíam-se em festivais de ostentação.

Recolhimento e dependência versus liberdade de movimento e autonomia

As mulheres que não pertenciam às elites nem às camadas médias usufruíam maior liberdade de movimento nas ruas. Muitas vezes, com a luta pela sobrevivência,

[...] atravessavam, sem restrições, praças e ruas públicas, agregavam-se nas fontes, nos tanques de lavar roupa, ou na beira dos rios, para exercer seu trabalho como lavadeiras. Empregavam-se como domésticas, cozinheiras, amas-de-leite ou costureiras. Algumas vezes, como vendedoras ambulantes enfrentavam não apenas a fome, mas também a polícia, regulamentos burocráticos e taxas impostas a sua minúscula atividade comercial.⁶⁴

Nas cidades, algumas escravas conseguiam certa autonomia e liberdade pessoal ao transitarem pelas ruas vendendo frutas e comidas que preparavam (sempre que autorizadas por seus senhores). Muitas, assim, conseguiram recursos para comprar sua alforria. Algumas conseguiam permissão para sair à noite e encontrar com seus namorados, maridos, amantes ou amigos que trabalhavam em outras casas. Ou então para dançar, participar de festejos, de ritos religiosos, nos quais podiam ocupar posições destacadas. Isso porque as religiões afro-

⁶³ FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977. p.262.

⁶⁴ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.41.

brasileiras não faziam restrições ao *sacerdócio* feminino. Entretanto, a condição das escravas variava bastante e muitas delas ainda sofriam diversos tipos de violência por parte de seus senhores. Estavam sujeitas ao assédio e ao estupro, à separação violenta de seus filhos, à desagregação de suas famílias.⁶⁵

No sertão do Brasil, as mulheres que pertenciam a uma elite empobrecida ou eram viúvas se ocupavam com trabalhos como aulas de piano e solfejo, venda de doces por encomenda, de arranjos de flores, de bordados e costuras. Atividades que, embora não tivessem boa remuneração, ajudavam no sustento da prole, em geral numerosa. Todavia, o trabalho feminino era mal considerado, por isso, muitas delas ocultavam suas atividades, vendendo o que faziam por meio de terceiros. Acreditava-se que a mulher não precisava nem deveria ganhar dinheiro se o homem da casa cumprisse com sua função de provedor.

Já para as mulheres pobres da zona rural, não havia opção. Faziam todo tipo de trabalho para se sustentar – costuravam, faziam rendas, lavavam, fiavam, pegavam na enxada, além de fazer outros tipos de trabalho considerados masculinos, como plantar, limpar a roça do mato, colher, carregar lenha.

As escravas trabalhavam desde muito pequenas, junto dos meninos, na roça, fazendo covas para plantar milho, cuidando dos animais. Algumas aprendiam a fazer renda de bilro. Na verdade, elas tinham de fazer qualquer trabalho que seus senhores exigissem – fazendo as vezes de tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, engomadeiras e dando conta de qualquer tipo de trabalho doméstico. Algumas até se especializavam em uma ou outra função, como carpintaria, por exemplo, mas em geral tinham de fazer de tudo.

As mulheres viúvas da elite, quando alfabetizadas, gozavam de alguma autonomia e independência. Podiam, por exemplo, assumir as responsabilidades do falecido na condução dos negócios. A viuvez acarretava liberdade, suprimindo as restrições impostas à mulher casada e atribuindo-lhe a autoridade de chefe de família. Além disso, poderia a mulher trabalhar e adquirir conhecimentos, atividades que antes faziam parte de pesadas restrições sociais. Considerava-se que a mulher não deveria receber educação além da que necessitava para assumir as funções de dona de casa, como ilustra uma antiga quadrinha dos tempos

⁶⁵ A partir de 1850, quando se proibiu o tráfico de escravos, aumentou a venda de escravos das regiões decadentes economicamente para a zona cafeeira. Nessas vendas, laços afetivos de toda natureza sofriam rupturas, muitos filhos eram separados de suas mães, homens de suas companheiras, e outros. FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

coloniais: “Menina que sabe muito/ É menina atrapalhada/ Para ser mãe de família/ Saiba pouco ou saiba nada”⁶⁶.

A reformulação da educação feminina foi objeto de muita discussão e relutância por parte das autoridades envolvidas nesse campo. Foi ainda uma das mais vigorosas reivindicações das mulheres, que conseguiam fazer repercutir suas ideias por meio de jornais e revistas.

As mulheres na conquista do direito ao trabalho

O trabalho feminino foi outro assunto que demandou acirrados debates. Mais que a educação, ele permitia o acesso das mulheres à vida pública, até então de domínio exclusivamente masculino. Entretanto, cabe registrar que o preconceito em relação ao trabalho feminino estava vinculado ao preconceito de classe, pois os homens não viam nenhum problema no fato de as mulheres da camada média-baixa e as proletárias exercerem atividade remunerada para sobreviver – o que explicava o grande número de mulheres empregadas nas fábricas têxteis. Nem faziam nenhuma consideração sobre a natureza da mulher, que, segundo acreditavam, não havia nascido para o trabalho, quando se tratava de escrava. Ao contrário, não tinham nenhum escrúpulo em exigir-lhe trabalhos considerados especialmente masculinos.

A rigorosa estratificação social pesava contra o trabalho numa sociedade escravocrata, que desprezava o trabalho manual e cuja elite sentia-se inatingível, acima de todas as coisas.

A mobilidade social mostrava-se difícil, talvez em parte porque a zona intermediária entre ricos e a massa da população permanecia estreita e incerta. Enquanto professores, mal pagos, de escolas primárias, guarda-livros e empregados de escritório poderiam considerar-se muito acima das classes pobres, os ricos percebiam pouca diferença entre eles. Pequena em tamanho se comparada com a classe média da Europa ocidental ou dos Estados Unidos, a assim chamada classe

⁶⁶ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.57.

média brasileira carecia de unidade e, sempre que possível, procurava imitar a classe alta em seu estilo de vida e aparência.⁶⁷

Em 1872, o censo revelou que 70% de todos os trabalhadores domésticos, escravos ou não, eram mulheres, bem como que 63% do total da força de trabalho feminina tinha esse tipo de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. A segunda ocupação mais comum, esta só exercida por trabalhadoras livres, era a de costureira. Quando confrontados esses dados com aqueles do censo de 1920, pode-se observar que não houve grandes mudanças – 82% de todos os empregados domésticos eram mulheres e 50% da força de trabalho feminina exercia trabalhos domésticos no Rio de Janeiro.

A urbanização, a industrialização, o aumento da burocracia estatal e a consequente modernização, cujos efeitos começaram a se fazer sentir no início do século XX, abriram perspectivas para o trabalho feminino com alguma qualificação e ampliaram os segmentos da pequena burguesia. Dela passaram a fazer parte os funcionários do governo, os trabalhadores no comércio, militares, escriturários, alguns profissionais como os barbeiros e os farmacêuticos, professores primários, profissionais liberais – médicos e advogados com vencimentos ou honorários fixos. Eles faziam questão de se distanciar dos trabalhadores da indústria e dos braçais.

As mulheres se integraram no trabalho, empregando-se nos Correios e Telégrafos, nas ferrovias, em bancos, comércios, seguradoras e em pequena escala no funcionalismo público, que relutou em admiti-las. Estavam em serviços de telefonia e em serviços de saúde. Muitas trabalhavam como datilógrafas. Sempre recebiam salários menores que os dos homens para igual função, e às vezes muito menores.⁶⁸ A diferença salarial era o indicador mais efetivo da discriminação da mulher no trabalho, mas havia outros tipos de discriminação.

No início do século XX, havia ainda poucas mulheres com nível universitário exercendo profissões de prestígio, como médicas, advogadas, farmacêuticas, arquitetas ou engenheiras. Assim, mais do que se empenhar na luta pelos direitos da mulher, estas exerciam suas profissões abrindo novos caminhos de formação feminina. Mesmo sendo mulheres oriundas da elite, elas sofriam discriminações pesadas, tendo de enfrentar a hostilidade, empecilhos, a maledicência. As médicas, por exemplo, eram atacadas moralmente, acusadas de indecência. E mesmo os homens que defendiam o direito das mulheres de ascenderem a

⁶⁷ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.52.

⁶⁸ Ibidem.

essas profissões *masculinas* argumentavam que era preciso dar alternativa àquelas que fracassavam na conquista do casamento, que, ainda achavam, seria a melhor *carreira* feminina.

A profissão que mais oportunidade de independência e autonomia oferecia à mulher era a de professora primária, com a multiplicação das Escolas Normais. Essa profissão despontou como feminina devido à má remuneração, embora muitos homens a seguissem. Tal como em outras funções, para trabalho igual o salário era maior para os homens. O trabalho feminino era sempre considerado complementar ao do pai ou do marido. Por essa razão, para os governos, havia uma conveniência econômica na feminização da carreira do magistério, ainda mais em se considerando a ampliação da oferta de escola pública para a população.

Outras profissões que foram gradativamente exercidas mais por mulheres do que por homens passaram a ser remuneradas com salários mais baixos. Isso aconteceu com a profissão de farmacêutico. À medida que os homens se interessavam mais por medicina, os cursos de farmácia perdiam prestígio e eram seguidos por mulheres.

Entre as camadas populares urbanas, o trabalho feminino não era novidade. As mulheres continuavam a trabalhar como lavadeiras, domésticas, costureiras, vendedoras nas ruas, operárias. E para as negras libertas, pouca diferença fez a Abolição, já que as suas condições de trabalho e os tipos de emprego permaneceram basicamente os mesmos. Continuavam a trabalhar como domésticas, cozinheiras, babás, lavadeiras, vendedoras ambulantes e às vezes até prostitutas. Tinham menos oportunidades de empregos e as mais baixas remunerações. Enfrentavam condições de vida muito difíceis, moravam muito longe do trabalho, sem ter com quem deixar seus filhos, viviam frágeis laços matrimoniais, afastadas muitas vezes de seus maridos e pais. Assim, em sua maioria eram as mulheres que mais desvantagens suportavam.

As operárias têxteis também eram exploradas com jornadas de trabalho que chegavam a 16 horas por dia. O mesmo acontecia com as costureiras, sendo que em ambas as funções as mulheres sofriam com frequência assédio sexual de seus chefes. Trabalhavam em fábricas produzindo tecidos, fios, estopas, cordas, meias, calças, roupas íntimas, gravatas. Outras trabalhavam em lojas de conserto de roupas e em ateliês de costura na confecção de bordados, chapéus, luvas, botões e outros adereços. Muitas trabalhavam em casa produzindo peças para as indústrias, de tal forma que seus patrões podiam burlar as taxas de contratação e o controle público. Suas condições de vida as levavam, algumas vezes, à prostituição, eventual ou não, para fazer frente à miséria econômica.

Não há estatísticas sobre a prostituição no período, uma vez que essa atividade nunca foi reconhecida ou legalizada, embora no Brasil fosse mais tolerada pelas autoridades do que em outros países.⁶⁹ Entretanto, sabe-se que havia entre as prostitutas níveis sociais e condições de vida bastante variados.

A postura dos homens em relação ao trabalho feminino era bastante contraditória, permeada de preconceitos. Em geral, procuravam fazer com que as mulheres encontrassem dificuldades de toda ordem em sua realização. O aumento das camadas médias e a criação de novos postos de trabalho para a mão de obra feminina faziam emergir argumentos casuísticos, como o que justificava os menores salários para iguais funções. As mulheres só trabalhariam até casar, ou só para complementar a renda familiar. Havia argumentos de conveniência; desde que não fosse para assumir responsabilidades, nem introduzir inovações, o trabalho feminino seria mais vantajoso. As mulheres eram mais conscienciosas, mais dóceis, mais pacientes, manifestavam aspirações limitadas e representavam economia, já que ganhavam menos.

Os trabalhadores urbanos, entre eles os sindicalistas, reproduziam os valores e os comportamentos das elites no que se referia ao trabalho feminino. Nem mesmo os socialistas e anarquistas eram coerentes com suas ideias a respeito de igualdade, como demonstram as Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, sob hegemonia do anarco-sindicalismo. O documento se refere às mulheres como fortes concorrentes dos homens, responsáveis pela própria vitimização, carentes de coesão e solidariedade.

A mesma postura foi expressa no relatório da União dos Alfaiates do Rio, enviado ao Segundo Congresso Trabalhista Brasileiro, em 1913. Ao mesmo tempo que lamentavam a superexploração que sofriam suas colegas, apontavam-nas como as mais perigosas concorrentes e afirmavam que contribuíam para a decadência de ambos.⁷⁰ Ainda que os socialistas e anarquistas reivindicassem a igualdade de salários, como mostra o programa do Segundo Congresso Socialista, realizado em 1902, esses militantes se atrapalhavam na argumentação quando diziam que seria crueldade tirar a mulher do lar para fazê-la trabalhar.

⁶⁹ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

⁷⁰ Ibidem.

A luta pelo direito à educação mobiliza uma parcela das mulheres

A educação no Brasil de então era muito mais objeto de discursos acalorados no Parlamento do que uma política efetiva de criação de escolas e aumento da oferta de vagas. Muito se falava e pouco se fazia. Havia pouquíssimas escolas.

A ausência de instrução pública em 1872, segundo dados do recenseamento daquele ano, revelava-se nos índices: 99,9% dos escravos e 80% da população livre eram analfabetos. O universo considerado era a população total. Quanto à população escolar, verificou-se que 16,85% das crianças entre 6 e 15 anos freqüentavam escolas. Para 12 mil alunos matriculados em colégios secundários calculava-se em 8 mil o número de pessoas com educação superior o que nos leva a inferir que a importância que se dava à educação da elite política era diretamente proporcional ao menosprezo à educação básica para a maioria da população.⁷¹

De acordo com leis anteriormente aprovadas, no Império a educação primária foi descentralizada, ficando a cargo das províncias. Estas não dispunham de recursos nem de vontade política para viabilizá-la. As escolas secundárias eram de responsabilidade do Governo Imperial, que tampouco lhes destinava muitas verbas, de maneira que havia poucas escolas, com professores mal pagos e mal preparados.⁷²

A grande maioria dos brasileiros não recebia nenhum tipo de educação formal, e quando recebia, esta se diferenciava de acordo com a condição social. As famílias da elite contratavam tutores particulares ou internavam suas filhas em colégios de freiras. Outras meninas menos afortunadas recebiam escassa e precária educação em casa ou em escolas dirigidas por religiosas ou estrangeiras. Os preços cobrados variavam bastante. Algumas meninas, filhas de trabalhadores, conseguiam estudar em escolas públicas.

De acordo com a mentalidade vigente a educação das mulheres, quando oferecida formalmente em escolas, deveria estar voltada para seu destino último – esposa e mãe. Elas deveriam aprender a cuidar da casa e dos filhos para poder assim, garantir a felicidade dos homens. Se alguma possibilidade de ampliação havia nesta concepção de educação, era sobre a necessidade da melhor preparação da mulher na

⁷¹ RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Uma perspectiva histórica da descentralização da educação*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2002. p.33.

⁷² Ibidem.

orientação moral de seus filhos. Visava que viessem a ser bons cidadãos. Mas de qualquer maneira, em matéria de educação para as mulheres, tudo refletia a percepção masculina do papel social e das atividades a serem por elas exercidas. Aos homens, além de estabelecer quais os assuntos e as matérias que as mulheres deveriam estudar na escola, também lhes cabia escrever os textos e aprovar os livros que elas deveriam ler.⁷³

Cabe observar o caso do Liceu de Artes e Ofícios, que, em 1881, pela primeira vez, abriu vagas para cursos específicos de mulheres (200, contra as 1042 vagas dos garotos). Os cursos eram muito diferentes dos oferecidos aos rapazes desde 1856, quando o Liceu foi fundado. Para elas, cursos de desenho, música e português; para eles, outros cursos que se aproximavam daqueles oferecidos aos meninos do Colégio Pedro II: álgebra, geometria, latim, grego, inglês, filosofia e retórica, entre muitas outras. O Colégio Pedro II, o mais antigo e mais importante colégio secundário público do Rio de Janeiro, só veio a aceitar meninas no século XX.

As Escolas Normais, frequentadas por filhos de famílias da chamada classe média, de acordo com os regulamentos de 1880, ensinavam português, francês, matemática, geografia, história, ciências elementares, princípios de direito e economia, religião, caligrafia, desenho, ginástica e pedagogia.

Experiente professora e editora do jornal *O Sexo Feminino*, Francisca Dinis, mineira radicada no Rio, na escola secundária para meninas que abriu com suas duas filhas, o Liceu Santa Isabel, oferecia cursos de geometria, cálculo, ciência natural, filosofia, além de dar a opção de outras línguas como francês, alemão, inglês e latim, mediante complementação de pagamento.

O que fundamentava as diferenças nos programas de estudo eram as distintas concepções da capacidade intelectual da mulher. A esmagadora maioria dos homens se dividia entre aqueles que achavam que o cérebro da mulher, sendo menor que o do homem, não possibilitava a assimilação, e menos ainda permitia a produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da humanidade, de um lado; e, de outro, aqueles que consideravam uma grande ameaça à ordem moral e à família a mulher ter acesso ao conhecimento, se profissionalizar ou, pior, sair de casa para trabalhar. Muitos simplesmente somavam os dois argumentos.

⁷³ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.126.

As mulheres que se preocupavam com o desenvolvimento do potencial intelectual feminino, que sustentavam a convicção da igualdade e clamavam por oportunidades iguais para os dois sexos não compunham a maioria entre seus pares. Grande número de mulheres não só seguiam as crenças masculinas, como também se incomodavam com a discussão. Em número maior ainda, na verdade, a postura que prevalecia era a da indiferença. Entretanto, a demanda reprimida pela educação feminina revela-se em dois dados significativos: a) 120 vagas das 200 oferecidas às garotas pelo Liceu de Artes e Ofício em 1881 foram preenchidas nas duas primeiras horas que se seguiram à abertura de inscrições e, findo o prazo, os pedidos totalizaram 600; b) a crescente procura das moças pelas Escolas Normais, por meio das quais poderiam se profissionalizar e seguir uma profissão honrada.

As Escolas Normais existam desde a década de 30 do século XIX, mas eram poucas, dispersas e funcionavam precariamente, formando mal poucos professores. Elas só ganhariam expressão depois de proclamada a República.

A presença feminina na imprensa

Muito contribuíram para o direito das mulheres de ascenderem às universidades as primeiras profissionais universitárias no Brasil. Romperam barreiras e encontraram todo tipo de dificuldade durante sua formação e no exercício da profissão. Destacam-se entre elas as duas primeiras médicas, formadas nos EUA, Maria Augusta Generosa Estrela, filha de um rico comerciante do Rio, e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira, natural de Pernambuco – esta, filha de um combativo jornalista e advogado republicano. Ambas tiveram seus estudos subsidiados, a primeira pela Coroa e a segunda pela Assembleia Provincial de Pernambuco, depois de intensa discussão e resistência. As duas juntaram-se para publicar o jornal *A Mulher*, destinado a persuadir as leitoras brasileiras de suas capacidades latentes e da igualdade de condições com os homens para a dedicação à ciência. Buscavam também divulgar as conquistas das mulheres norte-americanas em diversos campos.

O conceito de *emancipação da mulher* surgiu no século XIX, mas só ganhou força no século XX. Seu significado se tornou cada vez mais compreendido pela força da realidade. Em meados do século XIX, no Brasil, esse conceito tomou a forma de *direitos da mulher*, e apareceu nos textos jornalísticos em várias cidades, na campanha pelo direito à educação.

A campanha não aconteceu de forma organizada e articulada. Poucas eram as mulheres alfabetizadas, e menos ainda as que tinham condições de fundar um jornal, bancar sua edição, impressão e distribuição aos leitores. Mas algumas aguerridas ativistas dos direitos da mulher o fizeram. E não só na capital, onde as condições para isso eram mais favoráveis. Havia jornal ou revista de mulheres em Porto Alegre, São Paulo, Recife e até numa pequena cidade de Minas chamada Campanha.

O que uniu essas ativistas foi o fato de que estiveram entre as primeiras feministas⁷⁴ do Brasil, já que se pronunciaram sempre a favor do desenvolvimento das mulheres em termos individuais e coletivos, nos planos socioeconômico, cultural e político. Tinham em comum uma sólida educação e um alto nível de informação sobre o que se passava no mundo. Atributos que poucas possuíam, praticamente só algumas mulheres da elite. Além disso, eram mulheres corajosas, pois enfrentavam o medo de se expor ao ridículo para defender suas opiniões. Eram combativas e perseverantes. Estabeleciam diálogos com o pensamento reinante, bem como com os acontecimentos de seu tempo, provocando a discussão de valores arraigados, os quais questionavam com legitimidade.

Uma unanimidade pode ser percebida, e detectada como a primeira *bandeira*, entre as várias e dispersas ativistas dos direitos da mulher no Brasil da segunda metade do século XIX: a defesa do direito à educação. Em suas publicações discutiam não só a escassez de oportunidades de estudo para as mulheres⁷⁵, mas também o conteúdo dos ensinamentos a elas oferecidos.

O primeiro jornal surgiu no Rio em 1852 – *O Jornal das Senhoras*, editado por Joana Paula Manso de Noronha. Declarava em sua apresentação destinar-se ao melhoramento social e emancipação da mulher. Joana Manso era argentina, casada com um músico português, colaboradora de outros jornais brasileiros e responsável pela publicação de várias obras literárias. Seu jornal foi publicado durante quatro anos. Segundo essa publicação, a mulher deveria ser vista pelos homens mais como um anjo do que como uma boneca, pois o primeiro poderia ser mais útil. Protestava contra o fato de a mulher ser considerada propriedade do homem.

⁷⁴ O termo *feminista* é aplicado às ativistas que defendem os direitos da mulher, ou lutam por sua emancipação. *Feminismo* se aplica ao movimento social de mulheres em busca dos objetivos feministas.

⁷⁵ “Em 1873, o Império contava com apenas 5077 escolas primárias, públicas e privadas. Estas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas, enquanto a população brasileira excedia a 10 milhões de pessoas. Não obstante, no Rio de Janeiro, com cerca de 275.000 habitantes, 6.589 meninos e 4.872 meninas freqüentavam as 123 escolas públicas e privadas da capital.” HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.75.

O Belo Sexo apareceu dez anos depois, também no Rio, sob direção de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, que estimulava as autoras dos artigos a assinarem os textos com seus verdadeiros nomes, o que representava um avanço em relação ao jornal anterior. A equipe redatora reunia-se semanalmente para discutir os assuntos tratados, de maneira que pôde abordar com liberdade e abrangência novas ideias e pontos de vista para um público leitor aumentado, em razão do crescimento da cidade.

O Rio de Janeiro era de fato o lugar mais adequado para o lançamento de publicações que tratavam da modernidade. Entretanto, no interior de Minas, na cidade de Campanha da Princesa, Francisca Senhorinha da Mota Dinis, em 1873, publicou seu jornal *O Sexo Feminino*, que, depois de dois anos, já consolidado, com tiragem de 800 exemplares, transferiu-se para o Rio, onde seguiria obtendo sucesso. Depois de três anos, o jornal foi fechado, mas seria relançado com força total em 1889, atingindo uma tiragem de 2400 exemplares.

Francisca Dinis defendia o direito da educação para a mulher, em nome do progresso do país. Seu discurso, de cunho patriótico, mantinha coerência com sua defesa da emancipação da mulher, e sempre evocava exemplos de nações estrangeiras que considerava mais avançadas e civilizadas. Seu jornal foi dos mais influentes e duradouros, além de revelar o amadurecimento de suas posições em face da emancipação feminina. Ampliou sua plataforma inicial – com o direito à educação e ao trabalho – incluindo o direito ao voto. Digno de registro também é a coerência de sua vida com suas convicções, bem como seu preparo para argumentar contra as opiniões masculinas emitidas por homens poderosos e influentes.

Josefina Álvares de Azevedo⁷⁶ também se destaca entre as fundadoras e editoras de jornais feministas com sua publicação *A Família*, o mais duradouro jornal entre seus pares. Foi publicado de 1888 a 1897, inicialmente em São Paulo, mas logo foi transferido para o Rio. Josefina era a mais radical das defensoras dos *direitos da mulher*. Entre as ativistas dessa causa é a que pode ser considerada, de fato, feminista. Ela possuía mais clareza e firmeza quanto ao direito da mulher ao voto. Viajou pelo Brasil para conhecer o país e para divulgar seu jornal, escreveu peças de teatro para defender seus pontos de vista e enfrentou as posições masculinas conservadoras com coragem e convicção.

⁷⁶ As pesquisas feitas sobre essa autêntica feminista brasileira do século XIX não revelaram sua filiação, embora seja levantada a hipótese de ela fosse prima ou irmã bastarda do famoso poeta Antonio Álvares de Azevedo.

Outros jornais femininos surgiram no Rio de Janeiro nesse período, mas tiveram vida efêmera. As feministas que tiveram iniciativa de divulgar suas ideias demoraram a tomar contato umas com as outras. Tal articulação foi favorecida pelas campanhas abolicionista e republicana.

Havia *feminismo* no Brasil?

Poucas mulheres, a maioria de origem social elevada, tomaram a iniciativa de defender os direitos do sexo feminino e o fizeram por intermédio da imprensa. O Brasil tinha um elevado índice de analfabetismo. Portanto, essas pioneiras conseguiram significativas conquistas.

Partiram de tímidas contestações ao papel social que lhes era reservado pelos homens, quando ainda lutavam contra o tédio da vida ociosa que levavam. Repudiavam a condição de simples reprodutoras, de meros adornos, de rainhas do lar, de limitadas intelectualmente, de incapazes para o estudo ou trabalho útil à sociedade, de propriedades dos maridos.

Algumas delas enfrentaram interlocutores com elevado nível de formação, e também o positivismo, pensamento predominante entre os que se diziam adeptos do progresso e da modernidade. Lutaram sem se intimidar ou recuar. Questionaram valores profundamente arraigados na sociedade e o fizeram com propriedade.

Elas não vacilaram e seguiram adiante quando já não tinham os exemplos das nações estrangeiras mais desenvolvidas – por exemplo, por ocasião da luta em defesa do voto feminino. E questionaram por que o Brasil não poderia ser o primeiro.

Pode-se argumentar que eram vozes isoladas e que seus textos e publicações eram ignorados pelos homens, que tinham o controle da situação. Mas não é real o fato de que suas reivindicações de extensão da cidadania às mulheres foram consideradas mais tarde, durante a elaboração da Constituição Republicana? É verdade que não obtiveram o que almejavam, mas não pode ser considerada uma vitória o fato de terem sido ouvidas, já que não havia nem sequer uma só representante feminina no Congresso de então.

Em lugar de sentirem-se derrotadas, sentiram-se estimuladas a prosseguirem suas lutas. E foi o que fizeram.

CAPÍTULO II - O *FEMINISMO* REAPARECE EM TEMPOS DE AUTORITARISMO

A conjuntura e as mulheres

Os estudos de gênero e a historiografia voltada para a trajetória da mulher no Brasil situam a primeira onda feminista no início do século XX, mais especificamente na década de 20, quando ocorreu a luta pelo reconhecimento da mulher como cidadã. A campanha bem-sucedida pelo direito ao voto feminino foi então liderada por Berta Lutz. Entretanto, o inconformismo com a condição política e social subalterna da mulher já se manifestava antes, desde meados do século XIX, por meio de jornais feitos por mulheres, da participação de muitas delas nas campanhas abolicionistas e republicanas, da profissionalização de algumas em áreas consideradas até então exclusivamente masculinas.

Tal inconformismo, no entanto, não encontrava grande repercussão. Pode-se afirmar que se restringia a uma parcela do já reduzido segmento de mulheres que então tinham acesso a uma formação escolar e cultural. Após a conquista do voto, em 1932, um contingente maior de mulheres, embora ainda de pequenas proporções, seguiu de diferentes maneiras buscando ampliar seu reconhecimento social e seu espaço na política, mas sem um questionamento mais profundo sobre as diferenças de gênero e sua gênese.

Esta tese se dedica à análise da segunda onda feminista no Brasil, ocorrida entre 1975 e 1981. O foco da investigação incide sobre as relações de poder que se estabeleceram na fusão do movimento de mulheres com o *feminismo*. A emergência dessa onda, anterior a 1975, foi favorecida pela decisão da ONU de definir tal ano como o Ano Internacional da Mulher – ainda que se reconheça a polêmica em torno da data do surgimento dessa segunda onda feminista no Brasil, de acordo com Joana Maria Pedro.⁷⁷ A expressão *feminismo* é utilizada nesta tese para designar o processo de emancipação das mulheres em relação à condição subalterna que elas vêm ocupando historicamente nas relações entre os sexos, nas mais variadas culturas, e desde tempos remotos. Trata-se da doutrina que preconiza a extensão

⁷⁷ PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol.26, n.52. São Paulo, 2006. p.249-72.

dos direitos e do papel das mulheres na sociedade, mas não só. *Feminismo* é também a busca, mediante estudos, das raízes das diferenças dos papéis sociais de homens e mulheres e da compreensão de como e por que essas raízes se estabeleceram, com o objetivo de melhor revertê-las.

É também o movimento de apropriação desse conhecimento, bem como a luta para desconstruir a cultura da dominação pelo sexo, baseada em supostas diferenças “naturais”. Caracteriza-se no processo de conscientização da possibilidade de reversão de valores construídos historicamente. Há a assunção de um protagonismo intransferível na mudança dos rumos culturais que fundamentam e consolidam as relações de poder entre o que se considera “masculino” e o que se considera “feminino”.⁷⁸

Tal denotação da expressão *feminismo* ainda hoje não encontra completa unanimidade, mesmo entre as ativistas e os intelectuais, segmentos mais ativos da política, e aquelas e aqueles que, por qualquer razão, estão mais envolvidos com esse processo. Muito menos é possível afirmar que seja de domínio público. Tampouco que tal significado tenha sido assim compreendido desde o início do fenômeno.

Para se falar de *feminismo* no Brasil é necessário conhecer os significados atribuídos à palavra e questionar desde quando começou a ser usada no país. É importante ainda observar o estranhamento que a simples menção à ideia provocava inicialmente, até mesmo nos segmentos mais sintonizados com a movimentação social, política e intelectual nos mais variados países. Da mesma forma, é preciso conhecer as peculiaridades dos caminhos percorridos pelo *feminismo* no Brasil, no enquadramento conjuntural determinado pela Ditadura Militar. Essa evolução será retomada posteriormente.

Dentro de limites históricos, as mulheres no Brasil conseguiram alcançar suas demandas de participação por meio da política do direito ao voto, de sua entrada no mercado de trabalho (mesmo que ainda timidamente) e de sua atuação nas lutas políticas populares na primeira metade do século XX. Elas teriam ainda um longo caminho a percorrer até atingir a compreensão das desigualdades em uma perspectiva de gênero. E, por mais que muitas mulheres brasileiras tenham conseguido algum reconhecimento em razão de sua trajetória na vida pública, o processo histórico vivido no país, que atingiu diretamente as mulheres, não se compara ao daqueles países que foram palco das duas grandes guerras, sobretudo EUA e Inglaterra.

⁷⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. MICHEL, Andrée. *Le féminisme*. 9ªed. Paris: PUF, 2007.

Nesses casos, grandes contingentes de mulheres tiveram de ocupar postos de trabalho que haviam ficado vacantes em função do recrutamento de combatentes. Elas, em grande parte, se viram obrigadas a assumir as responsabilidades do trabalho, como também o comando da família, dos negócios, da política local e uma série de outras tarefas que não lhes corresponderiam se não fosse a realidade da guerra. Vivenciaram, mesmo que circunstancialmente, uma valorização de suas capacidades, ao enfrentarem desafios em universos de atuação que não lhes pertenciam habitualmente.

O final da Segunda Guerra, mais do que o da Primeira, e o “retorno dos guerreiros” as recolocaram de volta, em parte, no que se acreditava ser o seu lugar – a vida privada do lar, ou mesmo as profissões ditas femininas. As mulheres que, por força de sua condição de classe, tinham de trabalhar de qualquer maneira, ainda assim eram consideradas, em sua maioria, como força de trabalho complementar, ou suplementar, à do homem.

Naquele momento, uma voz solitária se ergueu entre os filósofos franceses para fazer pensar sobre as diferenças culturais e historicamente criadas entre os papéis socialmente atribuídos aos homens e às mulheres. Simone de Beauvoir⁷⁹ publicou *O Segundo Sexo*. Nessa obra, a autora fundamenta seu parecer lançando mão do conhecimento de vários campos do saber. Desenvolve uma argumentação que evidencia o fato de que a hierarquia entre os sexos, assim como a relação de poder daí advinda, foi historicamente construída e social e culturalmente assimilada, de maneira a parecer natural e biologicamente justificada.

Mas o pós-guerra apresentou outras situações de conflito que causaram outros tantos estranhamentos. As lutas pela descolonização da Ásia e da África, a configuração do Terceiro Mundo, as lutas anti-imperialistas daqui e dali, os rumos surpreendentes que tomaram as sociedades socialistas, os esforços para a derrubada de ditaduras em muitos países e o apartheid (que acontecia também nos EUA) preparavam o ambiente para uma tomada de consciência acerca da existência de contradições. Elas ultrapassavam o âmbito da luta de classes e, portanto, nem todos os grandes problemas das sociedades humanas poderiam ser resolvidos pela mudança do capitalismo para o socialismo. Aos poucos, foram tomando a forma de demandas de caráter étnico, racial, sexual e de outros segmentos que, embora não fossem necessariamente minorias, assim foram chamados.

Foi nesse ambiente mundial de ampliação do conceito do *político* que se questionou mais profundamente e mais concretamente o significado dos direitos humanos. As teorias

⁷⁹ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

revolucionárias foram reexaminadas com vistas a contemplar não só as transformações que as mudanças das relações sociais de produção poderiam trazer, em decorrência da elevação do nível de aspiração, como também a abrangência de uma revolução que se desejava. Foi então nesse caldo de cultura que ressurgiu o *feminismo* em sua forma atual.

Situação em que se encontrava o país

O país vivia então sob um regime militar, cujos governos, desde o golpe de 1964, haviam implementado sucessivas alterações de ordem jurídica e econômica, modificando significativamente as condições de vida da população. A recuperação ocorrida entre 1968 e 1973, sob crescente endividamento, foi batizada de “milagre econômico”. Fora ela assentada no sacrifício dos trabalhadores.

Removidos inicialmente aqueles fatores que consideravam como obstáculos políticos, mediante os quatro primeiros atos institucionais, os militares trataram de eliminar quaisquer resistências e oposições políticas. Os generais no poder empreenderam a guinada à direita na condução da economia mediante a imposição da Constituição de 1967 e suas sucessivas emendas. Criaram as condições para ampliar a industrialização do país, abrindo as portas da economia aos investimentos do capital estrangeiro. Isso coerentemente com a escolha que fizeram pela modernização conservadora da economia e da sociedade brasileira.

Dessa maneira, para satisfazer a sede de lucro dos investidores reduzindo o quesito “custos da mão de obra”, foi introduzido o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em substituição ao regime anterior de estabilidade. Tal alteração nas leis trabalhistas não reconhecia nenhum direito de estabilidade, reduzia de imediato o custo das demissões, permitia a rotatividade da mão de obra e, conseqüentemente, o rebaixamento salarial. Com a mesma finalidade, foi reduzida a idade legal mínima de trabalho para 12 anos, institucionalizando assim o trabalho infantil.

A concepção de desenvolvimento econômico incluída na Doutrina de Segurança Nacional norteava o modelo econômico: regulamentava o investimento, o papel do Estado na economia, direitos de posse da terra e direitos dos trabalhadores. Definia a economia brasileira como capitalista e, como tal, reservava ao Estado a exploração de áreas consideradas essenciais à segurança nacional que não pudessem ser devidamente

desenvolvidas pela iniciativa privada. Justificava assim o investimento do Estado em setores de infraestrutura, demandados pelo capital privado para aumentar seus lucros.

Efeitos sociais da modernização da economia e as transformações na vida das mulheres

A política do “milagre econômico” consistia assim no aumento da concentração de renda, na elevação do consumo dos bens duráveis por parte de uma forjada “classe média” (composta de profissionais de nível universitário recém-absorvidos pelo mercado de trabalho na industrialização em curso) – era esta criada estrategicamente para dar sustentação ao governo – e, finalmente, no arrocho salarial, com grande deterioração nas condições de vida da maioria dos trabalhadores.⁸⁰

Assim como os trabalhadores, também os estudantes foram profundamente atingidos em seus interesses. O governo, além de proibir suas organizações, demitiu e aposentou compulsoriamente muitos professores, feriu em várias situações a autonomia das universidades e deu andamento à “reforma universitária”. Tal reforma pretendia golpear a autonomia universitária, acabar com os excedentes (alunos que, embora aprovados no exame de ingresso à universidade, não podiam cursá-la, por falta de vagas) e privatizar as instituições de ensino. O objetivo do acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a United Agency for International Development (USAID) era ajustar a política educacional à política econômica, com a ajuda de técnicos estadunidenses, tendo como referencial o modelo adotado nas universidades dos EUA.

Com o aumento da pobreza⁸¹, aumentou a média de trabalho diário de 12 para 14 horas. Além disso, cresceu a necessidade de trabalhar, ou melhor, mais membros das famílias se viam obrigados a labutar. Aumentou também a quantidade de crianças abandonadas e carentes, estimadas em 1975, pela CPI do Menor, em aproximadamente 25 milhões. A composição da família, assim como a realidade da mulher, demandava novos arranjos.

⁸⁰ Estudos do DIEESE demonstram a perda real de salário entre 1965 e 1968, quando se verificou uma redução de mais de 30% em 12 a 26% das categorias analisadas. Nos anos subsequentes a redução prosseguiu, atingindo seu ápice em 1974, quando 46% das categorias profissionais apresentaram perda maior do que 30%. Fonte: DIEESE. Cf.: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005. p.139.

⁸¹ Em 1970, 78,8% da população economicamente ativa ganhava menos de dois salários mínimos, situação que não se alterou nos dois anos seguintes, com o agravante de que o poder de compra do salário mínimo se reduzia. Ibidem. p.184.

Eder Sader⁸², em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena*, oferece elementos que permitem entender o surgimento dos novos movimentos populares, entre eles os expressivos movimentos de mulheres, na década de 1970. Assim, afirma ele que a incorporação da mão de obra feminina no mercado de trabalho no contexto do crescimento econômico foi de extrema conveniência para os empregadores, uma vez que concorreu para o rebaixamento de salários. As mulheres recebiam menos por igual trabalho. De acordo com a visão empresarial, elas apresentavam ainda as vantagens de serem dóceis, submissas, aplicadas e dispostas a desempenhar tanto tarefas monótonas e repetitivas como as que requeriam maior destreza e produtividade.

“A percentagem de mulheres na população economicamente ativa na Grande São Paulo passou de 25,4% em 1950 para 28,2% em 1970 e 32,8% em 1980.”⁸³ Ainda que a maior parte das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho o tenham feito nas chamadas categorias do trabalho feminino (empregadas domésticas, datilógrafas, bancárias, balconistas, professoras, enfermeiras, secretárias), aumentou a empregabilidade feminina na indústria. As mudanças tecnológicas ocorridas na área da eletroeletrônica contribuíram para isso, já que muitas vezes exigiam concentração e meticulosidade, qualidades tradicionalmente atribuídas mais às mulheres do que aos homens, ao contrário da força física.

As pesquisas realizadas por Sonia Alvarez⁸⁴ revelam as diferenças do ingresso no mercado de trabalho para as mulheres de acordo com o lugar ocupado na sociedade. As mulheres pobres, moradoras da periferia, donas de casa, encarregadas das tarefas de mãe, esposa e administradora do lar, e responsáveis pelo bem-estar da família, não encontravam no trabalho remunerado, fora ou dentro de casa, nenhuma libertação. Na grande maioria dos casos, esse trabalho não lhes trazia prestígio nem poder econômico (o que ganhavam era sempre pouco, para complementar o orçamento familiar). O trabalho remunerado significava para elas uma carga a mais de responsabilidades, uma vez que não as desobrigava das tarefas domésticas.

Já para as “mulheres brancas” das camadas médias, com formação profissional universitária, que ingressavam no mercado de trabalho, a situação podia ser outra. Elas eram beneficiadas pela expansão do ensino médio e universitário para as ocupações técnicas e profissionais. Respondiam à demanda do crescimento do Estado e à diversificação da

⁸² SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸³ Ibidem. p.85.

⁸⁴ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

produção. Só entre 1969 e 1975, aumentou cinco vezes o número de mulheres nas universidades brasileiras, enquanto o número de homens apenas dobrou. A desproporção se registra também nas matrículas na pós-graduação “*stricto sensu*” entre 1971 e 1975. No mestrado as inscrições de mulheres cresceram 336,8%, e a dos homens, 177,8%. E no doutorado verificou-se um aumento de 400% entre as mulheres, e 180% entre os homens.

As consequências pessoais do ingresso na população economicamente ativa eram sem dúvida superadas mais facilmente pelas “mulheres brancas” oriundas das camadas médias do que pelas mulheres de origem social desfavorecida. As primeiras sim podiam delegar suas responsabilidades no lar a empregadas domésticas, tinham acesso a bens de consumo duráveis, bem como a uma série de serviços que lhes facilitava a vida. Estes eram proporcionados pela expansão do setor terciário da economia. Ainda assim, ressentiam as diferenças salariais entre homens e mulheres na mesma função, as restrições para o acesso a cargos de comando e a ausência de poder, em comparação com os homens, em vários aspectos de suas vidas.

O aumento da presença de mulheres na população economicamente ativa teve pelo menos duas implicações. Mesmo com a maior participação feminina nas ocupações técnicas e científicas, continuou predominando entre as mulheres o trabalho não qualificado, precário e mal remunerado.⁸⁵ A outra implicação foi o conflito entre a necessidade do trabalho feminino na perspectiva do orçamento familiar, de um lado, e os valores culturais que determinavam o recolhimento da mulher ao “lar”, de outro, diante do casamento e da maternidade. Então, pela tradição patriarcal, ela entregaria ao marido a função de provedor, em troca da gestão doméstica e da maior responsabilidade na criação dos filhos. Fruto desse conflito, efetivamente, registrou-se uma diminuição das mulheres empregadas com mais de 25 anos, idade em que, em geral, já estavam casadas e começavam a ter filhos.

A modernização da economia assumia características peculiares em São Paulo, e cobrava alto preço. Entre 1960 e 1980, a população da cidade, incluída a região metropolitana, aumentou mais de duas vezes e meia. O processo de urbanização nessa cidade atraiu a migração da população rural de várias regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste. Por mais difícil que fosse a chegada e a adaptação da vida na cidade grande, aqueles que vinham do campo ainda viam vantagens na vida urbana. Desde a necessidade de tirar documentos

⁸⁵ “Enquanto 4,5% dos homens no município de São Paulo recebiam menos de um salário mínimo, eram 16% das mulheres nessa situação em 1980; sendo que 71% das mulheres recebiam até 3 salários para 47% dos homens.” SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.86.

para se identificar até a enorme aceleração do ritmo de vida, as diferenças que tinham de enfrentar eram inúmeras. Ainda assim, não deixavam de entrar na lógica do emprego, já que, mesmo se o salário não desse conta de muita coisa, permitia o acesso a recursos que na *roça* não teriam.

As famílias vinham se juntar aos seus membros já estabelecidos na urbe. Inicialmente, se fixavam nas casas de seus conterrâneos, ou no mesmo bairro. Procuravam se instalar em bairros próximos do trabalho, o que era bem difícil, em função da rotatividade da mão de obra, para evitar despesas com a condução. Depois de pagar aluguel por certo tempo, buscavam uma maneira de escapar dele, reunindo as economias familiares (para a qual todos os membros da família que trabalhavam deveriam colaborar) para comprar ou ocupar um lote barato na periferia, em lugares desprovidos de qualquer melhoria urbana. Tal dinâmica estava associada simultaneamente ao deslocamento das novas indústrias para áreas periféricas da cidade, bem como ao crescimento do transporte urbano com a criação de linhas de ônibus. Dava-se de acordo com a demanda de deslocamento dos trabalhadores, bem como a demanda empresarial.

As grandes obras urbanas do período foram a construção da primeira linha do metrô, a pavimentação de ruas, a construção de viadutos e ampliação de avenidas, a canalização de córregos, a abertura de novas estações de águas e esgotos, a mudança e ampliação da estação rodoviária. Foi construída uma nova rodovia (que sintomaticamente se chamou “dos Trabalhadores”, inicialmente, para depois ser rebatizada com o nome de “Ayrton Senna”), sem contar a verticalização de bairros, com a construção de novas torres residenciais. Elas alteravam tanto a fisionomia da cidade como a sociabilidade de seus moradores. Os contrastes sociais se acentuavam à medida que a periferia se distanciava. Muitos trabalhadores, não conseguindo ganhar o suficiente para pagar o aluguel, se viam compelidos a engrossar o contingente de favelados.

A maneira como o poder público empreendeu a remodelação dos espaços urbanos foi norteada por uma concepção elitista. Deu-se de acordo com uma perspectiva tecnocrática, que privilegiava a qualidade de vida dos que possuíam automóvel e daqueles que habitavam os “bairros nobres” da cidade. Quanto aos demais habitantes, assistiram ao desaparecimento dos lugares onde praticavam uma sociabilidade que ia além da familiar. Esta, ao mesmo tempo, lhes permitia estabelecer laços mais significativos do que aqueles impostos formal e institucionalmente. Desapareciam praças e parques, campos de várzea, botequins, espaços públicos nos quais se trocavam informações, se faziam comentários, se criavam e

consolidavam histórias locais, se formavam opiniões e, concomitantemente, se vivenciavam formas de lazer.

Tal situação se agravava com os deslocamentos, motivados muitas vezes por despejos – cabe notar que muitas áreas estavam sendo desapropriadas pelo poder público – ou pela aquisição da casa própria. Isso os levava para grandes distâncias e reduzia ainda mais o tempo disponível dos trabalhadores.

Se por um lado a televisão ia se firmando como forma de entretenimento, por outro, a recreação de novos espaços de sociabilidade se impunha como uma necessidade humana. Comentários sobre a novela ou o futebol, sobre empregos e serviços, sobre a escola dos filhos, a epidemia do momento, as atividades do Esquadrão da Morte, o incêndio do Joelma, o quebra-quebra dos trens, as conquistas amorosas, o domingo na praia e outras situações cotidianas encontravam lugar nos pontos de ônibus, salões de beleza, feiras livres, bares, terreiros, igrejas, bailes, entre outros espaços.

A articulação da oposição

Na perspectiva política, a mudança gradativa no comportamento eleitoral nas eleições de 1970, 1974 e 1978, expressa no aumento considerável dos votos no MDB – respectivamente, 10% a mais do que os da ARENA, quatro vezes e, por último, sete vezes mais do que o outro partido –, revela uma forma de atenção popular para o poder.

Somente no momento de escolher os “novos mandantes”, a maioria preferia aqueles que “olhariam mais pelos pobres”. A maioria dos trabalhadores considerava a política como função a ser exercida por elites competentes e, entre os que se ofereciam ao voto, optava pelos que lhes pareciam mais acessíveis. Por outro lado, os resultados eleitorais – já em 74 – mais do que revelar tendências existentes mas silenciadas também produziram novos efeitos sobre as classes populares. Se o ato de votar é solitário, atomizado, a divulgação do seu resultado revela um coletivo. Os resultados eleitorais de 1974, ao expressarem tão fortemente a existência de uma opinião pública de oposição, abriram um campo de referência e legitimação para comportamentos de rebeldia, resistência, contestação.⁸⁶

⁸⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.117-8.

O Estado de Segurança Nacional havia atingido a culminância da centralização do poder com a promulgação do Ato Institucional nº. 5, em 13 de dezembro de 1968. A suspensão das garantias institucionais decretada por tal Ato possibilitou o aperfeiçoamento da “Operação Limpeza” promovida pelos Atos Institucionais nº. 1⁸⁷ e nº. 2. O novo decreto autorizava a prisão e tortura em muitos casos; a cassação de mandatos políticos; a aposentadoria compulsória de funcionários públicos; a suspensão do direito de votar e ser votado; a cessação de privilégio de foro por prerrogativas de função. Houve ainda a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política e a restrição da liberdade, quando considerada necessária à preservação da ordem política e social, entre outras arbitrariedades.

O chamado AI-5 atingia a todos aqueles que haviam estabelecido relação com o governo João Goulart, os movimentos sociais, os partidos políticos e aqueles que simplesmente se opunham ao golpe militar. Não há um cálculo exato de quantas pessoas foram atingidas, até porque os procedimentos de busca e aprisionamento autorizavam a detenção e maus tratos a qualquer pessoa que não estivesse de posse de seus documentos. Ou que não pudesse comprovar sua inocência.

A política de intimidação mediante as detenções temporárias, acompanhadas ou não de espancamentos, permitia ao Poder Executivo esquivar-se da justiça antes que se pudesse entrar com o pedido do *habeas corpus*. Maria Helena Moreira Alves⁸⁸ cita em sua obra estimativas a esse respeito, indicando que cerca de 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses dos militares no poder. O alvo maior da repressão foram os trabalhadores urbanos e camponeses engajados nas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Além de se voltar para os militares, funcionários públicos e políticos que não apoiavam a quartelada, o novo pacote aterrorizava cada vez mais.

As arbitrariedades e as violências cometidas pelos militares nos primeiros anos da Ditadura fizeram com que a oposição, sobretudo o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla, composta por políticos que haviam sido ferrenhos adversários antes do golpe (sendo que alguns deles, inclusive, inicialmente eram partidários dele), se rearticulasse

⁸⁷ “A ‘Operação Limpeza’, autorizada pelo Ato Institucional nº.1, promoveu expurgos nas burocracias civil e militar e valeu-se dos IPMs para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação. Ela tinha alvos gerais e específicos, de acordo com as estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, a qual dividia a sociedade em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados.” ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005. p.95.

⁸⁸ Ibidem.

e se manifestasse nas ruas em comícios e passeatas. As disputas internas travadas no governo já anunciavam o golpe dentro do golpe, que se realizou com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, expressando a vitória do segmento dos militares que se tornou conhecido como “linha dura”, aqueles decididos a esmagar o “inimigo” por meio do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional justificava a truculência do poder argumentado que o Brasil vivia em estado de guerra contra o comunismo. Assim, considerava como inimigo interno, e classificava nessa categoria, toda e qualquer pessoa que se opusesse ao governo ditatorial em palavras ou ações.

O Ato Institucional nº. 5, por intermédio dos superpoderes atribuídos ao Executivo, pretendeu, no âmbito da política, eliminar os conflitos, inibir qualquer manifestação de discordância ou oposição e impedir o diálogo e a existência de organizações. Institucionalizou a suspensão das garantias constitucionais e subordinou os Poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo, por tempo indeterminado. Estimulou a tortura como método de repressão para obtenção de informações dos presos políticos (e, de resto, de qualquer preso). Colocou sob suspeição a totalidade dos cidadãos. Instaurou clima de intimidação e de medo e, assim sendo, abalou profundamente a esperança daqueles empenhados e comprometidos com a luta pela emancipação política do Brasil.⁸⁹

Se o medo⁹⁰ era uma constante, e a população se sentia ameaçada pela truculência dos governantes, por outro lado, ficava difícil para as organizações políticas encaminharem suas estratégias, geralmente baseadas em perspectivas revolucionárias. Atuar na clandestinidade, junto a uma população amedrontada (particularmente em relação à participação política), intimidada e confundida pela propaganda oficial, e discutir política, sobretudo com os referenciais revolucionários, era quase uma missão impossível para os militantes de qualquer organização. Até mesmo as forças de oposição que defendiam outros caminhos para derrubar a Ditadura não escapavam das mãos da repressão.

Diante do desbaratamento e da desarticulação de suas organizações, muitos militantes buscavam isoladamente novas formas de trabalho junto ao povo. Tratava-se de um recomeço em condições extremamente adversas e praticamente sem contar com o apoio da

⁸⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

⁹⁰ Maria Helena Moreira Alves escreve sobre a “cultura do medo” desenvolvida pelos militares no poder de 1969 a 1974. Tal cultura baseava-se em três componentes psicológicos: o silêncio (imposto pela rigorosa repressão e ostensiva censura), o isolamento ao que o silêncio levava e a desesperança quanto à possibilidade de enfrentar o poder do Estado. *Ibidem*.

teoria socialista (que era a que informava a maior parte dos militantes), fosse porque ela não ajudava a encontrar o tom catalisador para as mobilizações necessárias às lutas políticas, fosse porque era apropriada de maneira dogmática por aqueles que se consideravam vanguarda e se sentiam responsáveis pela direção e encaminhamento das lutas.

A reação à violência oficial e institucional, entretanto, não foi a pretendida pelo poder. De diversas formas, diferentes segmentos da população buscaram saídas para enfrentar e derrubar a Ditadura, escapar ao controle ou ao menos colocar em discussão e defender seus direitos. Esses segmentos enfrentaram seus medos e, aos poucos, se rearticularam como puderam.

A Esquerda

A chamada Esquerda havia recebido grandes contingentes oriundos do movimento estudantil, do movimento operário e do meio artístico e intelectual nos anos anteriores, graças às agressões e aos ataques sofridos a mando dos governantes.⁹¹ No entanto, não havia unidade entre os vários grupos que compunham essa Esquerda. A maior parte deles era proveniente do PCB e havia se separado deste em diferentes momentos, mas principalmente depois do golpe de 64, com argumentos que variavam em torno das distintas visões estratégicas e táticas da revolução brasileira.

O desapontamento pela falta de reação daquele partido ao golpe militar e a discordância quanto ao entendimento e condução do processo levaram alguns dirigentes com maior determinação ideológica e mais comprometidos com a luta revolucionária a formarem outras organizações. Em sua maioria, estavam dispostas a enfrentar a Ditadura na linguagem que esta melhor entendia – a luta armada. Marcelo Ridenti⁹² chama a atenção para o

⁹¹ Pode-se relacionar entre os ataques e perseguições referidos o fechamento da UNE, a morte do estudante Edson Luís no protesto contra o preço da refeição no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, a repressão às demandas de mais vagas nas Universidades, a prisão dos estudantes reunidos em Ibiúna, a cassação de dirigentes sindicais legitimamente eleitos, a prisão e perseguição de militantes operários, de ativistas das comissões de fábrica, a feroz repressão às greves de Contagem e Osasco, a intimidação e censura impostas aos artistas e intelectuais.

⁹² RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

esvaziamento do PCB nos anos que sucederam ao golpe.⁹³ Na mesma proporção que o PCB perdeu militantes em razão das cisões, várias novas organizações surgiram.

A conjuntura política internacional se caracterizava pelas então recentes revoluções vitoriosas na Argélia e em Cuba, pela guerra do Vietnã contra os Estados Unidos, pelos movimentos de libertação das colônias da Ásia e da África, pela Revolução Cultural Chinesa (até então vista com bons olhos).⁹⁴ A eclosão de movimentos rebeldes, ainda que muitas vezes de cunho mais cultural em vários países europeus e nos EUA, contribuiu para dar destaque à ideia de *revolução* no imaginário político da época.

Ao vigor juvenil dos estudantes, já com suficiente e justa indignação diante das arbitrariedades e violências praticadas pelo poder militar, juntou-se o clima romântico revolucionário para atraí-los para o combate. A guerrilha como forma de luta ganhava terreno no continente americano. Carlos Fonseca liderava a luta na Nicarágua, seguindo a trajetória de Sandino; Uruguai e Argentina organizavam seus movimentos Tupamaro e Montonero; Che atuava no interior da Bolívia, depois de uma temporada na África. Encontrava amparo e legitimidade não só nas experiências internacionais vividas no combate ao fascismo, como também no pensamento de Frantz Fanon, psiquiatra e cientista político da Martinica, formado na França e militante pela causa da libertação da Argélia.

O referido pensador, morto precocemente, analisava e afirmava com fundamentação desconcertante a necessidade da violência na luta contra o racismo e o colonialismo para se contrapor à violência da dominação.

Acreditava que a violência era a única forma de liquidação da opressão colonial e do trauma cultural do Terceiro Mundo, constituindo uma força de limpeza – uma vez que libertava o nativo do seu complexo de inferioridade, do seu desespero e da sua inação –, eliminando-lhe o medo e restaurando-lhe auto-respeito.⁹⁵

⁹³ “As principais cisões do PCB, nas bases e na cúpula, foram as capitaneadas pelo líder Carlos Marighella, que criaria a Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo dirigente Mario Alves, que daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). ALN e PCBR tiraram militantes do PCB em todo o país, organizando-se nacionalmente, embora a ALN tivesse sua força principal em São Paulo e o PCBR na Guanabara. Já carente de bases, desligadas do Partido após a repressão policial de 1964, o PCB perderia até 1968 ao menos metade de seus integrantes remanescentes, adeptos das cisões que propunham a resistência armada imediata.” RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.28.

⁹⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁹⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Histórias da África*. São Paulo: LCTE Editora, 2008. p.165.

Outros pensadores fomentaram a ampliação da ideia da revolução, como Herbert Marcuse, sociólogo e filósofo alemão naturalizado e radicado nos EUA, crítico do capitalismo avançado, considerado bastante polêmico e renegado pela academia. De origem marxista, desenvolveu sua obra em sintonia com a Escola de Frankfurt. Preocupou-se com a razão, detectando nas sociedades avançadas a ausência do pensamento crítico e analítico, o que atribuía ao sistema de integração do indivíduo ao capitalismo contemporâneo. Considerava que o proletariado dos países ricos não tinha interesse em promover a revolução, porque se beneficiava do capitalismo desenvolvido. Afirmava que as mudanças só poderiam vir dos povos oprimidos do Terceiro Mundo.

A ideia da revolução estava no ar antes de 1964 e registrava forte presença não só entre artistas e intelectuais de Esquerda. A expressão vinha seguida de distintos adjetivos, tais como burguesa, de libertação nacional, anti-imperialista, antilatifundiária, pela via eleitoral, socialista, entre outros. Fazia parte do imaginário social da época, tanto que até os militares fizeram uso do termo, chamando o seu golpe de “revolução de 64”, evidentemente como forma de buscar aprovação e legitimação para a ação.⁹⁶

A derrota da Esquerda em 64 abalou a conotação do termo revolução muito mais entre o operariado e os camponeses, que foram os que mais sofreram com a repressão, do que entre os segmentos intelectualizados e ligados às artes. Estes ampliaram e intensificaram o debate sobre revolução, de 1964 a 1968, trazendo-o para outras dimensões, além da política econômica, tais como a estética, a cultural, a pessoal.

Enquanto alguns, por exemplo, inspirados na Revolução Cubana, restringiam-se a propostas de mudança nas estruturas econômicas e sociais, outros faziam a antropofagia do Maio francês, do movimento *hippie*, da contracultura e de outras experiências internacionais, propondo uma transformação que passaria pela revolução nos costumes [...].⁹⁷

Dessa forma, é possível compreender as várias faces da inquietação revolucionária no Brasil, inclusive a que se configura como luta armada.

A Esquerda remanescente nos anos 1970 no Brasil não era proveniente exclusivamente do PCB, embora este tenha sido seu principal manancial. Tampouco

⁹⁶ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

⁹⁷ Ibidem. p.79.

reivindicava como referencial tão somente a teoria marxista, de acordo com Jacob Gorender⁹⁸. Além da maior cisão ocorrida naquele partido, em 1962, quando dirigentes mais identificados com a herança stalinista fundaram o PCdoB, que tomaria como referência o maoísmo, havia pelo menos duas outras correntes em que seus herdeiros marcaram presença, discutindo e rearticulando a ação política de oposição à Ditadura: os grupos trotskistas e os católicos. Embora o socialismo fosse a meta almejada por todos, as divergências ficavam por conta dos caminhos para se chegar a ele – não havia um consenso sobre quem deveria protagonizar a luta, quais seriam as suas fontes de inspiração e seus referenciais teóricos e como cada grupo entendia o socialismo.

Assim, havia a corrente trotskista, na qual se destacava a Organização Revolucionária Marxista - ORM, que ficou conhecida como POLOP, pelo nome que deu ao seu jornal – *Política Operária*. A ela aderiram jovens com grande capacidade intelectual e consistente produção teórica, mas com dificuldades de se vincular aos movimentos de massa, ou de formular uma alternativa tática viável. Os militantes trotskistas buscavam inspiração não só em Leon Trotski, mas também em Rosa Luxemburgo.

A outra corrente era composta por católicos, com acumulada experiência nos trabalhos de mobilização popular, sintonizados com o pontificado de João XXIII. No princípio vinculados à Igreja, se separaram desta para lutar por um “socialismo humanista”, buscando uma ideologia própria, inspirando-se em pensadores católicos como Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Maritain e Lebreton.

Ainda de acordo com Gorender⁹⁹, ambas as correntes tiveram grande penetração entre os universitários e jornalistas. A Ação Popular, corrente de origem católica, também contava com numerosos adeptos entre os profissionais liberais, artistas, professores e outros segmentos da intelectualidade.

Tanto os trotskistas como os católicos, porém mais enfaticamente os primeiros, eram críticos severos da política de *reformas*, defendida pelo PCB no Governo João Goulart, mas se diferenciavam na ação: enquanto os católicos mostravam flexibilidade e participação nas mais diversas entidades setoriais e na composição de frentes que apoiavam as *reformas*, os

⁹⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁹⁹ Ibidem.

trotskistas colocavam sempre como condição inegociável ter a classe operária à frente do processo de transformações.¹⁰⁰

Muitos estudos e análises foram dedicados à Esquerda no Brasil nos anos 1960 e 1970, entre eles os dos autores citados. A breve referência à composição da Esquerda no Brasil nesse período e a ligeira descrição de suas características na década de 1960 feita aqui se justificam pela evolução e dinâmica das correntes, pela multiplicação de organizações que ocorreu nos anos subsequentes e, principalmente, pelas concepções políticas de seus militantes. Estes voltaram a atuar, organizadamente ou não, na luta contra a Ditadura na década de 70, fortemente marcados por sua formação de origem. Todas as concepções marcaram presença e, muitas vezes, se confrontaram na gênese da segunda onda feminista.

A Igreja Católica alavanca o movimento de mulheres

A reação ao A-I5 não ficou, entretanto, somente, nem principalmente, por conta da Esquerda no início da década de 70. A Igreja Católica desempenhou papel fundamental na oposição ao regime no Brasil. Tal atuação foi favorecida por alguns fatores que, unidos e articulados, permitiram a essa instituição oferecer caminhos a trilhar no combate ao medo e na criação de alternativas de luta àqueles que se opunham à Ditadura.

Um desses fatores foi o surgimento da Teologia da Libertação, que deu forças à corrente considerada mais progressista da Igreja Católica, e cuja origem se deu com a ascensão de João XXIII ao Papado e o Concílio do Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965. A orientação de abertura para o mundo e para o envolvimento com seus problemas representava mais um movimento no sentido da retomada das origens da instituição. Isso depois de uma atuação bastante questionada na primeira metade do século passado, que a levou a perder muitos fiéis. Ao se declarar real e intimamente ligada ao gênero humano e identificada com suas alegrias e tristezas, angústias e esperanças, atuando sobretudo entre os pobres e todos os que sofriam, propiciou a formulação da Teologia da Libertação.

As Conferências Episcopais de Medellín, em 1968, e Puebla, no ano seguinte, contribuíram para a consolidação da opção preferencial pelos pobres na América Latina. Nessas ocasiões, uma minoria influente de bispos apoiou e adotou a Teologia da Libertação,

¹⁰⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

comprometendo a Igreja na luta contra as causas sociais da miséria.¹⁰¹ Na Conferência de Medellín, a denúncia das estruturas sociais como geradoras das desigualdades, da exploração e da miséria adquiriu ênfase no diagnóstico da realidade da América Latina. “Os teólogos buscavam unir fé e política numa versão popular, que pudesse, através da tomada de consciência e análise das estruturas sociais, criar condições para uma efetiva mudança na sociedade.”¹⁰²

Os jovens teólogos, como, por exemplo, Gustavo Gutiérrez e Frei Leonardo Boff, absorveram as influências dos pensadores então tidos como referências: Marx, Freud, Marcuse, entre outros. E expressaram-nas nas suas compreensões da história – a caminhada do homem para a realização plena de si mesmo construída na solidariedade com toda a coletividade humana. “A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade.”¹⁰³

A nomeação de D. Paulo Evaristo Arns para Arcebispo de São Paulo foi outro fator que fez com que a Igreja tivesse um papel de oposição nos anos 70. Esse Arcebispo, consagrado Cardeal em 1973, norteou sua atuação claramente pela Teologia da Libertação, e adotou uma postura firme em defesa dos direitos humanos. Entre outras iniciativas, criou a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, composta pelos mais respeitados juristas do estado, que teve importante papel na defesa dos presos políticos e na luta contra a tortura; estimulou a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB); e realizou ato ecumênico na Sé por ocasião da morte do jornalista Wladimir Herzog, em 1975. Destarte, marcava uma firme posição de resistência às “recaídas” dos militares no processo de “abertura”.

Ademais, D. Paulo Evaristo Arns tornava evidente a contradição existente no seio da Igreja, que abrigava posições conservadoras e reacionárias manifestas, como na convocação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964, em apoio à derrubada do governo Jango, e uma atuação decidida de oposição ao regime militar.

¹⁰¹ Identifica-se, então, o povo de Deus com clérigos e leigos reunidos em torno da “palavra de Deus”. “A salvação é anunciada na instauração de condições de vida mais humanas. O *humano* aqui não está contraposto ao *divino*, mas, pelo contrário, aparece como manifestação de Deus. Aqui temos a referência às carências materiais e às estruturas opressoras, embora a enunciação peça apenas o mínimo necessário e o fim dos abusos. Refere-se também a valores morais, com a superação do egoísmo e as injustiças e o reconhecimento da dignidade, solidariedade, paz.” SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.153.

¹⁰² SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Comunidade de São João Batista em São Paulo: 1980-2000*. São Paulo: LCTE, 2008. p.23.

¹⁰³ SADER, op. cit., p.151.

Através de suas representações, comissões e organizações regionais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) organiza a população em projetos de auto-ajuda e na coordenação política, com táticas e grupos de pressão destinados a enfatizar as responsabilidades das autoridades, tomar iniciativas diretas ou responsabilizar o Estado por omissão.¹⁰⁴

Dois outros fatores foram também decisivos para a ação da Igreja na articulação da organização popular contra a Ditadura: seu alcance nacional e estruturação hierárquica, fatores que facilitavam e agilizavam a comunicação oral, permitindo reação rápida às investidas do governo; e sua atuação por intermédio das CEBs. A agilidade na comunicação possibilitava combater a “cultura do medo”, tendo em vista que quebrava o silêncio, rompia o isolamento das vítimas mediante a solidariedade e abria um canal de esperança quanto às chances no combate ao indesejado governo.

As CEBs, células organizadoras da ação social que viabilizaram a Teologia da Libertação, foram criadas para desenvolvimento das linhas pastorais da Igreja em nível nacional e regional, de acordo com as quais eram estabelecidas as prioridades. Assim, podia haver uma ou várias Pastorais em cada localidade, voltadas para diferentes áreas de atuação: Pastoral da Igreja no Mundo, da terra, da família, dos problemas urbanos, do mundo do trabalho, da periferia e das favelas, dos migrantes, dos detentos, das crianças e menores abandonados, dos camponeses e boias-frias, dos direitos dos negros e dos índios e também dos direitos humanos como um todo. Cumpre notar, entretanto, que não havia uma Pastoral para as mulheres.

Entre as conclusões de Medellín encontra-se a orientação para a formação das comunidades na perspectiva religiosa – seus integrantes deveriam conviver solidariamente, tendo participação ativa e consciente na busca do objetivo comum de alcançar a salvação mediante a vivência da fé e do amor. A salvação também pode ser lida como libertação. E se essa é a leitura com ênfase na perspectiva religiosa das CEBs, pode haver outra leitura numa perspectiva política, embora a Igreja não diferenciase uma da outra.

A realidade da opressão e da miséria social na América Latina fez com que os teólogos recriassem a teoria, lançando mão de métodos utilizados nas ciências sociais, com a ressalva de que esta servia para uma decodificação da realidade. Entretanto, deveria ser retomada do ponto de vista da fé. A influência da teoria socialista era, ainda assim, inegável, o

¹⁰⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005. p.242.

que se pode verificar no Documento dos Bispos do Nordeste (entre eles Dom Helder Câmara), de maio de 1973, “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”.

A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal de gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem por fim a liberdade.¹⁰⁵

A Teologia da Libertação tem como pressuposto que a *base* é o segmento majoritário da população que produz os bens necessários à vida. Entretanto, esta não participa do planejamento nem da organização e muito menos é contemplada na distribuição dos frutos de seu trabalho, justamente por se ver desprovida de poder de decisão política, de conhecimento e de consciência de que vive sob os valores de uma cultura que se destina a perpetuar os privilégios dos que detêm a posse dos meios de produção. Assim, se mantém alheia aos seus direitos.¹⁰⁶

A partir dessa compreensão, as comunidades de base se organizavam pretendendo possibilitar que seus componentes enxergassem os caminhos de sua libertação. Sempre na perspectiva cristã, o que significa que buscavam a solução dos problemas à luz do Evangelho. As comunidades se dispunham a oferecer às pessoas a possibilidade de se reunirem para praticar as formas de religiosidade popular, como rezar o terço, por exemplo, e discutir seus problemas de maneira informal. O chamamento, muitas vezes, partia de um agente pastoral. Nas reuniões havia revezamento da coordenação e uma intenção manifesta de valorização dos

¹⁰⁵ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Comunidade de São João Batista em São Paulo: 1980-2000*. São Paulo: LCTE, 2008. p.20.

¹⁰⁶ “Cada etapa do desenvolvimento de uma CEB é cuidadosamente planejada para privilegiar a participação individual. A divisão em núcleos facilita o processo de integração, aprendizado e participação pessoal. Cidadãos que vinham tendo negado seu direito de participar tornam-se menos receosos de se manifestar, ganhando experiência na troca de opiniões, na avaliação do trabalho, no planejamento, organização e efetivação de atividades e projetos de ajuda mútua, assim como na divisão de responsabilidades. Só então reúnem-se para eleger uma coordenação central – o Conselho da Comunidade- realizando novas reuniões e tarefas coletivas. O desenvolvimento das CEBs obedece a diferentes etapas de consciência crítica, dependendo do grau de confiança experimentada por cada membro. A principal característica do projeto de organização é o cuidado com a avaliação dos problemas, para agir segundo os resultados desta análise, refletir sobre a ação e elevar o grau de integração de todos os membros, intensificando a participação democrática nos núcleos e na própria comunidade.” ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005. p.282.

indivíduos e de suas participações, com o objetivo de desenvolver nestes a autoconfiança e o sentimento de pertencimento por meio das identidades criadas.

A discussão dos problemas, que variavam entre drogas, violência, conflitos matrimoniais, eleições, custo de vida, abandono de menores, entre outros, era feita a partir das observações e vivências dos presentes. O debate passava por uma relação entre os fatos e suas determinantes, e era submetido aos valores cristãos. Quando da indagação sobre o que fazer diante dos problemas diagnosticados, os agentes pastorais sugeriam as iniciativas coletivas. Tais sugestões tinham como objetivo incutir nos participantes o entusiasmo de poder modificar uma situação de uma maneira mais digna, segundo os valores católicos, já não pedindo obséquios, e sim reclamando e reivindicando direitos.¹⁰⁷

O que se constata é que, diante do abortamento de um caminho revolucionário para a sociedade brasileira, ou pelo menos dessa ilusão, a Igreja ofereceu uma alternativa, de resto considerada mais palatável ao poder constituído, de resistência e oposição à Ditadura. Acolheu e tornou-se um escoadouro da participação não só dos católicos, mas de todos aqueles sedentos de atuar politicamente. Estes, inconformados com a situação vigente, na condição de ex-militantes, ou de simpatizantes da Esquerda dispersa, buscaram meios de se ligar novamente ao “povo”.

As matrizes discursivas dos militantes do referido segmento da Igreja se assemelhavam então às da Esquerda. As organizações daquela instituição ofereciam a oportunidade de retomada da participação política. Entretanto, os objetivos a que se propunham não eram os mesmos. Enquanto a Esquerda tinha como objetivo uma revolução em termos econômicos e sociais, a Igreja, mesmo sob a referência da Teologia da Libertação, almejava a libertação em termos individuais. Independentemente de tais diferenças, contribuiu para o surgimento dos movimentos populares em formatos diferentes dos até então conhecidos e praticados. Tais formatos refletiam as mudanças ocorridas na sociedade.

Entre os movimentos sociais que encontraram nascedouro no seio da Igreja estavam os de mulheres. Ali adquiriram a feição de clubes de mães, associações de donas de casa, movimentos de luta por creches e, originalmente, o movimento do custo de vida. A despeito de não haver nenhuma Pastoral que se ocupasse da questão da mulher, e esta fosse contemplada pela instituição apenas como uma entre as demais, foi o movimento das mulheres que mostrou mais força e maior capacidade transformadora. Embora não houvesse

¹⁰⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

essa intencionalidade na prática reflexiva das comunidades de base, a possibilidade da discussão sobre o “público e o privado”, tema tão caro ao novo despertar do *feminismo*, atuou como um poderoso fermento nas reuniões que as mulheres faziam para discutir problemas do cotidiano. Lidavam com a falta de creches, a necessidade do trabalho para “complementar” a renda familiar diante do aumento do custo de vida, a ausência de escolas e postos de saúde no bairro, entre outros conflitos.

Ao voltar sua atenção para as questões entendidas como pertencentes ao âmbito da vida privada, muitas mulheres foram se conscientizando do significado do poder nas relações entre homens e mulheres e das desigualdades que justificavam a dominação de sexo. Ao compartilharem vivências de conflitos conjugais ou de problemas de saúde tipicamente femininos, tomando-se dois exemplos de assuntos até então tidos como individuais e íntimos tratados nos Clubes de Mães, as mulheres não demoraram a estabelecer relação com a dimensão pública que muitas vezes tais problemas assumiam: o fenômeno social da violência doméstica e a ausência de atenção institucional à saúde da mulher.

A visão e a posição sobre a mulher da Igreja Católica sob a hegemonia da Teologia da Libertação, caso da Igreja em São Paulo no período em foco, pouco se diferenciavam da compreensão tradicional do Vaticano. Ambas as instâncias eram bastante conservadoras. A primeira abria canais de participação às mulheres nos trabalhos das paróquias e avançava muito pouco em relação ao Vaticano quando clamava pela igualdade no trabalho e na política. Não acolhia a reflexão sobre as dificuldades e os obstáculos para se atingir tal igualdade. Não punha em questão os papéis tradicionais da mulher no matrimônio e na família. Ao contrário, reforçava o senso comum quanto às responsabilidades da mulher para a harmonia do “lar”.

As condições de vida é que estimulavam a participação e a luta dessas mulheres por saneamento básico, por postos de saúde, por mais escolas, pelas melhorias urbanas – como asfaltamento das ruas, iluminação, transportes coletivos. Vistas como cuidadoras, qualidade historicamente atribuída às mulheres, eram chamadas a tais ações.¹⁰⁸

Por um lado, os teólogos da libertação seguiam certa tradição marxista na explicação para a opressão da mulher, localizando-a nas relações capitalistas de produção e de reprodução. Estas se refletiam na família, ocasionando a dupla opressão da mulher. Tal

¹⁰⁸ “Still, these roles seldom transcended the spheres of activity which “God” and “nature” assigned to women. That is, women continued to engage in social welfare or charitable activities consistent with their traditionally defined “nurturing and mothering” roles and remained barred from positions of authority within the institutional hierarchy. Moreover, reforms did not lead to a reformulation of core church doctrines about the sanctity of motherhood and the family.” ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990. p.64.

perspectiva fundamentava a defesa da luta pela igualdade na política e no trabalho e expressava a convicção de que a libertação da mulher dependia diretamente da libertação da sociedade em relação à dominação de classe.

Por outro lado, o caráter conservador dos teólogos revelava-se nas suas posturas concernentes à moralidade, sexualidade, contracepção, divórcio, violência contra a mulher ou aborto. Questões que, sendo caras ao movimento feminista, afirmavam, em sintonia com a Esquerda ortodoxa, serem irrelevantes para as mulheres da classe trabalhadora.¹⁰⁹ Entretanto, muito pouco tempo foi necessário para que as próprias mulheres das classes trabalhadoras contestassem tais teses. Foi o tempo necessário para que tivessem oportunidade de discutir e refletir sobre seus problemas nos sindicatos, nos bairros e nas associações criadas nas sedes das paróquias.

O período chamado de “abertura”, que correspondeu à “política de distensão” promovida pelo Governo Geisel, tinha como objetivo legitimar mais uma vez o Estado militar. Dessa vez, porém, mediante a incorporação das principais reivindicações das oposições. Entretanto, não se tratava de qualquer oposição, nem do conjunto delas, e sim daquela constituída pelas elites, representadas em entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a própria Igreja e mesmo o MDB. Era esta criatura que ia fugindo ao controle do criador a cada eleição. Eram os interlocutores do governo.

Naturalmente, as “oposições populares” foram, ao longo da década de 70, tomando essa forma e se consolidando como “movimentos sociais”. Muitas nem eram tão populares assim, como as realizadas pelos sindicatos de profissionais liberais (jornalistas, engenheiros, arquitetos, bancários e outros). No entanto, tiveram papel importante na resistência aos ataques das forças de governo e na pressão que realizaram para que se avançasse na mudança da correlação de forças.

O fato é que esse foi um período repleto de avanços e recuos no processo da tal “distensão”. O Governo Geisel e, na sequência, o Governo Figueiredo tiveram de lidar não só com as próprias contradições, como também com a disputa interna entre os militares contrários a qualquer abertura. Estes eram ciosos do sistema de informação e do aparato de repressão, os quais haviam passado a controlar.

¹⁰⁹ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Embora Geisel e Figueiredo fossem igualmente comprometidos com a repressão, se diferenciavam dos demais na compreensão dos limites econômicos da manutenção da Ditadura nos mesmos termos. Vários episódios exemplificam a situação referida: os assassinatos de Wladimir Herzog, em 1975, e de Manoel Fiel Filho, em 1976, nos porões do DOI-CODI; as emendas constitucionais impostas, conhecidas como Pacote de Abril, após o fechamento do Congresso (pela terceira vez desde 1964) – elas visavam a impor mais restrições ao Judiciário e, sobretudo, estabeleciam artimanhas eleitorais, com vistas a impedir o crescimento do MDB –; o feroz ataque aos estudantes que reorganizavam a UNE reunidos na PUC, em 1977, entre várias outras.

OAB e ABI apoiam as iniciativas do movimento de mulheres

A OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, por sua independência em relação ao Estado, e por ser um organismo legal, tem como função, mais do que regulamentar a profissão e defender os direitos de seus associados, cuidar para que a Constituição seja respeitada. Sua linha procurou se impor naqueles anos difíceis. Ocupou-se em um primeiro momento da proteção dos advogados dos presos políticos (que muitas vezes também sofriam perseguição). Tinha de zelar pelo respeito ao conjunto das leis estabelecidas com legitimidade, ou seja, pelo Congresso livremente eleito.

Desse modo, a OAB exigiu o respeito aos direitos humanos e desenvolveu uma argumentação substancial quanto à diferença do “Estado de Direito” e do “Estado de Exceção”, vale dizer, “Estado Autoritário”. Tal argumentação, que esclarecia questões legais sobre direitos públicos ou privados, foi traduzida por aquela instituição para uma linguagem ao alcance da opinião pública. Em seguida, foi divulgada, de forma que serviu de munição no combate das oposições.

No mesmo sentido atuaram algumas advogadas, que logo se sensibilizaram com as questões dos direitos das mulheres, como, por exemplo, Silvia Pimentel¹¹⁰, principalmente quanto ao que constava do Código Civil sobre a família. Estabeleceu uma ponte entre

¹¹⁰ Silvia Pimentel é advogada que se notabilizou pela participação nas lutas feministas dos anos 70, compondo os quadros do Departamento Feminino do PMDB e da Frente de Mulheres Feministas. Participou de vários encontros sindicais de mulheres e destacou-se na luta pela mudança do Código Civil e pela criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, do qual foi conselheira até 1999. Manteve seu compromisso com as lutas feministas desde que aderiu a elas.

advogadas militantes do movimento feminista e, naturalmente, entre este e as advogadas, que, posteriormente, vieram a promover Encontros das Mulheres Advogadas para discutir questões de gênero no exercício da profissão.

A ABI - Associação Brasileira de Imprensa, com história semelhante à da OAB, atuando na proteção dos seus associados, e com tradição de luta pelas liberdades de opinião e expressão, procurou defender os jornalistas que foram vítimas da repressão. Para isso, entre outras ações, divulgou a Carta dos Direitos Humanos aprovada pela ONU, para que todos a conhecessem. Travou igualmente uma batalha bastante criativa na luta contra a censura. Procurou defender os inúmeros “jornais nanicos”¹¹¹ das investidas da repressão, entre eles os jornais feministas.

Nesta contextualização dos anos da eclosão do movimento feminista, vale dizer ainda que os movimentos sociais revelaram ser capazes de obter uma série de conquistas em termos de direitos. Eles posteriormente vieram a ser integrados na Constituição de 1988. As suas formas de mobilização e seus meios de negociação fizeram os partidos de Esquerda refletirem sobre suas estratégias e táticas, e deram a tônica dos discursos eleitorais, desde a reforma partidária de 1979.

As nascentes do *feminismo*

O *feminismo* no Brasil na década de 1970 adquiriu características próprias e autóctones em função da conjuntura demarcada pelo autoritarismo.

Surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente ligado aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante, sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou em uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.¹¹²

¹¹¹ Assim eram chamados os jornais de oposição que não pertenciam à grande imprensa, os quais frequentemente se apresentavam em formato tabloide. Geralmente careciam de recursos, sofriam ataques recorrentes da censura e da repressão e se estruturavam por iniciativa e dedicação de seus fundadores, trabalhadores e colaboradores, razões pelas quais dificilmente conseguiam estabilidade e durabilidade.

¹¹² COSTA, Ana Alice Alcantara. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. *Labrys*. Estudos feministas. Brasília: UNB, jan./jul. 2005.

Ao longo daquela década, que se iniciou já com os militares atingindo o nível mais elevado da violência na repressão aos seus opositores, houve um momento de desarticulação das forças de oposição. A despeito da violência dos militares contra o conjunto da sociedade desde suas primeiras horas no poder, a arbitrariedade atingiu seu auge em conjunto com a promoção de uma política econômica que mascarava o aprofundamento das contradições sociais: o “milagre econômico”.

Ainda que essa política beneficiasse apenas uma parcela reduzida da população, e na sua origem se propusesse a criar uma base de apoio ao governo, uma “classe média” cuja ascensão baseava-se na demanda de quadros para a industrialização, a propaganda do governo cumpria a função de criar a ilusão de um Brasil grande e próspero. Ela repercutia em significativas parcelas da população, que possuíam valores patrióticos fundamentados no lema da bandeira: ordem e progresso. A oposição, então desalentada, não encontrava meios de atuar. Então, o movimento de mulheres surgiu como uma possibilidade de ação conscientizadora junto às camadas médias e populares.

A emergência do movimento feminista ocorreu, portanto, a partir de diversas iniciativas paralelas que, ao longo do tempo, reforçaram umas às outras. Embora inicialmente tenham se apresentado isoladamente, e durante os primeiros tempos tenham percorrido seus próprios trilhos, foram gradativamente deixando de ser paralelas para apontarem para direções convergentes. Tais iniciativas podem ser resumidas a três matrizes do *feminismo* no Brasil, que irromperam na primeira metade da década de 1970. Grosso modo, elas podem ser assim apresentadas: a primeira seria a dos movimentos de mulheres na academia, na política e na periferia; a segunda se caracterizaria pelas iniciativas de aproximação com o *feminismo* vindo do exterior; e a terceira seria composta pelo *feminismo* no exílio.¹¹³

A primeira grande matriz correspondia às mulheres intelectualizadas, profissionais com algum tipo de militância política, membros da pequena burguesia ou da burguesia. Elas, na academia ou fora dela, se dedicavam a pesquisas científicas ou promoviam debates sobre as mulheres. Também abarcava as que se organizavam para resistir e se opor à Ditadura ou levantavam bandeiras em defesa dos direitos humanos, da anistia e outras questões relevantes para a luta pela redemocratização.

Da segunda matriz faziam parte as lideranças populares femininas que, junto às diversas paróquias da Igreja Católica, organizaram em São Paulo as associações de mulheres

¹¹³ A sequência da apresentação feita a seguir não implica hierarquização da importância dessas matrizes.

e de donas de casa. Estas desenvolveram importantes campanhas com expressiva participação, como a luta por creches, contra a carestia (movimento que posteriormente foi apropriado pelas forças políticas e rebatizado de Movimento do Custo de Vida).

A terceira matriz era composta de pequenos grupos de amigas, com origem na pequena burguesia ou na burguesia, muitas delas intelectuais. Estas, embora se opusessem à Ditadura, não tinham militância política, mas se reuniam para refletir sobre as particularidades da condição feminina. Influenciadas pelo *feminismo* norte-americano e europeu, essas mulheres mantinham contatos pessoais nos países em que o *feminismo* estava em plena ebulição, e deles recebiam bibliografia específica não publicada no Brasil.

Embora se possa considerar que as três matrizes estavam, majoritariamente, no campo democrático, havia muitas diferenças nos enfoques, na compreensão dos problemas e na maneira de conduzir seus interesses. Houve também quem tivesse posições polêmicas, ligações com a Ditadura e até ocupasse funções de governo. De qualquer maneira, apoiaram inequivocamente o nascente e embrionário movimento feminista brasileiro, conforme se verá mais adiante.

O *feminismo*, a intelectualidade e a luta contra a Ditadura

Para alguns segmentos das mulheres no Brasil – como as jovens, as dos grandes centros, com elevada educação escolar, bem informadas, que acompanhavam a produção cultural do Brasil e de outros países –, a modernização da sociedade, no início e mesmo ao longo da década de 1960, traduzia-se na identificação com as questões existenciais tratadas principalmente na literatura e no cinema: a liberdade, o amor, a sexualidade. A novidade da pílula anticoncepcional e as aspirações em torno de uma vida diferente da de suas ancestrais levavam essas jovens mulheres a questionar o mito da virgindade, a associar o amor à liberdade, a desejar serem donas de si mesmas.

A obra de Simone de Beauvoir¹¹⁴, a literatura (romances de Virginia Woolf, Henry Miller, as obras de Wilhelm Reich e Margaret Mead, por exemplo) e os filmes da Nouvelle Vague francesa e italiana, entre os quais se pode citar o filme em que estreia a atriz Brigitte Bardot – *E Deus criou a mulher*, de Roger Vadim –, suscitaram muitos questionamentos e

¹¹⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

propiciaram mudanças de comportamentos. Essa bagagem cultural levou a comportamentos rebeldes e contestatórios, canalizados em grande parte na participação feminina nas organizações de Esquerda, inclusive nas que, mais tarde, optariam pela guerrilha. As inquietações existenciais deram lugar a outra, a da luta contra as injustiças sociais, cuja prioridade foi se estabelecendo pelo contexto do autoritarismo.

Na década seguinte – anos 70 –, outra forma de compreender e ditar parâmetros de modernização surgiu de maneira mais sintonizada com o novo momento econômico. Revistas femininas lançadas pelas grandes empresas de comunicação passaram a veicular a imagem da mulher liberada, associada ao poder econômico, advindo de novos e destacados postos de trabalho conquistados na conjuntura do “milagre”. É o caso da revista *Nova*, por exemplo, que estabeleceu referências de comportamento para as mulheres, associando o poder de ganhar bem com o poder de conquistar.

A mulher moderna, nesse caso, era aquela que dedicava mais tempo ao trabalho do que à casa, que terceirizava serviços domésticos, que consumia muitos produtos que a embelezavam para que, exercendo a sedução, priorizasse o sexo como forma de realização. Assim, o referencial da modernidade se mostrava individualista e vinha revestido da agressividade e competição no trabalho, além das conquistas sexuais. Estas, entretanto, para serem efetuadas, demandavam esforços e gastos para atenderem aos modelos convencionais masculinos de beleza da mulher. O público leitor de *Nova* era constituído de mulheres jovens, na faixa dos 30 anos, dos grandes centros urbanos, beneficiadas pela expansão do ensino universitário associado e das atividades econômicas verificadas no “Milagre Brasileiro”.

Contudo, entre as estudiosas e as intelectuais, a modernização foi vista por outro ângulo, com foco na situação das mulheres nas relações de produção capitalista. Estabeleceram elas uma relação dialética entre a “condição feminina” e a reduzida inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo esse quesito como indicador da dificuldade da passagem da sociedade tradicional para a moderna. Nem por isso acreditavam que o desenvolvimento do capitalismo tão somente poderia implicar melhores alterações na vida das mulheres. Nesse sistema econômico, mesmo quando incorporadas ao mercado de trabalho, elas o faziam na condição de exército industrial de reserva, o que mantinha sua marginalização. A sua liberação, assim, dependia de sua tomada de consciência e de sua

organização, o que aconteceria, tal como aos demais oprimidos, ocupando lugar na força de trabalho.¹¹⁵

Heleieth Saffioti¹¹⁶ foi quem fez o estudo mais completo até então sobre as mulheres no Brasil. Em *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, a autora relaciona a inferioridade social da mulher com os mecanismos que estabelecem o sexo como fator de exclusão social na sociedade capitalista. E, mediante a evolução histórica da condição da mulher na sociedade brasileira, procura demonstrar o equívoco de se considerar a “tradição” e a “natureza feminina” como razões permanentes que poderiam explicar a referida inferioridade social.

A década de 1970, entretanto, registrou um aumento gradativo da mulher na população economicamente ativa. Tal fato foi decorrência do processo de industrialização, bem como da reforma universitária, que expandiu o nível de ensino e atraiu um número de mulheres cada vez maior para as universidades. Para as camadas médias, a educação superior representava real possibilidade de ascensão social.

A reforma universitária e o fomento às pesquisas científicas, com vistas ao atendimento das demandas criadas pelo desenvolvimento econômico, abriram brechas para estudos na área das ciências sociais. Algumas agências financiadoras, estatais ou não, como a Fundação Ford, estimularam os estudos sobre questões sociais candentes. A referida agência implementou pesquisas sobre o tema “mulheres”.

As linhas de pesquisa desenvolvidas inicialmente foram a reprodução humana e a força de trabalho, dois aspectos que cobravam atualidade naquele momento. O primeiro por duas razões: as elevadas taxas de mortalidade materno-infantil, que suscitaram políticas de proteção às gestantes e à infância; e o aumento populacional acentuado, que acarretou pressão norte-americana para adoção de políticas de controle de natalidade. Assim, a partir do tema reprodução, chegou-se aos numerosos estudos sobre demografia. A força de trabalho recebeu atenção cada vez maior na década, em razão do aumento crescente da participação feminina na população economicamente ativa.

A consolidação dos estudos sobre as mulheres aconteceu também no CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. O instituto apoiou alguns importantes estudos sobre a mulher, como a tese de doutorado em Sociologia de Eva A. Blay, intitulada *A mulher*

¹¹⁵ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

¹¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

na indústria paulista. Por sua vez, a SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência concedeu amplo espaço aos estudos sobre mulheres em seus encontros anuais. Neles tiveram lugar inúmeras comunicações individuais, seminários, cursos e mesas-redondas sobre o tema.

As fundações e entidades de pesquisa, estatais e não estatais, abriram espaço para investigações no campo das ciências humanas com a finalidade de subsidiar o crescimento econômico. Esse espaço foi também aproveitado para estudos que fundamentavam as críticas ao regime. Conferiam caráter científico à resistência política. O tema “mulheres” passou a ser contemplado igualmente nas dissertações de mestrado e teses de doutorado dos programas de pós-graduação das universidades públicas.

Já em 1972, algumas atividades focadas nas mulheres ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Realizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres no Rio de Janeiro, organizado por uma antiga e sobrevivente entidade da primeira onda do *feminismo* no Brasil, denominada Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Naquela ocasião reuniram-se jornalistas e intelectuais de prestígio, sob a liderança da jurista Romy Medeiros da Fonseca, uma das fundadoras da referida entidade e batalhadora pelos direitos das mulheres casadas ao longo dos anos 1950.¹¹⁷ Ali estiveram Carmem da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Esta última, escritora com algumas obras publicadas sobre o *feminismo*, já se declarava feminista e se empenhava pela causa. Publicara em 1970 *A libertação sexual da mulher* e trouxera ao Brasil a feminista norte-americana Betty Friedan, fato que deu margem a críticas da Igreja e dos principais jornais e revistas de então.

Carmem da Silva, jornalista encarregada da coluna *A arte de ser mulher*¹¹⁸ da revista *Claudia*, desde 1963, escrevia seus artigos com conteúdos marcadamente feministas, questionando os valores e os papéis tradicionais da mulher na sociedade brasileira. Defendia a necessidade da emancipação e autonomia por meio do trabalho. Já Heleieth Saffioti, socióloga e pesquisadora da condição da mulher, havia escrito e publicado sua obra *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, sua tese de doutorado.

¹¹⁷ Depois de dez anos de luta, em 1962, Romy conseguiu aprovar no Congresso Nacional a alteração da condição da mulher diante da sociedade constituída pelo casamento com o Novo Estatuto da Mulher Casada: diferente da igualdade dos cônjuges na sociedade conjugal que ela propunha em seu projeto original, por esse regulamento, a mulher se diferenciava dos *seres dependentes e incapazes* tal qual eram considerados o indígena, os incapacitados e os menores, e passava a dispensar a autorização do marido para exercer atividade remunerada, embora este continuasse a ser o chefe da família, o que lhe conferia uma série de prerrogativas.

¹¹⁸ Carmem da Silva foi contratada pela revista, inicialmente, apenas para responder ao crescente número de mulheres que manifestavam por cartas suas inquietações diante da necessidade de conciliar seus valores tradicionais com a modernização da vida em vários aspectos. E tanto sucesso teve sua coluna que por ela foi responsável até a sua morte, em 1985.

O fato de as três se identificarem com a oposição ao regime não as impediu de se juntarem a Romy, que, tal como Bertha Lutz, era proveniente da burguesia, tinha boas relações com as elites governamentais e sustentava algumas posições bastante polêmicas. Era entusiasta do planejamento familiar dirigido às famílias pobres, por exemplo. Essa política era combatida pela Esquerda, por representar programas internacionais de controle populacional do Terceiro Mundo. Apesar de o Congresso ter recebido apoio da Benfam (fundação norte-americana voltada para o planejamento familiar que manteve boas relações com o governo militar enquanto este durou), da Coca-Cola e da cúpula da Igreja Católica, nele se discutiram questões polêmicas, como o planejamento familiar, a posição da mulher diante da nova tecnologia, aborto, creches, reforma do Código Civil e serviço cívico feminino.

Rose Marie Muraro, encarregada de organizar a parte intelectual do Congresso, sem se deixar intimidar pelos apoiadores, conseguiu levar Heleieth, e convidou Leilah Assumpção, Leila Diniz, Odete Lara e Zuzu Angel, mulheres que se destacavam por diversas razões e que não gozavam da simpatia dos militares governantes. Possivelmente por essa razão, a realização do Congresso custou a Romy oito comparecimentos ao Departamento de Ordem Política e Social. Dois deles para impedir a prisão de Rose Marie Muraro. Segundo depoimento de Romy a Anette Goldberg, ela não tinha ideia do grau de autoritarismo sob o qual se vivia. À medida que compreendeu, e antes da realização do encontro, reuniu todas as correspondentes estrangeiras e as organizadoras do Congresso e desafiou a repressão a prender todas juntas e a assumir a repercussão internacional do fato.

De acordo com Anette Goldberg, o evento conferiu visibilidade ao tema “mulher” na mídia e contou com a presença de cerca de seiscentos participantes, representando diversos interesses – banqueiros, congressistas, representantes do alto clero, representantes da Benfam e feministas simpatizantes da Esquerda, como as já citadas. Tal acontecimento, como afirma Céli Regina Pinto, apresentou a novidade do *feminismo* no cenário político brasileiro:

[...] ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal – ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de setenta.¹¹⁹

¹¹⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.48.

Igualmente, a reação e a oposição conservadora à novidade alinhavam os mais diferentes segmentos da sociedade, do ponto de vista social, político e ideológico, como comprovam as posturas e as entrevistas realizadas pelos jornalistas de *O Pasquim*, inclusive com algumas mulheres.¹²⁰

O Movimento Feminino pela Anistia, organizado em 1975, foi outra das iniciativas que reuniu, em um primeiro momento, mulheres das camadas médias (profissionais, intelectuais etc.) que, de alguma forma, tinham sido atingidas pela repressão de 64, de 68 e por seus desdobramentos. Eram mulheres cujos filhos e filhas, maridos, irmãos e irmãs, amigos e amigas haviam sido punidos pela prática e pela legislação de exceção. Compunham também esse segmento mulheres que haviam militado em organizações femininas anteriores a 64, aderindo ao movimento pela anistia por se identificarem com a causa. Traziam na memória a luta pela anistia travada na Ditadura de Getúlio Vargas.

O embrião do movimento foi a comissão de mães que se formou pedindo a libertação de seus filhos presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Alguns anos mais tarde, a Comissão de Justiça e Paz começou gradativamente a falar em anistia. E em 1975, o Ano Internacional da Mulher, estimulou a mobilização de mulheres mais próximas dos presos políticos, as quais criaram comissões de familiares de presos e desaparecidos políticos e redigiram o Manifesto da Mulher Brasileira, seguido de um abaixo-assinado em favor da anistia.

A advogada Terezinha Zerbini, cujo marido havia sido reformado pelos militares golpistas, percorreu o país na coleta de assinaturas, e o movimento ganhou força e repercussão a partir de seu encontro com a jornalista Joana Lopes, em Londrina. Esta lhe fez a proposta da fundação de um jornal, o *Brasil Mulher*, que seria o canal de expressão da campanha.

Joana Lopes havia vivido na Europa e lá tomara contato com o *feminismo*. Ao contrário de Terezinha Zerbini, era simpatizante daquele movimento desde então, mas teve o cuidado diplomático de não se declarar ou declarar o jornal com tal teor. Essa atitude garantiu que tratasse dos assuntos caros ao *feminismo* durante toda a sua gestão como jornalista/editora responsável pela publicação.¹²¹ O supracitado jornal, cujo primeiro número saiu ainda em

¹²⁰ SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13. Florianópolis, 2005.

¹²¹ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2004.

1975, chegou a ser distribuído nacionalmente, graças à sua estreita ligação com o Movimento Feminino pela Anistia e seus comitês espalhados pelo Brasil.

Um ano depois, em 1976, surgiu outro jornal feito por mulheres e voltado para os interesses femininos, o *Nós, Mulheres*. Este desde o seu início assumiu o *feminismo*. Com uma proposta muito semelhante ao *Brasil Mulher*, o *Nós, Mulheres* se diferenciava pela linguagem mais próxima, uma vez que no próprio título já havia a identificação e o sentido de pertencimento ao mesmo universo do público leitor preferencial. Entre outras peculiaridades, também eram diferentes as simpatias e os vínculos políticos do grupo de amigas que se juntou para tal iniciativa. Ainda que os dois jornais fossem feitos predominantemente por mulheres organizadas ou oriundas das organizações de Esquerda, para as integrantes do *Nós, Mulheres* a centralidade da militância estava na defesa do *feminismo*.

Ambos os jornais cumpriram importante papel na construção do movimento feminista no Brasil na segunda metade da década de 70. Os dois tiveram uma periodicidade irregular, sobretudo porque, embora tivessem sido bancados em seus primeiros números (o BM por Terezinha Zerbini, e o NM pela atriz Ruth Escobar e pela cantora Elis Regina), a partir do segundo exemplar cada um teve de buscar meios de manter-se, e os encontraram, frequentemente, na forma de colaborações de amigos e simpatizantes.

É importante dizer que houve muito empenho da militância tanto na construção como na distribuição dos dois jornais. As pessoas que neles trabalhavam não eram remuneradas por nenhum dos trabalhos exigidos. O combustível era o entusiasmo, que de resto foi suficiente para publicar 17 números do primeiro (com uma tiragem de 5000 exemplares, em média) e oito do segundo, que não divulgava sua tiragem.

Movimento de mulheres na periferia

Também o Movimento de Mulheres da Periferia, os chamados Clubes de Mães e as Associações de Donas de Casa, incentivados e, muitas vezes, fundados por militantes das Comunidades Eclesiais de Base, começaram a se organizar por volta de 1972. Essas entidades reuniam as mulheres para discutir as questões enfrentadas no dia a dia – as carências e os problemas – e para desenvolver uma consciência crítica e uma postura reivindicatória relativa aos direitos humanos e sociais.

Tendo como berço os Clubes de Mães e as Associações de Donas de Casa, surgiram ainda o Movimento do Custo de Vida e a Luta por Creches, que tomariam grandes proporções posteriormente. Cumpre citar também o Movimento Popular de Mulheres, que se organizou em torno da luta por melhorias urbanas, reivindicando melhorias de infraestrutura (expansão da rede de águas e esgotos, iluminação, asfaltamento, acesso aos meios de transportes coletivos) e dos demais equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, creches etc.).

A liderança de tais movimentos era dividida entre ativistas de Esquerda, de distintas organizações e matizes ideológicos, e outras oriundas da militância ligada à Igreja Católica. Em qualquer dos casos, estavam interessadas em promover a emancipação do proletariado¹²² e empenhadas no trabalho de conscientização política das mulheres proletárias, como forma de intensificar a luta contra a Ditadura. A intenção era discutir a condição de opressão e subalternidade da mulher na sociedade. Tal discussão se impôs e ganhou corpo na dinâmica do movimento.

As mulheres de Esquerda, principalmente ligadas ao PCdoB, ao PCB e a outras organizações, exercendo a chamada dupla militância em movimentos de massa e em organização política de cunho partidário, estavam atentas às lutas políticas contra a Ditadura. Entre elas a luta pela anistia. Elas se encarregaram de estabelecer a ponte entre as questões comunitárias locais e as de cunho mais abrangente.

Muitas dessas militantes se inseriam no movimento a partir de suas profissões, prestando serviço voluntário junto às comunidades. Médicas, advogadas, professoras, jornalistas, profissionais da saúde, sociólogas, atrizes, operárias, bancárias, entre muitas outras profissionais, dedicavam parte importante do seu tempo à atuação junto às muitas associações de mulheres e Clubes de Mães da periferia de São Paulo. Conquistando a confiança dessas mulheres, aos poucos, tratavam de politizar as consciências e as lutas. Entretanto, algumas vezes, obtinham efeito contrário ao esforço empreendido. As disputas pelas áreas de influência para um ou para outro partido despertavam nas bases, frequentemente, a incômoda suspeita da manipulação política.

Afirma Dora Porto¹²³ que a autonomia político-partidária era uma questão cara às lideranças não vinculadas organicamente aos partidos de Esquerda no Movimento de Luta por Creche, por duas razões: (1) temiam pela divisão do movimento unido por problemas comuns;

¹²² Ainda que as conotações de emancipação não coincidissem.

¹²³ PORTO, Dora Nogueira. “A militante feminista e a militante feminina da periferia: estudo psicossocial das diferenças entre as visões de participação política da mulher”. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC, São Paulo, 1984.

e (2) já conheciam, de experiências anteriores, a atuação dos partidos e seus representantes, com base no populismo clientelístico. Segundo as pesquisas dessa autora, as militantes daquele movimento por ela entrevistadas, apesar de aceitarem a presença das várias tendências políticas internas, não buscavam representantes para os seus interesses nem pretendiam subordinar sua participação política. Mas, como se verá adiante, a questão da autonomia, mais do que para os movimentos populares, estava colocada como condição estratégica para o movimento feminista.

Isso, aliás, se multiplicava à medida que muitas dessas mulheres tinham suas tarefas desdobradas tanto no movimento de massas como em suas organizações partidárias, além das suas outras responsabilidades e compromissos pessoais com suas casas, maridos, filhos e trabalho profissional. Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), entre muitas outras, é um bom exemplo da dupla militância. Participou do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em 1975, do qual nasceu o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Participou também do jornal *Brasil Mulher*, desde o seu início, discutindo as pautas e colaborando na realização e, principalmente, na distribuição do periódico pelos Clubes de Mães. Ali vendia os exemplares para as mulheres, lia junto com elas e promovia a discussão das matérias e reportagens publicadas. Em entrevista, Amelinha conta que ler o jornal com as mulheres era uma forma de combater a ausência do hábito de leitura e, ao mesmo tempo, de fazê-las pensar sobre os assuntos tratados.¹²⁴

As militantes do PCB e do PCdoB estavam mais presentes nesses movimentos populares, devido ao fato de seus partidos adotarem uma linha política favorável à formação de uma ampla aliança para derrubar a Ditadura. O PCB assim se posicionou desde os primeiros momentos do golpe, para grande decepção de muitos de seus militantes de então. Principalmente por essa razão, muitos de seus integrantes foram abandonando essa agremiação nos sucessivos “rachas”. O PCdoB, mesmo tendo formado seu braço armado, manteve sua atuação nas lutas legais, sobretudo nos anos que se seguiram ao auge da repressão.

Nesses partidos clandestinos, havia uma hierarquia nas frentes de trabalho político. Embora valorizassem todas as frentes legais sobre as quais pudessem exercer a sua influência, isto é, fazer com que seus integrantes seguissem as suas orientações e adotassem a sua interpretação da realidade, o trabalho mais “nobre” era o da articulação política interpartidária

¹²⁴ Depoimento de Maria Amélia Teles – ativista do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista desde os anos 70 –, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

com o PMDB, tratado no PCB como a “grande política” e geralmente realizado pela direção. O trabalho sindical, que na ocasião implicava retomar das mãos dos *pelegos* a direção daquelas entidades, naturalmente também era valorizado – ainda mais quando fosse importante a categoria na perspectiva operária do poder revolucionário. Assim, os sindicatos de trabalhadores operários nas indústrias metalúrgicas, as quais englobavam as automobilísticas e as de autopeças (estratégicas para a economia brasileira de então), recebiam maior atenção das direções partidárias. Por conseguinte, os militantes que atuavam nesses sindicatos gozavam de maior prestígio.

É certo que alguns sindicatos de categorias de profissionais liberais, como o dos jornalistas, o dos médicos, o dos bancários, entre outros, se fizeram importantes em determinados momentos daquela conjuntura. Entretanto, e seguramente, o trabalho político entre as mulheres da periferia não recebia maior atenção ou mesmo crédito das direções partidárias. Nem mesmo do conjunto dos militantes. Recebia a consideração que tradicionalmente a Esquerda ortodoxa lhe dedicava. Era visto como um trabalho de conscientização de uma “massa atrasada” que poderia vir a cumprir, quando muito, uma função auxiliar nas tarefas político-partidárias, revolucionárias ou não.¹²⁵

Muita energia foi gasta pelas militantes desses partidos para convencer seus dirigentes da importância daquela área de atuação, mesmo diante do crescimento e da projeção do movimento. Quando a pauta e as posturas do trabalho feminino começaram a adquirir características mais claramente identificadas com o *feminismo*, e a convencer e conquistar cada vez mais aquelas militantes quanto à justeza da luta, a postura partidária passou do menosprezo para o deboche e a hostilidade, como revela o depoimento de Amelinha, então vinculada ao PCdoB.

A referida militante, importante liderança do movimento de mulheres, junto a outras companheiras de partido, como Lourdinha Rodrigues, foi posteriormente expulsa da organização pelo mal-estar que causava à direção daquela agremiação. As posições que assumia, bem como as bandeiras que levantava em respeito à autonomia do movimento, não encontravam eco em seu partido. Embora as militantes entrevistadas tenham declarado que não viam contradição entre suas posturas, suas lutas e as do partido.

¹²⁵ Essa posição estava em consonância com as orientações da Terceira Internacional, embora não se configurasse como uma atitude leninista. O leninismo recomendava ir a “todas as massas” e organizar cada qual de forma independente.

O *feminismo* embrionário no Brasil

Também em 1972, em São Paulo e principalmente no Rio, surgiram os primeiros grupos de consciência/reflexão, outro dos acontecimentos que podem ser considerados embrionários do *feminismo* brasileiro. Eles se inspiravam nos movimentos de libertação da mulher dos EUA e da Europa. Tais grupos reuniam mulheres que se conheciam, que tinham relações de amizade e, muitas vezes, afinidades intelectuais ou políticas. Sobretudo se juntavam em torno de bibliografia e inquietações trazidas de vivências do *feminismo* nos diferentes países que visitavam.

A tremenda repressão do período em que Médici governou as levava a desejar fazer algo que não fosse individual, embora não pretendessem atribuir um caráter militante às suas atividades, nem se atrevessem, na maioria dos casos, a se mostrar publicamente. Não havia normas ou regulamentos em tais grupos. A participação se dava por convites feitos pelas integrantes. Os assuntos discutidos variavam bastante, mas a tônica era a busca de identificação mediante a chamada “condição feminina”. Buscava-se entender o que significava ser mulher, inclusive, mas não tão somente, nem principalmente, pela discussão sobre sexo e direito ao prazer. Não faziam mais do que estipular previamente o tema que discutiriam, o que não implicava pauta, qualquer tarefa, nem preparação de exposição.

Embora tenha havido inúmeros grupos de consciência e/ou reflexão nesse período no Brasil, os mais conhecidos foram aqueles cujas integrantes se tornaram posteriormente membros ativos do movimento feminista. Muitas das mulheres que participaram desses grupos buscavam se colocar em sintonia com o movimento feminista em outras partes do mundo. O *feminismo* então discutia a posição das mulheres na sociedade, a opressão à qual estavam submetidas, seu corpo, seu prazer, sua individualidade.

No Brasil, as simpatizantes do *feminismo* não deixavam de sentir certa culpa ao adotarem o lema “o pessoal é político”. Era o peso da contradição de estarem à procura de seus processos de individuação, enquanto no Brasil era gritante a enorme demanda de ação política voltada para um coletivo mais amplo, para as injustiças sociais e para os desfavorecidos de toda ordem. A maioria daquelas mulheres havia sido criada na cultura política das reformas sociais, da luta anticapitalista e anti-imperialista, na cultura da valorização do movimento revolucionário. Ali prevalecia a *ideologia do proletariado*, para a

qual qualquer preocupação com o bem-estar individual era considerada uma atitude “burguesa” ou “pequeno-burguesa”. E era nada menos que desprezível.

Mesmo não sendo vinculadas às organizações de Esquerda, o que lhes permitia desfrutar maior liberdade de pensamento, de iniciativa e de ação, estavam imbuídas, em maior ou menor medida, dos valores da Esquerda revolucionária. E, por outro lado, como se posicionavam contra a Ditadura, o fato de não estarem “engajadas” tornava ainda mais difícil vislumbrar qualquer ação maior de caráter público em função da censura e da repressão.

Uma vez que tais grupos não tinham existência pública, não é possível quantificá-los. Sabe-se que existiram em várias outras cidades do Brasil e que não foram efêmeros. Esse foi o caso de um deles, estudado por Albertina Costa, que reuniu várias intelectuais em São Paulo, entre elas a crítica literária Walnice Nogueira Galvão e a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, por três anos. A historiadora posteriormente publicou textos teóricos sobre o *feminismo* e também obras de história das mulheres e de gênero.

Outro grupo sobre o qual foi possível reunir mais informações foi aquele fundado por Branca Moreira Alves, no Rio de Janeiro. Ela havia vivido em Berkeley, nos EUA, e, estimulada por amigas que estavam na Europa, passou a se interessar pelos grupos de consciência do Movimento de Liberação das Mulheres. No seu retorno ao Brasil, criou um grupo de reflexão, no início bastante heterogêneo quanto à sua composição etária e interesses. Ele foi adquirindo o formato pretendido com o tempo. Branca Moreira Alves veio a se tornar destacada participante do movimento feminista no Brasil.

CAPÍTULO III - O *FEMINISMO* BRASILEIRO NO EXÍLIO

O que tudo isso tem a ver conosco?

O *feminismo* brasileiro irrompendo no exílio

Há notícias da formação de grupos femininos voltados à “questão da mulher” em vários países que acolheram brasileiros exilados: Portugal, Alemanha Ocidental, Suécia (Lund) e Itália (Milão). Sobre tais iniciativas não foi possível encontrar mais informações. Mas se sabe que em Paris elas se multiplicaram e tiveram maior repercussão entre os exilados e os demais brasileiros residentes naquela cidade na década de 1970. E registraram suas atividades. Ali, em 1972, época em que na localidade já viviam muitos brasileiros exilados, foi criado o Grupo Latino-Americano de Mulheres, entidade com forte presença de brasileiras, que prolongou sua existência por cerca de quatro anos.

Em março de 1974, ainda em Paris, uma reunião deu início ao “Grupo de Estudos”, que também ficou conhecido como Comitê, de duração mais efêmera. E, em janeiro de 1976, surgiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Este, com maior penetração na colônia de brasileiros exilados, marcou seus quatro anos de existência de maneira intensa, às vezes polêmica, mas sempre com muita ação. Pelo significado do convívio das brasileiras no exterior com o efervescente movimento feminista em cada um dos países onde elas estiveram, se justifica que se trate dessa matriz do *feminismo* brasileiro em um item à parte.

Grupo Latino-Americano de Mulheres

Ao chegarem à Europa, os brasileiros e as brasileiras exilados se depararam com questionamentos, debates, discussões, publicações e expressivas mobilizações de mulheres em torno da “questão da mulher”. Não era um tema ao qual tivessem dedicado atenção. Nem o reconheciam como digno de reflexão. Logo rotularam: um movimento pequeno-burguês, que reivindicava uma igualdade formal, dentro dos parâmetros do liberalismo, e ainda por

cima sexista, quer dizer, com feições de guerra entre os sexos. Até podia fazer sentido na sociedade europeia, mas não cabia nas lutas da sociedade brasileira. Portanto, nada a ver com os valores revolucionários que davam sentido às suas existências e lutas.

Em Paris, o *feminismo* transbordava. Não dava para ignorá-lo. Ao contrário. Era instigante. Especialmente para Danda Prado, filha do historiador Caio Prado. Era ela ex-militante comunista e havia optado pelo autoexílio. Conforme seus relatos, entre 1970 e 1971, chegou à França para desenvolver uma tese de doutorado sobre as mulheres.¹²⁶ Até então, comungava com tantas outras militantes comunistas que se viam de forma diferenciada e melhor que a grande maioria das mulheres, uma vez que haviam rompido com a postura feminina tradicional. Sentiam-se especiais e atribuíam a seus méritos individuais tal condição.

Lembra Danda que havia negado a Carmem da Silva a aprovação de uma publicação entre 1965 e 1966 dirigida às mulheres, com o argumento de que se tratava de um assunto ultrapassado e que, quando não, seria resolvido com a luta de classes. Ao buscar informações com Simone de Beauvoir¹²⁷ para sua tese, foi apresentada a uma militante que a colocou em contato com o MLF - Movimento de Libertação Feminina. Encantada com o movimento francês, buscou reunir outras brasileiras para veicular e discutir suas ideias.

Mariza Figueiredo, outra fundadora e integrante do Grupo Latino-Americano de Mulheres, até que este deixou de existir, havia também decidido pelo autoexílio. Jornalista, foi a Paris para um curso de fotografia, e lá ficou, desenvolvendo estreito contato com o MLF, que logo passou a integrar. Chegou a morar com duas destacadas militantes daquele movimento: Christine Delphy e Monique Wittig. As duas com produção teórica sobre o *feminismo*. A primeira tratava-se de uma das responsáveis pelo desenvolvimento do conceito de “*patriarcado*”.

A maioria das demais brasileiras iniciadoras do Grupo – Clélia Pizza, Vera Tude, Cecília Comegno, Gilda Grillo, Norma Bengell e Sonia Nercessian –, com maior ou menor permanência nele, havia escolhido o autoexílio e tinha ligações indiretas com a Esquerda organizada. Ainda assim, lembram que as discussões iniciais do Grupo eram marcadas pela polaridade *luta das mulheres* x *luta de classes*, que se traduzia pela dicotomia *sexualidade* x *política*. As que se alinhavam com a prioridade à *sexualidade* não se sensibilizavam muito

¹²⁶ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a. ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

¹²⁷ Haviam se conhecido por ocasião da vinda de Beauvoir e Sartre no final dos anos 1950.

com as questões gerais. Não se interessavam, por exemplo, pela manifestação contra a Ditadura, que era a demanda daquelas que priorizavam a *política*.

Num depoimento emblemático acerca das posições de Esquerda à época, “[...] Cecília Comegno relata que lhe desagradava que as reuniões do grupo descambassem em algo que mais se parecia a ‘uma sessão de terapia coletiva’”. Nesse sentido, chegou a afirmar: “[...] se eu quiser resolver meus problemas [pessoais], vou resolver no divã do psicanalista.”¹²⁸ As militantes da *política* queriam contemplar bandeiras como a legalização do aborto, salário igual para trabalho igual, entre outras.

Ainda no âmbito das brasileiras do Grupo Latino-Americano, havia outros pontos de divergência, como a postura considerada sexista, isto é, anti-homem. Muitas ativistas expressavam rancor em relação aos homens, o que incomodava várias das interessadas em discutir o *feminismo*. Outra postura polêmica – que se colocava menos explicitamente, mas criava um clima de desconforto – era a opção homossexual assumida por algumas, sobretudo por Danda.

O homossexualismo, incluído no rol da *sexualidade*, então chocava e despertava indignações. Mesmo sendo um dos temas da pauta feminista e, como tal, tratado no periódico do Grupo, era alvo de preconceito. O mal-estar naquele grupo de exiladas se dava à medida que a *sexualidade* feminina era tratada com pudor e moralismo na comunidade brasileira local. Ainda estava distante sua caracterização como um dos itens do pessoal a ser publicizado e tornado político. Por tais divergências, não foram poucas as que passaram por aquele Grupo e o abandonaram em busca de outros com os quais sentissem maior identificação.¹²⁹

Um episódio ocorrido na colônia brasileira em Paris vários anos depois, em 1979, permite imaginar a dimensão do preconceito que havia na Esquerda, por volta de 1972, quanto ao homossexualismo. O ativo Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia propôs discutir a homossexualidade e, com isso, quase promoveu a cisão do Comitê. A recusa categórica por parte de alguns vinha revestida de pseudoargumentos: o tema não era político e discutir coisa de *boiola* comprometeria a credibilidade e a respeitabilidade da entidade.

¹²⁸ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.109.

¹²⁹ Ibidem.

Depois de meses de brigas, que fizeram o Comitê se dividir em duas metades, por uma pequena margem de votos a favor, ganhou a proposta de realização do evento relativo ao tema. No teatro da Casa Brasil, na Cité Universitaire, Herbert Daniel entrevistava os demais membros do Grupo de Cultura no espetáculo que se chamou *Estamos todos no mesmo banheiro*. O ineditismo da apresentação foi que as perguntas, inicialmente feitas aos “atores”, foram dirigidas também à plateia, na qual se incluíam os mais intransigentes na recusa da discussão do tema.

De acordo com Denise Rollemberg Cruz¹³⁰, que é quem relata o episódio, a maneira hábil e inteligente de apresentar o tema mostrou que o homossexualismo era, antes de tudo, uma questão de sexualidade, e desta ninguém escapava. E mais, flagrou a autoimagem idealizada dos militantes da Esquerda, exilada ou não, segundo a qual havia uma total incompatibilidade entre revolucionário e homossexual. Herbert Daniel, corajosamente, provou o contrário, assumindo essa condição no exílio, o que teria sido inimaginável no Brasil enquanto membro da VPR - Vanguarda Popular Revolucionária. Ele também escreveu a respeito do tema posteriormente, mostrando como a homossexualidade estigmatizada definia a pessoa pela sua sexualidade, e não pelo conjunto de suas características – sendo a sexualidade apenas uma delas.

O caráter subcontinental do Grupo Latino-Americano se configurou em razão de ter surgido das questões levantadas por estudantes de pós-graduação de diferentes países da América Latina. Conforme consta do boletim nº. 1 de *Nosotras*, publicação do Grupo datada de janeiro de 1974, as questões giravam em torno do significado e do alcance do *feminismo*. Perguntava-se quanto à propriedade dele em países como os seus. E ainda o que havia de comum ou de diferente entre as argentinas, as brasileiras, as mexicanas, as venezuelanas e as francesas.

Outros textos dos vários boletins testemunhavam a preocupação do Grupo em buscar algo que caracterizasse *as mulheres* (como categoria), a despeito de suas diversas realidades políticas e sociais. O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris inspirava-se no MLF, reconhecia seu conjunto de conceitos e experiências e pautava-se pela temática da “especificidade”, o que significa dizer que estava voltado para questões do corpo, da sexualidade, da opressão patriarcal dentro e fora da família. Nem por isso deixava de questionar sobre as pretensas universalidades por ele propostas.

¹³⁰ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.224-5.

O Grupo funcionava com um núcleo fixo composto de cerca de dez mulheres que não faltavam às atividades. Entre elas estavam as brasileiras Mariza Figueiredo, Danda Prado, Clélia Pizza, Sonia Nercessian, a argentina Lucia Tosi, as venezuelanas Naty Guadilla e Giovana Machado e a mexicana Mireya Gutierrez. Esse grupo revelou grande capacidade de atrair as latino-americanas, por sua dinâmica e pelos temas tratados. Mulheres de diferentes idades, histórias, repertórios de vida e formação compareciam às reuniões, movidas pela curiosidade e interesse em relação ao *feminismo*.¹³¹

Estruturou-se de forma que, em suas reuniões, todas as participantes, necessariamente mulheres, tivessem direito à palavra, de acordo com os valores em voga no movimento feminista daquele momento. A restrição à participação dos homens fundamentava-se no argumento de que a presença deles seria fator de inibição. Sobre tal dinâmica de grupo é necessário fazer algumas considerações. Havia a apropriação pelas francesas dos grupos de consciência norte-americanos, com o objetivo de criar uma identidade necessária para organizar a luta pela construção de um mundo mais humano. Segundo essa concepção, veiculada em um artigo de Françoise Collin¹³², esses grupos deveriam ser compostos unicamente por mulheres, uma vez que a presença dos homens inibiria as palavras e as iniciativas das mulheres.¹³³

Os grupos de consciência nos EUA, *consciousness-raising groups*, reuniram mulheres, geralmente oriundas das camadas médias, muitas com passagem nos movimentos pacifistas, contra a discriminação racial, contra a guerra do Vietnã, entre outros. Muitas delas se queixavam de que, nesses movimentos, não tinham direito a voz e não passavam de “tarefeiras”, já que a palavra e as definições dos rumos políticos eram monopolizadas pelos homens. A cada reunião dos grupos, as componentes deveriam trazer outra convidada para desenvolver o sentimento de *irmandade* ou *sororidade*.

Essas mulheres, que assim descobriam como comum a muitas delas o que imaginavam ser vivências individuais, viam a si próprias como “diferentes dos homens”. Tal prática no movimento feminista francês foi chamada de *vécu*, palavra francesa que significa “vivido”. Dessa maneira, praticar o *vécu* era compartilhar experiências vividas por cada uma das integrantes do grupo, entender a dimensão social dos problemas até então considerados de

¹³¹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹³² Artigo publicado em 1975, no n°. 21/22 do boletim *Nosotras*.

¹³³ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”. *ArtCultura*. Vol.9, n.14. Uberlândia, jan.-jun. 2007. p.55-69.

foro íntimo e, assim, chegar à consciência da opressão. Era a maneira de despertar a consciência de que o pessoal era político. Acreditava-se que esse seria o melhor caminho para que as mulheres se constituíssem como sujeitos da sua própria luta emancipatória. O *vécu*, adotado pelo Grupo Latino-Americano, parece ter sido um fator de atração e de permanência no grupo, de acordo com as mulheres que dele participaram.

A prática do *vécu*, adotada também no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, como se verá mais adiante, foi uma marca do início da segunda onda feminista. Ela foi recorrente na década de 1970 em organizações feministas de vários países da Europa e dos EUA. As mulheres que tiveram oportunidade de vivenciá-la lembram-se de sua intensidade e de seu magnetismo. Era fator de aglutinação e chamava à assiduidade nas reuniões. Os depoimentos a seguir dão a dimensão da sua força:

Você tinha um espaço em que você podia discutir as suas coisas que eram consideradas as suas coisas privadas sem interesse, muito abaixo da política, de repente elas aparecem como a política, aquilo era fazer política [...]. Você, a partir daquela coisa que é sua pessoal, você está discutindo política.¹³⁴

Eu acho que o grande mérito do feminismo é ter conseguido agrupar a gente. Conseguimos ver que os nossos problemas individuais não eram só nossos. Eram de todas as mulheres como nós. Foi o contato com o movimento feminista aqui na França que fez com que nos identificássemos e nos aproximássemos umas das outras. Não nos vemos mais como “aquela rival”, como a causa de nossas futuras desgraças, como “a outra”.¹³⁵

Quando é que passou pela minha cabeça antes que eu pudesse discutir com uma companheira, até de outras posições políticas, as minhas opiniões pessoais? Nunca, nunca. Acho que é esse tipo de mudança que a prática dentro do movimento coloca: uma solidariedade contra a opressão, o que não é a mesma coisa que ser uma irmãzinha de todas as mulheres.¹³⁶

¹³⁴ Depoimento de Eliana Aguiar. Cf.: ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.182.

¹³⁵ Cf.: COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.415.

¹³⁶ Cf.: Ibidem. p.420.

A gente discutia textos, chegava um dia e começava a falar de uma experiência de alguma, de um caso que alguém queria contar. Por isso a gente dizia que o subgrupo era a discussão do *vécu*... tinha uma dinâmica fantástica, ninguém [deixava cair] a peteca, ninguém deixava de ir. Era uma coisa muito importante, muito incorporada na vida da gente a reunião do subgrupo.¹³⁷

A importância da prática do *vécu* talvez se deva ao seu caráter de descoberta, de valorização do que até então era menosprezado, de identidade estabelecida a partir do sentimento de semelhança, a partir da dor compartilhada.

Naquele momento, primeiros anos da década de 1970, acreditava-se na universalidade da opressão da mulher, posto que havia se desenvolvido o conceito de *patriarcado* como sendo um sistema de exploração que transcende as fronteiras no espaço e no tempo, assim como nas estruturas e organizações sociais. Entendia-se que o capitalismo podia ter acentuado tal opressão, mas não a inventado.

Dessa compreensão derivavam vários pressupostos. Entre eles, a mulher como categoria social, a quem caberia tornar-se agente ou sujeito de sua própria libertação; universalidade da opressão, portanto, igualdade entre as mulheres; independência do sistema de opressão patriarcal em relação a outras formas de opressão social; a *sororidade*, sentimento de fraternidade e de solidariedade como necessidade para a construção do sujeito político “mulher”; exigência de autonomia de mecanismos, articulações e encaminhamentos em função da especificidade da opressão. Tais pressupostos traziam embutida a noção de vitimização das mulheres; a visão dicotômica, e até maniqueísta, da relação oprimido/opressor; e a radicalidade do “quem não está comigo, está contra mim”, que considerava antifeminista quem não admitisse a universalidade da opressão.

Reivindicando a herança do levante cultural de 1968 quanto ao exercício do poder, o movimento feminista da segunda onda desconsiderava formas hierarquizadas e burocratizadas de organização, numa clara contestação aos partidos e organizações revolucionárias pré-existentes. As participantes do Grupo Latino-Americano de Mulheres, sintonizadas com essa compreensão do poder, declaravam acreditar no trabalho coletivo, razão pela qual não queriam lançar mão de direção política, estatutos, normas de funcionamento, eleições. Eram contra o sistema de representação. Experimentaram várias dinâmicas até que chegaram a

¹³⁷ Depoimento de Ângela Muniz. Cf.: ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.182.

reuniões do Grupo todo uma vez por mês e de pequenos grupos com maior frequência. Essa maneira de ver as diferenças as levava a acreditar que eram capazes de inovar nos métodos de gestão.

Entendiam que o que caracterizava o exercício tradicional do poder era a verticalidade hierárquica inspirada em referenciais patriarcais. Supostamente constituído a partir de critérios de autoridade, o exercício masculino, esmagadoramente majoritário, frequentemente assumia a feição de mandonismo. Praticava a desqualificação daqueles sobre quem o poder era exercido, o que os excluía até da disputa pelo poder. Mas, sobretudo, por intermédio da ideologia, fazia com que não se acreditassem capazes de assumir poderes institucionais.

A tal forma de poder as mulheres referidas acreditavam ser possível contrapor a horizontalidade, mediante a qual todas as pessoas participariam de todas as decisões, de forma que não haveria lideranças nem representantes. Estudiosa do Grupo Latino-Americano, Maira Abreu¹³⁸ afirma não ter sido possível apurar como se estabeleceram as relações de poder naquele coletivo.

O boletim bilíngue (português e espanhol) *Nosotras* foi a principal produção do Grupo em comento. Existiu de janeiro de 1974 a meados de 1976 (quando o grupo já não existia) para divulgar as novas ideias e as lutas feministas. O boletim, feito de forma completamente artesanal e reproduzido em mimeógrafo, tinha periodicidade irregular e não recebia nenhum financiamento. Era enviado clandestinamente ao Brasil. Aqui estava a maior parte das assinantes, entre as quais figuravam as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas.¹³⁹

O periódico *Nosotras*, desde o seu início, solicitava a participação de suas leitoras. Não pretendeu ser um porta-voz do Grupo Latino-Americano de Mulheres, que tinha uma constituição heterogênea. Interessava-se em divulgar as ideias feministas e despertar o movimento nos países do subcontinente. A linguagem adotada e o teor de seus artigos selecionavam as leitoras. Não era de fácil leitura. Dirigindo-se preferencialmente às mulheres na América Latina, se propunha a promover inquietações, mediante a divulgação de ideias que estimulassem a discussão dos temas e levassem à organização de grupos. O jornal obteve respostas. No princípio na forma de cartas, e depois em artigos enviados da América. Aos

¹³⁸ Cf.: ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

¹³⁹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

poucos, passou a ser um integrador das várias iniciativas feministas dos países latino-americanos.¹⁴⁰

Cabe registrar que o Grupo Latino-Americano de Mulheres enfrentou uma reação hostil e conservadora das organizações de Esquerda que compunham a Frente de Brasileiros no Exílio. Tal Frente exerceu, com algum sucesso, grande pressão para que as mulheres brasileiras deixassem de comparecer às reuniões, chegando ao ponto de ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres seguissem participando.¹⁴¹ O grande argumento era que, além do referido grupo ser apolítico e com grande chance de descambar para terapia de grupo, em nada contribuía na luta contra a Ditadura no Brasil. Eivado de preconceito e resistência para a inclusão do tema *mulheres* na pauta de suas discussões, o argumento encontrava eco em muitas mulheres ex-militantes que viviam a aparente contradição: ao mesmo tempo, vivenciavam com grande interesse tais encontros e discussões e mantinham a “coerência ideológica” de priorizar a luta de classes na análise de toda e qualquer desigualdade ou injustiça social.¹⁴²

As exiladas latino-americanas em Paris tinham o marxismo como quadro teórico referencial, tanto para reafirmá-lo como para contestá-lo. Dessa maneira, a construção do seu *feminismo* passou necessariamente por um diálogo entre as ideias formuladas pelo *feminismo* (europeu, sobretudo) e o materialismo histórico. Assim, para muitas integrantes do Grupo Latino-Americano, por mais que a solidariedade feminina devesse transcender conflitos de classe para fazer frente à opressão comum, isso não significava negar as diferenças de classe ou outras diferenças sociais entre as mulheres.

Tinham também uma compreensão dúbia e contraditória em relação à especificidade. Quando se tratava da especificidade da condição feminina, que consideravam uma criação social masculina, a negavam e a combatiam. Quando se tratava de abrir uma brecha na universalidade para admitir a especificidade das mulheres latino-americanas, afirmavam que o *patriarcado* se manifestava diferentemente em cada contexto social, cultural e econômico. Preconizavam caminhos nacionais para o *feminismo* em seus países de origem. Mas as explicações para o conflito com os partidos e organizações de Esquerda podem ser encontradas no estranhamento entre as suas concepções de opressão.

¹⁴⁰ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

¹⁴¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

¹⁴² ABREU, op. cit., 2010.

A articulação das exiladas em Paris provenientes do Chile

Algumas brasileiras que transferiram seu exílio do Chile para a França já traziam a experiência da participação em uma organização de mulheres em Santiago, o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior. Foi criado em Santiago e liderado por Zuleika Alambert, a pedido da direção de seu partido, o PCB. Era em parte apoiado por diversos grupos políticos brasileiros, que entendiam que desenvolver atividades voluntárias era uma forma de aprender com a construção do socialismo no Chile. Além disso, sugeriam tarefas de apoio à revolução brasileira e a prática de solidariedade com os refugiados.

Prevalecia nesse Comitê a concepção tradicional sobre os papéis das mulheres: a elas cabia o cuidado com a família, com as crianças e a defesa da paz. As atividades por ele desenvolvidas giravam em torno de comemorações de datas importantes e iniciativas em favor das crianças. O objetivo era juntar mulheres que acompanhavam familiares de militantes. Estas eram consideradas periferia do núcleo “revolucionário”. A maioria delas não dominava o idioma local. Os níveis de escolaridade das integrantes variavam bastante, e algumas não haviam desenvolvido seus estudos. O Comitê seguia a linha tradicional da visão marxista do trabalho político voltado para as mulheres: buscava desenvolver a sua consciência política e conquistá-las para o engajamento na luta por ocasião do retorno à pátria, que, acreditavam, deveria acontecer em breve.¹⁴³

Zuleika Alambert chegou a Paris em 1974, no contingente de exilados provenientes do Chile, após o Golpe de Pinochet, e logo tratou de montar novamente um grupo de mulheres. Não sem antes entrar em contato com o Grupo de Mulheres Latino-Americanas, segundo ela, liderado por Danda Prado. A possibilidade de integrarem o mesmo grupo foi descartada em função do estranhamento entre as concepções que ambas tinham do *feminismo*. Danda Prado, como as demais brasileiras integrantes do referido grupo, estava já adiantada na adesão às ideias do *feminismo* francês. Zuleika Alambert considerava-se “apenas uma marxista que estudava a questão da mulher”.¹⁴⁴ Decidiu então criar outro grupo, o Comitê de Mulheres.

¹⁴³ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

¹⁴⁴ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.164.

Embora este, ainda de acordo com depoimento de Zuleika, pretendesse reunir feministas, não feministas, estudantes, profissionais, intelectuais etc., acabou por aglutinar predominantemente intelectuais.¹⁴⁵ A exuberância do *feminismo* francês, de certa forma, pedia uma iniciativa diferente da que havia acontecido em Santiago. Colocar-se frente a frente com a efervescência daquele movimento impunha a necessidade de uma revisão nas teses tradicionais da Esquerda em relação à questão da mulher.

O Comitê em Paris se diferenciou do Comitê no Chile quanto à composição e aos propósitos. Configurou-se como Grupo de Estudos com hegemonia do PCB e do grupo Debate em sua direção. Dele faziam parte Maria Lygia Quartim de Moraes e sua cunhada Maryse, companheira de seu irmão João Quartim de Moraes¹⁴⁶, entre outras. As contradições no seu interior, entretanto, não demoraram a emergir.

De acordo com alguns depoimentos de militantes que dele participaram, o Comitê pretendia desenvolver sua posição em relação à questão da mulher sob a ótica marxista, a partir de ambiciosos estudos teóricos. Integrantes de outras organizações que também participavam do Comitê demandavam mais ação e estudos mais colados na realidade, a partir da análise da opressão da mulher.¹⁴⁷ Entendiam ser necessário abrir-se mais para o “novo”. Propunham outras dinâmicas que as aproximassem da discussão e da prática do MLF. Queriam ouvir e refletir mais sobre as questões colocadas pelas feministas francesas. Mas encontravam especial resistência entre as líderes do PCB e do Debate.

Inicialmente, o Comitê atraiu militantes do Grupo Latino-Americano insatisfeitas com o que consideravam *feminismo* demasiadamente europeu. A principal crítica que estas faziam era ao fato de que aquele era *sexista* e não contemplava as contradições de classe. Entretanto, desenvolveram também suas críticas ao Comitê pelas razões de natureza contrária: ser impermeável às questões colocadas pelo *feminismo* francês.

Os conflitos não eram apenas entre as posições divergentes, adquiriam também dimensões interiores a cada uma das que discordavam. Embora pertencendo a diferentes organizações da Esquerda, se ancoravam em referenciais que privilegiavam igualmente a

¹⁴⁵ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

¹⁴⁶ João Quartim de Moraes, ex-militante da VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, foi o idealizador do Grupo Debate e estava à frente da revista de mesmo nome. O objetivo do grupo era aglutinar ex-militantes da guerrilha, promover uma avaliação autocrítica das estratégias de luta de suas organizações originais e formular novos caminhos para a “revolução brasileira”.

¹⁴⁷ ABREU, op. cit., p.164.

perspectiva de classe. Porém, outras variáveis contribuíam para a evolução dos conflitos. Uma delas, e não pouco importante no contexto da composição de forças políticas no exílio, era que a maioria das jovens que se opunha à forma de funcionamento do grupo se reivindicava trotsquista.

Portanto, nos conflitos que se estabeleceram no Comitê, teve expressão uma faceta da dicotomia *reforma x revolução* ou *Esquerda tradicional x nova Esquerda*. Na busca pela aproximação com o MLF, as opositoras participaram do evento *Rencontre de Bièvres*, grande encontro que reuniu cerca de mil mulheres em diversas atividades. Tal *meeting*, que teve lugar em junho de 1974, foi organizado pelo jornal *Les pétroleuses*, ligado à tendência “luta de classes” do MLF.

Todavia, o impacto causado nas participantes brasileiras no evento fez aprofundar o descontentamento com o Comitê. A ruptura ocorreu a pretexto da discussão sobre a participação ou não do Comitê nas atividades relativas ao Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU em 1975. As opositoras foram contrárias a tal participação, porque entendiam que aquela instituição pretendia com tal iniciativa cooptar o movimento feminista, enquadrá-lo em uma perspectiva burguesa e, ainda, contrabandear por meio dela uma política de controle de natalidade aos países subdesenvolvidos.

Na ausência do entendimento, as dissidentes do Comitê, pertencentes à organização política Campanha¹⁴⁸, optaram por criar o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR), que veio a se configurar como o embrião do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. E o Comitê não tardou a se desintegrar. O GBMR se propôs a ser a vanguarda feminista, conservando a ótica classista. E se colocou em ação buscando obras feministas e documentos da Liga Comunista Revolucionária (LCR)¹⁴⁹ para discutir, e fazendo contato com grupos feministas. Deu início também à prática do *vécu*, sobre a qual se voltará a falar mais adiante.

¹⁴⁸ O Grupo Campanha formou-se no Chile, em setembro de 1972, por iniciativa de alguns militantes trotskistas ligados à Fração Bolchevique. No boletim nº.1 do grupo anunciava seu propósito de ser o organismo centralizador e mobilizador dos brasileiros no exterior, bem como o unificador de suas lutas com vistas a criar o partido operário revolucionário. Antecipou-se no entendimento de que o exílio também deveria se constituir no tempo e no lugar de combate ao regime militar e de atuação política. Ao contrário dos demais grupos, nos quais prevalecia a ideia de que o exílio seria breve e deveria ser encarado unicamente como preparação para o retorno.

¹⁴⁹ A Liga Comunista Revolucionária era uma organização ligada à Quarta Internacional com participação no MLF - Movimento de Libertação Feminina, que acumulava uma discussão consistente sobre o feminismo, segundo a avaliação do Grupo Campanha.

Não se pode deixar de observar a diferença da repercussão do Ano Internacional da Mulher no Brasil, especialmente no Rio e em São Paulo, e na França. Aqui foi visto como oportunidade de alavancar o movimento de mulheres e cumpriu com o papel de deflagrar a discussão sobre o *feminismo*. Lá foi a sua contestação que deu mote ao surgimento e crescimento do principal grupo feminista no exílio, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

No entanto, mesmo contestando, o Círculo foi a entidade responsável por introduzir o *feminismo* no seio das discussões da Esquerda exilada na França. A despeito de suas integrantes inicialmente fazerem restrições àquele movimento. A maioria dos recém-chegados a Paris, inclusive as mulheres, em uma segunda etapa do exílio, depreciava o *feminismo*. Consideravam-no um movimento de caráter pequeno-burguês, destituído da consciência de classe e com uma ótica deformada da exploração/opressão. Essa maneira de encarar aquele movimento era comum a todas as organizações políticas de Esquerda que divergiam entre si. Entretanto, tal como as antecessoras do Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Comitê, com o qual haviam se estranhado, várias delas não puderam ignorar a força e o significado da mobilização feminista no país que as acolheu.

Sem encontrar espaço para tal discussão nas respectivas organizações, por meio de identidades e afinidades políticas com segmentos do MLF, buscaram seu próprio nicho. O Grupo Campanha se identificava com a Liga Comunista Revolucionária (ligada à Quarta Internacional) e lia os documentos por ela produzidos na discussão com o MLF. Interessou-se também pelo trabalho do Movimento de Liberação do Aborto e da Contracepção (MLAC), que atuava nos bairros da cidade. Assim foi que um reduzido número de jovens mulheres decidiu convidar outras para discutir e conhecer melhor aquele tema. E se dispuseram a encarar os conflitos com suas organizações de origem, bem como as próprias contradições, mantendo a dupla militância. No princípio ainda buscando os termos e as palavras adequadas aos seus discursos.

Durante os anos de sua existência – e, ao que parece, muito pela dinâmica de funcionamento que adotaram –, houve gradual mudança na forma de entender e tratar a questão. Dessa forma, o caráter feminista do grupo, que inicialmente era vacilante e retórico, foi ganhando consistência e avançando. Da mesma forma, os interesses voltados inicialmente mais para as questões políticas e sociais foram se deslocando para o indivíduo e o subjetivo.

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi criado a partir do documento impresso em forma de brochura “Por uma tendência feminina revolucionária”, que afirmava que, se não era possível negar a autonomia das mulheres na luta contra a sua opressão, tampouco seria possível abandonar a luta que reunia homens e mulheres conjuntamente na batalha pela destruição das relações de dominação da sociedade capitalista.

Dessa forma, as participantes do Círculo se dispunham a contemplar simultaneamente duas posturas inconciliáveis na perspectiva da autonomia do movimento feminista: o compromisso com a Esquerda e com a luta de classes; e a manutenção dos grupos de consciência/reflexão em torno das inúmeras manifestações da opressão exercida sobre a mulher, suas origens e os caminhos para a sua transformação. De acordo com depoimento de uma de suas integrantes, Glória Ferreira, o princípio da autonomia, embora vigorasse na prática cotidiana do Círculo, mostrava sua fragilidade quando havia necessidade de posicionamento público do grupo.¹⁵⁰

A resistência dos membros das organizações de Esquerda exilados em Paris foi muito menor ao Círculo do que ao Grupo Latino-Americano de Mulheres. Talvez em razão de as integrantes do Círculo serem “feministas” da Esquerda, o que significava abraçar a causa feminista sem abrir mão da vinculação às suas organizações político-partidárias. Esse fato fez com que fosse dedicada atenção às condições de opressão que as mulheres viviam sob a Ditadura, e assim se fizesse a denúncia do desrespeito aos direitos humanos imposto aos presos políticos brasileiros, do tipo especial de tortura que se aplicava às mulheres, das condições das presas políticas. Estas ficavam junto das presas comuns, inclusive das prostitutas. O Círculo encampava a luta pela anistia, um dos temas caros à luta contra a Ditadura que as organizações de Esquerda travavam no exílio.

Mesmo assim, de acordo com a memória de suas integrantes, os exilados brasileiros, no início, faziam piadas e criticavam a formação de uma entidade feminista, afirmando que o movimento atendia a demandas das sociedades desenvolvidas, e que no Brasil não fazia sentido. Houve quem proibisse a mulher de participar das reuniões. Assim como houve mulheres que, sem precisar da proibição alheia, também não aderiram pelos mesmos argumentos.

¹⁵⁰ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.212.

Alguns homens, entretanto, logo encontraram forma de se apropriar dos discursos feministas que punham em dúvida a família e a monogamia para justificar as suas infidelidades conjugais. Outros interpretaram tais reflexões e bandeiras como livre acesso sexual às integrantes do grupo. Tais reações e atitudes punham em xeque os valores das feministas brasileiras, fazendo com que ficassem frente a frente com os limites entre suas identidades culturais, o que achavam que deveria mudar, e seus desejos e capacidades de bancar tais mudanças.

O fato de questionarem os princípios que davam origem à família e à monogamia não anulava a aspiração de estabelecer relações estáveis e leais com parceiros afetivos. Assim como o questionamento a respeito da função social da maternidade não impediu a maioria delas de ter filhos, naquele momento ou depois.

A composição política do Círculo era heterogênea quanto ao vínculo partidário de suas integrantes. A luta pelo poder que havia naquela organização aparece nos vários estudos que se fizeram sobre o tema. Na pesquisa feita sobre o referido Círculo, verificou-se que cada autora, ao comentar as vinculações políticas de suas integrantes, faz constar diferentes organizações presentes naquela associação de mulheres. Assim, no texto de Rosalina de Santa Cruz Leite consta que havia mulheres do Debate e mulheres autônomas. Já conforme o texto de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff¹⁵¹ as militantes pertenciam (de acordo com o depoimento de Angela Xavier de Brito) ao MR-8, ao grupo Campanha, de orientação trotskista, e ao PCB.

Por sua vez, Natália de Souza Bastos¹⁵² afirma que, de acordo com Regina Carvalho, militante do Campanha, o Círculo foi fundado por ela e por outras militantes do que chamou de Esquerda revolucionária – MR-8, Partido Operário Comunista (POC), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e o Campanha, sendo de autoria exclusiva de militantes deste último grupo o documento que deu origem ao Círculo, intitulado “Por uma tendência feminina revolucionária”. E ainda, de acordo com pesquisa de Maira Abreu¹⁵³, consta em documento do Círculo de título “Balanço” que na primeira assembleia, entre as cerca de 20 mulheres havia algumas do MR-8, outras do POC, as do Campanha e uma maioria de

¹⁵¹ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”. *ArtCultura*. Revista de História, Cultura e Arte. Vol.9, n.14. Uberlândia, jan.-jun. 2007.

¹⁵² BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda - anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

¹⁵³ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

independentes. Evidentemente, tal discrepância nos depoimentos reflete não só a luta pelo poder durante a existência do Círculo, mas também a disputa entre as participantes, mediante suas memórias, pelo protagonismo nas ações da referida organização.

As integrantes do GBMR, em dado momento, sentiram a necessidade de ampliar o grupo, razão pela qual lançaram o documento supracitado. Nele se apresentavam como um pequeno grupo que, em contato com o movimento de mulheres em nível internacional, desenvolveu posições de princípio e sentiu necessidade de aprofundar a consciência da opressão específica sobre as mulheres. Para isso se dispunham a debater, estudar e refletir. Discorriam sobre os fundamentos da opressão, para, em função delas, levantar bandeiras de luta e reivindicações. O documento também serviu para convidar outras mulheres que concordassem com suas análises e estivessem dispostas a discutir a questão da mulher com vistas à formação de uma tendência revolucionária. Em janeiro de 1976 foi realizada a assembleia que deu início ao Círculo.

O texto, elaborado ao longo do ano de 1975, punha em questão uma série de aspectos da vida das mulheres e da dinâmica das relações entre os sexos: a submissão e o servilismo para os quais as mulheres eram criadas; os papéis sociais a elas atribuídos, como *dona de casa, mãe e esposa*, que as isolavam da vida social e restringiam seu universo às paredes do *lar*; o caráter privado de suas vidas, em contraposição à vida pública dos homens; a limitação da sua sexualidade à função reprodutora; as limitações que a concepção e o formato da família lhes impunham.

Os questionamentos se faziam à luz da análise do capitalismo e de suas conveniências. Afirmava o documento que tal dinâmica social possibilitava a produção da força de trabalho e a reprodução das mínimas condições de vida para o trabalhador a baixo custo para o Estado. Nem a inserção da mulher no mercado de trabalho, como acontecia então, revertia sua condição subalterna. Quando ocorria, os ganhos da mulher eram vistos e aceitos apenas como complemento do orçamento doméstico. E cumpria com a função de compor o exército industrial de reserva e de manter baixos os salários.

A origem da opressão o documento atribuía à propriedade privada e à sociedade de classes, cuja ideologia de sustentação transformava diferenças biológicas entre os sexos em justificativa para todos os tipos de opressão dos homens sobre as mulheres. Entendia a *família* como esteio do capitalismo e como núcleo principal da opressão. Declarava a convicção de que a revolução deveria implicar mudanças nas relações estabelecidas na vida cotidiana, concomitantemente às mudanças econômicas e institucionais. E apresentava as reivindicações

primeiras: aborto e contracepção livres e gratuitos, creches e refeitórios nos locais de trabalho, de estudo e nos bairros, mesma educação para meninos e meninas, igualdade de acesso à formação profissional, salário igual para igual trabalho, garantia de trabalho às mães e às gestantes, fim da exploração publicitária da imagem da mulher, entre outras.

O documento justificava o fato de propor uma organização exclusivamente de mulheres afirmando que “[...] só nós podemos nos organizar, porque não há melhores defensoras de uma causa do que suas próprias vítimas [...]” e “[...] porque fomos nós que fomos segregadas, caladas e obrigadas a submeter-nos ao macho”.¹⁵⁴ Além desse princípio organizativo, reivindicavam também o da *autonomia* em relação às organizações partidárias, já que entendiam que cabia às mulheres empreender e dirigir a luta por sua libertação.

Inicialmente o texto foi concebido pelas militantes do Campanha com espírito vanguardista, entendendo o *feminismo* como mais uma frente de luta de sua organização. Entretanto, à medida que o Círculo recebeu a adesão de mulheres de outros partidos ou sem partidos, e à medida que foram desenvolvendo suas discussões e reflexões, suas autoras foram abandonando suas posturas iniciais e ampliando suas visões. Aprender a ouvir ajudou a relativizar a autoimagem de vanguarda. A prática do *vécu*, adotada pelo grupo, muito contribuiu para a transformação da militância aprendida e exercitada até então. As discussões das experiências vividas faziam com que entendessem as dimensões sociais e culturais de seus sentimentos e de suas vivências íntimas.

Ao compartilhar e compreender suas angústias, inseguranças e repressões internalizadas, a mulher entendia o caráter coletivo desses sentimentos. E ao mesmo tempo se dava conta do moralismo com que estava impregnada. Por mais que sentissem a ausência e a negação desses temas nas organizações ditas revolucionárias e embasadas no marxismo-leninismo, nem por isso ficava resolvido o dilema das duas lealdades: ao ideário de suas organizações de origem, e ao ideário feminista. Este era abraçado com toda a força da subjetividade, mas o outro havia se constituído como matéria-prima do sonho e como projeto de vida, como exemplifica o depoimento de Regina Bruno, uma das fundadoras do Círculo:

¹⁵⁴ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.172.

Pela primeira vez senti que não estava lutando pelo camponês, pela reforma agrária, pelo operário, pela revolução. Estava lutando por uma coisa que concernia a mim, a meu dia-a-dia, à história da minha vida. Às vezes me sentia culpada de estar lutando por mim, parecia egoísmo e isto me assustava.¹⁵⁵

A maior parte das componentes do Círculo, de acordo com pesquisa de Maira Abreu¹⁵⁶, se encontrava na faixa dos 20 aos 30 anos de idade, e poucas tinham mais que 40. Eram quase todas solteiras e sem filhos. Provenientes da pequena burguesia, a maioria delas possuía nível universitário e era intelectualizada. A composição era heterogênea também quanto à condição em que viviam no exterior: havia exiladas, autoexiladas e estudantes. De maneira geral, eram simpatizantes ou ex-militantes de organizações políticas no Brasil.

No Círculo juntavam-se em pequenos grupos de discussão, cujos critérios de formação eram os interesses pelos temas ou afinidades pessoais. Os temas eram diversos: sexualidade, Chiquinha Gonzaga, 8 de março, imprensa feminista, Gobelins (antigo maternidade), teatro e audio-visual. Tais grupos reuniam-se semanalmente. E levavam os resultados de suas discussões para as assembleias mensais. Nestas se discutiam também outros temas, como mulher e sindicato, autonomia do movimento, anistia, editoriais do jornal *Brasil Mulher*, feito no Brasil. E se deliberava sobre bandeiras a levantar, grandes reuniões e atividades a preparar, e quanto a participar de eventos públicos. Tinham a preocupação de conquistar visibilidade.

As pesquisas indicam ter o Círculo começado em uma assembleia com cerca de 20 mulheres, registrando um crescimento no ano seguinte para 50 integrantes e menções de 70/80 afiliadas em 1978. Ao que tudo indica, o Círculo passou a ser a única alternativa feminista para as brasileiras em Paris a partir de 1976. O Grupo Latino-Americano de Mulheres e o boletim *Nosotras* extinguíram-se. E o Comitê de Mulheres, de iniciativa do PCB, parece não ter tido muito sucesso.

As razões que levaram as mulheres a participar do Círculo eram bastante variadas. Algumas chegavam inicialmente para cumprir tarefas de partido, outras procuravam um ambiente brasileiro para praticar uma sociabilidade com identidade cultural sem o peso dos partidos. Havia as que chegavam motivadas por angústias individuais, separações amorosas e

¹⁵⁵ Cf.: CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.215.

¹⁵⁶ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

outras ocorrências da vida privada que lhes impunham dificuldades. E também se aproximavam aquelas curiosas ou fascinadas com o *feminismo* francês.

Mas se diferentes eram as motivações para a aproximação, mais comum era o sentimento de pertencimento que ela oferecia. A solidariedade e a cumplicidade desenvolvidas nas discussões e nos trabalhos do Círculo permitiam o estabelecimento de laços de afeto e amizade, que adquiriam significados especiais na solidão inerente à situação de exílio. E sem idealização das relações, as memórias das integrantes do Círculo também trazem à tona as situações de tensão e rivalidade que muitas vezes ocorriam nas discussões do *vécu*. Estas, de fato, muitas vezes se assemelhavam a terapias de grupo e se tornavam difíceis, fazendo lembrar o incentivo social às disputas entre as mulheres como fator de inibição da solidariedade, um dos pontos da pauta feminista.¹⁵⁷

Semelhanças e diferenças entre o Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris

É possível observar algumas semelhanças importantes entre o Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, embora o primeiro tenha acabado antes do surgimento do segundo. A dinâmica de funcionamento de ambos era baseada tanto nas frequentes reuniões dos grupos de consciência/reflexão que praticavam a discussão do *vécu* como nas assembleias ou plenárias mensais. Ambos procuravam refletir sobre as peculiaridades da opressão das mulheres nos seus países de origem dentro de um referencial marxista de interpretação da realidade, fosse para reivindicá-lo, fosse para contestá-lo. Os dois estavam ligados estreitamente ao MLF, embora em momentos diferentes da existência deste, o que implicava algumas alterações e diferenciações de visão da opressão feminina. E se tais semelhanças eram importantes, a maneira como se relacionavam com a teoria e com a prática feminista parece ter caracterizado as diferenças entre as duas associações.

Embora as integrantes do Círculo não tenham menosprezado as referências e as discussões teóricas do MLF, se apropriaram delas de maneira peculiar. Em seu repertório de

¹⁵⁷ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

leituras encontravam-se as autoras Simone de Beauvoir, Evelyn Reed e Elena Belloti. Mas também constavam textos de autores socialistas, ou pertencentes a esse espectro, sobre a mulher, como Flora Tristán, August Bebel, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Sheila Rowbotham e Juliet Mitchell. Pelo que consta nos documentos do Círculo, as várias revistas do MLF também exerceram papel importante nas discussões dos grupos.

Contudo, no diálogo que as integrantes do Círculo estabeleceram com as ideias predominantes na Esquerda brasileira, a sua elaboração teórica buscou fundamentação principalmente em Juliet Mitchell e Sheila Rowbotham. A segunda, em *Feminisme et Revolution*, fazia indagações importantes naquele momento. Sobre a capacidade da revolução socialista de alterar a situação da mulher, uma vez que sua subordinação era anterior ao capitalismo. Sobre a necessidade de uma ação revolucionária diante da especificidade da condição sócio-histórica das mulheres. E, nesse caso, em que bases ela seria eficaz. Assim, se o movimento feminista não podia dar conta de mudanças sociais globais, poderia contribuir na reflexão inacabada sobre a questão da mulher realizada pelo socialismo.

Por seu turno, Mitchell lembrava que, embora os teóricos do socialismo tenham levantado a questão da mulher em seus escritos, não aprofundaram suas reflexões, nem suas formulações teóricas a respeito. Ambas - Sheila Rowbotham e Juliet Mitchell -, ao criticarem tal insuficiência, concordavam quanto à necessidade de levar adiante o pensamento sobre a questão na perspectiva socialista.¹⁵⁸

Outra diferença significativa entre o Grupo Latino-Americano e o Círculo era a maneira como cada um se estruturou. O Grupo tinha como princípio não estabelecer uma direção, com eleições ou hierarquia. Fazia questão de manter a sua heterogeneidade inclusive no boletim *Nosotras*, que não se pretendia um porta-voz daquele coletivo. Danda Prado, em um dos seus depoimentos, diz que o Grupo, em termos de poder, se identificava mais com o anarquismo, embora tivesse um núcleo mais presente em suas atividades.

Já o Círculo, desde o primeiro momento, se preocupou com critérios de participação, com objetivos, com regras e normas de funcionamento. No primeiro momento, para ingressar no coletivo, era necessário concordar com o documento “Por uma tendência feminina e revolucionária” e ser apresentado por alguma das integrantes, critérios que não demoraram a ser flexibilizados. Os objetivos foram logo firmados. Queriam colaborar com o movimento

¹⁵⁸ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.210-1.

feminista brasileiro a partir do lugar privilegiado que ocupavam para absorver a experiência do movimento em nível internacional. Entretanto, não pretendiam se sobrepôr. Sabiam que, em virtude das diferentes realidades, não se tratava de dar receitas.

A dinâmica e as normas de funcionamento foram objetos de discussão e polêmica, sendo que parece ter prevalecido com alguma variação a estruturação em assembleias mensais, subgrupos de estudo com reuniões semanais, uma coordenação com rodízio e grupos de trabalho que realizavam as decisões do plenário. Havia ainda uma encarregada de finanças e se estabelecia previamente a presidente e a secretária das plenárias. Tinham preocupação em documentar em atas as assembleias e reuniões e registrar as atividades.¹⁵⁹ A respeito do poder, ainda é interessante registrar a observação de Denise Rollemberg Cruz a partir do depoimento de Regina Bruno, uma das integrantes do Círculo:

A convivência baseada na confiança e a visão crítica não impediram que a disputa pelo poder e por privilégios, assim como a separação, não explicitada mas existente, entre as “elaboradoras” e as tarefas entre as que dominavam mais e as que dominavam menos o discurso oral se reproduzisse no Círculo.¹⁶⁰

O Círculo precisou reafirmar constantemente a diferença entre sua concepção de *feminismo* e a acepção liberal ou sexista do termo. Numa posição defensiva, e buscando a aceitação pela colônia brasileira exilada, reiterava que não praticava um *feminismo* liberal que implicasse abandono da perspectiva revolucionária, tampouco abraçava a causa como uma luta contra os homens. Demorou a assumir o termo *feminismo* em seus documentos. Propunha-se inicialmente a voltar os olhos para a realidade das mulheres brasileiras.

Suas integrantes estabeleceram como objetivos estudar e analisar criticamente as diferentes condições dessas mulheres, propor soluções viáveis sob a luz de seus estudos, promover a mobilização das forças sensíveis a tais problemas, conquistar a opinião dos brasileiros no exterior para a causa, sensibilizar a opinião pública europeia. E desenvolver esforços para atrair mais brasileiras para o grupo. Entretanto, com a ajuda da prática do *vécu*, e à medida que perceberam que também elas eram sujeitos de suas lutas, passaram a olhar também para si mesmas. Embora mantendo o propósito de estabelecer contatos com o que

¹⁵⁹ ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. p.180, 184.

¹⁶⁰ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.216.

havia de movimento de mulheres no Brasil, três anos depois de seu início, afirmaram que existiam independentemente do que se passava no país. Por tal razão, não deveriam restringir a pauta de suas discussões e trabalhos a aspectos relacionados à luta contra a Ditadura ou à campanha da anistia.¹⁶¹

As componentes do Círculo não acreditavam na “universalidade” da opressão da mulher e, portanto, não entendiam que eram todas iguais na subalternidade. Não reivindicavam a *irmandade*, embora valorizassem a solidariedade. E não empregavam o conceito de *patriarcado*, que, de acordo com algumas interpretações, era considerado como um sistema de opressão autônomo. Mas, no enfrentamento colocado às militantes de Esquerda sobre as suas duas causas (o socialismo e o *feminismo*), suas respostas eram vacilantes. O incômodo inicial e latente não se dissipava por completo a despeito dos vários debates. Se as diferenças de classe permeavam o conjunto das mulheres, como suas lutas transcenderiam tais fronteiras? O que unificava as mulheres na luta contra a opressão específica que sofriam? Ora era o ponto comum que se impunha, ora era o divisor de águas que prevalecia em seus documentos.

A posição que parece predominar no Círculo é que haveria dois tipos de opressão: uma geral, relacionada à dominação de classe, à exploração da classe capitalista, que atinge homens, mulheres, e outra específica da mulher, que antecede o capitalismo, mas que pode servir a seus propósitos. Ambas, portanto, estariam imbricadas e não seria possível desvincular totalmente a luta contra essas duas formas de opressão. O feminismo era concebido pelo Círculo como uma dimensão essencial da própria luta socialista, idéia sintetizada na palavra de ordem: “Não há socialismo sem libertação da mulher e não há libertação da mulher sem socialismo”.¹⁶²

E o Círculo se fez importante, criando espaços públicos de reflexão, expandindo suas atividades, estabelecendo intercâmbio com as feministas no Brasil, produzindo material que pudessem enviar. Dialogava com as diversas entidades de mulheres no país, em busca de adesões, ampliando sua organização em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembleias.¹⁶³

¹⁶¹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.179.

¹⁶² Ibidem. p.216.

¹⁶³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Notícias do *feminismo* no Brasil

Betty Friedan e as feministas brasileiras desbravadoras

Para falar em *feminismo* no Brasil dos anos 70, é preciso compreender o significado que se atribuía à palavra na época e o estranhamento que tal ideia produzia. Se não a primeira vez que se ouviu falar, certamente a primeira em que se deu repercussão ao termo e ao assunto foi quando Rose Marie Muraro, uma das pioneiras nos estudos sobre mulheres e uma das primeiras a se assumir como feminista no começo dos anos 70, convidou a norte-americana Betty Friedan para o lançamento de seu livro no Brasil, *A mística feminina*, em 1971.

Rose Marie Muraro estava à frente da Editora Vozes na época, tinha já algumas publicações e conhecia bem a resistência e o deboche com que se tratava o assunto na imprensa. Ela própria já havia sido desrespeitada pelo jornalista Ibrahim Sued, que a chamara de feia e “lésbica”, desconsiderando, por consequência, seu trabalho e desqualificando-a como interlocutora. Levou a escritora norte-americana ao jornal que se destacava por tal postura antifeminista – *O Pasquim* – para que fosse entrevistada. A convidada foi destratada e ridicularizada pelos jornalistas daquela publicação e o assunto foi visto como menor, típico das mulheres da “classe média” norte-americana, que supostamente não tinham do que reclamar, e completamente descabido no Brasil daquele momento.

A obra de Betty Friedan, cuja primeira edição havia saído em 1963, alcançara imensa repercussão nos EUA. Partia de depoimentos de várias mulheres que haviam atingido o ideal veiculado pela mídia como “a rainha do lar” e se sentiam vazias e insatisfeitas, portadoras do que se considerava “o mal que não tem nome”. O “mal” a que se referia era tratado em consultórios psicanalíticos ou psiquiátricos e medicado com drogas contra a depressão. Expressava a insatisfação das mulheres que, mesmo atingindo o ideal suposto da feminilidade, que consistiria em exercer da melhor maneira seus papéis de donas de casa, esposas e mães, sentiam a frustração de não se realizarem como indivíduos. Nem explorarem suas demais potencialidades.

Se as mulheres entrevistadas para aquela obra eram, de fato, da “classe média”, o ideal de feminilidade veiculado pelas revistas norte-americanas no pós-guerra fora construído

com base no universo dessa vasta camada social. E tinha um alcance muito mais amplo na composição social daquela sociedade, atingindo também mulheres cujas condições sempre as fizeram trabalhar fora de casa. Daí a repercussão e o poder detonador do *feminismo* que a referida obra exerceu naquele país. A mistificação da feminilidade, segundo a autora, escamoteava a ideologia expressa na ideia/valor da realização plena da condição feminina restrita aos seus papéis de dona de casa, mãe e esposa.

Se a obra de Betty Friedan não encontrou a mesma repercussão no Brasil, sem dúvida ela sensibilizou algumas mulheres para a constatação das diferenças sociais entre os sexos. Como essas diferenças se verificavam também na cultura brasileira, o ideal feminino era pautado de forma bastante semelhante. A militante Amelinha acompanhou com interesse o noticiário na ocasião e tomou as declarações da escritora norte-americana como fonte de reflexão, conforme seu depoimento.¹⁶⁴

Betty Friedan foi fundadora do NOW - National Organization for Women¹⁶⁵. Essa organização denunciava as ideias sexistas, os costumes, os preconceitos e o consumismo. De acordo com sua visão, fazia este com que as mulheres se transformassem em objetos. Reivindicava oportunidades iguais de acesso ao trabalho e à instrução, salário igual para trabalho igual, legalização do aborto e abertura de creches em regime integral. Mas o movimento era criticado por ignorar os problemas das mulheres trabalhadoras, proletárias, negras e das minorias étnicas. Também por não questionar as estruturas da sociedade em que viviam. De uma perspectiva ideológica, a crítica se fazia ao seu caráter liberal.

O movimento se restringia a uma luta pela igualdade civil, em termos de direitos humanos. E se, em um primeiro momento, conseguiu uma quantidade extraordinária de adeptas, na mesma proporção enfrentou críticas ferozes da mídia. Por ocasião da passeata que ocorreu simultaneamente em várias cidades grandes dos EUA, em agosto de 1970, reunindo mulheres que se manifestavam simplesmente por serem mulheres, e essa era a novidade, a imprensa tratou o evento como ridícula manifestação de histeria coletiva. E desqualificou Betty Friedan e as outras lideranças do movimento, descrevendo-as como “frustradas,

¹⁶⁴ DUARTE, Ana Rita Fonteles. “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.14, n.1. Florianópolis, jan./abr. 2006.

¹⁶⁵ O NOW - National Organization for Women foi criado em outubro de 1966 em Washington, em uma Conferência Nacional de Mulheres.

neuróticas, homossexuais, megeras ressentidas, espumando de ódio contra o sexo masculino”.¹⁶⁶

Tal como o pensamento e as posições de Betty Friedan foram adrede truncadas e deturpadas pelos meios de comunicação, tanto nos EUA como no Brasil, também o *feminismo* e o movimento feminista o foram. Ao resenhar a obra da autora, *A Mística Feminina*, Carmem da Silva destacou a seriedade da pesquisa e o esforço intelectual demandados para a coleta e análise das informações. Ao apresentar a opinião da líder do Movimento de Libertação Feminina, a jornalista manifestou sua concordância:

Como porta-voz do Movimento de Libertação Feminina, opina Betty Friedan – e eu endosso sem reservas – que não é possível modificar o atual panorama de violência no mundo sem o concurso da mulher, que além de constituir metade do gênero humano, forma ou deforma a outra metade. Não se trata de opor-se ao homem, mas sim de que ambos, homens e mulheres, tomem consciência de sua alienação, de sua manipulação pela sociedade de consumo que os impedem de crescerem e se realizarem juntos como seres humanos ativos, felizes, úteis. Trata-se de aliar energias na tarefa de criar um mundo melhor. Trata-se de possibilitar entre eles um vínculo realmente maduro e harmonioso, em que nenhum domina o outro ou usurpa algo do outro.¹⁶⁷

O fato inegável é que, se Simone de Beauvoir lançou as bases da reflexão sobre o papel social da mulher com sua obra *O segundo sexo*, Betty Friedan com a *Mística Feminina* teve o mérito de desencadear a segunda onda do movimento feminista nos EUA. A partir daquele país se difundiu para a Europa (inicialmente França, Itália e, principalmente, Inglaterra), outros países da América e demais continentes. Nesses lugares o movimento adquiriu características e ritmos próprios, de acordo com suas culturas, tradições e conjunturas.

Rose Marie Muraro não estava só em suas análises e propostas de mudança. Cabe recordar a atuação profissional da jornalista Carmem da Silva. Em sua coluna na revista *Claudia*, expressava regularmente ideias feministas. Havia outras mulheres públicas brasileiras, tais como artistas, escritoras e jornalistas, algumas delas já referidas anteriormente. Elas ousavam se diferenciar significativamente em seus comportamentos e em

¹⁶⁶ Cf.: DUARTE, Ana Rita Fonteles. “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.14, n.1. Florianópolis, jan./abr. 2006. p.287-93.

¹⁶⁷ Cf.: Ibidem. p. 287-93.

suas declarações, embora nem sempre suas posturas traduzissem identificações claras com o movimento em nível internacional.

O *feminismo* ainda era muito mal conhecido no Brasil. A vinda de Betty Friedan, pela reação que enfrentou, e não por suas declarações, as quais foram flagrantemente desvirtuadas pela mídia, contribuiu para que o fenômeno continuasse desconhecido. Além disso, continuava a ser tratado com preconceito. Nada a estranhar, uma vez que a imagem veiculada das feministas estava associada a uma postura radical de mulheres raivosas. Supostamente se empenhavam em negar os símbolos tradicionais da “feminilidade”, expressos mediante parâmetros bem definidos de beleza, maternidade, delicadeza, submissão. Apresentar-se-iam como feias, em campanhas a favor do aborto, queimando sutiãs e, sobretudo, em guerra contra os homens. Daí até serem vistas como lésbicas foi um passo pequeno, uma vez que a apresentação correspondia ao estereótipo das homossexuais femininas.

O *feminismo* e as feministas, assim apresentados, ofendiam a moral burguesa e a moral “proletária”, ambas informadas pelos valores do catolicismo e da sociedade patriarcal. Eram igualmente permeadas de preconceitos. O segmento dito revolucionário do proletariado também rechaçava o novo movimento social, com o argumento de que todas as formas de opressão estariam contempladas pela luta de classes.

Tratamento dado ao *feminismo* e às feministas pela imprensa alternativa

A grande imprensa deu ampla cobertura ao lançamento do livro *Mística Feminina* e à presença da autora. Esta e sua anfitriã deram entrevistas coletivas no Rio e em São Paulo e ainda gravaram programas nas emissoras de TV. A revista *Veja*, no mesmo número, fez uma reportagem com Rose Marie Muraro e Heloneida Studart, e outra com Friedan. Ainda assim, as informações sobre o movimento feminista, a exemplo do que acontecia com outros movimentos sociais que lutavam pela libertação de segmentos da população, chegavam aos poucos e de maneira entrecortada.

Uma maior divulgação, ainda tímida, começou a ser feita por algumas publicações alternativas (*Bondinho*, *Opinião*, *O Pasquim*). Estas, embora fossem formadoras de opinião, tinham um alcance restrito, até pelas difíceis condições de existência. Veiculavam matérias em forma de entrevistas, de cartas ao leitor, de humor debochado, de reportagens sobre

assuntos caros ao movimento, como aborto, contracepção e outros. Também em editoriais ou artigos que pretendiam estabelecer as condições para o sucesso do *feminismo* no Brasil se reconhecia como inevitável a repercussão de suas ideias no país.

Na edição do jornal alternativo *Bondinho* de março de 1971 foi publicada uma entrevista com Simone de Beauvoir. Ali ela retificava sua afirmação de que a luta de classes resolveria a opressão das mulheres. Disse ela que as condições em que estas viviam nos países do socialismo real negavam essa convicção. Portanto, a luta das mulheres por sua liberação não poderia ser delegada a terceiros, nem diluída em outras, por muitos consideradas “maiores”.

No mesmo número do jornal, Rose Marie Muraro, que, por mais que se declarasse feminista, ainda estava tomando contato com o movimento e tratando de entender sua dinâmica e suas nuances, em entrevista afirmava que havia dois tipos de *feminismo*: um era mais radical e ressentido, e se opunha “esquizofrenicamente” aos homens; o outro teria uma compreensão mais global da opressão sofrida pelas mulheres, bem como da sua superação.¹⁶⁸

O prestigiado semanário oposicionista *Opinião* abriu algum espaço para o *feminismo* e a polêmica que causava ainda na primeira metade da década de 1970. Publicou as cartas de duas brasileiras residentes em Nova York, indignadas por uma charge de Millor Fernandes publicada na revista *Veja*. Ali se desenharam brasileiras como títeres de mãos americanas, fazendo alusão ao *feminismo*.

A poetisa Rita Moreira e a cineasta Norma Bahia Pontes protestaram contra a manifestação de *patriarcalismo* do jornalista, argumentando que no Brasil não havia movimento feminista, diferentemente dos EUA, onde ele se apresentava com várias facções. Entretanto, tinham ambos os países como ponto comum o combate à opressão da mulher. Rita falava do *New Feminism*¹⁶⁹, o qual entendia a liberação da mulher em um sentido mais amplo, como a quebra dos tabus sexuais, abolição dos papéis socialmente impostos aos homens e mulheres, da família nuclear, das responsabilidades exclusivas das famílias na educação dos filhos, do *patriarcalismo*... A expressão patriarcalismo tomava então uma conotação diferente da utilizada na linguagem acadêmica brasileira.

¹⁶⁸ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

¹⁶⁹ New Feminism – tendência feminista organizada que se opunha ao NOW. Mais concentrada em Nova York e nas grandes cidades norte-americanas, tinha uma compreensão mais avançada da liberação feminina.

Em outros números, o jornal publicou outras três cartas na seção *Opinião dos Leitores*, sob o título “E o debate feminista prossegue”, e reportagens não assinadas sobre aborto e sobre técnicas para tal. Mas o mais importante é o artigo do economista Paul Singer, que já no título, *Caminhos brasileiros para o feminismo*, anunciava o estabelecimento de balizas para o movimento no país. Após constatar que o movimento feminista acabou repercutindo no Brasil, alertava para o fato de que as condições das mulheres não eram as mesmas aqui e nos EUA. Fazia referência unicamente à dependência econômica feminina no Brasil. Esta acontecia pela falta de oportunidades das mulheres no processo social de produção. Ele afirmava que a superação dessa situação interessava igualmente aos homens. Portanto, para que o movimento feminista pudesse ter importância no país, teria de estabelecer como problema vital o trabalho da mulher. Do contrário, ficaria restrito a um grupo reduzido de mulheres privilegiadas.

Pode-se concluir que tal artigo de Paul Singer realmente surtiu o efeito desejado, pelo menos na academia e nas fundações de pesquisa. Até o final da década de 1970 o tema mais estudado pelas pesquisadoras era “a mulher e o trabalho”. Da mesma forma, é possível inferir que a opinião do economista não deixou, talvez, de inibir o surgimento e a proliferação dos grupos de consciência e/ou reflexão, estabelecendo para esses um filtro de classe. E, nesse particular, é preciso reconhecer que tal postura ecoava em toda a Esquerda, tanto entre os homens como entre as mulheres, porque implicava uma posição ideológica então medida por níveis de uma escala vertical de adesão à ortodoxia.

A historiadora Rachel Soihet¹⁷⁰, em seu importante estudo intitulado *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, analisa a postura do jornal *O Pasquim*. Esse jornal semanal, que, em formato tabloide, aglutinou talentosos jornalistas, escolheu o humor como forma de oposição à Ditadura. Tal humor variou da irreverência ao deboche.

Boa parte de seus membros, inspirada na contracultura norte-americana, afastava-se do dogmatismo de muitos marxistas, caracterizando uma pluralidade ideológica suprapartidária, voltando-se para o combate ao autoritarismo e à crítica de costumes.¹⁷¹

¹⁷⁰ SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13. Florianópolis, 2005. p.591-611.

¹⁷¹ Ibidem. p.594.

Nos “anos de chumbo”, o jornal foi um reduto de humor, com um público leitor que, sem dúvida, ia muito além da militância de Esquerda. E se cumpriu um papel importante de descontração em tempos de tanta tensão, revelou-se, por outro lado, profundamente reacionário em relação às transformações das relações sociais que algumas mulheres, corajosamente, começavam a empreender. Elas o faziam mediante o questionamento dos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres.

Os integrantes de *O Pasquim*, que aparentavam estar sintonizados com o que havia de mais recente em termos de movimentos libertários, nem por isso deixaram de revelar sua faceta retrógrada, manifestando, por meio de seus articulistas, uma postura misógina em relação às mulheres. Particularmente as que contestavam os papéis convencionais a elas prescritos socialmente. Aquelas que lutavam pela conquista de direitos, aquelas que agiam no cotidiano em desacordo com o que se esperava pelos padrões de feminilidade então vigentes.

Os jornalistas ligados a essa publicação declararam guerra ao *feminismo* e às feministas, restaurando estereótipos utilizados algumas vezes ao longo da História. Mais precisamente, utilizados então há mais de cem anos, desde o célebre caricaturista francês Honoré Daumier, que criticava as mulheres que não se resignavam a ser “simplesmente mulheres”, com seu aguerrido antifeminismo.

Daumier, radical republicano, coincidia nessa postura com o anarquista Proudhon, bem como com monarquistas e inúmeros socialistas, ao manifestar sua irracional contrariedade a qualquer participação da mulher em atividades da vida pública e em qualquer tarefa que extrapolasse os limites do ambiente doméstico. Em suas obras¹⁷²,

[...] as feministas, as literatas e todas aquelas que fugiam ao estereótipo feminino tradicional eram apresentadas, contraditoriamente, como feias, supremo pecado da mulher, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos.¹⁷³

¹⁷² “Les Bas-Bleu (1844), relativa às mulheres intelectuais, particularmente, as literatas; Les Femmes Socialistes (1844), referindo-se às militantes, e Les Divorceuses, com vistas às mulheres que defendiam o divórcio.” SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13. Florianópolis, 2005. p.593.

¹⁷³ Ibidem. p.593.

Da mesma forma, *O Pasquim* tratou de combater as feministas. Ridicularizavam-nas lançando mão dos antigos estereótipos: feias, pouco inteligentes (ou muito e, por isso, pouco femininas), machonas (sobretudo quando pretendiam ocupar postos até então privativos dos homens), inconsequentes e homossexuais. E não se acanhavam ao fazer ataques às novas posturas da mulher quando assumia e vivenciava sua sexualidade, tema caro e sensível às feministas.

O *feminismo*, assim, se tornou mais conhecido pela reação que provocava do que pelo que de fato era e representava. Mostrou que era capaz de alinhar conservadores e fazer despertar contradições naqueles que lutavam pela emancipação dos povos. E entre todos os que viveram e souberam admitir tais contradições, coube principalmente às militantes de Esquerda enfrentá-las com vistas à superação, parto que não foi feito sem dor. As feministas de Esquerda não desejaram romper com suas opções ideológicas, tampouco com seus compromissos com a transformação das relações sociais de produção. Mesmo quando as organizações a que tinham pertencido não mais existiam. O sentimento de lealdade à causa tornou dolorido o processo pelo qual passaram a reconhecer como real e legítima a luta contra a opressão da mulher. Não era possível deixar de reconhecer a inconsistência da separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político; não era possível fechar os olhos ao caráter estrutural da dominação de sexo. Ela era expressa nas relações domésticas e cotidianas, disfarçadas de problemas de ordem pessoal.

Lutadoras que eram essas mulheres, não podiam deixar de reconhecer como suas as lutas contra a permanência dos padrões patriarcais na organização da família, contra os valores que engessavam as mulheres em modelos de comportamento, de beleza, de moral, que não lhes deixava espaço para o livre arbítrio. Nem sequer quando dirigido ao uso do seu próprio corpo. Da mesma forma, não podiam negar o caráter histórico e cultural da construção dos papéis sociais diferenciados segundo o sexo.

A adesão à causa feminista no Brasil não implicou abandono à causa de outras transformações sociais. Talvez por isso mesmo implicasse um intenso trabalho de elaboração das feministas. Obrigadas a lidar com a discriminação, vivenciando pessoalmente as dificuldades e as cobranças dos papéis femininos aos quais estavam sujeitas (tanto quanto qualquer outra mulher), se viram obrigadas a repensar suas relações. Com os seus companheiros, seus partidos, com a Igreja progressista, com o estado patriarcal, racista e

capitalista. Obviamente, o “tornar-se feminista” aconteceu em processos particulares e pessoais, em espaços e tempos diferenciados. E tal trajetória

[...] foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.¹⁷⁴

¹⁷⁴ COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.27.

CAPÍTULO IV - MATRIZES DO *FEMINISMO* EM SÃO PAULO

Três matrizes

Conforme afirmado anteriormente, o movimento feminista brasileiro que eclodiu na década de 1970, na sua vertente paulista, se compôs a partir de três matrizes. Foram elas: (1) as mulheres ligadas à militância política de oposição à Ditadura; (2) as organizações femininas criadas nas paróquias da Igreja Católica; e (3) os pequenos grupos de reflexão/conscientização sobre a condição da mulher na sociedade.

Das primeiras faziam parte as militantes das várias organizações democráticas e de Esquerda, fundadoras e organizadoras do Movimento Feminino pela Anistia, dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, entre outras iniciativas. As segundas eram as organizações vinculadas à Igreja, que deram origem a movimentos populares, tais como Luta por Creche e Movimento contra o aumento do Custo de Vida, e apoiaram muitas vezes associações de donas de casa da periferia. A terceira matriz se constituiu dos grupos de reflexão/conscientização. Estes eram os que tinham mais acesso às informações sobre o Movimento Feminista europeu e norte-americano, e com eles se identificavam. Tais matrizes não obedeciam a uma divisão estanque. Muitas vezes, as ativistas militavam simultaneamente em mais de um agrupamento.

Há uma polêmica e uma disputa de poder quanto às narrativas fundadoras da segunda onda feminista no Brasil, como afirma Joana Pedro¹⁷⁵. O ano de 1975, proclamado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, até hoje é tido como um marco do reaparecimento do *feminismo* no Brasil. Criou a oportunidade para que se promovessem eventos, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, patrocinados pelo Centro de Informação da ONU.

Ambos os eventos possibilitaram o surgimento de entidades femininas. Suas organizadoras reivindicavam a iniciativa e o mérito de aproveitar a oportunidade para inaugurar mais uma frente de ação na luta contra a Ditadura. Ou de introduzir no Brasil a pauta do movimento feminista internacional. Estas, chamadas feministas “históricas”, assim

¹⁷⁵ PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol.26, n.52. São Paulo, 2006. p.249-72.

eram consideradas e se consideravam, ainda que houvesse outras que já se declarassem como tal alguns anos antes, conforme comentado no capítulo anterior. O caso mais flagrante é o de Rose Marie Muraro, mas também se pode citar Heloneida Studart e Carmem da Silva. Estas duas eram jornalistas, com atuação profissional marcadamente feminista. Haviām participado de eventos relativos ao tema anteriormente ao ano de 1975. .

No Rio de Janeiro, o evento intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” aconteceu em julho de 1975, na sede da ABI - Associação Brasileira de Imprensa. O entusiasmo das participantes fez com que realizassem outras reuniões no mesmo local até criarem, ainda naquele ano, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Em São Paulo o patrocínio do “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista” foi compartilhado com a Cúria Metropolitana. Aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1975, e deu origem ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.¹⁷⁶ Os eventos aconteceram paralelamente e as organizações criadas a partir deles eram independentes. Assemelhavam-se, entretanto, na compreensão do papel da nova frente de luta que se abria mediante aquelas iniciativas.

A disputa a que se refere Joana Pedro¹⁷⁷ aconteceu em razão da importância que adquiriu a luta pela emancipação das mulheres desde então. Como afirma a autora, das lutas libertárias travadas no século XX, essa foi uma das poucas que sobreviveu e se desenvolveu. A recomposição histórica dos acontecimentos associados ao surgimento dessa segunda onda feminista no Brasil tem sido feita, principalmente, com base em entrevistas com as participantes. A memória é o principal manancial de informações. E, como tal, está permeada de subjetivismos.

Há dimensões dessa disputa que dizem respeito à importância histórica que as participantes poderiam cobrar segundo maior, ou mais lúcido, protagonismo nos acontecimentos da década de 1970. E naturalmente o critério de lucidez é dado pelos desdobramentos posteriores das iniciativas e eventos de então. As disputas giravam em torno de alguns fatores. Um deles era quanto à clareza do teor das lutas feministas. Nessa disputa o embate se dava entre as que se dispunham a pesquisar e entender as causas da opressão exercida sobre a mulher e as que já possuíam a convicção de que tal opressão não passava de

¹⁷⁶ O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - setor São Paulo, conforme se chamou quando surgiu, depois passou a se chamar Centro da Mulher Brasileira. Com esta última denominação aparecerá na continuidade deste texto.

¹⁷⁷ PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol.26, n.52. São Paulo, 2006. p.249-72.

um aspecto da opressão de classe. Esse embate foi protagonizado pelas feministas, com seus grupos de reflexão e consciência, e pelas militantes organizadas ou sob influência mais direta das organizações de Esquerda.

Outra disputa girava em torno da significação e da apropriação do termo *feminista*. Ninguém abria mão do termo, embora cada uma conferisse a ele o sentido que melhor se encaixasse em sua posição ideológica. Também quanto à adequação das causas específicas no contexto da luta contra a Ditadura, havia aquelas que consideravam ter interpretado corretamente a realidade daquele momento, ao se oporem àquelas demandas. De acordo com tal visão, a luta pela derrubada da Ditadura exigia unidade de ação, de liderança e de foco no objetivo principal.

Outrossim, havia quem considerasse autoritarismo a tentativa de enquadrar as autênticas inquietações quanto à especificidade da opressão sofrida pelas mulheres nos parâmetros da luta de classes. Sobretudo porque, segundo esse enfoque, em ambas as posições, todos estavam comprometidos com o retorno à democracia. Tratava-se tão somente de conhecer melhor as características da dominação/subordinação de caráter sexista existentes na sociedade brasileira.

E havia também a busca das fontes da autoridade e do poder exercidos desde então sobre o movimento. Uma delas poderia ser encontrada na antiguidade da participação na luta. Daí o fato de muitas dessas militantes se autointitulem “históricas”.

Havia, entretanto, outras disputas, como a que ocorreu entre as próprias feministas. E, nesse caso, as narrativas fundadoras deixam ver o conflito em torno do pioneirismo do trato das questões feministas, como aponta Joana Pedro¹⁷⁸. Rose Marie Muraro já era conhecida publicamente como feminista. Nem por isso foi convidada pelas demais feministas cariocas para a organização do evento na ABI. O argumento foi que não queriam a participação de “estrelas”. Juntamente com Heloneida Studart, esta também pioneira na matéria, participou do evento como plateia.

Interessa registrar que Muraro, entretanto, não deixou de mediar a ajuda financeira para pagamento do aluguel do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Tal ajuda foi oferecida por Ecilda Ramos de Souza, então diretora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, que não pertencia ao campo da Esquerda. Essa “feminista silenciosa” garantiu o

¹⁷⁸ PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol.26, n.52. São Paulo, 2006. p.249-72.

aluguel, bem como alguns trabalhos de pesquisa realizados pelo CDM, por mais de cinco anos.¹⁷⁹

Em São Paulo, a presença da Igreja, junto ao Centro de Informações da ONU, no patrocínio do evento realizado na Câmara Municipal delimitou mais o temário. A aliança com a Igreja era vital naquele momento para os partidos clandestinos de Esquerda.¹⁸⁰ Por conseguinte, não havia como impor temas polêmicos como contracepção, sexualidade, prazer, aborto, entre outros. Esse fato, ao que parece, não chegou a constituir um problema. Isso porque os incipientes grupos feministas de São Paulo não participaram enquanto tal. E mesmo a presença de algumas feministas isoladas foi tímida e discreta. As disputas, travadas entre os dois partidos clandestinos, ficaram assim reduzidas ao controle político do evento.

Se a data da inauguração da segunda onda do movimento feminista tem sido objeto de controvérsia, há sim um consenso quanto ao efeito do Ano Internacional da Mulher no Brasil. Ele teve a função de alavancar e catalisar o movimento de mulheres, colocando-o no caminho para o desenvolvimento do *feminismo*. A partir de então o dia 8 de março passou a fazer parte do calendário político do movimento democrático do país. E o Dia Internacional das Mulheres pôde ser comemorado publicamente nas ruas e praças das cidades onde havia militância para tal. Fato esse de grande importância para o desenvolvimento do *feminismo* em São Paulo. Nessas ocasiões, se reuniam as diferentes organizações de mulheres, de diversas procedências políticas e sociais e com variadas pautas de denúncias e reivindicações.

A luta pela anistia, o Ano Internacional da Mulher e a luta contra a Ditadura estimularam a criação de jornais feitos por mulheres e voltados para assuntos de seus interesses, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e, posteriormente, o *Mulherio*. Os dois primeiros, embora se definissem como feministas, na prática nem sempre assumiam tal condição, como se verá adiante. O terceiro jornal, *Mulherio*, com existência posterior aos dois primeiros, não teve dúvidas existenciais. Foi desde o início claramente feminista.

¹⁷⁹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

¹⁸⁰ Esses partidos sofriam então violentos ataques da repressão com inúmeras prisões, desaparecimentos e mortes, como exemplificam os casos de Wladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, ocorridas em outubro de 1975 e janeiro de 1976, respectivamente.

Mudança e permanência - Mulheres engajadas na luta contra a Ditadura

No que diz respeito ao manancial de militantes para o *feminismo*, pode-se dividir as mulheres que se empenharam nas diversas formas de luta contra a Ditadura em dois grupos: as que, tendo ou não sofrido a tortura e a prisão, se exilaram e viveram anos fora do Brasil; e as que aqui permaneceram. Se os caminhos da construção da identidade feminista são necessariamente individuais, podem-se encontrar alguns fatores de regularidade nessa trajetória entre os dois grupos.

Naturalmente, as mulheres que se viram diante da realidade do exílio vivenciaram um distanciamento das lutas travadas e de seus papéis em tais contendidas. Isso lhes permitiu reavaliar suas militâncias nas organizações de Esquerda às quais estiveram vinculadas com outros olhos. Além disso, foram inevitavelmente influenciadas pelas realidades dos países nos quais moraram. As distâncias de todas as ordens – física, geográfica, política, social, emocional, entre outras – fizeram com que tais mulheres tivessem de lançar mão de lentes de aumento para reenxergar a si mesmas e o Brasil. A busca por compartilhar suas vivências tornou-se estratégia de sobrevivência psicológica. As suas vidas foram, involuntariamente, viradas do avesso da maneira mais radical. A relativização de suas verdades e convicções e a abertura para o desconhecido foram impostas e aceleradas pelas circunstâncias. A maioria dessas mulheres teve de “mudar” para sobreviver.

As mulheres que aqui permaneceram enfrentaram, na maioria dos casos, o medo, apreensões de toda espécie, prisão, tortura, a morte de muitos de seus companheiros, processos penais, condenações, esfacelamento de suas organizações. Em vários casos, perderam seus companheiros de luta e de vida. Também tiveram de se reconstruir como indivíduos e como pessoas. Muitas vezes, se viram obrigadas a omitir ou esconder seu passado, como já haviam feito ao entrar para a clandestinidade, para conseguir a reinserção social e profissional. Mas, se da primeira vez fizeram isso com esperança e confiança na vitória, na segunda o sentimento era de revolta, derrota e humilhação. Enfrentaram discriminações e incompreensões quanto às suas pregressas participações nas organizações que enfrentaram a Ditadura. Procuraram então manter consigo o que havia de realmente próprio: as suas ideologias.

Nesse sentido, a estratégia de sobrevivência foi agarrarem-se às suas verdades e convicções como forma de não capitular diante do inimigo. Para essas mulheres, o inimigo continuava presente e ameaçador. Sustentar suas posições políticas e ideológicas, e buscar formas de atuar de acordo com elas, era a maneira que encontravam de não se render, de manter sua integridade por meio da coerência e dar prosseguimento ao combate. Da reconstrução de si mesmas fazia parte a reconstrução de suas militâncias, nesse caso, com mais ajustes de forma do que de conteúdo. Essas mulheres, ao contrário das que viveram fora, buscaram sua sobrevivência na “conservação” de seus valores e crenças.

Já antes do retorno das exiladas, o incipiente movimento feminista se ressentiu da defasagem criada por tal dicotomia. Entretanto, também se pode afirmar que se beneficiou dela pelo diálogo travado entre ambas as vertentes. Esse foi um dos conflitos que fez avançar o movimento feminista no Brasil e que o caracterizou, como se procurará argumentar a seguir.

As mulheres que se engajaram nas lutas contra a Ditadura e, posteriormente, nas diversas organizações de Esquerda eram, frequentemente, oriundas da pequena burguesia. Carregavam os valores dessa classe social em relação a uma série de aspectos da vida. Ao mesmo tempo, viviam intensamente a conjuntura efervescente dos anos 1960, que chamava à participação social, cultural e política. Compunham um segmento que almejava adquirir uma formação profissional. Contavam para isso, geralmente, com o apoio e o estímulo de suas famílias para estudar. Sentiam-se privilegiadas em termos de cultura, de oportunidades e algumas até de situação econômica.¹⁸¹ Frequentemente provinham de ambientes familiares com histórico de participação política, propensos à discussão sobre o que acontecia no país. Algumas se vinculavam a alguma religião, e, nesse caso, predominava a religião católica. Uma característica pode ser generalizada, senão absolutizada: todas tinham o hábito da leitura e liam obras de filosofia, política, literatura, entre outras.

As mulheres que aderiram à luta armada no Brasil eram, em sua grande maioria, muito jovens, geralmente na faixa dos 20 anos. Frequentemente eram universitárias, participantes de movimentos culturais populares e/ou de atividades promovidas pela Igreja progressista. Eram todas imbuídas de profundo sentimento de justiça social. Diferenciavam-se do universo das garotas da mesma idade pelas rupturas que promoveram em seus comportamentos pessoais: cursaram escola superior, participaram do movimento estudantil, não casaram no religioso e algumas nem casaram oficialmente com seus companheiros,

¹⁸¹ COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Ver depoimento de Maria do Carmo Brito (p.74-5), Vânia (p.114), Sonia (p.242), entre outros.

questionaram o tabu da virgindade, abdicaram da maternidade, pelo menos em um primeiro momento. Sentiam-se superiores por suas posturas e convicções.

Embora todas estivessem dispostas a lutar por seus ideais de justiça e liberdade, o engajamento se deu, muitas vezes, em função de suas relações familiares e de suas parcerias afetivas. Outras vezes, em função da precipitação dos acontecimentos políticos no país e do clima revolucionário no qual estavam inseridas. Entrar na luta como “soldado” da revolução socialista, sem se diferenciar dos companheiros homens, se dispondo a sacrifícios heroicos, era coerente com as suas posturas diferenciadas do universo feminino vigente. E, embora muitas vezes não dominassem tão bem os conhecimentos teóricos que levavam ao projeto revolucionário, tinham grande comprometimento com a luta. Eram envolvidas e procuravam se espelhar no perfil do combatente: comprometido, corajoso, capaz de enfrentar qualquer dificuldade em nome da causa. E sempre davam prioridade ao coletivo em detrimento do indivíduo. Tal postura estava em consonância com o que seus universos políticos e ideológicos consideravam como correto então.

A clandestinidade na qual tiveram de mergulhar, por exigência tática e por sobrevivência, fez com que essas mulheres vivenciassem várias contradições de gênero. Entre elas, tiveram por vezes de assumir papéis alternativos nas organizações, que frequentemente adquiriam feições militares, portanto, marcadamente masculinas. Em algumas situações, elas se encarregavam do trabalho remunerado para que seus companheiros pudessem estudar e discutir táticas e estratégias da revolução, o que evidenciava uma hierarquia de atribuições. Embora ocupassem circunstancialmente o papel de provedoras, estavam submetidas aos “gestores”, mesmo sendo as tarefas domésticas divididas e até assumidas pelos rapazes.

Para manter a segurança dos aparelhos, muitas vezes as militantes procuravam demonstrar que levavam uma vida normal, que em seu lar vivia um casal convencional, para, assim, não despertar suspeitas entre os vizinhos. Em algumas organizações, as mulheres eram impedidas pelos dirigentes da participação nas ações armadas, por suas fragilidades derivadas da menstruação. Evitar filhos era uma norma tácita entre os revolucionários, que necessitavam dedicar toda a sua energia para as tarefas da revolução. Em várias situações, seus envolvimento e namoros eram controlados pelos dirigentes, sob a alegação de cuidados com a segurança.

Ainda assim, todas essas situações raramente foram objeto de estranhamento ou questionamentos por aquelas militantes. Tudo se fazia em nome da revolução. O caráter das relações não era objeto de reflexão. Foi no exílio que começaram a perceber, sentir e processar as diferenças que havia entre os diferentes papéis do homem e da mulher, inclusive nas lutas e tarefas revolucionárias.¹⁸²

As mulheres que se dedicaram à luta política

A obra *Mulheres, Militância e Memória*¹⁸³ analisa narrativas de 13 mulheres que, sob pseudônimos¹⁸⁴, reconstituem e atualizam suas memórias. Algumas falam no sentimento de onipotência que fazia com que acreditassem no sucesso a curto prazo do projeto revolucionário. Hoje, creditam tal sentimento à pouca idade que tinham quando protagonizaram a guerrilha, o que não significa, entretanto, negar seu passado de luta. Ponderam sobre a influência da conjuntura internacional em seus ânimos: a então recente revolução cubana e a guerra do Vietnã – para citar dois exemplos de corajosas e vitoriosas lutas contra o capitalismo e o imperialismo.

“Deusas”?

Sobre as diferenças de gênero referentes ao exercício do poder, há discrepâncias quanto ao que acreditavam, vivenciavam e sentiam essas mulheres dentro das organizações. Uma das entrevistadas, Catarina, considera que a militância independia do fator sexo, uma vez que o que determinava a participação era a forte consciência social e política ligada à postura ideológica. Dessa forma, participavam das operações e da direção das organizações aqueles que estivessem mais bem preparados, tendo ela própria exercido postos de comando em algumas das organizações a que pertenceu. Mas, sem dúvida, tratou-se de uma exceção.

¹⁸² COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹⁸³ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁸⁴ Embora tenha sido autorizada pelas entrevistadas a publicar seus nomes verdadeiros, a autora optou por usar pseudônimos por considerar que seria uma forma de preservá-las de qualquer constrangimento. Entretanto, é possível identificar cada uma delas por suas histórias de vida. Ibidem.

Angélica, por outro lado, não via igualitarismo na participação das mulheres nas organizações, pois a diferença de status entre os papéis de cada gênero colocava as mulheres em posição inferior na ação e no acesso à direção dos grupos. Rememora criticando o que chamava de machismo, particularmente sentido na Polop, quando se dizia: “mulher não participa de certas manobras porque menstrua...”. Cabe ressaltar que Angélica revela maior sensibilidade para a questão de gênero, o que se verifica ao declarar que o ponto de partida para seu engajamento na luta foi seu inconformismo com os papéis sociais tradicionais da mulher e do homem. A busca da construção de sua identidade como mulher inspirada em um novo modelo cabia nos seus sonhos e no que colocava na rubrica de “sociedade socialista”.

Possivelmente por essa razão é que as entrevistadas por Ferreira¹⁸⁵ e por Colling¹⁸⁶ rememorem suas posturas diferenciadas em relação ao universo comum convencionado socialmente para as mulheres. Algumas declaram mesmo o esforço de dessexualização para serem vistas e valorizadas como militantes antes de serem vistas como mulheres, conforme exemplifica Violeta: “Quando eu entrei para a organização, entrei fazendo um esforço de dessexualização, eu queria ser uma militante.” E continua:

Nós tínhamos dificuldade de ser consideradas mulheres comuns, normais. Se a gente pensava, se a gente fazia política, se a gente tinha idéia própria, se tinha uma certa dificuldade de ter coleira, como a gente tinha, era difícil te imaginar como mulher.¹⁸⁷

Anita, entrevistada por Ferreira¹⁸⁸, observa algo semelhante quando afirma que via a si mesma como possuidora de uma “mente fálica, masculina, patriarcal mesmo, olhando para as outras mulheres com uma condescendência masculina”. Acredita ela que, embora houvesse diferenças entre as organizações, as militantes eram tratadas como iguais, pois as exigências, para serem aceitas, obedeciam a um modelo estereotipado como masculino – o domínio de um conhecimento sobre a revolução, função histórica a cumprir, metas a atingir, racionalidade e frieza para a ação.

¹⁸⁵ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁸⁶ COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. A autora escreve sua obra a partir de seis entrevistas com militantes mulheres que atuaram no Rio Grande do Sul. Opta também por preservar a identidade de seus entrevistados por meio de pseudônimos.

¹⁸⁷ Ibidem. p.69-70.

¹⁸⁸ FERREIRA, op. cit., 1996. p.129.

Simone identificava três grupos de mulheres na Universidade (origem da maior parte das militantes das organizações da Esquerda): “as da direita, as alienadas e nós, as deusas”¹⁸⁹. A diferenciação, reafirmada por Violeta¹⁹⁰, referia-se ao fato de que, entre as estudantes mulheres da Universidade, havia uma parcela que estava preocupada somente com a ascensão social individual. Outras se voltavam à política, preocupadas com transformações sociais, com justiça, com o país; preocupações que consideravam mais nobres e belas. Por outro lado, as “deusas” também se sentiam atraídas pelas questões culturais. Discutiam cinema, teatro, poesia. Questionavam valores como a virgindade, se dispunham a rupturas que não eram nem sequer consideradas pelas “outras”.

Violeta declara que as militantes se diferenciavam das “alienadas” por se encontrarem em um patamar de superioridade intelectual. Tal razão as impedia de manifestarem os aspectos femininos presentes nas segundas. O exemplo dessa situação pode ser encontrado no que revelam sobre os cuidados com a aparência. Foram passando para a esfera burguesa dos valores à medida que aumentava o engajamento na luta política. A militância absorvia todo o tempo e não comportava preocupação com o que consideravam futilidades.¹⁹¹

Quanto ao domínio do saber, é quase unanimidade a atitude em relação aos estudos e à leitura entre as entrevistadas das duas obras aqui consideradas. A qualidade e a quantidade de leitura as diferenciavam da maioria das outras mulheres. Liam obras de literatura, filosofia política, de teoria revolucionária, enquanto a maioria das jovens não politizadas lia fotonovelas, conforme afirma Gilda.¹⁹²

Naturalmente, essa maneira de entender as diferenças e de se diferenciar das mulheres comuns, não politizadas, alienadas ou como quer que se possa considerá-las era um tanto restrita ao universo estudantil da militância. Ou pelo menos a essa via de acesso ao engajamento mais comprometido. Olga, a única operária entre as estudadas por Colling, não via da mesma forma tais diferenças, declarando que conhecia vários casos de companheiros que se casavam com companheiras de militância. E que graças à sua dupla vida, na qual a de militante contrastava com a social, não questionava o modo de vida das amigas que cuidavam

¹⁸⁹ COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p.67.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.124.

da casa e dos filhos. Considerava tais aspectos como uma regularidade da vida das mulheres que não eram militantes.¹⁹³

Entretanto, as contradições existiam não só em relação às outras mulheres, mas também em relação aos homens. O orgulho por sentirem-se superiores, manifestado no esforço para não desprezar as “alienadas”, não eliminava certo sentimento de que aquelas gozavam de uma leveza que a condição de “divindade” não lhes permitia. Não deixavam de perceber que o tipo “feminino”, isto é, mais próximo do estereótipo de feminilidade, atraía mais os olhares dos homens, inclusive dos companheiros, mesmo que essa não fosse exatamente uma preocupação naquele momento.

A masculinização da postura era uma exigência dos padrões que vigoravam na organização das ações e das relações da militância. E se as militantes, no afã de participar em igualdade de condições, não questionavam as normas estabelecidas, a vivência delas trazia conflitos reveladores das diferenças de gênero. Doze das treze militantes entrevistadas por Ferreira afirmam que havia discrepâncias, com expressão e graus variados, em relação à participação dos homens e das mulheres nas atividades e ações e no controle exercido sobre eles pelas organizações.¹⁹⁴

A postura das mulheres integrantes da luta armada estava informada por certo olhar *masculino* para a vida. Consideravam que, se a luta exigia que pegassem em armas, deveriam fazer isso sem superproteção e sem se desvalorizar, pois, afinal, eram tão soldados quanto os demais. Esse olhar *masculino* era o que fazia com que concordassem com normas como a que não aceitava que engravidassem, ou que tivessem filhos, por exemplo.

Algumas situações referidas nas entrevistas permitem constatar as contradições enfrentadas pelas militantes: Corina, participante da Guerrilha do Araguaia, mantinha um namoro escondido com um companheiro, até que decidiu torná-lo conhecido dos demais com que conviviam, por não aguentar mais tanta clandestinidade. Tal comunicado provocou uma severa repreensão, justamente por parte de Elza, uma outra companheira mais velha. Ela alertava para o fato de que a revolucionária apaixonada seria uma revolucionária perdida. Corina reagiu argumentando em defesa de seu direito de namorar, e a situação se acomodou.

¹⁹³ COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

¹⁹⁴ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Entretanto, quando engravidou, ciente das dificuldades que enfrentaria, e disposta a ter seu filho, fugiu para São Paulo, ao encontro de sua irmã, também ativista.¹⁹⁵

Angélica, ao engravidar, recebeu ordem para abortar, mas não contou com o apoio da organização para cumprir tal ordem. Milena pediu permissão para os seus dirigentes para casar. Vitória foi obrigada pela DI a se separar quando seu marido se afastou da militância na VAR-Palmares. Angélica passou a ter encontros escondidos com o namorado quando este decidiu sair da VAR-Palmares e ela continuava na organização.¹⁹⁶ O que se questiona aqui não são as normas de segurança das organizações, mas sim a maneira peculiar como elas se aplicavam às mulheres.

As mulheres que se engajaram na luta política contra a Ditadura, principalmente nos anos 60 e início dos 70, romperam com os valores de gênero até então estabelecidos. E também com os valores de hierarquia fixados pelo poder arbitrário dos militares. O envolvimento com a ação política oposicionista fez com que essa atividade adquirisse centralidade em suas vidas. As circunstâncias fizeram com que todos os outros aspectos de suas vidas fossem ignorados, relevados ou postergados.

De certa maneira, essa mesma situação enfrentaram os homens, seus companheiros de luta. Com a diferença de que o exercício da prática política era tradicionalmente atribuído aos homens na divisão dos papéis sociais. Se muitas vezes ambos tiveram de adiar suas formações profissionais, para elas, adiar a maternidade não tinha o mesmo significado que para eles adiar a paternidade.

Consideradas em conjunto por esse protagonismo político-social, elas desempenharam um pioneirismo na ação política. Equivale dizer que abriram espaço para a reflexão, para o discurso e para a inserção da mulher na vida pública, que teria lugar a partir da década de 70, com a organização do movimento feminista no Brasil.

Militantes e demais brasileiras exiladas

O exílio possibilitou às mulheres, tanto para as que se envolveram diretamente na luta como para as que indiretamente a ela se ligaram, a vivência de dificuldades distintas daquelas que haviam enfrentado no combate. A necessidade da sobrevivência sem

¹⁹⁵ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁹⁶ Ibidem. p.139.

qualificação para o trabalho foi uma delas. Quando tinham algum nível de profissionalização, nem sempre dominavam o idioma. Muitas vezes tinham de se adaptar a outra cultura, enfrentando dificuldades como descasamentos, gestações, criação de filhos, necessidades econômicas. Tudo isso distante de seus familiares, de suas raízes, de seu entorno social.

Até a prisão ou o exílio, eram companheiras que, militando na mesma organização, compartilhavam os afazeres e os ideais revolucionários de seus companheiros. No exílio encontravam-se com seu “destino manifesto” *feminino*, assumindo cuidados e responsabilidades familiares, nos seus postos de esposas, mães, donas de casa e, muitas vezes, ex-mulheres. Não foram poucos os casamentos desfeitos. E quando a todos os seus papéis tradicionais se somava o de trabalhadora, mais ainda sentiam a desproporção de suas atribuições em relação às de seus maridos ou dos homens em geral.

Tais situações fizeram com que elas entrassem em contato com as suas individualidades até então postergadas. Fez também com que elas compreendessem e sentissem o peso das tradições culturais e valores de que eram herdeiras, particularmente na sua condição de mulheres. Tais não haviam elas questionado em suas concepções revolucionárias.¹⁹⁷

Se o fenômeno do exílio em qualquer dos países escolhidos como destino produziu tal efeito, em alguns países em particular as brasileiras tiveram chance de entrar em contato com reflexões e ações em torno do “ser mulher”. A França coloca-se como o melhor exemplo. Isso porque em Paris, durante alguns anos, na esteira do explosivo movimento feminista daquele país, existiu o Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Círculo de Mulheres Brasileiras, analisados no capítulo anterior.

Há de se considerar que, no final dos anos 1960, no Brasil, a problemática de gênero, ao contrário do que acontecia na França e nos EUA, era muito pontualmente considerada. A causa que conquistou as mulheres militantes foi a ideia de um projeto revolucionário que viesse alterar as perversas condições socioeconômicas e políticas do país, apontando para o socialismo. Embora conscientes, e talvez pela própria inexperiência, entregaram-se sem reservas a tal causa. Dessa forma, não se pode considerar a perspectiva de Angélica¹⁹⁸ exemplo típico de como se sentiam as mulheres militantes em sua relação com o próprio gênero.

¹⁹⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁹⁸ Cf.: Ibidem.

Simpatizantes e militantes engajadas na Esquerda no Brasil

Nos anos 1970, em função da derrota sofrida, a Esquerda resolveu mudar sua estratégia revolucionária incorporando as “massas”. Grande parte das mulheres de Esquerda e simpatizantes que aqui permaneceram reconstituiu sua militância por meio da atuação em entidades femininas. Passaram a atuar nas associações de donas de casa, nos clubes de mães e outras associações que reuniam mulheres. Sob o abrigo da Igreja, tais quadros procuravam imprimir uma direção à Esquerda para melhor articular as lutas pela infraestrutura urbana com as lutas femininas.

Tal fato representava uma novidade. Essas militantes vinham da participação em organizações de vanguarda que pouco ou nenhum contato tinham com as bases. Até por conta da repressão. E se tais militantes possuíam alguma experiência de trabalho com entidades de base, ou de massas, como eram chamadas, elas remontavam ao movimento estudantil dos anos 1960, antes do AI-5. As organizações femininas, das quais passaram a fazer parte ao longo da década de 1970, reuniam mulheres da periferia, donas de casa, pertencentes a outra classe social.

Para que isso acontecesse, foi decisivo o fechamento dos canais de atuação política da militância engajada na luta contra o regime militar. Os partidos de Esquerda haviam sido formalmente extintos. Seus membros, aqueles que haviam escapado da prisão, ainda não estavam livres da perseguição. Qualquer trabalho político deveria acontecer sob estrita clandestinidade. Outros agrupamentos políticos de orientação marxista com perspectivas revolucionárias surgiam. Muitos deles substituíam, em novos arranjos, as organizações guerrilheiras que haviam sido destruídas pela repressão. Cada grupo fazia uma reavaliação das condições objetivas do país. Entretanto, as análises eram permeadas de subjetividade. Predominavam as certezas doutrinárias e as idealizações da realidade. As certezas davam margem à prática do sectarismo. Cada grupo se achava detentor da verdade revolucionária e via os demais com desconfiança e/ou menosprezo.

Tratava-se de um ambiente ameaçador que ainda reservava grandes riscos de novas prisões, torturas e desaparecimentos. Nele as várias organizações e partidos viram-se obrigados a estabelecer alianças e fazer composições. A questão mais imediata era o combate à Ditadura. Entretanto, o objetivo estratégico para aqueles que acreditavam que a burguesia ainda deveria fazer a sua revolução era o retorno à democracia. Para outros que consideravam

improcedente qualquer união com a burguesia, o objetivo estratégico não podia ser menos do que a revolução socialista. Contudo, mesmo esses não podiam se furtar à luta contra o inimigo imediato, os militares.

De qualquer maneira, a situação exigia mudanças de táticas. E todas elas passavam pela inserção dos militantes nos trabalhos junto às massas populares. Tal ajuste exigiria uma reformulação de posturas quanto ao entendimento do conceito de vanguarda e, principalmente, quanto ao papel dela na condução política dos conflitos. Mas nem sempre isso aconteceu. Muitas vezes, o dogmatismo impediu que a velha e a nova Esquerda reelaborassem tais noções.

As militantes oriundas dos partidos e organizações de Esquerda que passaram a atuar no movimento feminino de massas eram portadoras de tais heranças. Concepções e posturas políticas muitas vezes mal processadas. Sendo quase todas herdeiras das concepções leninistas de partido, e algumas recém-saídas de uma visão foquista da revolução, era difícil abandonar o vanguardismo. Mesmo quando o prazo para a revolução havia sido prorrogado *sine die*.

De acordo com Rossana Rossanda¹⁹⁹, Lênin estabelece que à vanguarda corresponde aproximar as condições objetivas, a intolerância da exploração e o início do conflito revolucionário. Seu papel se cumpriria, assim, no trabalho de informar e formar o explorado e o oprimido sobre sua real situação. Tirá-lo de sua ignorância e resignação, mostrando-lhe a possibilidade da revolta e indicando o método e a estratégia.

Em uma polêmica com Kautsky sobre consciência de classe, Lênin afirmava que a consciência socialista contemporânea só podia surgir com base em profundos conhecimentos científicos. Que a ciência econômica e a tecnologia eram condições da produção socialista. E suas formulações estariam acima dos limites do proletariado. Seriam domínios dos *intelectuais burgueses*. A própria ideia do socialismo contemporâneo também saiu de membros dessa classe, que trataram de transmiti-la aos proletários de mais elevado desenvolvimento intelectual. Estes, por sua vez, introduziram-na na luta de classes onde as condições permitiram. Sendo assim, a consciência socialista é um elemento externo ao

¹⁹⁹ ROSSANDA, Rossana et. al. *Teoria Marxista del Partido Político*. Vol.3. Ciudadde Mexico: Siglo XXI, 1973. p.7.

proletariado, e não algo que surge espontaneamente. A tarefa da vanguarda era, portanto, introduzir no proletariado a consciência de sua situação e de sua missão.²⁰⁰

No Brasil, a Nova Esquerda ou Esquerda Revolucionária contestava a concepção de partido baseada nas direções centralizadoras com muitos escalões intermediários. Afirmava serem estas autoritárias, mesmo quando declaravam respeitar o princípio do *centralismo democrático*. A maior parte das dissidências ocorriam justamente por iniciativa daqueles cujas opiniões e posições não eram consideradas. Não encontravam espaço para discussão interna nos tradicionais partidos de Esquerda.

Contudo, havia pelo menos um traço marcante comum às posições divergentes: a visão de que as organizações, independentemente das formas pelas quais estariam estruturadas, seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução. No fundo, o centro das discussões estava no papel da suposta vanguarda, e não no movimento contraditório da sociedade de classes.²⁰¹

Havia uma supervalorização da liderança. E prevalecia a ideia comum de que a vanguarda era quem conhecia os caminhos da libertação, porque dominava o conhecimento histórico e a teoria revolucionária. Sendo assim, era possuidora de uma consciência de classe pré-estabelecida. À classe operária não cabia mais do que “receber” tal consciência e ser orientada em suas ações pela vanguarda.

Com esse entendimento, as organizações da Nova Esquerda, mesmo combatendo os partidos tradicionais, o PCB e o PCdoB, que mantiveram suas atuações junto às organizações de massas, trataram de conquistar posições nos movimentos sociais mais reconhecidos: comunidades eclesiais de base, movimento estudantil, sindical e de bairro.

²⁰⁰ “[...] La conciencia socialista contemporánea no puede surgir más que sobre la base de profundos conocimientos científicos. En efecto, la ciencia económica contemporánea es, lo mismo que la técnica moderna, una condición de la producción socialista, y el proletariado, por más que lo desee, no puede crear ni una ni la otra... Los poseedores de la ciencia no son los proletarios, sino los *intelectuales burgueses*; también el socialismo contemporáneo ha nacido del cerebro de algunos miembros de esta clase, y ha sido comunicado por ellos a los proletarios más elevados en cuanto a su desarrollo intelectual, los cuales luego lo introducen en la lucha de clases allí onde las condiciones lo permiten. La conciencia socialista es, por ende, un elemento importado del exterior (von aussenhineingetragenes) en la lucha de clases del proletariado, y no algo que surge espontaneamente (urwuechsig)... La tarea de la socialdemocracia es introducir en el proletariado la conciencia de su situación y de su misión.” ROSSANDA, Rossana et. al. *Teoria Marxista del Partido Político*. Vol.3. Ciudad de México: Siglo XXI, 1973. p.7.

²⁰¹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.41.

Com esse referencial, naturalmente adaptado pelas direções das várias organizações de Esquerda, é que atuavam as militantes no movimento de mulheres. Para dignificar tal militância, colocá-la em termos aceitáveis para si mesmas e para suas organizações, estabeleceram como sujeito e objeto ideal da luta a mulher operária ou trabalhadora.

Suas atuações nessa frente política, em vários casos, foram decididas pelas direções de suas organizações. Integrantes da organização chamada Ação Popular (A.P.) foram destacadas para trabalhar junto ao *Brasil Mulher* para, sob tal roupagem, entrar no movimento popular de mulheres. Foi a forma encontrada para influir, por exemplo, na organização do Congresso das Mulheres Metalúrgicas. Foi o caso de Vera Soares, que na ocasião pertencia aos quadros da AP.

Quanto as militantes do PCdoB que passaram a atuar no *Brasil Mulher*, tiveram de enfrentar a resistência e o menosprezo dos companheiros da direção do partido. Estes não atribuíam valor político ao BM. Desconsideravam sua importância por estar sob responsabilidade de mulheres “pequeno-burguesas”, influenciadas por ideias europeias e norte-americanas. Foi o caso de Amelinha do PCdoB. Esta, de acordo com seu depoimento, ao entrar para o jornal *Brasil Mulher* sem pedir licença ao seu partido, foi instada por este a levar as questões das mulheres da periferia para o jornal e para a sociedade. Sua organização considerava que levantar bandeiras feministas naqueles tempos de combate à Ditadura era extemporâneo. E na visão linear que, ressalta ela, possuíam do processo político, implicava “queimar etapas”.²⁰²

Embora o discurso partidário ressaltasse a importância e a força política da “pequena burguesia” para as transformações necessárias, na prática, só consideravam essa classe social no que se referia ao movimento estudantil. Só passaram a dar importância para a questão das mulheres quando todas as demais forças políticas já consideravam inegável o papel das organizações das mulheres no combate à Ditadura.

Vera Soares recebeu a orientação de participar do *Brasil Mulher*. O interesse da organização era atuar junto ao operariado. Acreditava, como todas as organizações da Nova Esquerda, que a este caberia o papel principal na derrubada da Ditadura. Como na ocasião da entrada de Vera naquele jornal se preparava o Congresso das Mulheres Metalúrgicas, ela poderia influir e disputar espaço político naquele fórum sob a fachada do BM, preservando assim sua condição de militante da AP e driblando a repressão.

²⁰² Entrevista com Maria Amélia Teles para esta tese, realizada na sede da União de Mulheres, em São Paulo, em novembro de 2009.

Ativistas dos movimentos populares

Outro fator que, ironicamente, contribuiu para o florescimento do movimento popular de mulheres foi o preconceito de gênero, que levava os militantes a dirigir um olhar condescendente em relação à organização feminina. Estes, coerentemente com a visão do papel social da mulher em vigor à época, não atribuíam caráter político de importância, nem acreditavam que qualquer iniciativa exclusiva de mulheres pudesse guardar algum potencial perigo para o regime.

De menor importância talvez, mas sem dúvida com algum peso, havia ainda o fato de que convinha ao governo propiciar algum arrefecimento para recompor sua base de apoio. A crise do petróleo desgastara seu projeto econômico, e o “Milagre” revelava cada vez mais seu caráter profano. Ao mesmo tempo, à medida que avançava a década, ficava cada vez mais difícil sustentar a política de severa repressão “justificada” pela guerra ao terror. As organizações guerrilheiras tinham sido derrotadas, e mesmo dizimadas, ainda que nem todos os segmentos do poder militar tivessem saciado sua voracidade repressora. Embora tais segmentos tenham sido derrotados nas lutas intestinas do poder, suas ações isoladas tiveram imensa repercussão em meio à política de distensão do ditador General Ernesto Geisel. Política essa que se revelou mais restrita ao discurso do que à implementação.

As organizações de mulheres que se criaram no início da década de 1970, e mesmo as pré-existentes, assim, não encontraram obstáculos para se desenvolver em torno de questionamentos ao poder público. Como tratavam, frequentemente, de problemas que se encontravam na alçada do poder local, era como se, também por isso, não oferecessem nenhuma ameaça ao *status quo*. E quando levantavam bandeiras de maior alcance, como o custo de vida, o poder instituído reagia como se não passasse de um ruído tolerável. Tal movimento era tratado e interpretado como reclamação muito mais do que reivindicação.

De fato, o novo movimento social urbano, no qual se inseriam as organizações de mulheres, surgiu em função das necessidades e carências sentidas pelas comunidades. Seus integrantes, com raras exceções, não tinham uma crítica elaborada ao regime político. A aglutinação das pessoas da periferia em defesa de seus interesses tinha raízes nas modificações realizadas na cidade, em função da modernização urbana referida no segundo capítulo. A ausência de canais de comunicação com o poder local levava as pessoas a estabelecerem ligações de solidariedade baseadas nas relações de parentesco, de vizinhança,

de compadrio ou de amizade, na busca de solução para os seus problemas. Tais relações eram frequentemente protagonizadas pelas mulheres, que eram as que mais diretamente se viam desafiadas a conviver com as dificuldades referidas.

Entre os fatores estudados que mais estimularam o surgimento dos movimentos sociais estão: (1) a abertura das paróquias da Igreja Católica, que ofereceram lugar para a realização das reuniões, além de ajuda na organização; (2) a participação de atores externos, tais como profissionais liberais ou militantes da Esquerda, que ofereceram recursos materiais, ideológicos e humanos para a mobilização; e (3) a participação de assistentes sociais e outros agentes estatais da prefeitura, que encorajavam os munícipes a articularem e encaminharem politicamente suas demandas, mediante petições e abaixo-assinados.²⁰³

A grande e incontestável novidade trazida pelos movimentos sociais urbanos foi a inclusão de centenas de milhares de mulheres nas lutas políticas locais. Essas mulheres, em sua maioria, eram pobres, do proletariado e frequentemente negras. A maioria dos estudos dilui a composição sexual dos movimentos em conceitos como “vizinhança”, “classes populares” e outros. Mas já há estatísticas que comprovam que no Brasil, de cada dez participantes dos movimentos sociais, oito ou mais eram mulheres. E que em São Paulo as mulheres dominaram tais movimentos. Nessa cidade sua presença era majoritária e sua liderança, inconteste. Como o próprio poder público reconhecia.²⁰⁴

Uma das explicações para esse protagonismo feminino nos movimentos sociais encontra-se em uma característica cultural da sociedade brasileira. O patriarcalismo no Brasil estabelece normas sociais que tornam as mulheres responsáveis pela articulação das relações familiares, de parentesco, de vizinhança e de amizade. Criam-se assim redes comunitárias que facilitam as estratégias familiares de sobrevivência. Na economia das classes populares, muitas mulheres, individual e coletivamente, buscam dessa forma solucionar necessidades mais imediatas de suas famílias.

A precariedade das condições de vida em função dos poucos orçamentos faz das mulheres das camadas populares administradoras da sobrevivência familiar. É a preocupação e a responsabilidade pelo bem-estar da família que as levam às demandas por saneamento básico, instalação de postos de saúde, creches, escolas mais próximas. E pela mesma razão se

²⁰³ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990. p.42.

²⁰⁴ CALDEIRA, Teresa. “Mujeres, cotidianidad y política”. In: JELIN, Elisabeth (Comp.). *Ciudadanía e identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Ginebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1987. p.77.

juntam para protestar contra o aumento do custo de vida. Apesar desse protagonismo, nem por isso elas detêm real poder ou autoridade na casa ou na comunidade.²⁰⁵

Como já foi dito no capítulo anterior, o ingresso da mulher das camadas populares no mercado de trabalho obedecia a variáveis como idade, estado civil, escolaridade, ter ou não filhos, entre outras. Às mulheres “chefes de família” não restava alternativa a não ser trabalhar onde conseguissem uma vaga, a despeito da provável baixa remuneração. Tal condição frequentemente as fazia aproximarem-se mais, ou mergulharem diretamente na pobreza.

As mulheres jovens eram estimuladas pela família a conseguir emprego para aumentar o orçamento familiar. Porém, o casamento as tirava da População Economicamente Ativa por várias razões. Enfrentavam maior discriminação dos patrões pelos encargos sociais impostos pela legislação e pela crença fundamentada de que a maternidade provocava maior absenteísmo. Outras vezes, feitas as contas do quanto os ganhos obtidos pela esposa representariam à economia familiar, chegava-se à conclusão de que era mais vantajoso que ela ficasse em casa. A remuneração que obteria, em função da baixa escolaridade, não compensaria nem as despesas que o trabalho acarretava. Nas famílias de baixa renda, a opção era fazer os filhos trabalharem mais cedo.

Segundo o conceito de trabalho já informado por uma perspectiva de gênero, o que se faz no domínio do privado e é imprescindível para a manutenção e a reprodução da sociedade é igualmente trabalho. Mesmo que não seja reconhecido socialmente.²⁰⁶ As mulheres trabalham muito ainda quando esse trabalho não é remunerado, nem externo. O trabalho assim, chamado “doméstico”, só é valorizado, e de qualquer forma pouco valorizado, quando realizado em casa alheia e por contrato. Aquele que se realiza no próprio “lar” se divide em dois níveis: as tarefas cotidianas destinadas à renovação das energias para a continuação do trabalho produtivo; e as relacionadas à reprodução da força de trabalho. No primeiro caso, registram-se os inúmeros e intermináveis serviços demandados pela alimentação, higiene e abastecimento. No segundo, encontram-se todas as tarefas relacionadas a gravidez, parto, cuidados, proteção e socialização dos filhos.

²⁰⁵ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

²⁰⁶ “[...] Vejamos um exemplo: ao examinar cifras apresentadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), verifica-se que a taxa de atividade feminina – porcentagem de mulheres economicamente ativas sobre o total de mulheres de 10 anos e mais – era de apenas 29,6% em 1976. Contudo ao recalcular os dados incluindo, no conjunto de mulheres que trabalham, aquelas que estão ocupadas em afazeres domésticos, a porcentagem de mulheres ‘ativas’ passa a atingir a cifra de 75,5%, revelando que as mulheres trabalham muito mais se o critério de trabalho for mais abrangente.” BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.11.

Grande parte das mulheres que integraram os movimentos populares na periferia de São Paulo se encaixavam no perfil descrito anteriormente. Esses movimentos foram compostos majoritariamente por donas de casa. Algumas delas, eventualmente, faziam bicos como faxineiras. Para muitas dessas mulheres, a participação nos clubes de mães, no movimento de luta por creches, nas associações de donas de casa e outras organizações femininas era prazerosa. Representava uma escapada da monotonia do trabalho doméstico. Permitia que compartilhassem suas experiências. E colocava-as em contato com o “mundo”, por assim dizer.

Elas se juntavam nos salões da paróquia do bairro, geralmente para aprender ou desenvolver algum trabalho, como costura. Recebiam aulas de algumas mulheres cristãs em melhores condições de vida, que ofereciam seus conhecimentos, como prática de caridade. Levavam seus filhos nas reuniões dos clubes de mães, ou associações de donas de casa, e se revezavam para cuidá-los. O encontro e a conversa propiciavam a constatação da semelhança de seus problemas e necessidades. Conversavam sobre o seu dia a dia, sobre as dificuldades na administração dos cuidados com suas famílias, sobre seus casamentos, sobre o custo de vida...

Não se tratava da prática do *vécu*, que, aliás, desconheciam, porque discutiam suas inquietudes sobre seus papéis sociais mais do que o desconforto social que a condição de *mulher* lhes impunha. Mas guardava alguma similaridade com aquele processo de discussão. Assim, foram formulando suas demandas políticas. Buscavam recursos para facilitar suas vidas como mães, esposas e residentes das periferias desatendidas pelo poder público.

Inicialmente vinculadas às Sociedades Amigos do Bairro, as SABs, as mulheres dos clubes de mães e das associações de donas de casa logo entenderam que não podiam contar com a compreensão das diretorias dessas entidades, eminentemente masculinas, para encaminharem suas demandas por creches. Além disso, as relações de clientelismo, que aí imperavam, tornavam mais difícil o atendimento de reais demandas. Esse primeiro conflito de gênero possibilitou às militantes entenderem que, se não fosse por seu próprio esforço e empenho, não alcançariam nada do que pretendiam. Entretanto, contaram com a ajuda dos atores externos, como as pessoas que faziam caridade, as ativistas políticas e as agentes comunitárias, funcionárias municipais da Secretaria do Bem-Estar Social, que, por certo, agiam como indivíduos, e não como poder público.

A articulação da opção preferencial pelos pobres da Igreja, sob hegemonia da Teologia da Libertação, com a defesa dos direitos civis e políticos do cidadão na perspectiva liberal se realizava na proposta da *igualdade*. Tal linha de ação casava com um momento especial da conjuntura brasileira que caracterizou a década de 1970, com variações. Por um lado, a economia passava por uma modernização, com epicentro em São Paulo, que atraía grandes contingentes de população oriunda de outros estados. E, por outro, a política repressiva do governo militar atingia a sua culminância na perseguição, prisão, tortura e assassinato de seus opositores. Foi nesse contexto que a Igreja abriu suas portas para a defesa “dos que sofrem opressão e dor”. Entre esses estavam incluídos tanto os moradores das periferias como os militantes da Esquerda.

Contudo, à medida que a Igreja acolhia, e dava espaço para o trabalho político, também estabelecia os parâmetros e limites da referida *igualdade*. Significa dizer que tratava-se de uma igualdade formal, restrita à participação política e comunitária. As mulheres eram, assim, chamadas a participar ativamente nas atividades laicas da Igreja. E os agentes pastorais, mediante a coordenação dos clubes de mães, promoviam cursos com a finalidade de adaptá-las ao mundo urbanizado e moderno. O objetivo era capacitá-las para que resolvessem problemas de saúde, habitação e educação. Sempre na perspectiva cristã, que implicava mais adaptação do indivíduo à sociedade do que geração de consciência de classe ou de gênero que pudesse acarretar a adaptação da sociedade ao indivíduo.

Entretanto, se a Igreja reafirmava seus dogmas do casamento indissolúvel, da proibição do aborto e do papel tradicional da mulher na família, não conseguia impedir que esses e outros tabus, eventualmente, viessem à superfície. Como afirmam Chiriac e Padilha,

As reuniões que maior interesse despertaram em Vila Iolanda, foram aquelas que, formuladas a partir de propostas das participantes, colocaram o problema da educação dos filhos, da sexualidade infantil e da sexualidade da mulher.²⁰⁷

Percebe-se então a diferença entre a perspectiva da Igreja e a da Esquerda, cujas militantes se propunham a desenvolver uma consciência de classe no movimento de mulheres.

²⁰⁷ CHIRIAC, Jany; PADILHA, Solange. “Características e Limites das Organizações de Base Feminina”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

E fica claro também a maior diferença com a perspectiva de emancipação da mulher colocada pelas feministas. Contra tal perspectiva a Esquerda se juntava à Igreja.

Mulheres que mais cedo se interessaram pelo *feminismo*

Outros grupos, mais identificados com o movimento feminista internacional, e mais voltados para a discussão da mulher como “o segundo sexo” na perspectiva da emancipação feminina, foram se constituindo lentamente. Geralmente estavam associados com brasileiras que viviam ou haviam vivido na Europa ou nos EUA. Nesses países o *feminismo* repercutia intensamente e se consolidava como movimento político, intelectual e, principalmente, social ao lado de outros, como o movimento negro e o movimento estudantil, por exemplo.

Sonia Alvarez²⁰⁸ considera que duas redes de mulheres provenientes das camadas médias abasteceram as organizações que introduziram o *feminismo* no Brasil: uma formada pelas jovens universitárias militantes da oposição; e a outra composta de mulheres maduras acadêmicas e profissionais de outras áreas. Ambas as redes eram movidas pelo espírito da investigação sobre as características da opressão sofrida pelas mulheres. E as duas estiveram presentes nas mobilizações ocorridas a partir de meados da década de 1970.

Tais grupos, mais permeáveis às influências do movimento feminista norte-americano e europeu, e menos vinculados organicamente à Esquerda, foram tão mais fustigados por esta quanto mais afirmavam que a discriminação à mulher ocorria em todas as classes. Ao deslocar a mulher trabalhadora do centro do debate, eram acusados de procurar introduzir um “*feminismo* imperialista”, ou ainda o “*feminismo* burguês” nas lutas do povo brasileiro.

Afirmar a pauta feminista significava contestar a visão da tradição marxista sobre o trabalho de mobilização das mulheres. Poderia levar ao entendimento de que a luta apontava para a emancipação da mulher, que correria paralela à luta pela emancipação do proletariado. Poderia demandar uma autonomia política que fugiria ao controle e à centralidade da luta pela derrubada da Ditadura.

²⁰⁸ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

O Movimento de Mulheres ganha visibilidade

Como já visto anteriormente, para que o tema *mulher* adquirisse importância e visibilidade, em um primeiro momento, foi necessário que o movimento de mulheres ganhasse corpo por meio de várias iniciativas e ações, como o Movimento de Luta por Creches, os Clubes de Mães, as Associações de Donas de Casa, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros.

A decisão da Organização das Nações Unidas de proclamar o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, posteriormente, estender a homenagem para a década foi consequência de estudos que a entidade vinha realizando sobre a ausência da mulher nas economias dos países capitalistas. Sobretudo aqueles considerados em desenvolvimento. O novo discurso integracionista da mulher no desenvolvimento já era fruto da influência crescente do movimento feminista internacional. Tanto no que se referia ao desenvolvimento de seus estudos e ideias, como na rede formada pelas organizações de mulheres em nível mundial.

Destarte, as políticas de ajuda internacional defendidas para o Terceiro Mundo pelas agências de desenvolvimento começavam a insistir na integração da mulher na economia. Argumentavam elas que nas desigualdades entre os sexos e nos valores tradicionais é que residiam os obstáculos para o pleno desenvolvimento capitalista daqueles países.

Tal decisão veio ao encontro da realidade brasileira, cuja economia, em processo de modernização, incorporava cada vez mais mulheres. Estas entraram para o mercado de trabalho ocupando os mais diversos postos nos setores industrial e de serviços. Muitas aumentaram o seu nível de escolaridade e aperfeiçoaram o de profissionalização, o que permitiu que alcançassem salários mais elevados. E, na qualidade de produtoras e/ou consumidoras com necessidades peculiares, passaram a ser consideradas como um nicho cada vez mais considerável do mercado.

A celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975, de certa forma, serviu às necessidades da Ditadura de se tornar mais palatável à população. O que não significa que tenha conseguido tal objetivo. E, ao mesmo tempo, desempenhou um papel catalizador para o movimento de mulheres, até então disperso.

Para comemorar o Ano Internacional da Mulher em São Paulo, no mês de outubro, na Câmara Municipal, foi organizado o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, patrocinado pela Cúria Metropolitana de São Paulo e pelo Centro de Informações da ONU. O evento foi a culminância de uma discussão que havia começado em março, quando as Sociedades Amigos de Bairros haviam promovido o I Encontro da Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo. Um dos problemas levantados então dizia respeito à precariedade da assistência materno-infantil, e incitou a organização de uma Comissão para investigação mais detalhada sobre os problemas da mulher.

A referida Comissão foi formada por cerca de 30 mulheres, sendo que a maioria possuía formação universitária. Eram médicas, sociólogas, professoras etc. Visitaram os bairros, participaram de assembleias zonais organizadas pelas SABs e fizeram o levantamento proposto. De posse das informações, puderam estabelecer um roteiro para um encontro sobre a mulher. Assim, realizaram o referido Encontro, cujo temário dividiu-se em “a mulher e o direito”, “a mulher e a educação”, “a mulher e a saúde” e “a mulher e a participação na sociedade”.

A organização do encontro ficou sobretudo a cargo de militantes da chamada Esquerda ortodoxa, isto é, dos PCs (em contraposição à nova Esquerda). Mas contou com a participação de algumas feministas independentes. O intuito era desenvolver mais um campo de atuação política e aproveitar a oportunidade de implementar a composição de frente ampla e unitária para a derrota da Ditadura. Contou com a presença de representantes sindicais, dos partidos existentes à época (ARENA e MDB), da Igreja, de associações femininas, da Associação dos Advogados de São Paulo, da Faculdade de Direito da USP, da Frente Nacional do Trabalho, somando 38 entidades.

Ao final do evento, foi aprovada uma “Carta Proposta da Mulher Paulista”. Foi indicada também a necessidade da criação de uma entidade que reunisse todos os interessados em conhecer melhor, debater e divulgar as condições de vida das mulheres brasileiras, particularmente das paulistas. Tal entidade foi o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, criado em novembro do mesmo ano.

Do tema que permitia uma abordagem mais política, “a mulher e a participação na sociedade”, ficou encarregado o vereador Antonio Rezk. Filiado formal e legalmente ao MDB, pertencia aos quadros do clandestino PCB. Seu discurso expressou a concepção da Esquerda tradicional quanto à integração das mulheres às lutas sociais:

É preciso que se sensibilize cada vez mais mulheres em nossa cidade, no nosso país, não importa o grau de cultura, para que elas percebam que não poderemos sobreviver senão estando todos unidos, homens e mulheres, os mais e os menos conscientes. Para isso a mulher terá de romper os grilhões que ainda a prendem à superstição, ignorância, herdadas do passado. Precisamos preparar uma nova geração, um novo amanhã, em que a mulher deve surgir como companheira em igualdade de condições, igualdade de sentimentos, igualdade de cultura, igualdade de participação.²⁰⁹

Em seu texto transparece a visão da mulher como menos consciente, como atrasada, presa a valores retrógrados, que precisa ser alavancada ao status masculino de vivência do companheirismo, dos sentimentos, de cultura e de participação. O teor do discurso pode ser identificado também nas considerações feitas no texto “O papel das mulheres dentro da luta geral do povo brasileiro”, escrito pelas integrantes do Centro de Desenvolvimento da Mulher. O documento foi publicado em um caderno da Associação de Mulheres, destinado a discutir o movimento de mulheres no Brasil, por meio do pronunciamento das várias entidades que o compunham. Embora escrito em 1979, quatro anos depois do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, é possível distinguir claramente a semelhança do entendimento da luta pela emancipação feminina com a expressa pelo vereador Antonio Rezk anos antes:

No dia em que as mulheres unidas e organizadas procurarem conhecer quais são as origens e causas de sua discriminação, descobrirão que vivem numa sociedade em que existe uma discriminação maior – a desigualdade entre os homens. De um lado, uma imensa maioria da população sem riqueza, sem propriedades, sem condições mínimas de sobrevivência e do outro, uma pequena minoria privilegiada gozando de todos os benefícios que faltam aos demais.²¹⁰

Também esse texto indica a necessidade de organização e união das mulheres (metade menos consciente da sociedade?) para que compreendessem que a discriminação sofrida era menor que a discriminação de classe. O mesmo texto reitera os objetivos estatutários:

²⁰⁹ Apud: NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo*: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

²¹⁰ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER. “O papel das mulheres dentro da luta geral do povo brasileiro”. *Cadernos da Associação de Mulheres*. n.3 - O Movimento de Mulheres no Brasil. Agosto de 1979. p.37.

Art. 3 - a) defesa e ampliação dos direitos já conquistados da mulher em todos os setores sociais.

b) apoiar e participar dos movimentos pela paz mundial, pela solidariedade internacional das mulheres.

c) lutar pelos objetivos nacionais, como a defesa da soberania, das riquezas, das liberdades democráticas e a luta contra a miséria.²¹¹

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira criado em São Paulo veio a ser chamado “setor São Paulo”, porque naquele ano, em julho, outro evento havia ensejado, primeiramente, a criação, no Rio de Janeiro, de uma entidade de mesmo nome, conforme foi afirmado no início deste capítulo. O Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro foi criado em decorrência do encontro intitulado Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira. Tal evento teve lugar na ABI e contou com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. Aconteceu de 30 de junho a 7 de julho. A entidade criada em agosto daquele ano no Rio de Janeiro declarou como seu principal objetivo “[...] combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível, e até agora não assumido, no processo de desenvolvimento”²¹².

No Rio de Janeiro, o Encontro, com caráter mais acadêmico, discutiu “A Situação da Mulher no Brasil”, “A Situação Jurídica da Mulher no Brasil”, “A Mulher e o Trabalho”, “Aspectos Psíquicos e Fisiológicos da Mulher”, “A Educação e os Papéis Sexuais”, “A Imagem da Mulher nas Artes e nas Comunicações”. A maior parte dos integrantes das mesas de debates eram pessoas ilustres e pertenciam ao mundo intelectual. Entre outros, participaram Ligia Fagundes Telles, Haroldo Lins e Silva, Eduardo Mascarenhas, Heleieth Safiotti, Marina Colassanti e Celso Furtado²¹³. Este economista, casado então com Lucia Tosi, uma das editoras do boletim *Nosotras*, do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, surpreendeu a todos pela lucidez de seu pronunciamento sobre o *feminismo*. Algumas feministas participaram como expositoras, como Carmem da Silva, Moema Toscano, Raquel Moreno, Neuma Aguiar, entre outras.

²¹¹ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER. “O papel das mulheres dentro da luta geral do povo brasileiro”. *Cadernos da Associação de Mulheres*. n.3 - O Movimento de Mulheres no Brasil. Agosto de 1979. p.40.

²¹² GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a. p.106.

²¹³ A participação de Celso Furtado, economista e ex-ministro obrigado a exilar-se depois de 1964, foi condicionada ao não debate após o seu pronunciamento. Aliás, todo o evento estava restrito ao temário e foi autorizado com a proibição da crítica ao regime.

A análise do temário e dos participantes dos dois Encontros, ocorridos, um no Rio e o outro em São Paulo, no ano de 1975, permite observar a diferença de enfoque e de objetivos no que diz respeito à incorporação dos temas que caracterizavam o *feminismo*. A discussão no Rio contemplou o corpo, os papéis sociais e a imagem da mulher. A explicação para tal está no fato de que a iniciativa da organização daquele Encontro, de acordo com Anette Goldberg²¹⁴, foi dos grupos feministas lá existentes. Maria Luiza Heilborn, então estudante do curso de História da PUC, se reunia com seu grupo, composto de jovens na faixa dos 20 anos, para discutir bibliografia feminista. Tal bibliografia era a elas enviada do exterior por pessoas de suas relações pessoais. Ao tomarem conhecimento do Ano Internacional da Mulher, acharam que deveriam aproveitar o mote para divulgar o *feminismo*. Procuraram o grupo de Branca Moreira Alves, cujas componentes, um pouco mais velhas, aceitaram com certa relutância promover o evento. Para tal acionaram seus contatos. Procuraram a representação da UNESCO, a direção da ABI e outros apoios.

Na quantidade de participantes também se registrou diferença significativa. Em São Paulo, participaram do Encontro entre 30 e 40 pessoas. No Rio, participaram no primeiro dia cerca de 40 pessoas e, ao longo da semana, esse número foi crescendo de tal forma que culminou no último dia com 300. Durante a semana, muitas das participantes passaram a reunir-se antes das sessões do evento para discutir as questões ali tratadas. O documento final lido no encerramento do Encontro foi elaborado por cerca de 80 mulheres.

A semelhança entre as duas entidades deveu-se à disputa pelo poder que se estabeleceu pelo controle dos grupos. Em São Paulo, as militantes do PCdoB possuíam maior penetração no movimento de mulheres disperso nos Clubes de Mães, no Movimento Contra a Carestia, nas Associações de Donas de Casa. Entretanto, o Centro da Mulher Brasileira criado aqui ficou sob a hegemonia – na verdade, quase que exclusivamente sob o controle – das mulheres do PCB.

No Rio, a perspectiva de criação de uma entidade mobilizou as militantes do PCB, que não tinham acumulado nenhuma reflexão sobre a questão da mulher. Mais experientes na prática política do que as feministas que tiveram a iniciativa de organizar o encontro, elas rapidamente se articularam para formatar a nova entidade. E o fizeram à imagem e semelhança de sua compreensão da questão feminina. Ambas as entidades adquiriram assim a feição burocrática e autoritária conveniente para tratar o assunto *feminismo* de maneira a

²¹⁴ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

enquadrá-lo nas tradições marxistas do trabalho feminino de massas e no que consideravam adequado à realidade brasileira.

A entidade criada em 1975 no Rio se propunha a tratar de questões socioeconômicas como a defasagem salarial, a dupla jornada, a falta de creches e outras, e ainda contemplava a necessidade da reforma do Código Civil, que estabelecia de forma gritante a inferioridade da mulher na sociedade e no casamento. As militantes dos CMBs, em sua maioria vinculadas à Esquerda organizada, naquele primeiro momento, consideravam as demandas feministas como alheias aos interesses das mulheres trabalhadoras, público escolhido como alvo de suas ações. Além disso, menosprezavam o *feminismo*. Consideravam-no como um estrangeirismo inconveniente deslocado da realidade brasileira.

Segundo seu entendimento, naquele momento todas as forças políticas de oposição deveriam convergir para a luta contra o autoritarismo e pelo retorno da ordem democrática. Entendiam que a única discussão pertinente era a dos problemas sociais básicos do país. Nesse sentido, evitavam as questões que, não sem alguma dificuldade, eram estabelecidas como “específicas”, pois não escapavam à rubrica de *problemas sociais do país*, tais como o aborto, a violência doméstica, a sexualidade, a saúde da mulher e outros temas que remetiam à assimetria do poder nas relações entre homens e mulheres.²¹⁵

²¹⁵ SOIHET, Rachel. “Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo”. *ArtCultura*. Revista de História, Cultura e Arte. Vol.9, n.14, jan.-jun. 2007. p.40-53.

CAPÍTULO V - CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA

O movimento de mulheres e o *feminismo* - as primeiras disputas

Enquanto o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em São Paulo nasceu integrando-se ao pré-existente movimento de mulheres, no Rio seu início foi feminista. Nesta cidade, no entanto, as forças atuantes do movimento de mulheres menos ligadas ao *feminismo* trataram de enquadrar a entidade nos limites de suas concepções. As militantes da Esquerda organizada, particularmente as comunistas ligadas ao PCB, com mais experiência de ação política nas várias organizações de massas, obtiveram o controle da entidade. E assim passaram a controlar também os conteúdos e rumos da luta.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em São Paulo, com grande parte de suas integrantes ligadas ao PCB, se declarou como um grupo que

[...] se propõe a contribuir na mobilização e organização das mulheres – especialmente as trabalhadoras do campo e da cidade, que são as mais oprimidas – propondo um amplo reconhecimento dos seus direitos; lutando incansavelmente por melhores condições de vida incentivando a discussão sobre os problemas nacionais.²¹⁶

As comunistas do Rio de Janeiro, inicialmente, conviveram com as feministas cariocas, uma vez que era difícil negar a autoridade que haviam adquirido no assunto, em função da reflexão acumulada e da iniciativa da organização do Encontro na ABI. E tampouco era possível ignorar a disposição para ação que apresentavam. O cerceamento à discussão mais livre do *feminismo*, em nome do monopólio do que se entendia à época como politicamente correto, foi acontecendo aos poucos. Não faltaram manobras estatutárias para fazer valer opiniões. Em decorrência delas, e das demais diferenças, aconteceram cisões que deram origem a outros grupos.

²¹⁶ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER. “O papel das mulheres dentro da luta geral do povo brasileiro”. *Cadernos da Associação de Mulheres*. n.3 - O Movimento de Mulheres no Brasil. Agosto de 1979. p.37. Apud: BASTOS, Maria Bueno. *Outras palavras, outras imagens*. Movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80. Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo, 1992.

Em São Paulo, a luta pelo poder na entidade de mesmo nome era entre grupos do mesmo partido, uma vez que o PCdoB já havia ficado de fora. As feministas tinham presença bem menor no cenário público. E, quando despontaram, cerca de um ano depois, no jornal *Nós Mulheres*, o fizeram de maneira muito cautelosa para não serem confundidas com as “radicais”.

Ser ou não ser feminista

Maria Lygia Quartim de Moraes, comentando sua participação no jornal *Nós Mulheres*, afirma que havia uma constante preocupação das organizações de mulheres de caráter apartidário, sob a influência da Igreja, “[...] em dar demonstrações de idoneidade às demais forças políticas que compunham a oposição democrática”. No caso, em tais demonstrações procuravam se mostrar enquanto grupos “femininos” e se diferenciar dos grupos “feministas”, que eram vistos como radicais e adeptos da luta contra o homem.

Entretanto, mais digno de nota é o fato de os próprios grupos feministas terem assumido o preconceito antifeminista. Porque também esses grupos queriam se legitimar diante das forças democráticas. E para tanto se colocavam na defensiva. Empenhavam-se mais em negar as características negativas que lhes atribuíam previamente do que em reafirmar suas ideias. E se policiavam combatendo os “grupos de reflexão”, dos quais também buscavam se diferenciar. O preconceito fazia com que vissem tais grupos como reunião de mulheres ociosas e ricas que não tinham mais o que fazer do que discutir sua própria “opressão”.

Maria Moraes²¹⁷ considera aquela postura como uma dificuldade das feministas em se assumirem como sujeitos da opressão e assim reconhecerem-se como praticantes dos grupos de reflexão. Entretanto, embora não marcassem reuniões para tais práticas, elas ocorriam espontaneamente nas conversas que faziam após os trabalhos. Era o *vécu* envergonhado e parcial. Tratavam então de suas vidas pessoais, suas inquietações, frustrações, medos. Em razão da “patrulha ideológica” que haviam incorporado, não se permitiam falar em reuniões de suas experiências com abortos, anticoncepcionais, dependência econômica,

²¹⁷ NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. 1981. 329 páginas. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais da FFLCH – USP. São Paulo.

ausência ou excesso de libido nas relações conjugais, prepotência e mandonismo de maridos, entre outros assuntos, como problemas seus, como muitas vezes eram. O *feminismo à brasileira* fazia com que esses problemas só adquirissem força de argumento e de questionamento quando se tratassem de experiências das “outras”, as operárias, as moradoras pobres da periferia etc.

As posturas titubeantes e tímidas das feministas naquele momento acabavam por reforçar as posições das militantes de Esquerda, vinculadas às organizações ou apenas identificadas com os ideais socialistas. Estas concordavam que as mulheres unidas podiam dar uma contribuição importante às lutas contra a Ditadura. E, nesse processo, desenvolver maior consciência política, de preferência, de classe, para engrossar as fileiras dos adeptos do socialismo. Expressavam uma postura coerente com as tradições patriarcais em relação às mulheres e acreditavam que, se bem conduzidas, poderiam estas entrar como força secundária e auxiliar nas lutas do proletariado.

Se tais militantes participavam dos jornais ou do movimento (popular ou não) de mulheres, era basicamente por duas razões: (1) porque eles ofereciam uma oportunidade de engajamento na luta pelo retorno à democracia; e (2) porque elas deveriam levar a “linha política” estabelecida por suas organizações partidárias ao movimento, para que este não se desviasse nem dividisse as forças democráticas.

No entanto, é interessante notar que, na segunda metade da década de 70, a maioria das organizações de mulheres integrantes do movimento se afirmava feminista. Cada segmento definia o *feminismo* segundo as suas interpretações e conveniências políticas, conforme já foi dito. E, por maior que fosse a convicção de cada grupo na definição do conceito, este era posto em xeque pelo próprio movimento. O melhor exemplo dessa disputa talvez seja dado pelos dois jornais, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Mesmo vivenciando todas as contradições, não abriam mão da condição feminista. Não se furtaram a travar a discussão desde os primeiros editoriais, explicando e justificando suas posturas didaticamente. Mesmo enfrentando divisões em suas fileiras por conta de tal identificação.

A disputa, todavia, tinha mais de uma dimensão. Estava em jogo a hegemonia política no novo movimento social que surgia com força. E alguns grupos disputavam mesmo o controle e a direção que tomaria o movimento. Outros brigavam por projetos e destinos diferentes para a crescente mobilização de mulheres. Nas preparações da comemoração do 8 de março, cada vez surgiam mais organizações para integrar a coordenação: os jornais feministas, as diversas entidades populares de mulheres da periferia, as mulheres negras

organizadas, as lésbicas, entre outras. Cada qual com a sua compreensão a respeito da opressão feminina. E cada qual com sua proposta de encaminhamento das lutas. Havia ainda uma confusão entre a reivindicação da igualdade e a afirmação do direito à diferença.

Em meio a tanta diversidade, o que não havia era clareza quanto à principal divergência: a concepção conservadora das lutas feministas versus a visão transformadora das relações entre os sexos. O que se apresentava como reivindicações específicas era combatido pelas guardiãs da luta de classes, que se afirmavam revolucionárias. Tais militantes, no entanto, eram conservadoras, na medida em que brigavam por manter a subalternidade das lutas femininas a um projeto de revolução socialista.

Na outra ponta se encontravam as defensoras das questões específicas, que questionavam todas as formas de subalternidade. Levantavam problemas comuns enfrentados pelas mulheres das várias classes sociais. Reivindicavam autonomia na luta que apontava para a emancipação feminina. O *feminismo* era considerado um movimento de caráter burguês e, por isso, fundamentado em uma visão parcial das transformações necessárias à sociedade brasileira. Contudo, essa visão considerada reformista era a que sensibilizaria a sociedade para a necessidade de transformações de vulto nos padrões de relações sociais entre homens e mulheres. Poria em questão o *patriarcalismo* e traria à superfície o gênero como categoria de análise das relações sociais e dos processos de emancipação das mulheres.

Na segunda metade da década de 70 a polêmica no movimento feminista tomava forma na falsa dicotomia “problemas gerais x problemas específicos”, como bem aponta Rosalina de Santa Cruz Leite²¹⁸. A despeito dos embates acalorados entre as lideranças políticas do movimento, e das diferenças entre as muitas entidades e visões que compunham e norteavam o movimento, todas elas tratavam de questões de interesse feminino, com maior ou menor ênfase, num aspecto ou noutro. Todas elas, no mínimo, tangenciavam as questões consideradas feministas, a partir do que, naquele momento, podia ser visto como referenciais europeus e norte-americanos.

O argumento principal das lideranças provenientes da Esquerda contra o *feminismo* era de ordem política e ideológica. Era inútil e equivocado pretender e lutar pela emancipação da mulher sem lutar pelo fim das desigualdades e injustiças sociais que afetavam a todos. E prosseguiram, a luta maior era contra o capitalismo, que estabelecia a sociedade de classes, na qual a mulher proletária se encontrava em maior desvantagem, por acumular funções

²¹⁸ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2004.

produtivas e reprodutivas. De acordo com essa visão, o fim das classes sociais é que poderia trazer a real libertação da mulher.

Como se constituiu o “*feminismo à brasileira*”?

Se a visão da Esquerda não foi vitoriosa, nem por isso deixou de dar a tônica daquele que alguns estudiosos passaram a chamar de *feminismo à brasileira*. Ampliando um pouco mais tal categorização, pode-se afirmar que eleger a mulher “trabalhadora” como sujeito da luta é um dos aspectos desse *feminismo* que comprova a tese. Ao fazê-lo, se configurou uma ação política realizada pelas mulheres das camadas médias em benefício da “outra”. De acordo com essa postura, “a outra”, qual seja, a trabalhadora, era a que vivia a opressão mais intensa, pois, além de ser explorada pelos patrões, sofria com a dupla jornada de trabalho. Os inimigos então eram os empregadores e o poder público. Este não atendia às necessidades da população pobre com equipamentos sociais, tais como creches, restaurantes e lavanderias coletivas, que aliviariam a jornada do trabalho doméstico.

As heranças da primeira onda feminista, os ajustes e a caracterização

Essa visão da luta carregava três implicações não tão explícitas então. A primeira era a permanência do trabalho benéfico, herança liberal e, ao mesmo tempo, religiosa do trabalho que as instituições sociais atribuíam às mulheres no século XIX. Segundo essas concepções, o trabalho social feminino deveria se pautar na vocação e no voluntariado. E deveria consistir na tripla missão de ensinar, tratar e assistir os mais necessitados.

A segunda implicação era evitar os conflitos individuais e personalizados que uma compreensão mais abrangente da opressão feminina acarretaria. Ao negar seus problemas e encarar a opressão que elas próprias enfrentavam, as militantes evitavam enfrentar aqueles cujos papéis sociais os colocavam enquanto opressores diretos: maridos, pais, irmãos, companheiros de partidos etc. Era menos penoso combater o opressor abstrato, como o

sistema capitalista, representado pelos patrões, ou pelo poder público ausente.²¹⁹ Sobre tudo porque o enfrentamento com os patrões era recomendado, mas não protagonizado pela maioria das militantes não operárias. E também porque ainda não havia a compreensão do significado e do alcance do *patriarcado*²²⁰ como parâmetro para todas as relações sociais. Dessa forma, combater o opressor direto levaria a lutas de caráter puramente sexista.

A terceira implicação era ao mesmo tempo outra característica do *feminismo* no Brasil: a dificuldade das militantes, tanto as de Esquerda como as *feministas*, embora estas menos, de se verem como sujeitos das próprias lutas. As *feministas*, quando o fizeram, foram obrigadas a encarar o aspecto de classe implícito na questão. Até então praticaram um *feminismo* culpado e envergonhado, que sempre demandava justificativa diante dos parâmetros e referenciais da luta pelo socialismo. O melhor indicador de tal dificuldade é o editorial do *Nós Mulheres*, no qual deixavam de afirmar o que não eram e não almejavam para adotar o discurso positivo, discorrendo sobre o que entendiam por *feminismo*.²²¹

Outro aspecto do *feminismo à brasileira* é a elaboração do conceito de *feminismo* por meio da disputa por seu significado ao longo da segunda metade da década de 70. Tal disputa acarretou uma imbricada luta pelo poder. Ao mesmo tempo que os grupos e organizações atuantes no movimento disputavam de forma aguerrida e beligerante suas posições, havia um espírito contemporizador que fazia com que se buscasse a unidade de ação em meio à diversidade. Como exemplo pode-se citar a maneira como eram integrados agrupamentos de mulheres que fugiam à polarização Esquerda x Feministas, como as negras e as lésbicas.

As militantes de Esquerda compreendiam as lutas do movimento negro da mesma forma que as lutas feministas, isto é, subordinadas à luta de classes. Eram particularidades da opressão capitalista que só o socialismo resolveria. Entretanto, excluir esse segmento da coordenação das preparações dos Congressos e das comemorações do 8 de março inevitavelmente carregaria uma conotação racista. A solução encontrada foi então incorporar

²¹⁹ NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

²²⁰ Patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, e tem seu sentido ligado à organização global da sociedade, de acordo com o significado atribuído ao termo na “segunda onda” do feminismo. HIRATA, Helena et. al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²²¹ “Estamos sempre querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isso ou aquilo, [...] ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por feminismo.” *Nós Mulheres*, n.6. Apud LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2004.

na tal coordenação os diferentes grupos de mulheres negras que brigavam entre si. A oposição à participação das entidades lésbicas, mais desconcertante ainda, por sua vez, denotaria homofobia, postura que tampouco bancavam. Também entre estas havia discordâncias. Tais segmentos eram mais bem acolhidos pelas *feministas*.

Às militantes de Esquerda não restou alternativa senão aceitar. Embora nessa situação ficassem na defensiva, tinham de digerir politicamente os fatos. Com a semente do incômodo plantada, muitas dessas militantes viam-se diante da necessidade de reelaborar suas posições ideológicas. Até porque, frequentemente e cada vez mais, as convicções políticas e as posições partidárias que defendiam entravam em contradição com suas posturas pessoais. A exclusão de qualquer agrupamento não se justificava no quadro maior da luta contra a Ditadura.

Essas contradições levaram a mais uma caracterização do *feminismo à brasileira*, ou seja, a solidariedade estendida a outros segmentos para além das mulheres. As moções aprovadas nos Congressos e nos demais eventos promovidos pelo movimento de mulheres, como, por exemplo, os encontros de mulheres por categoria profissional promovidos pelos sindicatos, atestam que tal movimento sempre apoiava causas de outros segmentos oprimidos. O mesmo se verifica na pauta dos jornais feministas, desde os seus inícios. Esse fato pode ser interpretado como falta de foco no seu *leitmotif*, ou desvio de sua razão principal de existir. Mas também pode ser visto como uma generosidade do movimento. E as raízes de tal generosidade podem ser encontradas na cultura brasileira, marcada pelo patriarcalismo, pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo²²². Nessa sociedade, o papel subalterno e submisso atribuído às mulheres tanto as levava a cuidar de outros segmentos considerados incapazes como a estabelecer alianças com tais segmentos contra o opressor comum, em muitas situações.

O espírito contemporizador, a solidariedade e as alianças permanentemente sendo refeitas, evidentemente, não impediram as rupturas. A maior delas verificou-se no II Congresso da Mulher Paulista, em 1980, quando as mulheres do MR8, bem como as comandadas por elas, chegaram à agressão corporal contra as adversárias. Entretanto, e já desde antes, registrou-se uma tendência à contestação do exercício do poder nos moldes patriarcais: centralizador, hierarquizado e baseado na representação. Essa outra característica do *feminismo à brasileira* pode ser considerada como uma forte contribuição das feministas

²²² FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ªed. Porto Alegre: Globo, 1976.

integrantes do movimento. Além de estarem em minoria, elas estavam menos presas aos cânones do poder que as militantes de Esquerda.

Cabe notar que tal postura vingou no *feminismo* brasileiro posteriormente. Esse é formado por redes de organizações que não se subordinam a nenhum tipo de coordenação. E mantém autonomia em relação às instituições oficiais de mulheres, tais como os Conselhos Municipais e Estaduais das Mulheres e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Embora fosse evidente a oscilação entre a reivindicação do *feminismo* com muitas restrições e a relutância em se assumir como tal, o movimento ia pouco a pouco tomando a forma do *feminismo* chamado *radical*. Quanto mais tratassem das questões femininas tomadas em um contexto maior, mais encontravam as especificidades que as levavam para as questões de gênero. E para tal caracterização há de se considerar ainda dois aspectos. O primeiro é que naquele momento ainda estava em gestação uma teoria que permitisse um enfoque de gênero, uma outra maneira de entender as relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres. O segundo aspecto é a característica processual do *feminismo*. As mulheres militantes das causas sociais e políticas no Brasil revelavam a sua disposição e determinação de participar do processo político brasileiro, fazendo valer seus direitos. E, mais do que isto, a força com que emergiu tal participação fez e faz com que tenha um caráter fundacional de uma nova frente de luta. Sem dúvida, receberia influências do movimento feminista no exterior, sobretudo da França, entretanto, trilha seus próprios caminhos.²²³

Annete Goldberg²²⁴, ex-integrante do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, considera que, por várias razões, a maioria dessas iniciativas ainda não podia ser considerada feminista, ou seja, havia um atraso no movimento de mulheres no Brasil com relação ao *feminismo*. Para chegar a essa conclusão, analisa particularmente a origem e a dinâmica de funcionamento do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, bem como as bandeiras levantadas por essa entidade, em comparação com demandas de segmentos minoritários do próprio Centro e de outros grupos mais abertos às influências do *feminismo* norte-americano e europeu.

Entretanto, tal visão está informada pelo lugar do onde se olha. Outra maneira de entender as origens do *feminismo* no Brasil é fazê-lo a partir da realidade estrutural e conjuntural do momento estudado, considerando que as mulheres primeiro empreendem o

²²³ O jornal Brasil Mulher vinculado ao Movimento Feminino pela Anistia, apresentou uma correspondente em Paris já no n. 3, em 1976 (ainda no primeiro ano de sua existência).

²²⁴ Cf.: GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

protagonismo de suas ações em dimensões públicas, para depois refletir e teorizar sobre as barreiras sociais, opressão sexual e inibições entronizadas que antes as impediam de se manifestarem politicamente como um grupo. Essa segunda maneira de entender permite explicar a força com que emergiu no Brasil a “questão da mulher”, em plena luta pela derrubada da Ditadura.

Novos referenciais de identidade

As teorias sociais mais recentes que tratam da questão da identidade permitem refletir sobre suas várias facetas frente às modificações vividas no mundo desde meados do século passado. Deixando claro que suas formulações a respeito são provisórias e naturalmente abertas a contestação, Stuart Hall explica: “O próprio conceito [...] ‘identidade’, é demasiado complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.”²²⁵

Baseado nas mudanças estruturais que as sociedades modernas vêm vivenciando desde meados do século passado, esse teórico da cultura considera que há um esgarçamento das identidades pessoais. Os movimentos sociais ao mesmo tempo refletem e contribuem para que assim seja. Os referenciais sociais até então existentes para autodefinição do indivíduo já não são suficientes para que cada um tenha um sentido de si duradouro e acomodado. Os significados dos conceitos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade se subdividem e se multiplicam, provocando a chamada “crise de identidade”. O indivíduo então perde o sentido do lugar social que ocupa e de si mesmo. Se ele antes possuía algo como um centro definidor, agora passa a ter vários centros que se alternam, de acordo com uma série de variáveis. Tal situação acarreta dúvidas e incertezas.

Três concepções de identidade

Isso acontece em função da evolução histórica, diz Hall²²⁶. Ele estabelece três concepções de identidade demarcadas por seus períodos históricos. São elas: a identidade do

²²⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p.8-9.

²²⁶ Ibidem.

sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. E, para não entrar na discussão sobre pós-modernidade, que não será tratada neste estudo, pode-se chamar este último como o sujeito da modernidade tardia, período compreendido entre meados do século passado e os dias atuais.

A concepção de identidade do sujeito do Iluminismo concebia a pessoa como portadora de um centro essencial que caracterizava sua identidade. Esse indivíduo, capaz de pensar, de ter consciência e de agir, era um sujeito unificado, cujo centro essencial era inato. Isso o definia e o acompanhava ao longo de sua existência.

O sujeito sociológico expressava uma compreensão mais apurada da complexidade do mundo. E, dessa forma, entendia que o tal centro essencial não era tão essencial assim. Ele se formava na relação com outras pessoas de seu entorno. Nessa interação, o sujeito se apropriava de “valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele habitava”.²²⁷

De acordo com essa concepção, a identidade é formada pelo diálogo entre o núcleo interior da pessoa, seu mundo pessoal, e o exterior, seu mundo público. O sujeito estabelece sua identidade alinhando sua subjetividade com os lugares que ocupa na sociedade. Para isso, projeta a si mesmo nas identidades culturais, ao mesmo tempo que incorpora os significados e valores dessas identidades sociais e culturais. Tal relação propicia ao sujeito uma estabilidade na compreensão de si mesmo e de seu lugar no mundo. Concomitantemente, confere estabilidade às identidades sociais. E expressa uma visão mais coletiva do sujeito do que a visão anterior.

O sujeito da modernidade tardia encontra maiores dificuldades para estabelecer sua identidade, em função da aceleração que adquiriu o desenvolvimento histórico nas últimas décadas. Esse sujeito torna-se fragmentado, múltiplo, composto de várias identidades, que nem sempre se unificam num todo coerente. A identidade adquire um caráter mutante, provisório, problemático, variando sempre de acordo com a maneira como esse sujeito é representado ou posto em questão no seu entorno cultural. Assim sendo, uma pessoa pode, em diferentes momentos, assumir particularmente sua identidade étnica, sexual, nacional, política, entre outras. Tais identidades podem ser conflitantes, sem que prevaleça uma ou outra.

²²⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p.11.

Portanto, como afirma Hall²²⁸, o indivíduo já não se move a partir de um núcleo definidor de sua identidade. Ele passa a ter vários núcleos. Se anteriormente a classe social era um parâmetro para a definição da identidade, os movimentos sociais que surgiram a partir dos anos 60 fizeram com que esse referencial perdesse importância. O colapso do socialismo real e a emergência do neoliberalismo fragilizaram ainda mais a noção de classe. Tal como o sujeito sociológico, também busca e forma sua identidade na interação com o social, porém, já não encontra estabilidade para suas definições, nem eixos definidores.

Adquiriu ainda maior sentido a caracterização das sociedades modernas feita por Marx no Manifesto Comunista. Afirmou ele então que nas sociedades burguesas modernas,

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens.²²⁹

Tal argumentação, no contexto em que foi escrita, tinha a finalidade de enfatizar as mudanças econômicas, políticas e sociais promovidas pela revolução industrial. Conclamava à coesão e à consciência de classe aquele que, então, alcançava sua maioria, o proletariado. O texto citado permite a interpretação de que todos os valores, instituições, formações sociais, enfim, tudo o que se relacionava com o mundo anterior se tornava ruína. Todas as características da sociedade, herdeiras da sociedade medieval e ainda vigentes na idade moderna, caíam por terra.

Dialeticamente, o que se erguia como novidade era o proletariado. Tal novidade era decorrente das novas relações econômicas apresentadas pela evolução do capitalismo. Ao sacudir a poeira do antigo regime, a burguesia, classe então revolucionária, colocava a nu as relações sociais necessárias para o exercício do seu comando. Naquele momento havia uma

²²⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

²²⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.43.

tendência à expansão e intensificação da produção industrial. Consequentemente, também se verificava um movimento para a socialização da produção.

De maneira que é importante que se leve em consideração que as condições nas quais o capitalismo se apresenta hoje não são mais as mesmas. E ainda assim a sua sobrevivência continua impondo insegurança e dissolução das relações sociais. O proletariado já não mais se reconhece como classe.

O declínio da renda, jornadas de trabalho prolongadas, a eliminação de benefícios como assistência à saúde, pensão, férias e outros acompanhada da extensão das horas de trabalho e do crescimento da produtividade, atestam a relevância da análise marxista.²³⁰

As relações entre os trabalhadores se deterioram à medida que a divisão do trabalho e a contração dos salários aumentam. Proliferam os “contratos” temporários de trabalho e aumentam os profissionais da área de serviços. Estes, mal remunerados, cada vez mais são obrigados a assumir a condição de autônomos. Diminuem os postos intermediários nas empresas, aumentando assim a defasagem entre os que ganham mais e os que ganham menos. Um reduzido segmento de executivos com altos salários dirige os trabalhadores, que têm salários achatados para administrar o setor de serviços.

Se o proletariado como classe potencialmente revolucionária se descaracteriza, perde-se essa referência de identidade construída ao longo do século XIX, bastante cara ao sujeito sociológico. As relações de gênero baseadas na categoria de classe sofrem modificações significativas:

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho – num momento em que os ganhos estão declinando, os serviços sociais estão eliminados e a mobilidade geográfica se torna obrigatória para o emprego – elevam-se os conflitos nas famílias e redefine-se o conteúdo da agenda político-social da classe trabalhadora. A “feminização da força de trabalho” significa que a velha divisão familiar do trabalho não funciona mais: ambos os parceiros sofrem as mesmas “tensões emocionais” no trabalho, falta a ambos o apoio emocional em casa. As desigualdades e a tensão no local de trabalho podem resultar em maior solidariedade no espaço doméstico ou em

²³⁰ PETRAS, James. “O Manifesto Comunista: qual a sua relevância hoje?” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.246.

rupturas mais frequentes e violentas, dependendo de a agressividade estar voltada para o exterior ou para o interior do espaço doméstico.²³¹

Descentramento do sujeito cartesiano

O que Hall chama de descentramento do sujeito cartesiano, ou seja, do sujeito do Iluminismo, de acordo com ele, deve-se a cinco grandes avanços registrados na teoria social e nas ciências humanas, os quais fizeram mudar a forma de pensar. Tais avanços, alguns gestados na primeira metade do século XX, tiveram grande impacto a partir dos anos 50. O primeiro deles, no campo da filosofia, diz respeito à reinterpretação do pensamento de Marx quanto à capacidade do homem de ser o agente, ou autor, de sua própria história. A descoberta do inconsciente por Freud é outro desses avanços. Esta colide com a definição de *sujeito racional* que se enxerga com uma identidade fixa e unificada, com base na sua condição de ser pensante.

O terceiro avanço, no campo da linguística, considera a língua como um sistema social que limita, enquadra e configura o pensamento. O quarto deve-se ao estudo do filósofo Michel Foucault sobre o poder. Tal estudo revela que o objetivo desse poder é manter a disciplina e o controle estrito das existências dos indivíduos no âmbito de todas as suas atividades, seus sentimentos e sensações. Por intermédio de instituições e regimes administrativos coletivizantes, reduz a autonomia dos sujeitos e promove seu isolamento.

Todas essas transformações do conhecimento, chamadas por Hall²³² de avanços nas ciências humanas, alteraram significativamente a noção de sujeito cartesiano. E tornaram muito mais complexas as relações que estabelecem o sujeito sociológico. Os processos de identificação desbravam caminhos. A formação das identidades passa por outras referências.

O feminismo como fator de mudança do pensamento

A mudança que se verifica no pensamento que mais diretamente interessa a este estudo é a quinta, relativa ao conhecimento trazido à superfície pelo movimento feminista. O

²³¹ PETRAS, James. “O Manifesto Comunista: qual a sua relevância hoje?” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.252.

²³² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

impacto que causou tornou esse movimento importante tanto como crítica teórica quanto como movimento social. Esse movimento surgiu junto a outros, como as revoltas estudantis, as lutas pelos direitos civis, os movimentos juvenis a favor da paz e do amor, movimentos negros, antibelicistas e outros.

A tônica de tais movimentos era o que os unia: se manifestavam dando ênfase a formas culturais, teatralizando, de certa forma, a revolução; valorizavam tanto as dimensões objetivas como as subjetivas da política; apresentavam a espontaneidade e os atos de vontade política como contraponto às formas burocráticas de organização, das quais suspeitavam; expressavam a fragmentação das organizações políticas de massas e o enfraquecimento da representação por meio dos partidos; introduziam a política de identidade, uma vez que cada movimento se afirmava na identidade social de seus militantes.

O *feminismo*, entretanto, foi mais além. Com o slogan “*o pessoal é político*”, colocou em questão a dicotomia entre o *público* e o *privado*. Assuntos como família, divisão do trabalho doméstico, sexualidade, criação dos filhos, cuidados com os idosos, que já eram, eventualmente, estudados pela Antropologia, passaram a ser objetos de contestação política e de estudos acadêmicos em diferentes áreas. O *feminismo* potencializou a necessidade de aprofundar os estudos sobre a formação das identidades sexuais e dos papéis sociais dos homens e mulheres, anteriormente questionados por Simone de Beauvoir²³³ em sua obra *O Segundo Sexo*. Conferiu a tais temas a denotação de gênero. Derrubou a noção de *humanidade* como categoria globalizante que incluía homens e mulheres com única identidade, para dar lugar à diferença sexual.

A contribuição teórica do *feminismo* não parou por aí. No final da década de 80, a historiadora norte-americana Joan Scott²³⁴ publicou o artigo em que introduz o gênero como categoria de análise histórica. Tal categoria abalava os parâmetros até então adotados para a produção historiográfica. E provocava um incômodo sobre a produção do conhecimento que não levasse tal categoria em conta em todas as disciplinas afins.

²³³ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²³⁴ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação e Realidade*. Vol.16, n.2. Porto Alegre, jul./dez. 1990. p.5-22.

Identidade coletiva

Outro pensador contemporâneo que se dedicou ao estudo da construção da identidade foi Manuel Castells²³⁵. Esse autor desenvolve seu estudo dando ênfase às identidades coletivas. Considera que estas surgem como novidades decorrentes da sociedade em rede, formada pela intensificação da globalização das atividades econômicas em perspectiva estratégica.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo, a seu ver, foram responsáveis por essa forma de sociedade, que tem como características sua forma em rede, a flexibilidade e a instabilidade do emprego, a individualização da mão de obra, um sistema de mídia onipresente e interligado. Expande-se velozmente, afetando instituições e transformando culturas. E, efetivamente, muda a cara do mundo, embora conserve o capitalismo. Continua criando riqueza à custa do aumento da pobreza. Impõe o rigor, suscita a ganância e espalha o desespero. E, por outro lado, incita a inovação e a esperança, mediante formas alternativas de rebeldia, resistência e contestação.

[...] vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Essas expressões encerram aceções múltiplas, são altamente diversificadas e seguem contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade. Incorporam movimentos de tendência ativa voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo. Mas incluem também ampla gama de movimentos reativos que cavam suas trincheiras de resistência em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da região, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar ora ameaçada pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnoeconômicas e movimentos sociais transformacionais. Apanhada pelo turbilhão dessas tendências opostas, a existência do Estado-Nação é questionada, arrastando para o epicentro da crise a própria noção de democracia política, postulado para a construção histórica de um Estado-Nação soberano e representativo. Com certa frequência, a nova e poderosa mídia tecnológica, tal como as redes mundiais de comunicação interativa, é utilizada pelos contendores, ampliando e acirrando o conflito em casos em que, por exemplo, a Internet se torna um instrumento de ambientalistas internacionais, *zapatistas* mexicanos ou ainda, milícias norte-americanas,

²³⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

respondendo na mesma moeda às investidas da globalização computadorizada dos mercados financeiros e de processamento de dados.²³⁶

Castells diferencia papéis de identidade. Os papéis são as funções que as instituições e organizações da sociedade definem e “perpetuam” por meio de suas normas. Identidade, por sua vez, implica um processo de construção de significados. Estes se originam a partir do indivíduo, fazem sentido para ele e ocorrem por *individueação*. A construção do significado acontece tomando como base um ou mais atributos culturais. Quando são vários, seu conjunto de características inter-relacionadas prevalece sobre outras fontes de significados.²³⁷

A identidade só se forma quando ocorre a internalização do significado construído. É fonte mais forte de significados do que os papéis, porque implica processos de autoconstrução e individuação dos sujeitos. Contudo, os papéis podem também levar a uma identidade, desde que acarrete uma autodefinição, em função da importância que o ator social lhe atribui. Na sociedade em rede, a maioria dos atores sociais estabelece significados a partir de uma identidade primária, que se mantém e se alimenta ao longo do tempo e do espaço. E estrutura as demais identidades.

Identidade construída em meio às relações de poder

Castells²³⁸ considera que a construção da identidade sempre acontece em meio a relações de poder. Por essa razão, propõe três formas e origens de construção de identidades. São elas: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto.

A primeira, como o próprio nome diz, é incutida nos atores sociais pelas instituições dominantes, com a finalidade de racionalizar e expandir sua dominação. A segunda é criada por aqueles que, inconformados com as posições às quais estão relegados pela lógica da dominação, estabelecem trincheiras de resistência e sobrevivência. Criam seu próprio mundo baseado em princípios diferentes e às vezes opostos aos que vigoram na sociedade em que vivem. Muitas vezes, com tal atitude, levam ao surgimento da política de identidade. A terceira, que diz respeito diretamente ao *feminismo*, é aquela em que os atores sociais buscam

²³⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p.18.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

não somente redefinir seus lugares na sociedade, como também transformá-la. Exemplificam a possibilidade de uma identidade ser criada como de resistência e passar a se caracterizar como de projeto.

O estabelecimento de identidades na modernidade tardia atingiu níveis elevados de sofisticação em relação ao que se vivia nesse particular no período imediatamente anterior. Mantiveram-se os referenciais de etnia, de raça e de classe, quando não de nação e de grau de desenvolvimento do país em consideração. Mantiveram-se os cruzamentos desses referenciais. Mas outros novos surgiram, tornando mais complexa a busca de identidade.

Nos anos 50 e em boa parte dos anos 60, prevaleciam os referenciais supracitados, definidos pela modernidade, mais claramente, do século XIX. Já na segunda metade do século XX, sem que os primeiros tenham deixado de ser, outros se sobrepuseram. Os movimentos sociais surgidos por volta da metade do século passado deram oportunidade à criação de novas identidades.

Os preconceitos contra o *feminismo* dentro e fora do movimento

O *feminismo*, que, na segunda onda, ressurgiu com a defesa e a reivindicação da ampliação dos direitos da mulher, evoluiu para o questionamento e o combate ao *patriarcalismo* e à família patriarcal. Foi o salto do patamar das lutas *femininas* para um lance acima, o das lutas *feministas*. O alcance de tal questionamento levou a repensar toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e maneira de ser sob a qual as sociedades historicamente se formaram. A identidade de projeto, concebida por Castells²³⁹, levou à criação de sujeitos definidos como o ator social coletivo, formado a partir dos indivíduos.

O *feminismo* em São Paulo renasceu profundamente ligado à Esquerda, no contexto da Ditadura Militar. De acordo com a proposta de Castells²⁴⁰, ele poderia ser considerado, pela forma e pela origem, inicialmente, como uma identidade de resistência. Apresentou-se em sua face liberal, isto é, na esteira dos direitos civis reivindicando igualdades.

Ainda de maneira confusa, em um primeiro momento, o movimento manifestava contradição ideológica em relação às convicções socialistas de suas protagonistas. Sua

²³⁹ Cf.: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

²⁴⁰ Cf.: Ibidem.

plataforma de reivindicações caracterizava uma pauta de lutas femininas. As igualdades pretendidas pressupunham uma inferioridade em relação a padrões masculinos, estabelecidos como referência dentro dos parâmetros do sistema patriarcal. Inicialmente se apresentou como uma identidade de resistência. E, por meio do questionamento simultâneo de si e do social, como também da construção do social, é que as integrantes do movimento transformaram-no em identidade de projeto.

A luta interna no movimento, a vivência da opressão, a expressão das insatisfações das mulheres operárias e das mulheres da periferia dão a perceber os limites do que se pretendeu estabelecer como politicamente aceitável. Se a proposta era discutir a saúde da mulher, as participantes dos eventos ampliavam a discussão para o problema do aborto. Diante do tema “dupla jornada” vinha à tona o assédio no trabalho, as dificuldades do casamento, a violência doméstica, a demanda da lei do divórcio. Os termos da luta até então adotados obscureciam as relações de subordinação e de dominação. E reclamavam ampliação e aprofundamento.

O que era combatido como *feminismo* radical só foi compreendido e assimilado à luz das mais variadas formas de violência sofridas pelas mulheres. Inclusive dentro do próprio movimento, quando um segmento delas protagonizou a tentativa de controle do mesmo. A identidade passou a ser de projeto, quando os questionamentos passaram a abalar estruturalmente o sistema patriarcal. E ultrapassaram o nível das denúncias e reclamações para os diagnósticos e propostas.

Os conflitos decorrentes dessas contradições é que possibilitaram a construção da identidade feminista. Esta foi viabilizada no processo de transição das lutas femininas para o movimento feminista.

Como foi dito anteriormente, a grande maioria das integrantes do movimento declarava-se feminista desde os eventos do Ano Internacional da Mulher. Buscavam estabelecer um significado para o termo que o deixasse sob controle, o que implicava não dar margem à confusão com o *feminismo* “burguês”. Entretanto, o caminho de evolução do movimento não permitiu estabilizar o entendimento nesse patamar. A movimentação que se seguiu adquiriu uma dinâmica conflituosa, na qual se disputava terreno no campo das posições, das ações e das conotações. Ora havia concordâncias, ora desacordos.

Algumas se dividiam entre o impulso de “rachar” e o desafio de entendimento. Outras compreendiam a necessidade de contemporizar, sem, no entanto, deixar de pressionar

para fazer valer suas convicções. Quando a tensão no movimento aumentava, algum fator externo lembrava o que estava em jogo e promovia a “re-união”. Os fatores externos eram os mais variados. Iam desde provocações masculinas, com homens debochando do movimento por intermédio da imprensa, até crimes passionais, como alguns que aconteceram no período.²⁴¹

Mesmo discordando e se estranhando, as militantes aprendiam a se respeitar, e reconhecer valor nas adversárias. E, à medida que o movimento ganhava visibilidade e autoridade, as integrantes mais estimuladas ficavam. Muitas militantes da Esquerda gozavam de consideração no movimento feminista que não tinham em seus partidos e organizações.

De qualquer modo, a questão de ser ou não ser feminista não ficava bem resolvida. Se por um lado era praticamente impossível não reconhecer a justeza da pauta do *feminismo*, por outro, havia muita confusão e preconceito em relação ao termo. O preconceito – exemplificado pelo episódio da reação do jornal *O Pasquim* à visita de Betty Friedan ao Brasil e pelo tratamento dado pelo mesmo jornal a Rose Marie Muraro, relatado no capítulo anterior – fazia com que o *feminismo* fosse compreendido como guerra aos homens, como sexismo praticado por mulheres recalcadas, “mal amadas” e/ou lésbicas.

Cabe notar que o preconceito não se manifestava somente entre os homens, nem se restringiu a essa compreensão. Foi se atualizando à medida que crescia o movimento de mulheres. As próprias militantes tinham dificuldade com o termo, já que o significado atribuído por Simone de Beauvoir colocava-as diante de suas contradições. De acordo com ela, havia de se valorizar os atributos do mundo masculino, como trabalho e autonomia, em detrimento da maternidade e outras características atribuídas ao universo feminino.²⁴²

Como dizia uma das integrantes do movimento:

Algumas palavras são malditas, como comunista e feminista por exemplo. Só os militantes as aceitam tranquilamente. Vejamos “feminista”: a palavra assusta. A maioria das pessoas “modernas se dizem favoráveis a que se “trate bem as mulheres”, mas se recusam a ser chamadas feministas, essas loucas que pedem para as mulheres absoluta igualdade de direitos (nas leis, no trabalho, na vida cotidiana,

²⁴¹ Como exemplos podem ser citados o assassinato de Angela Diniz, em dezembro de 1976, e o julgamento do seu assassino, Doca Street; e o assassinato de Eliane de Grammont por seu marido, Lindomar Castilho, em 1981.

²⁴² Rosalina de Santa Cruz Leite lembra que nos anos 60 e 70, Simone de Beauvoir tornou-se uma referência e suas obras (muitas de cunho auto-biográfico) eram lidas por jovens de todo o mundo. Cf.: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta-armada*: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2004.

doméstica e sexual). As burguesas (de direita ou de esquerda) temem a denominação que desagrada ao homem, seu amo e senhor. Para os homens as feministas são criaturas feias, despenteadas, relaxadas e mal-ajambradas. Isto apesar de muitas serem belas e elegantes, de forma descontraída. As feministas são acusadas (com razão) de despertar as contradições entre o homem e a mulher e perturbar o seu bom relacionamento, em geral baseado na submissão e dependência. As feministas são igualmente acusadas de serem masculinizadas e aí podemos ver o enorme equívoco existente, já que feminismo é reivindicação de feminilidade e não o contrário. A feminilidade é definida pelo homem. A mulher, no seu entender, ou é o avesso do masculino, em dois modelos – a casta esposa e mãe, ou a lúbrica e tentadora hetaira; ou o seu decalque piorado na eficiência e no trabalho. O feminismo recusa isso e quer para a mulher destino mais digno que aquele de reflexo do imaginário masculino [...].²⁴³

O preconceito de muitas das atuantes no movimento contra o *feminismo* ia além da pauta das reivindicações específicas. Tinha um viés ideológico, ao pressupor que as mulheres que abraçavam a causa pretendiam competir com os homens, igualar-se a eles em poder de mando. Abdicar de suas feminilidades e substituí-los no trabalho e na vida social.

Esse pressuposto punha em risco de divisão homens e mulheres que lutavam juntos pela derrubada da Ditadura. Da mesma forma, ameaçava o movimento sindical. E punha em risco as relações conjugais e familiares. Derrubar os preconceitos contra as questões específicas demandou tempo e atividades junto às mulheres da periferia e dos sindicatos. Estas reafirmaram a procedência de tais bandeiras e reivindicações em todas as ocasiões que tiveram para fazê-lo. Era verdade que a dupla jornada de trabalho era problema. Mas igualmente o era o aborto e a contracepção. A saúde da mulher estava estreitamente vinculada à violência doméstica. Assédio, elas enfrentavam no trabalho e fora dele. Direito ao prazer era uma novidade e um alento, para muitas. Aos poucos as mulheres da Esquerda foram admitindo como legítimas todas as demandas feministas. Mas, sem dúvida, isso se deu à custa de muito questionamento e reequacionamento de posições e convicções.

Derrubar o preconceito relativo ao caráter sexista da luta foi mais difícil. E aconteceu em um processo complexo de diálogos e negociações internas e externas. Inevitavelmente quanto mais admitiam a justeza da pauta feminista, mais se evidenciavam as relações de dominação do cotidiano. E mais conflitos tinham de administrar. Pesava muito o fato de que muitas dessas mulheres que já vinham lutando desde há mais tempo pelo socialismo, pelo fim

²⁴³ CHAVES, Anésia Pacheco E. *E agora, mulher?* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986. Apud: BASTOS, Maria Bueno. *Outras palavras, outras imagens*. Movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80. Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo, 1992. p.32-3.

da Ditadura, em um quadro configurado por tantas divisões na Esquerda, tinham receio de mais uma vez dividir as forças para o combate. E, o que era pior, uma divisão com critérios que poderiam ser, e muitas vezes foram, ridicularizados.

A contribuição do movimento lésbico feminista para a quebra de preconceitos

Assumir a identidade feminista implicava também medo do isolamento decorrente do preconceito que poderiam sofrer as militantes que se definissem como tal. Elas o faziam atuando junto às massas de mulheres nos sindicatos, nos clubes de mães, nas associações de donas de casa, no movimento de luta por creches e outros. No imaginário popular, bem como entre a maior parte da intelectualidade democrática e de Esquerda, naquele momento, prevalecia a associação do *feminismo* com o estereótipo do lesbianismo: mulheres masculinizadas, agressivas, despojadas de vaidade e competitivas. As integrantes do movimento lésbico feminista, por sua vez, em atitude de autoafirmação de sua condição, muitas vezes se apresentavam na forma do estereótipo.

Embora o lesbianismo fosse um fenômeno tão antigo quanto impossível de ser datado, torná-lo público constituía uma novidade social que chocava profundamente os padrões morais vigentes. O homossexualismo masculino, também alvo de preconceito, portanto, censurado e condenado pela sociedade, era menos indigesto à opinião pública do que o feminino. A associação que se fazia do primeiro era com o universo tido e havido como masculino da vida sexual. De acordo com tais padrões, a agressividade das iniciativas, a liberdade e diversidade de práticas e a publicização das conquistas sempre contaram como pontos positivos. A novidade do lesbianismo constituía-se na publicização de um viés da sexualidade feminina, considerado pelo senso comum como uma perversão. E o choque acontecia porque, até aquele momento, a sexualidade feminina era ainda um tabu, e o assunto era considerado de absoluta privacidade.

Outro entendimento do lesbianismo – e, de certa forma, um novo significado que trazia – era que essa opção sexual permitia uma independência maior em relação ao domínio patriarcal. Representava também, aparentemente ao menos, uma libertação dos papéis sociais convencionalmente atribuídos às mulheres. O que não deixava de ser um alívio. Mas a novidade maior que encerrava era o trato do próprio corpo como fonte de liberdade e prazer,

que coincidia com uma das bandeiras do *feminismo*. Só a presença de seus adeptos fez desse discurso um fato.

O episódio do Encontro Feminista de Valinhos indica bem a importância da participação das entidades lésbicas para o movimento feminista. E ilustra também o impacto que essa participação causou sobre as demais militantes do movimento.

O II Congresso da Mulher Paulista, do ano de 1980, marcado para ser realizado no teatro da PUC, ao qual acorreram cerca de cinco mil mulheres, foi abortado. As mulheres de um dos agrupamentos políticos de Esquerda, o MR8, resolveram impor, pela violência, o que acreditavam ser o rumo “correto” do movimento. Combateram o que consideravam como “*feminismo* burguês”, incorporando o espírito de uma *cruzada*.

Diante de tal acontecimento, grande número das militantes, que havia trabalhado arduamente na preparação do Congresso, se retirou em prantos. Entre elas as lésbicas. A indignação encontrava várias razões para se manifestar: o autoritarismo, o golpismo, a recusa ao entendimento e a agressão a um trabalho que fora construído com dificuldades eram algumas delas. Era realmente difícil compreender uma intervenção daquela natureza em um movimento que se erguia na luta contra a opressão da mulher. Uma parcela significativa das que se retiraram do frustrado Congresso, posteriormente, se puseram de acordo para realizar um Encontro Feminista em junho do mesmo ano. Estavam então ainda mais dispostas a defender a ameaçada autonomia do movimento.

Avanço na construção da identidade feminista

O Encontro se realizou na cidade de Valinhos, no convento Lar de São Joaquim. Ali se reuniram 11 dos 54 grupos organizadores do fatídico II Congresso da Mulher Paulista. Eram eles: Sociedade Brasil Mulher, Grupo Nós Mulheres, Grupo 8 de Março, Centro da Mulher Brasileira, Grupo Feminista de Campinas, Grupo de Ação Lésbico-Feminista, Grupo Somos/SP, Associação das Mulheres, Coletivo de Mulheres. Participaram ainda entidades de outros estados: Grupo Feminista de Brasília, Ação Mulher Recife e AUÊ/Rio.²⁴⁴

Um dos documentos daquele encontro registrava a preocupação com a busca da identidade feminista:

²⁴⁴ MÍCOLIS, Leila. *Mulheres encontram mulheres*. Disponível em: <<http://www.webzip.com.br/planetagay/lesb9.htm>>. Acesso em: 23/05/2010.

A partir da análise que fizemos de nossa atuação aqui, nas sessões plenárias, bem como da maneira como atuamos no 2º Congresso, identificamos que existe no movimento feminista um problema institucional que é: como negar uma forma de organização patriarcal, machista e hierárquica, substituindo-a por uma maneira de atuação feminista. Na prática, não estamos efetivando essa substituição, mas apenas reproduzindo os papéis que nos são impostos por esta mesma estrutura que combatemos. E temos feito isso de duas maneiras: ora adotando uma atitude de donas da verdade (inclusive porque muitas de nós traz este “vício” dos partidos políticos aos quais se filiam) tentando conquistar posições e, portanto, impondo nossos pontos de vista, ora abrindo mão deles. Agimos assim, tanto num caso como no outro, por nos faltar a identidade feminista que se oporia à identidade machista que tem marcado nossa maneira de atuar.

Acreditamos indispensável, para a aquisição desta identidade feminista, uma maior clareza de nossas posições, o que só acontecerá com o efetivo debate destas questões específicas dentro de cada grupo e entre todos eles (inter e intra grupos). Acreditamos também que a busca desta identidade requer um exercício diário, tanto na maneira de agir quanto na de falar.

Em vista disto nossas propostas concretas são:

1. Com relação a contracepção e ao aborto, criar dois momentos de luta: primeiro analisar os problemas e tomar posição dentro e entre os grupos, e, num segundo momento, concretizar as propostas debatidas em conjunto;
2. Formar uma comissão permanente contra a violência com duplo objetivo: colher dados sobre os diversos graus de violência cotidiana contra a mulher e tomar providências para não ficar apenas ao nível de informação.

Esses temas deverão ser debatidos no interior dos grupos, como forma de fortalecer nossa identidade feminista.²⁴⁵

A situação vivida no referido Encontro foi mais descontraída, em função da ausência das disputas partidárias. Embora houvesse militantes feministas filiadas a diferentes partidos e organizações, tomaram especial cuidado para que tais posições não comprometessem os objetivos do movimento, tal qual acontecera no II Congresso da Mulher Paulista.

De acordo com depoimentos das participantes, o clima reinante foi de confraternização. Os conflitos vividos no II Congresso da Mulher Paulista tinham deixado marcas e acarretaram cuidados para que pudessem cumprir a pauta do que pretendiam discutir e levar adiante o movimento. O convívio mais próximo das militantes feministas com as lésbicas que integravam o movimento permitiu às primeiras colocar-se frente a frente com

²⁴⁵ MÍCOLIS, Leila. *Mulheres encontram mulheres*. Disponível em: <<http://www.webzip.com.br/planetagay/lesb9.htm>>. Acesso em: 23/05/2010.

seus preconceitos. E colocar-se a caminho da superação. Possibilitou também que pusessem em questão algo tão estrutural como a própria sexualidade.

A partir daquele evento foi possível, para boa parte das participantes, refletir sobre a pobreza e as limitações de toda ordem de suas vidas sexuais, impostas frequentemente por uma educação familiar e social repressora. A ocasião deu margem a que essas mulheres repensassem suas escolhas. Questionassem sem medo como tais escolhas haviam sido feitas, e se haviam sido de fato escolhas. Naquele momento ou a partir dele, a grande maioria das participantes internalizou o combate à homofobia. E se resolveram em relação a uma das bandeiras importantes do *feminismo*: o direito ao prazer.

O Encontro de Valinhos delineou a continuidade do movimento feminista. Ali tomaram corpo as lutas específicas que passariam a caracterizar o movimento. A contracepção, o aborto, o combate à violência doméstica, a saúde da mulher, o direito ao prazer, passariam a nortear a luta pela emancipação das mulheres no Brasil. Entre as resoluções daquele evento também tomou corpo a luta contra a violência doméstica, com a criação do SOS - Mulher, organização dedicada a apoiar as mulheres vítimas de agressões. A partir de então, e cada vez mais, se constatou que esse fenômeno ocorria em todas as classes sociais. A despeito da curta e polêmica trajetória da referida entidade, estudada por Maria Filomena Gregori²⁴⁶, a iniciativa contribuiu para que tal problema fosse evidenciado e para que seu combate adquirisse a dimensão de um dos eixos da continuidade do movimento feminista no Brasil.

O *fazer-se* feminista encontra paralelo com o tornar-se mulher de Simone de Beauvoir.²⁴⁷ Mas também pode ser comparado, guardadas as devidas proporções, com o *fazer-se* da classe operária, como esse é entendido e tratado por Thompson²⁴⁸. Pode-se afirmar que as mulheres estavam presentes ao seu próprio fazer-se feministas. Assim como a classe, pode-se entender o *feminismo* “como um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”²⁴⁹. Tal como a classe, mais uma vez, o *feminismo*

²⁴⁶ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas* – um estudo sobre relações violentas, mulheres e feminismo. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/ ANPOCS, 1993.

²⁴⁷ Cf.: BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²⁴⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁴⁹ Ibidem.

[...] acontece quando *algumas mulheres* (destaque nosso), como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.²⁵⁰

O *feminismo*, assim como a classe, é a expressão de uma relação histórica. E, como relação, é fluido, mutável e está acima de qualquer tentativa de imobilidade. Nessa condição, ele só pode ser entendido por meio de contextos e pessoas reais.

A consciência feminista advém do tratamento dado às experiências comuns em termos culturais: questionamento de valores e tradições, das instituições e ideias predominantes na sociedade. Da confrontação das atitudes e posturas que perpetuam o sistema patriarcal por parte de cada uma das integrantes do *feminismo*. E da disposição de transformação da sociedade, bem como das proposições para tal alteração.

Ainda demoraria alguns anos para que se pudesse lançar mão da teoria de gênero, fundamental para que as militantes se sentissem confortáveis com essa identidade. Como explica Sylvia Duarte Dantas,

A pergunta quem sou eu enquanto homem ou mulher, que mulher sou eu, que homem sou eu nos remete a identidade de gênero, parte crucial do sentido de quem somos, de como nos definimos, de como nos entendemos. Conforme aponta Haraway (2004), gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas no qual homens e mulheres estão diferentemente locados. Constitui uma construção social, histórica e cultural de imagens e expectativas em relação ao feminino e masculino, em geral definido em torno de idéias sobre traços de personalidade, e tendências de comportamento que assumem frequentemente formas opostas. A perspectiva de gênero nos auxilia no entendimento do comportamento humano frente à constelação de interações entre homens e mulheres enquanto seres biológicos e sociais. Biologicamente homens e mulheres são distintos, contudo à sua distinção são atribuídos valores, imagens, crenças e expectativas coletivamente construídas. Como explica Bourdieu (1999, p.10), “As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre causas e efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa”.²⁵¹

²⁵⁰ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁵¹ DANTAS, Sylvia Duarte. “Mulheres entre culturas e seu mundo emocional: a possibilidade de ouvir a própria voz ou o silenciar do eu”. *Oralidades* - Revista de História Oral. Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da FFLCH-USP. Ano 3, n. 6. São Paulo, jul.-dez. 2009. p.109.

CAPÍTULO VI - AS COMUNISTAS E O *FEMINISMO*

Questões gerais x questões específicas

As divergências do movimento feminista na segunda metade dos anos 70 se traduziam resumidamente na controvérsia das *questões gerais* versus *questões específicas*. Tal polêmica teve lugar e expressão principalmente nos Congressos da Mulher Paulista e na divulgação do movimento por meio da mídia. Tratava-se do seguinte: entendia-se por questões gerais tudo o que dissesse respeito aos problemas estruturais e conjunturais da realidade brasileira. Assim, nessa categoria se encaixavam as lutas contra a Ditadura, contra as desigualdades sociais, contra o alto custo de vida, contra o arrocho salarial, contra o descaso do poder público com a saúde e a educação, entre outras.

Nessa perspectiva, as reivindicações que se estabeleciam iam muito além dos problemas de gênero. Estavam fundamentadas em uma compreensão de injustiça múltipla e abrangente que, entretanto, privilegiava o viés econômico. Embora os aspectos social, político e cultural estivessem contemplados, estes eram subordinados ao econômico. Assim sendo, os problemas que as mulheres enfrentavam as atingiam na condição de trabalhadoras na economia capitalista, de donas de casa pertencentes ao proletariado, de mães de família da periferia na sociedade de classes, de provedoras em famílias monoparentais etc. E as soluções vislumbradas faziam construir uma plataforma que tinha como referência o socialismo. Para essa compreensão, o *peçoal* ainda não havia se transformado em *política*.

Contudo, há de se registrar que tais posições representavam um avanço do movimento de mulheres, particularmente em São Paulo, onde cerca de uma década antes havia ocorrido a fatídica *Marcha com Deus pela família e pela liberdade*. Essa manifestação havia sido organizada pelos setores mais reacionários das classes dominantes, e se caracterizara pela participação de mulheres em defesa dos interesses da direita. Certamente nesse episódio houve uma manipulação ideológica das opiniões das participantes, uma vez que nem todas pertenciam à burguesia mais conservadora, ou eram adeptas do autoritarismo dos militares dos quais, naquele momento, se faziam porta-vozes.

Já as questões específicas colocavam o foco nos problemas que atingiam as mulheres em especial. Assim sendo, embora não desprezassem nenhum dos demais aspectos, nem deixassem de dar importância ao econômico, enfatizavam a inferioridade da mulher na estrutura androcêntrica da sociedade. A partir de suas expressões, na vida política institucional, na legislação, no código civil, no mercado de trabalho, nos parâmetros das políticas públicas, nas relações sociais públicas e privadas identificavam o patriarcalismo como sistema de opressão. E estabeleciam as prioridades de suas lutas e reivindicações.

Ao contemplar os valores que fundamentavam as relações de poder entre homens e mulheres, inclusive nas dimensões domésticas e familiares, acrescentavam uma dimensão de conflito que trazia desconforto entre aqueles que se situavam nas mesmas trincheiras. Aqui o *peçoal* já se tornava *político*. Todavia, e a despeito dos conflitos *geral x específico*, tais discordâncias não representavam a contradição principal dos *feminismos* em São Paulo, ou mesmo no Brasil. Apesar dos procedimentos controvertidos e dos métodos antidemocráticos de ação política de alguns segmentos do movimento de mulheres, as feministas na década de 70, em São Paulo, se situavam hegemônica e majoritariamente no campo da Esquerda.

As diferenças no movimento ocorriam por conta do maior ou menor conservadorismo em relação à maneira de encarar a questão feminina. As diferentes posições sustentadas pelos diversos matizes da Esquerda organizada diante da polêmica “específico x geral”, travada pelo movimento feminista em São Paulo e no Brasil, conforme já foi dito, assentava-se na teoria e na tradição do movimento socialista e comunista internacional. Aliás, assentava-se muito mais no que se conhecia da prática do movimento do que no que havia sido produzido em termos de reflexão teórica e análise das experiências vividas pelo movimento revolucionário até então.

As militantes dos segmentos da Esquerda se identificavam com variações dessa tradição que expressavam momentos diferentes da discussão e formulações socialista e marxista sob o tema “opressão das mulheres”. Tais identificações eram móveis, na medida em que se davam em função de um complexo de fatores dinâmicos. O despertar para a questão, bem como o seu valorizar, acontecia em função de vivências a que eram expostas, de referências de todo tipo, dos embates travados e das reflexões coletivas que tais embates suscitavam.

A mulher na teoria socialista

A questão da mulher nas formulações teóricas dos pensadores socialistas

Passando uma rápida vista de olhos pela produção teórica, verifica-se que Marx e Engels fizeram constar a opressão da mulher em suas obras políticas e filosóficas. Engels contempla a questão da mulher com mais foco em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.²⁵² Nessa obra o autor afirma que a instauração da propriedade privada ocorreu simultaneamente à subordinação das mulheres aos homens e inaugurou as lutas de classe. Recupera a tese da historicidade da família na obra do antropólogo Morgan e acrescenta a desmistificação da família como parte da natureza humana.

Engels afirma que o aumento da produtividade do trabalho e a consequente produção do excedente econômico estimularam tanto a troca como a posse, bem como a disputa pelos bens acumulados. Quanto maior a riqueza, mais complexo o processamento das heranças. Quanto maior a distância entre campo e cidade, e maior a diferença entre produção social e produção doméstica, mais acentuada a deterioração do papel da mulher. A gestação, o parto e a amamentação que a impossibilitavam momentaneamente para o trabalho tiravam-lhe poder econômico, “naturalizavam” o poder patriarcal e submetiam-na às regras sociais estabelecidas pelos homens. Assim, a esposa se submeteu ao marido, a mãe se submeteu ao pai.²⁵³

A mulher passou a dever uma fidelidade compulsória para garantia da legitimidade hereditária na transmissão dos bens. Foi levada à condição de serviçal à disposição da luxúria do homem e instrumento da reprodução. E assim separaram-se os universos privado e público. A produção doméstica ficava a cargo de cada mulher em cada família, desde que seu trabalho não extrapolasse as fronteiras do “lar”. E ao homem, provedor, correspondia o universo público.

Na *Ideologia alemã*²⁵⁴, a instituição da família aparece associada à distribuição desigual de trabalho e de seu produto, tanto em qualidade como em quantidade, o que implica propriedade. A primeira manifestação da propriedade, assim, estaria na família, na qual mulher e crianças seriam escravas dos homens, ainda que tal sentido de escravidão fosse ainda

²⁵² Cf.: MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

²⁵³ Cf.: Ibidem.

²⁵⁴ Cf.: Ibidem.

latente e rudimentar. A associação da opressão da mulher à origem da família e da propriedade privada é reafirmada no *Manifesto Comunista*²⁵⁵ e serviu como base para a meta dos comunistas de abolição da família. O argumento é que a grande indústria deu um novo significado à família proletária, obrigando todos os seus componentes a trabalhar em função da composição de um único orçamento, até mesmo as crianças.

Em 1967 foi traduzido e publicado no Brasil o texto *Women: the longest revolution*, de Juliet Mitchell²⁵⁶. A *New Left Review* publicara o ensaio da jovem pensadora marxista inglesa dois anos antes. Aí, Mitchell afirmou:

O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foi reconhecido por todos os grandes pensadores socialistas do século dezanove. Faz parte da herança clássica do movimento revolucionário. Contudo, hoje, no Ocidente, o problema tornou-se elemento subsidiário, se não invisível, nas preocupações dos socialistas. Talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido.²⁵⁷

De acordo com ela, o que provoca o ocaso dessa discussão no debate socialista é a debilidade do trato que os clássicos dão ao problema e a decorrente falta de solução teórica. Para provar sua hipótese, a autora faz referência a vários pensadores e às suas obras. August Bebel é um deles, com *A mulher no passado, presente e futuro*. Nesse texto, que se tornou padrão para o Partido Operário Social-Democrata alemão no começo do século XIX, o autor tenta explicar por que é tão difícil até para o socialista reconhecer a dependência da mulher em relação ao homem, quando o que mais reconhece é a dependência do operário em relação ao patrão. De acordo com ele, é porque tal questão o atinge em seu íntimo de maneira mais ou menos direta. Essa abordagem “psicologista” e moralista, diz a autora, não dá concretude ao problema.²⁵⁸

Da mesma forma, Mitchell considera o trato da questão por Fourier e pelo jovem Marx. O primeiro, reconhecido como defensor da libertação das mulheres e da liberdade sexual, afirmou que o grau de emancipação das mulheres é a medida de emancipação geral. Marx reaproveitou a ideia no texto *A sagrada família*, numa perspectiva mais universal e filosófica, mas também tão abstrata quanto a de seu antecessor. Posteriormente, em *A*

²⁵⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

²⁵⁶ MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

²⁵⁷ Cf.: Ibidem. p.6.

²⁵⁸ Cf.: Ibidem.

ideologia alemã, analisando a família, ele considera a mulher dentro dessa estrutura, e sempre sob o enfoque da análise da economia e da evolução da propriedade. A mulher, assim, fica subsumida na instituição família. Se Bebel afirmou que a igualdade sexual era impossível fora do socialismo, nem por isso tornou menos vaga a ideia de como o socialismo resolveria a questão. Lênin, embora tenha avançado um pouco nas sugestões específicas, tampouco foi além das generalidades nas análises ou nas formulações programáticas.²⁵⁹

Corre o risco de incorrer em anacronismo histórico quem pretender encontrar nesses pensadores formulações teóricas sobre temas cujas demandas não prevaleciam em seu tempo. Porém, é digno de nota encontrá-las no pensamento e nas ações das teóricas socialistas. Afinal, suas vidas e produções se aproximam mais do tempo vivido pelos citados pensadores do que dos tempos atuais, como se verá a seguir.

O pensamento e a ação das pensadoras socialistas sobre a condição da mulher

O movimento revolucionário socialista, como lembra Maria Lygia Quartim de Moraes Nehring²⁶⁰, contou com mulheres militantes que, além de dar importante contribuição teórica em termos de economia, como foi o caso de Rosa de Luxemburgo, também o fizeram quanto à questão da mulher, como Alexandra Kollontai. Clara Zetkin se destacou na liderança da militância voltada para as questões femininas. Dirigiu por vários anos a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino alemão, estimulou a formação das primeiras associações operárias femininas, bem como da associação de mulheres socialistas. Junto com Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin organizou a 1ª. Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907. E foram responsáveis pela redação do documento final aprovado naquele evento.

Alexandra Kollontai, russa, filha de família rica, estudiosa desde menina, teve educação privilegiada, parte dela na Suíça e na Inglaterra. Atenta às questões sociais, filiou-se ao Partido Operário Social-Democrata Russo e nele se destacou como oradora popular e escritora. Escreveu sua maior obra, *Elementos sociais da questão da mulher*, em 1909. Nesse

²⁵⁹ Cf.: MITCHELL, Juliet. "Mulheres, a revolução mais longa". *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

²⁶⁰ NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo*: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

livro recupera os escritos de Engels e de Bebel, e acrescenta dados e informações sobre a mulher na Rússia. Dialoga com o *feminismo* burguês da época, sem deixar de reconhecer coincidências de posições, como, por exemplo, o direito de voto, a luta pela igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho. Mas também o critica, considerando restritas as reivindicações de medidas que facilitassem o divórcio e a separação de bens, o que não era exatamente um problema da mulher proletária. Enfrenta seus companheiros de partido ao levar grupos de mulheres socialistas militantes à participação no 1º. Congresso de Mulheres de toda a Rússia, convocado pelas feministas russas daquele país. Os bolcheviques desaprovaram essa participação.²⁶¹

Sensível à dupla jornada de trabalho da mulher, Kollontai fala do programa de seu partido para adoção de políticas públicas que aliviassem o fardo doméstico que recaía sobre ela: favorecer o crescimento econômico de maneira a destruir a família como unidade econômica; transferir as tarefas domésticas para o Estado e o poder local (desde que administrado democraticamente); adoção de uma legislação protetora das mães e da criança, incluída aí a licença maternidade; e transferência do cuidado com as novas gerações ao Estado democrático. Reconhece, entretanto, que esse programa só poderia ser levado a cabo pelo poder operário conquistado pela revolução.

Mas Kollontai avança nas análises e proposições. Em suas obras *A nova moral e a classe operária*, de 1918, e *A ideologia proletária e o amor*, a autora reflete sobre as relações de amor entre homem e mulher na sociedade burguesa. Observando que a noção de amor “legítimo” ou amor “culpável” variava de acordo com os diferentes momentos históricos, afirma que tal concepção, sob hegemonia da cultura burguesa, é restritiva e egoísta, uma vez que volta suas costas ao social. E diz:

[...] a tarefa da ideologia proletária não é arrancar Eros das relações sociais, mas simplesmente de guarnecê-lo com flechas de uma nova têmpera, educar o sentimento de amor entre os sexos no espírito de uma nova grande força psíquica: a solidariedade-camaradagem.²⁶²

²⁶¹ Cf.: NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo*: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

²⁶² Apud: Ibidem. p.26.

Essas mulheres foram além da formulação teórica de seus antecessores no que dizia respeito à subordinação da mulher, e enfrentaram resistência e incompreensão de seus camaradas para muitas de suas ações. Suas biografias revelam que suas contradições como mulheres eram maiores do que suas contradições de classe. Kollontai se casou por amor, teve um filho e, ao cabo de três anos, se separou porque considerava o casamento uma “prisão”. Rosa Luxemburgo, portadora de deficiência física, com intensa militância, teve de batalhar muito para que seus companheiros a respeitassem como pensadora e teórica da economia. Ambas se apaixonaram por homens mais novos, enfrentando por isso muita incompreensão e discriminação.

Kollontai se casou pela segunda vez com um homem 17 anos mais novo. E Rosa se apaixonou pelo filho de sua amiga e companheira Clara Zetkin, o que lhe trouxe especiais censuras e dissabores. Essas situações eram mais incomuns na época em que viveram do que nos dias de hoje. E autorizam a ideia de que suas vivências as levaram a não abrir mão da militância em favor da emancipação da mulher.

Nos anos 1960 a jovem Juliet Mitchell, integrante da Esquerda marxista inglesa, se dedicou a pensar e desenvolver o tema da mulher sob a ótica da corrente à qual pertencia. Veio ao Brasil e passou por São Paulo em 1968. A efervescência política daquele ano, contudo, fez com que sua presença fosse praticamente ignorada. O recrudescimento da luta contra a Ditadura não permitiu que se aproveitasse sua estada para discutir o objeto de seus estudos. E tampouco a sensibilidade política havia sido despertada para o tema, que já era candente nos EUA e começava a despertar na Europa.

De acordo com Mitchell, quem efetivamente fez avançar a reflexão sobre a opressão da mulher no campo do socialismo heterodoxo foi Simone de Beauvoir na sua obra já citada anteriormente. Em *O Segundo Sexo*, a filósofa francesa inovou ao fazer uma interpretação psicológica das explicações econômica e biológica ou reprodutiva da subordinação da mulher. De acordo com essa interpretação, o homem se afirma como sujeito e ser livre, e se distingue dos outros animais por sua capacidade de criar e de inventar,

[...] mas tenta escapar à sua carga de liberdade dando a si mesmo uma “imortalidade” espúria através de seus filhos. Domina a mulher tanto

para aprisionar outra consciência que reflete a sua própria, como para lhe fornecer filhos que sejam seguramente seus [...].²⁶³

Entretanto, tal interpretação não autoriza a conclusão de que o socialismo teria como um de seus pressupostos a libertação da mulher, conforme Beauvoir admitiu posteriormente.

Contribuição de Juliet Mitchell ao pensamento socialista sobre a condição da mulher

É a própria Juliet Mitchell²⁶⁴ quem acrescenta considerável reflexão à questão da mulher em uma perspectiva socialista no diálogo com o *feminismo* da década de 60. Critica a teoria socialista no que diz respeito à opressão da mulher por não terem os seus teóricos se dedicado a distinguir os fatores responsáveis por tal opressão. Considera necessário abdicar a abordagem do problema por Engels, que afirma que a causa da opressão é econômica, bem como a de Marx, que entende ser possível tratá-la como símbolo da opressão de classe. Desenvolve ela própria a ideia de que se trata de um sistema particular de opressão do qual fazem parte diferentes elementos.

Juliet Mitchell entende que a análise da condição da mulher deve pressupor que tal condição forma uma unidade complexa de estruturas separadas em diferentes combinações. Segundo ela, cada estrutura pode se movimentar separadamente, mas sem se isolar do todo, revelando assim a complexidade da contradição. Para se compreender então a opressão da mulher é necessário analisar cada aspecto dessa contradição em suas especificidades históricas, bem como a historicidade de suas possíveis combinações.

As estruturas-chave a que se refere são a *produção*, a *reprodução*, o *sexo* e a *socialização das crianças*. Assim, para se compreender a condição da mulher na atualidade é preciso analisar cada uma dessas estruturas-chave e como elas se relacionam. Ou seja, trata-se de reunir dados sobre os diferentes papéis da mulher e analisar suas interconexões.

No que se refere à *produção*, Mitchell desmitifica a justificativa da diferenciação biológica para explicar a divisão do trabalho. Divisão essa que fundamentaria a superioridade masculina. O fato é que as mulheres, por sua constituição física, são impossibilitadas apenas para determinados tipos de trabalho que demandam maior força física. A autora demonstra

²⁶³ Apud: MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967. p.11.

²⁶⁴ Ibidem.

com dados uma série de sociedades em tempos históricos distintos em que a mulher trabalha mais do que o homem, mesmo quando não se considera o trabalho doméstico como trabalho. E diz mais: afirma que o pressuposto de que o trabalho no capitalismo incorpora significativamente a mulher no mercado de trabalho por conta da tecnologia, a qual, dessa forma, poderia libertar a mulher de sua condição de subordinação econômica, é uma meia verdade perigosa. Se o trabalho industrial e a tecnologia automatizada acenam com a libertação da mulher (e do homem), é importante levar em conta que esse aceno não passa de pré-condições.²⁶⁵

Passados mais de 40 anos depois de Mitchell ter escrito seu texto, constatamos que a incorporação da mulher como força de trabalho na grande indústria, considerada sob o parâmetro de classe social, promoveu, mais do que sua libertação, a sobrecarga de trabalhos e o rebaixamento dos salários. No Brasil, a grande maioria das mulheres operárias ou trabalhadoras do setor de serviços não reverteu sua condição subalterna no casamento, tampouco se emancipou economicamente mantendo-se solteira. E, ainda assim, muitas vezes se veem na contingência de chefiar famílias monoparentais.

Não se pode negar, por outro lado, que as mulheres que contaram com melhores oportunidades de educação e formação profissional conquistaram em maior quantidade sua autonomia. Sempre relativizada, todavia, de acordo com suas situações de mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras. Pode-se afirmar que a grande maioria das mulheres que exercem atividade remunerada e integram o mercado formal ou informal de trabalho no Brasil ainda tem de conciliar funções e encargos que não fazem parte do repertório de atividades ou obrigações masculinas.²⁶⁶

No que se refere à estrutura-chave *reprodução*, a autora²⁶⁷ diz que o papel social da ideologia da *maternidade e da família* tem conseguido relegar à mulher a condição de “complemento” espiritual do homem. Particularmente nas sociedades capitalistas. Critica o *slogan* socialista de “abolição” da família como esvaziado de significado, uma vez que a função biológica da maternidade, fato universal e atemporal, não tem sido submetido às categorias, de análise histórica, marxistas. Se a mulher, por meio da maternidade, acaba se

²⁶⁵ MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

²⁶⁶ “[...] 96% das mulheres trabalhadoras arcam sozinhas com a orientação e a execução dos afazeres domésticos.” PORTO, Marta. “Em busca de kairós”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

²⁶⁷ MITCHELL, op. cit., julho 1967.

responsabilizando pela estabilidade e onipresença da família, então fica justificada a desigualdade sexual, bem como sua ausência na produção e na vida pública.

Afirma a autora²⁶⁸ que não é possível analisar a condição da mulher pelo viés da *reprodução* se não se questionar seu papel na família, inter-relacionando *reprodução*, *sexualidade* e a *socialização das crianças*. Efetivamente, à mulher casada não cabia escolha quanto à reprodução até o século XIX, quando foi inventado um método racional de contracepção. Desde então esses métodos foram sendo aperfeiçoados até chegar na pílula anticoncepcional, que finalmente torna a maternidade uma opção. Ou permite um maior controle da mulher sobre quando, e em que condições, ter filhos, bem como quantos ter.

A *sexualidade* das mulheres tem sido um tabu sempre embutido na categoria das relações conjugais. E tem sido escondido na sua interligação com a *reprodução*. Voltando mais uma vez aos clássicos, Mitchell²⁶⁹ coloca em evidência duas das ideias de Marx sobre o casamento, escritas em textos diferentes. Na primeira ele expressa admiração pelo preceito moral que reveste o mandamento da natureza com a forma de um vínculo emocional. E que fundamenta a lei que controla os instintos mediante uma relação exclusiva.

No segundo texto, ele considera o casamento como sendo, sem dúvida, uma forma de propriedade privada exclusiva, e que o comunismo não seria a “comunização” das mulheres.²⁷⁰ Engels, que dedicou maior reflexão ao tema, ao comparar a poligamia com a monogamia, afirma que esta não surge como uma reconciliação que teria estabelecido a paridade nas relações entre homem e mulher. Longe disso, estabelece a subjugação de um sexo pelo outro, fazendo ver uma relação de conflito.²⁷¹

Mas se a autora chama atenção para os limites das análises dos pensadores marxistas quanto ao casamento, e para a omissão quanto à sexualidade, também o faz em relação ao pensamento liberal. Este critica a repressão sexual registrada nas sociedades do Ocidente sem falar da mulher. E usa equivocadamente a poligamia presente em várias sociedades do Oriente, ao longo do tempo, como argumento da liberalidade sexual. Diz a autora: “A poligamia jurídica sem limites – qualquer que seja a sexualização da cultura que a acompanha

²⁶⁸ MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Cf.: Ibidem. p.21

²⁷¹ Cf.: Ibidem. p.23.

– é claramente uma anulação da autonomia da mulher, e constitui uma forma extrema de opressão.²⁷²

Muitos estudos já se realizaram para demonstrar como o casamento nas sociedades ocidentais representou uma associação de preceito religioso com repressão sexual. No caso do catolicismo, com uma acentuada marca antifeminina herdada do judaísmo. Já sob a ótica do protestantismo, e de acordo com os valores burgueses, a instituição do casamento eleva o status da mulher, conferindo-lhe direitos pela condição de esposa e mãe. Tal mudança, entretanto, não inclui nenhuma alteração no caráter patriarcal, que é preservado pelo aspecto econômico da relação. E muito menos altera a condição repressiva da relação sexual. Formalmente, esta agora se estende também aos homens.

Destarte, aplica-se a racionalidade capitalista à mentalidade que estabelece a união como um contrato marital entre partes iguais. Tal qual a igualdade formal existente no contrato de trabalho nas empresas capitalistas, esta também é hipócrita, uma vez que a relação real é caracterizada pela exploração e pela desigualdade. Registra-se assim uma nova contradição: uma maior paridade formal nas relações entre homem e mulher é obtida ao preço da democratização da repressão sexual, o que cria as condições para, mas não determina, a conquista de libertação sexual para ambos os sexos.

A história dos sentimentos é outro instrumento que permite entender o enraizamento da repressão sexual às mentalidades. O componente do amor, cujo culto remonta ao século XII, foi agregado a formas maritais legais, que, obviamente, até então não pressupunham exclusividade alguma. A mulher passou então a objeto do amor galanteador e tornou-se presa fácil (mais que o homem) da *paixão*. O casamento, na sua forma burguesa, adquiriu a conotação de consagração do amor romântico. E, embora tenha se tornado a tentativa de capturar a paixão por meio de uma *escolha livre para toda a vida*, não resolveu a contradição formal: “o caráter contratual voluntário do *casamento* e o caráter espontâneo incontrolável do *amor*”.²⁷³ E, no último século, em um processo inversamente proporcional à liberação dos costumes, a ideia de que a paixão só ocorre uma vez na vida veio perdendo força. De tal maneira que o casamento é hoje uma instituição em flagrante crise.²⁷⁴

²⁷² MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967. p.22.

²⁷³ Ibidem. p.24.

²⁷⁴ Embora o texto de Mitchell seja bastante datado e escrito há mais de 40 anos, ela observa um processo que desde então só aumentou em quantidade e em qualidade. Trata-se do questionamento de valores e da mudança de atitudes em relação à ética das relações sexuais até então vigentes: a virgindade, a fidelidade, o sentimento de posse e o controle exercidos mutuamente, o “para sempre”, entre outros. Cf.: Ibidem.

A sexualidade feminina vem saindo do limbo para se tornar objeto de estudos, de exploração comercial, de descobertas existenciais, de conflitos, de discriminação, de censura, de protesto, de denúncia e, sobretudo, de crescente domínio das interessadas. Em todo caso, sendo a sexualidade uma das estruturas-chave para se compreender a situação da mulher, e levando em conta que nenhuma delas pode funcionar isoladamente, por mais que se registrem mudanças nos comportamentos em relação ao sexo, isso não basta para que alterações maiores nos papéis sociais da mulher venham a ocorrer.

Importa considerar ainda que, por mais que se registrem mudanças de comportamento por parte de mulheres em relação à liberdade com que vivenciam sua sexualidade, tais mudanças ainda estão restritas a nichos sociais. E convivem com conservadorismos que vigiam, censuram e condenam o exercício livre da sexualidade daquelas que contestam o casamento como seu “destino manifesto”. Ao lado da imagem da “solteirona”, estão a da “cheia de amor pra dar” (atualmente chamadas de *piriguetes*), a da “mal comida” (e por isso mal-humorada), entre outras que revelam a dificuldade no trato social da questão. E revelam também que, na maioria dos casos, se a mulher escolhe e assume um comportamento que saia dos padrões convencionais, se desviando da condição passiva na qual é a escolhida ou preterida, a sociedade frequentemente a trata como ameaçadora.

A ideologia da maternidade vinculada à família se reinventou e se atualizou. Anteriormente as mulheres passavam vários anos de suas vidas dedicadas à gestação e à amamentação.²⁷⁵ O recurso ao aborto, tanto mais precário e perigoso quanto mais clandestino, era uma das possibilidades de autopreservação. Mesmo sendo essa prática condenada pela moral religiosa e pela lei civil, a menor expectativa de vida em função de recorrentes complicações de saúde derivadas do excessivo uso de seus órgãos de reprodução fazia com que se recorresse a esse expediente.

Em todo caso, a ideologia criada em torno do amor materno restringia bastante tal prática. A internalização dessa ideologia fazia (e ainda faz) com que interromper uma gestação tivesse a conotação de renegar um filho. Tal situação vinha carregada de uma autocondenação difícil de sustentar para a grande maioria das mulheres. O peso da maternidade também exerceu papel inibidor da sexualidade. A preocupação com mais uma

²⁷⁵ Embora Mitchell tenha ilustrado essa afirmação com dados comparados entre 1890 e 1960 na Inglaterra, é possível carregar tal afirmação para o Brasil na comparação de dados entre meados dos anos 1950, quando a média do número de filhos era bem maior do que nos primeiros anos do século XXI. Cf.: MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

gravidez provocava ansiedades e inibições nas mulheres casadas em relação ao sexo. E, naturalmente, dificultava a percepção da dimensão do prazer.

A ressignificação da maternidade corre paralela à diminuição da família. À medida que reduziu o número de filhos, aumentou a responsabilidade da mãe na socialização dos mesmos. O papel fisiológico da mãe na reprodução deu lugar assim ao papel sociológico da educação. A produção de novos conhecimentos na área da psicologia contribuiu para que a família se reajustasse aos novos tempos e revolucionou a maneira de ver e tratar a criança. As teorias de Rousseau, de Freud e de seus seguidores valorizaram a infância, de tal forma que os primeiros anos de vida, desde então, foram vistos como decisivos para o desenvolvimento de sua personalidade. A popularização desse conhecimento aumentou a importância qualitativa da socialização da criança em seus primeiros anos de vida e o papel da mãe como responsável por esse processo.

A socialização das crianças, tal como é entendida hoje, obedece à mudança da função da família. Em sua versão reduzida, ela já não desempenha uma função significativa no sistema de produção, nem no sistema de poder político. E muito raramente funciona como único fator de integração na sociedade.

Novas teorias desenvolvidas no século XX permitem que se complemente a visão da *reprodução* e da *maternidade* com novos enfoques. A psicanálise possibilita interpretar a maternidade como sendo uma compensação para a ausência do trabalho produtivo, de tal forma que a criança seria considerada um produto criado pela mãe tal qual um bem seria criado pelos operários. Tal visão pressupõe que um ser humano pode criar outro, e que a continuidade dessa criação justificaria o sentimento de posse dos pais em relação aos filhos. A aspiração à autonomia por parte dos filhos assim se confrontaria com a renúncia à própria autonomia que a mãe se impôs para se dedicar aos filhos. Sendo a posse uma extensão do *eu*, a mãe se veria ameaçada existencialmente em sua função reprodutora.

Tal compreensão, que indica manipulação emocional dos filhos pela mãe, não altera a sujeição econômica de um e de outra ao pai. O culto social do poder das mães sobre os filhos mascara a sua falta de poder socioeconômico sobre eles. Esse ângulo de visão complementa o entendimento da dinâmica da família, segundo a qual o “lar” é o lugar de descanso para o homem, o lugar de relaxamento do “guerreiro”. Enquanto este trava suas batalhas e trabalha fora de casa, a mulher se ocupa com sua função primeira definida por sua fisiologia: a maternidade e tudo o que ela implica.

Sem desconsiderar a necessidade da atenção mais cuidadosa e inteligente à educação da criança em seus primeiros anos, cabe notar que nessa fase assiste-se a uma construção ideológica que reconduz à valorização da maternidade de uma maneira mistificada. Aproveitam-se, assim, apenas parcialmente, os aportes recentes da psicologia à ciência da educação. Esses consideram que a delicadeza do processo de socialização demanda justamente socializadores serenos e amadurecidos, que a família não oferece no papel da mãe. Sobretudo se ela focaliza sua existência exclusivamente na criação de seus filhos.

Mitchell²⁷⁶ retoma uma observação de Lênin a Clara Zetkin sobre a liberdade sexual, que, tomada isoladamente, pode ter servido como fundamento para as feministas de São Paulo sustentarem suas posições na década de 70. Afirmava ele que tal reivindicação era de natureza burguesa, e não passava de um exercício intelectual, já que qualquer solução geral para a exploração das mulheres só poderia ser encontrada mediante uma estratégia que envolvesse todas as estruturas que, imbricadas, se destinam a esse fim.

Para a segunda onda do *feminismo*, entretanto, a autora observa que as duas posturas pretensamente marxistas para as lutas das mulheres levavam ao imobilismo: (1) a crítica às bandeiras levantadas (igualdade de oportunidades e de salários, luta por creches, dupla jornada de trabalho, entre outras) como *reformistas*, uma vez que não passavam de pequenas e paliativas mudanças; ou (2) a crítica ao caráter *voluntarista* das exigências, incapazes de obter apoio das massas por estarem muito à frente das possibilidades atuais, como abolição da família, liberação sexual ou separação obrigatória de pais e filhos.

A tradição socialista do trabalho político voltado para as mulheres

A III Internacional e as mulheres

O Segundo Congresso da III Internacional considerava que o proletariado estava às vésperas da revolução socialista. E essa posição pouco se alterou nos demais Congressos. Tal crença torna mais fácil a compreensão da necessidade do trabalho político voltado para as massas de mulheres. A orientação para que as militantes comunistas não se aliassem às

²⁷⁶ MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967.

“feministas burguesas” também se torna mais compreensível quando levamos em conta o contexto da, então recente, separação da II Internacional.

Foi no Terceiro Congresso da III Internacional, em junho de 1921, que aconteceu a aprovação das recomendações para o trabalho político junto às mulheres. Coincidindo com a realização do Terceiro Congresso, teve lugar a 2ª. Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. Ao destacar a importância da incorporação das mulheres às lutas, o documento deixava claro que não se podia perder de vista o objetivo principal, que era a conquista do poder pelo proletariado nos países onde tal *ainda* não havia acontecido, e o estabelecimento da Ditadura do proletariado naqueles em que já haviam empreendido o assalto ao poder. Afirmava também que tal tarefa não se cumpriria sem “o *apoio ativo* da massa feminina do proletariado e semiproletariado”.²⁷⁷ Por outro lado, dizia que as iniciativas das mulheres pela sua integral e verdadeira libertação, assim como o reconhecimento de sua completa igualdade pessoal, não seriam realizáveis sem o apoio dos Partidos Comunistas.

7. Dissuadindo as operárias de todos os países a qualquer colaboração e coalizão com as feministas burguesas, o 3º. Congresso da Internacional Comunista previne, ao mesmo tempo, que todo apoio dado por elas à II Internacional ou aos elementos oportunistas que venham a se aproximar só pode fazer mal ao movimento. As mulheres devem sempre se lembrar que sua escravidão tem suas raízes no regime burguês. Para acabar com essa escravidão, é preciso passar para uma nova ordem social.²⁷⁸

Os termos utilizados na ata do Congresso permitem perceber um reconhecimento das causas das lutas das mulheres, os limites das lutas feministas burguesas, a consideração de que as proletárias e semiproletárias eram mais facilmente manipuláveis em termos ideológicos pelos valores da família e da moral burguesa, a necessidade de se educá-las para *apoiar* e *colaborar* nas lutas do proletariado pela conquista do poder, sem deixar dúvidas quanto às prioridades.

Aludindo à dupla opressão feminina – a exploração econômica e a dependência familiar e doméstica –, afirmava o documento que as mulheres deviam ser chamadas a integrar a luta geral do proletariado. Condenava qualquer aproximação ou colaboração com o

²⁷⁷ Cf.: Atas do primeiro, segundo, terceiro e quarto congressos da Terceira Internacional. p.101. Disponível em: <www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional>. Acesso em: 31 out. 2010.

²⁷⁸ Cf.: Ibidem. p.101.

chamado “*feminismo* burguês”. O argumento/promessa principal era que só o comunismo resolveria as inquietações das mulheres quanto às desigualdades que as colocavam em situação subalterna.

Esclarecia, entretanto, que tal regime *redentor* só seria alcançado após a transição socialista, caracterizada pela Ditadura do proletariado. Nas recomendações para o trabalho, e nas orientações para a organização dos trabalhos femininos, deixava entrever a necessidade de uma supervisão e acompanhamento de dirigentes homens, aludindo à inconveniência das discussões femininas desassistidas. E determinava aos partidos comunistas:

1. Conceder às mulheres o título de membros iguais em direitos e deveres a todos os demais no Partido e nas demais organizações proletárias [...]; 2. Entender a importância da participação ativa das mulheres em todos os ramos da luta proletária (incluindo a defesa militar), na edificação das novas bases sociais, na organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas; 3. Reconhecer a função social da maternidade bem como aplicar todos as medidas necessárias à defesa da mulher na sua qualidade de mãe.²⁷⁹

Tal determinação revela uma incongruência entre as considerações e as orientações, que ora entendiam as mulheres como fazendo parte do que consideravam “massa atrasada”, ora recomendavam que fossem integradas à luta até nos postos militares, entendidos como eminentemente masculinos.

A tônica dos pressupostos e diretrizes era impedir que as mulheres se pusessem ao lado das forças atrasadas e subjugadas ideologicamente à burguesia. De acordo com o documento citado, as forças do atraso eram a família burguesa e a moral religiosa cristã. Tais valores, interiorizados pela esmagadora maioria das mulheres, refletiriam a sua condição de produtos inferiores e reprodutoras da ideologia burguesa.²⁸⁰ As considerações no referido documento são explícitas no tocante à neutralização do caráter reacionário atribuído ao conjunto das mulheres.

²⁷⁹ Cf.: MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte Anos de Feminismo. Tese de Livre Docência. 1996. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual de Campinas.p.19.

²⁸⁰ Nas considerações feitas pelo Congresso quanto às condições das mulheres aparece “b. A grande passividade e o estado de atraso político das massas femininas, *defeitos* [destaque nosso] explicáveis pelo distanciamento secular da mulher da vida social e por sua escravidão na família”. Cf.: Atas do primeiro, segundo, terceiro e quarto congressos da Terceira Internacional. p.102. Disponível em: <www.scribd.com/doc/18977242/ Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional>. Acesso em: 31 out. 2010.

Não houve diferença entre as orientações da III e da IV Internacional para os trabalhos dirigidos às mulheres, uma vez que esta referendava aquela no tocante aos seus quatro primeiros congressos. A IV Internacional foi fundada em 1938, no México, sob a liderança de Leon Trotsky. E teve uma existência bastante atribulada, primeiro pela morte de Leon Trotsky, seu fundador, em 1940, e depois pelas sucessivas subdivisões que sofreu. O *feminismo* não batia à porta da sociedade então. As militantes comunistas vinculadas às organizações políticas de inspiração trotskistas foram, dessa forma, ainda menos influenciadas pelas orientações daquela associação.

A interpretação das recomendações da III Internacional para o trabalho político feminino no Brasil

No Brasil, entre os anos 1945 e 1964, foram as militantes comunistas as principais responsáveis pela organização e encaminhamento das lutas femininas. Fundaram Uniões, Comitês e Ligas Femininas em diversos municípios, mas principalmente nas grandes cidades. Em 1949 buscaram unificar o movimento com a criação da Federação das Mulheres Brasileiras, com sede no Rio de Janeiro. Essa, entretanto, não foi a única. Coexistiu com outras organizações como a Associação Feminina do Estado do Rio de Janeiro, mudando posteriormente seu nome para Liga Feminina do Estado da Guanabara.

Tais entidades encamparam diferentes bandeiras e atuaram respeitando as condições regionais. Dessa forma, enquanto no Espírito Santo o trabalho voltava-se para “a denúncia do conteúdo nocivo das revistas em quadrinhos para as crianças”²⁸¹, no Ceará criou-se um lactário. No Rio de Janeiro, a partir de 1958, foi feito um trabalho no campo da Assistência Social: cursos de trabalhos manuais para 300 mulheres, curso de puericultura e instalação de serviços assistenciais. Desenvolveram campanhas pela instalação de escolas públicas, obtendo sucesso em Manaus, Uberaba e Areia Branca, na Paraíba. Em São Paulo, no Paraná e no Rio de Janeiro atuavam em defesa dos direitos da criança. Já em outros estados, como Goiás, Pernambuco e também no interior do Rio de Janeiro, o trabalho se voltava mais para a conquista de direitos trabalhistas para as mulheres camponesas.

²⁸¹ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981.

Outras bandeiras levantadas pelas entidades femininas foram a luta por salário igual para igual trabalho, a distribuição de gêneros alimentícios mais baratos pelas organizações femininas nos bairros do Rio, a defesa das famílias despejadas nos bairros populares de Salvador, a luta pela proteção da mãe e da criança, pelo desenvolvimento da educação e da saúde pública e a promoção da Paz.

A Federação de Mulheres do Brasil foi fundada com o objetivo de “coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa de seus direitos, dos da criança, da juventude, por um futuro melhor para os seus”.²⁸² Mas, além da pauta considerada feminina, a Federação se preocupava com – e efetivamente os realizou – trabalhos de capacitação de mulheres para divulgar a importância da participação dessa parcela da sociedade nas lutas democráticas e nas campanhas patrióticas.

Dessa maneira, elas registraram suas presenças nas grandes campanhas, como a que se deu em função do petróleo, “O petróleo é nosso”. E outras, como a que se desenvolveu em defesa da escola pública no final dos anos 50, por ocasião da discussão da primeira Lei de Diretrizes e Bases.²⁸³ Juntamente com a União de Mulheres Universitárias, também lutaram pela reforma do Código Civil, pela revogação dos artigos que limitavam os direitos das mulheres casadas, promovendo debates e mesas-redondas com parlamentares e juristas.²⁸⁴

Realizaram eventos como a Assembleia Nacional de Mães, que enfatizava um dos papéis sociais da mulher. Mas também houve eventos voltados especialmente para as mulheres trabalhadoras, como a Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada entre 18 e 20 de maio de 1956, no Rio. E o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, que teve lugar em 1963, em São Paulo. Com apoio da Federação das Mulheres Brasileiras, a primeira abriu os trabalhos com as denúncias das discriminações. E do temário constavam a necessidade de creches, a extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo, a organização de associações profissionais, a campanha para sindicalização das trabalhadoras, a participação das trabalhadoras nas direções dos sindicatos, a eliminação das discriminações, a elaboração de novas leis de proteção às trabalhadoras, entre outras reivindicações.

Por sua vez, o evento em São Paulo foi realizado em conjunto com a Juventude Operária Católica. A ênfase foi dada à reivindicação de salário igual para trabalho igual. Mas as militantes também trataram da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas em defesa da

²⁸² Cf.: MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981. p.68.

²⁸³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

²⁸⁴ MONTENEGRO, op. cit., 1981.

mulher e do papel da mulher na sociedade e nas lutas sindicais. Dele participaram operárias têxteis, metalúrgicas, químicas, gráficas, trabalhadoras em frigoríficos, na indústria de laticínios e derivados, entre outras. Eram principalmente da capital do Estado e dos municípios próximos. Contou também com a participação de escriturárias, professoras, trabalhadoras rurais, entre outras.

Da Conferência Nacional de Trabalhadoras participaram 261 delegadas de 11 estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, São Paulo e Distrito Federal. Esses dois últimos com as maiores delegações, 74 e 125, respectivamente. A composição da Conferência discriminada pela profissão de suas participantes permite uma melhor compreensão: eram 145 operárias (65 têxteis, 20 metalúrgicas e 19 do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras), 13 funcionárias, 12 trabalhadoras rurais, 12 trabalhadoras em domicílio, 8 intelectuais, 3 comerciárias, 3 professoras, 2 empregadas domésticas, 1 bancária e 62 trabalhadoras classificadas na categoria “outras profissões”.²⁸⁵

Não faltou nesse período um órgão de comunicação caracterizado como imprensa feminina, pois havia o *Momento Feminino*, que noticiava essa movimentação de mulheres e era feito por mulheres. Interessante também registrar sua surpreendente duração: foram dez anos de existência, de 1947 a 1956.

Essa atuação de mulheres brasileiras no que se poderia considerar “vida pública”, no período entre 1945 e 1964, embora tenha acontecido com hegemonia das militantes comunistas, não seguiu exatamente as recomendações da III Internacional, que, aliás, já havia sido extinta.

A primeira onda do *feminismo burguês*, ainda em plena vigência em 1921, no Brasil, depois de conquistado o direito de voto, havia arrefecido. Contribuiu para isso a Ditadura do Getúlio Vargas, o Estado Novo. As mulheres voltaram a se organizar em 1945, com o apoio daquela que se destacou na liderança da fase anterior do movimento de mulheres na campanha pelo direito de cidadania, Bertha Lutz. Não havia dúvida quanto ao pertencimento dela aos quadros da burguesia. Nem por isso se deixava de reconhecer o seu mérito na luta pela conquista do direito ao voto feminino.

²⁸⁵ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981.

As instabilidades da política, as oscilações econômicas, as alterações na condição de existência do Partido Comunista, que terminou por se dividir, conclamavam as mulheres a atuarem de maneira muito mais assistencialista do que revolucionária. A referência da tradição cultural patriarcal, machista e autoritária, era muito mais forte do que poderia ser a referência política/ideológica. E, no que se referia à composição política, as alianças eram feitas com mulheres de outras organizações, burguesas ou não. Mas certamente pouco “revolucionárias”, como as próprias militantes. Elas próprias, aliás, eram não raro oriundas da burguesia e da pequena burguesia.

Com um espírito pragmático, atuavam na vida pública e na política brasileira de maneira aguerrida e desprendida. Sem dúvida, muito contribuíram para ampliar os horizontes de inúmeras mulheres, tirando-as de seu confinamento doméstico. A atuação daquelas militantes efetivamente contribuiu para aumentar o espectro de mulheres das camadas médias e populares sensíveis e atentas aos acontecimentos políticos. Sua ação política, independentemente do reconhecimento que obtiveram de seu partido, e de elas próprias terem desenvolvido maiores capacidades de análise, sem dúvida fez com que aumentasse a quantidade de mulheres participantes da vida pública, por meio da política.

Em todo caso, atuaram, na maioria dos casos, em sintonia com a tática e a estratégia do partido ao qual se vinculavam, uma vez que o próprio PCB, a partir de uma leitura própria do processo histórico brasileiro, preconizava a revolução burguesa como etapa do processo revolucionário. As militantes comunistas, imbuídas do romantismo socialista, podiam até recrutar camaradas para o partido, o que não significava aumentar as fileiras dos combatentes revolucionários.

Quanto à recomendação de incorporar as mulheres em igualdade de condições no partido e nas demais entidades nas quais atuavam, também essa não foi seguida. Prevaleceu a concepção machista e autoritária, acentuada pela presença significativa de militares naquela agremiação. E tal concepção pode ser constatada pela desproporção crescente entre homens e mulheres à medida que se elevava o posto e a responsabilidade na hierarquia partidária. Tal entendimento não era contestado pelas mulheres militantes. Não havia preocupação em se questionar o estereótipo feminino nem os papéis convencionalmente impostos à mulher pela sociedade.

Assim, elas eram vistas e se viam de maneira idealizada e generalizada como muito sentimentais²⁸⁶, como mães abnegadas, como donas de casa dedicadas, como esposas laboriosas. E, por outro lado, também se atribuíam a elas características menos positivas, como a competitividade, a propensão aos comentários indevidos, a compulsão por falar, a frivolidade, a complicação de maneira geral. Mas, certamente, pesava sobre as militantes o ideário heroico da mulher corajosa, estoica, desprendida em relação ao que mais valorizava (o casamento, a família, entre outros), inteligente, racional, ousada, com desenvoltura na oratória, que não se deixava intimidar pelas situações de risco e enfrentava os adversários e os inimigos políticos destemidamente.

Em conjunto ou isoladamente, tais atributos eram valorizados e perseguidos pelas mulheres que se empenhavam na condição de militante comunista. Como exemplo pode-se citar o feito da costureira Elisa Branco diante de uma parada militar em São Paulo, em 7 de setembro de 1950. Em vista da probabilidade do envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coréia, ela abriu, na frente dos militares de mais alta patente, uma faixa com os dizeres “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia”. Estava acompanhada por outras mulheres, mas o fato de ter sido apanhada com a faixa na mão lhe valeu uma condenação de quatro anos e meio de prisão. Por força de solidariedade, a pena foi cumprida parcialmente. Aquela não havia sido a sua primeira prisão e não seria a última. Em função do episódio, foi agraciada com o Prêmio Internacional Stalin da Paz, no Palácio do Kremlin, em 1953.

A III Internacional no Centro da Mulher Brasileira - setor São Paulo

Se as recomendações da III Internacional não repercutiram no Brasil entre 1945 e 1964, curiosamente a eclosão da segunda onda feminista, nos anos 70, iria promover uma volta ao passado, na busca de referências para a oposição ao *feminismo*. Parcelas das militantes comunistas, organizadas principalmente no PCdoB, PCB e no MR8, retomaram as orientações da III Internacional para o trabalho feminino, contrapondo, com maior ou menor ênfase, o movimento feminino ao movimento feminista. É o que se pode confirmar em

²⁸⁶ “A mulher brasileira é profundamente sentimental. Ama sua família, ama seus filhos e é capaz de dar provas de abnegação e amor. Além disso é uma criatura alegre e gosta de coisas bonitas. Poucas são as casas de favela, de mocambos, cortiços ou casa de cômodos que, apesar da pobreza, não ostentam um vaso de flores, uma toalhinha bordada. A mulher trabalhadora quer casar, ter filhos e um lar.” Excerto do informe sobre o primeiro ponto da Ordem do Dia da Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de maio de 1956. Cf.: MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981.

documentos partidários e obras de militantes como Ana Montenegro, pertencente aos quadros do PCB. Em obra publicada em 1981, *Ser ou não ser feminista*, essa autora revela não admitir o pessoal como político.

Embora seja normal que surja, na onda da questão feminina, o tema da libertação sexual, é falso e prejudicial ao movimento de mulheres [...] inseri-lo prioritariamente na realidade feminina, dando-lhe *status* de causa. E quando se fala na articulação das mulheres, para as lutas por sua libertação como parte das lutas sociais, surge então uma teoria fragmentada, através do casuísmo, elaborada segundo experiências pessoais. [...] E nessa linha de pesquisa se apresenta, como tese, a supervalorização de situações pessoais, psicológicas e sexuais da opressão feminina (uma nova ética sexual?), com a redução dessa opressão aos problemas de mulheres de determinados setores.²⁸⁷

Ela ironiza a inclusão do *corpo* na pauta feminista afirmando que, enquanto aquele era descoberto e redescoberto, ia acontecendo a despreocupação com o *sistema*. E ironiza também o *feminismo* dos anos 60 dizendo que a visão que o exaltava como se se tratasse da etapa definitiva das lutas pela libertação da mulher expressava um estrangeirismo para a realidade nacional.

No capítulo intitulado “Enfocando aspectos essenciais do feminismo”, a autora faz uma breve referência crítica aos pensadores que considera terem contribuído mais diretamente para o surgimento da segunda onda feminista. Assim passa por Wilhelm Reich, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Simone de Beauvoir, observando suas ideias de que o materialismo histórico se preocupa em estudar as leis que regulam os acontecimentos sociais e menospreza as leis do comportamento dos indivíduos, descobertas pela psicanálise. Sendo assim, faria falta que se realizassem estudos focalizando também o indivíduo.²⁸⁸

A crítica a esses pensadores é feita desde uma leitura ortodoxa e dogmática do marxismo, condenando qualquer associação entre essa doutrina e a psicanálise, uma vez que “[...] de fato para os marxistas não há um indivíduo separado da sociedade”²⁸⁹. Afirmar que Simone de Beauvoir, que procura incorporar a psicanálise ao materialismo histórico, nega a articulação entre a propriedade privada, as relações de produção e a opressão da mulher. Assim como nega a hierarquia das contradições. De acordo com ela, seria secundária a que

²⁸⁷ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981. p.48.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Ibidem. p.34.

estabelece a oposição homem/mulher, diante da principal, a contradição de classe. Não aceita a consideração de Beauvoir, que diz que as lutas de classe são travadas entre os homens, que permitem às mulheres que os ajudem, em determinados momentos.²⁹⁰

Na mesma perspectiva ortodoxa, faz referência à pensadora nascida na Nova Zelândia e radicada na Inglaterra Juliet Mitchell. Fala dessa pensadora como se fosse estadunidense e se inscrevesse nas ideias norte-americanas do *feminismo*, e não, como de fato era, vinculada à corrente marxista inglesa, agrupada na *New Left Review*. Critica uma frase descontextualizada dessa intelectual, sem dialogar com o conjunto de suas ideias. E muito menos considerá-la no campo do socialismo.

A obra em questão simplifica e esquematiza quando considera que há duas formas de opressão, a material e a psicológica. A material atingiria amplas camadas exploradas da população feminina. A psicológica, identificada como problema sexual, afetaria mais as mulheres que não tinham problemas materiais de existência, isto é, as burguesas e pequeno-burguesas. Trata as diferentes classes sociais de uma maneira simplificada e padronizadora, como se fossem homogêneas e isentas de contradições e nuances²⁹¹. E arremata:

[...] não podemos aceitar que sejam globalizadas a posição e as ações que conduzem à negativa das verdadeiras origens da opressão à mulher, negativa essa que na prática coloca essas ações na vontade e nas poucas mãos de um reduzido número de mulheres da média e da pequena burguesia.²⁹²

Ana Montenegro reconhece a legitimidade da primeira onda feminista em sua reivindicação de igualdade formal e jurídica da mulher, embora tenha sido considerada pelos comunistas de então um movimento burguês. Mas o *feminismo* que ressurgiu na década de 70 a autora considera uma radicalização que coloca as mulheres contra os homens, numa priorização das questões específicas que atingem as primeiras, à margem de todo o contexto social. Assim considera apropriado radicalizar ela também na resposta e contestação a ele.

²⁹⁰ Cf.: MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981.

²⁹¹ “Nas classes dominantes ou nas camadas médias e da pequena burguesia, o machismo, em geral tem um efeito muito mais individual; pode não ter as consequências de transformar as mulheres em mão-de-obra mais barata e marginal, mas assim mesmo, à medida que cresce a participação da mulher de todas as camadas na produção social, de qualquer forma ele a discrimina. [...] No entanto, como o problema não se apresenta, para essas camadas sociais, tão tragicamente agudo, e como as implicações são mais de ordem familiar e individual, elas o consideram limitado ao sexo, e vêm justamente dessas camadas os movimentos feministas.” Ibidem. p.59-60.

²⁹² Ibidem. p.60.

Para compreender melhor as ideias dessa veterana militante comunista, participante da movimentação de mulheres entre 1945 e 1964, é importante saber de que *lugar* ela fala. E aqui a palavra *lugar* refere-se tanto à posição política e ideológica, como também à sua trajetória no exílio. Foi a primeira mulher brasileira que saiu para o exílio em 1964. Tendo vivido inicialmente no México, foi em Berlim oriental que passou a maior parte do seu longo exílio. Lá trabalhou como redatora da Revista *Mulheres do Mundo Inteiro*, órgão da Federação Democrática Internacional de Mulheres, cuja sede se situava naquela cidade. A referida Federação, vinculada à UNESCO, reunia organizações de mulheres que atuavam na perspectiva socialista da questão feminina, isto é, com uma visão utilitária e instrumentadora da mobilização de mulheres.

Ana Montenegro, anistiada, se radicou na Bahia. Não se justificaria tratar da obra dessa militante, a despeito de sua importante trajetória no movimento de mulheres antes do golpe de 1964, não fosse o fato de ela ter se tornado uma referência importante para as ativistas comunistas e simpatizantes do movimento feminista em São Paulo. Especialmente para aquelas organizadas junto ao Centro da Mulher Brasileira depois que as feministas dele se desligaram. Não por coincidência, as feministas que se tornaram históricas, como Regina Stela, Schuma Schumacher, Marise Egger, entre outras, deixaram de se identificar com as posições daquela entidade, e a foram deixando ao longo dos anos de 1980 e 1981.

Curiosamente, as posições oficiais do partido, definidas como “política para o trabalho com mulheres”, com sensíveis diferenças, expressas pela dirigente e integrante do Comitê Central Zuleika Alambert em diversas ocasiões, conforme se verá mais adiante, repercutiram menos nesse segmento da militância daquele partido. Vários fatores ajudam a entender essa deficiência no funcionamento de um dos princípios estatutários que buscavam dar coesão àquele partido: o centralismo democrático.

Sem pretender aprofundamento nesse particular, o que fugiria ao escopo deste trabalho, é conveniente observar que a anistia flagrou aquela agremiação partidária em grande e prolongada crise de direção: em um processo de dupla mão, o seu líder histórico, Luis Carlos Prestes, se destituiu da Secretaria Geral e foi, ao mesmo tempo, destituído pelo Comitê Central daquele cargo, após se recusar mais de uma vez a participar das reuniões daquele organismo, e após publicar a *Carta aos Comunistas*, em março de 1980, na festa de lançamento do jornal *Voz da Unidade*. Na carta, Prestes manifestava suas discordâncias em caráter individual. O episódio tornou pública a desavença e desencadeou a luta interna no partido.

De acordo com Armênio Guedes, histórico dirigente do PCB, Prestes não estava de acordo com a política traçada por seu partido desde o VI Congresso, quando foi definido o objetivo estratégico de derrotar a Ditadura pela via política, e não buscar outros caminhos. Prestes, coerente com sua formação militar e sua mentalidade conspiradora, entendia conveniente buscar entendimentos com segmentos nacionalistas dos militares, ainda que representasse uma saída autoritária.

A militância no Brasil, que tratava de sustentar o que havia sobrado do PCB depois de todas as cisões e depois de toda a repressão que sobre ele se abateu, não teve uma compreensão homogênea daquela movimentação da direção. O que se verificou então foi a deflagração de uma luta interna na qual, grosso modo, pode-se dizer, passaram a se digladiar os que eram acusados de eurocomunistas (revisionistas) e os ortodoxos ou dogmáticos. Tais posições foram reduzidas e traduzidas no que ficou conhecido como “direitismo versus esquerdismo”.

Entretanto, havia mais do que dois lados na querela, pois a direção que se estabeleceu com Giocondo Dias (também ele oriundo da caserna) na secretaria geral era heterogênea. As direções estaduais, muitas vezes, reproduzindo os conflitos da instância superior, estabeleciam suas diretrizes de acordo com afinidades eletivas. Em São Paulo, uma direção *situacionista* tratava de afirmar sua autoridade combatendo esquerdistas, direitistas, prestistas. Para isso, lançava mão dos partidistas²⁹³, dos viúvos da clandestinidade²⁹⁴, do autoritarismo, apelando sempre para a disciplina. Não faltaram expulsões, proibições de livros²⁹⁵ e condenações por acusação de *feminismo*, como a que se abateu sobre Marise Egger em 1983.

Mas, na complexidade daquele processo de crise, se misturavam elementos como idealismo, fidelidades pessoais, compadrismo, a divisão entre formuladores e tarefeiros, autoritarismo das direções, oportunismos de toda espécie, diferentes níveis de compreensão da teoria socialista, da história do movimento comunista internacional e da história e política do partido, temperados ora com distintas doses de romantismo, ora de pragmatismo.

²⁹³ Partidistas eram os que eram fiéis ao partido como instituição à qual tinham dedicado suas vidas, que nem sempre se confundiam com os que eram fiéis a Prestes, daí a denominação prestistas.

²⁹⁴ Aqueles que durante os períodos de clandestinidade praticavam desmandos e arbitrariedades em nome das direções, frequentemente com mão de ferro.

²⁹⁵ KANAPA, Jean. *O movimento comunista internacional ontem e hoje*. São Paulo: Juruá, s/d.

Dessa forma, é possível entender por que o retorno dos exilados do PCB, a despeito de ter sido acompanhado de uma reflexão e de decisões seguidas de orientações para o trabalho entre as mulheres, como comprova a resolução intitulada *A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*, aprovada pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, encontrou tanta resistência entre a militância.

A herança da III Internacional sobre outros segmentos da Esquerda: PCdoB e MR8

O PCdoB, força política importante na aglutinação e mobilização das mulheres da periferia nos movimentos de luta por creche e contra a carestia, juntamente com a Igreja e com o PCB, mostrou sua concepção de várias maneiras. Uma delas no episódio do racha do jornal *Brasil Mulher*, quando suas militantes, junto com as de outras organizações de Esquerda, isolaram Joana Lopes e o grupo fundador do jornal, que acabou por sair. Isso por considerá-las com fortes tendências feministas. O PCdoB e as outras forças políticas que conquistaram o controle do jornal o fizeram para garantir que não se desviasse o foco das questões colocadas pela luta democrática, tratadas no jornal, para as questões específicas não ligadas ao trabalho da mulher.

Também é possível encontrar uma identificação com as posições expressas por Ana Montenegro em um documento intitulado *A mulher e a revolução brasileira, do MR8 – resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres*, realizado em outubro de 1980 e publicado pela Editora Quilombo em janeiro de 1981. Tal documento, em uma linguagem mais agressiva, apresenta uma versão maniqueísta da luta de classes entre proletários e burgueses como sendo a luta do *bem* contra o *mal*.²⁹⁶

Na quarta parte, *O movimento de mulheres no Brasil hoje*, o documento revela intolerância e prepotência ao afirmar:

²⁹⁶ “[...] A situação de cada mulher é determinada por dois fatores: sua classe, que é o principal e seu sexo [...]. No caso da mulher trabalhadora, como vimos, ela amarga dupla opressão. Sofre os tormentos que são comuns à sua classe, mas sua situação é ainda agravada pela opressão de que é vítima enquanto mulher. No caso da mulher burguesa, sua situação é outra. [...] Enquanto membro da classe burguesa, compartilha os privilégios de sua classe e está interessada em manter a exploração e a opressão das massas trabalhadoras [...]” MASSOCA, Paulo (Ed.). *MR8: resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*. São Paulo: Editora Quilombo, 1981. p.15.

A entrada das amplas massas de mulheres trabalhadoras na luta social e política vem colocando em polvorosa diversos grupos de mulheres intelectuais, geralmente de classe média, que chegaram a jogar um papel positivo até há alguns anos atrás e com os quais os comunistas colaboraram ativamente. [...] A verdade é que muitos desses grupos estão dominados por uma concepção estreita, divisionista e isolacionista a respeito da luta da mulher, concepção que vai se desnudando à medida em que são obrigados a definir uma linha efetivamente de massas.²⁹⁷

Numa linguagem grandiloquente, típica dos manuais de divulgação da teoria socialista, revela, por um lado, um delírio quando afirma que o movimento havia crescido ao ponto de já não se tratar mais de umas poucas dezenas de mulheres reunidas para debater teoricamente um ou outro aspecto das especificidades femininas. Tratava-se então de unir *milhões* de mulheres em entidades de massas fortes e representativas para avançarem na conquista de seus direitos.

E, por outro lado, manifesta menosprezo pelo movimento popular de mulheres abrigado e incentivado pela Igreja Católica, que teve lugar ao longo da década de 70, ao ignorá-lo. Revela ainda desconsideração em relação aos estudos e às teorias quando declara guerra à autonomia do movimento defendida pelas feministas. Diante do argumento destas de que cabe às mulheres defender seus próprios interesses em organizações independentes, compostas exclusivamente de mulheres, afirma tratar-se de doutrinarismo²⁹⁸. O que, de acordo com o documento, é considerado como a quinta essência do *feminismo*, é apresentado de forma enrolada e confusa e não passa de uma “*xaropada teórica*”. Além de não ter nada a ver com o *verdadeiro feminismo* (que é o da proletária) – afirma –, obtém como resultado o enfraquecimento da luta da mulher por seus direitos e a divisão do proletariado na luta sindical e política.

O documento se coloca contra as organizações que aglutinavam exclusivamente mulheres porque as entidades representativas, como as estudantis, as sindicais, e o PMDB (não fala de partidos, mas sim desse único partido) já existiam e eram capazes de canalizar “o anseio de participação das amplas massas femininas”. Mas talvez seja mais digno de nota,

²⁹⁷ MASSOCA, Paulo (Ed.). *MR8: resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*. São Paulo: Editora Quilombo, 1981. p.24.

²⁹⁸ “[...] É o doutrinarismo, próprio de uma parcela dos intelectuais da pequena-burguesia, pedantes e inseguros diante da vida. [...] entre os operários e estudantes, cujos movimentos já adquiriram características massivas há mais tempo, o doutrinarismo vem sendo combatido e encontra-se razoavelmente isolado. No movimento de mulheres, porém, como sua ampliação apenas está se esboçando, o doutrinarismo ainda não foi desmascarado a contento. O joio ainda precisa ser separado do trigo.” Ibidem. p.24.

além da visão instrumental das lutas femininas, o fato de expressar a convicção de que as mulheres não são capazes de levar suas lutas sem a proteção dos homens.

1. As mulheres sentem que seus principais problemas [...] são os que sofrem em comum com os homens de nosso povo: os baixos salários, as péssimas condições de vida, a falta de liberdade, etc. Ao mesmo tempo, o esmagamento secular que pesa sobre a mulher e que entrava sua participação na vida social e política, faz com que intuitivamente não se sinta confiante para sustentar mobilizações de vulto em torno de bandeiras específicas, isoladas da massa dos homens trabalhadores.²⁹⁹

O documento defende a existência dos Departamentos Femininos (DFs) dos sindicatos³⁰⁰, das organizações estudantis, das organizações de bairro e do PMDB. Afirmam que eles devem servir para atrair as mulheres para a participação nas lutas que elas possuem em comum com os homens. Não nega aos DFs a possibilidade de assumir as questões específicas ou de denunciar opressão em função do sexo, desde que entendam que não configuram “círculos de debates”. E desde que entendam que sua função primeira é organizar as mulheres para travarem todas as lutas gerais que interessem ao povo.

O *feminismo* alcança as militantes do PCB no exílio

Zuleika Alambert, conforme dito anteriormente, integrante do Comitê Central do PCB, teve trajetória distinta da de Ana Montenegro durante o exílio. Depois de ter trabalhado para a organização de mulheres brasileiras no Chile, dentro dos moldes tradicionais socialistas, quando foi para Paris, teve chance de reexaminar suas convicções. Fundou inicialmente o grupo de estudos que recebeu o nome Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris, juntamente com outras intelectuais. Com o objetivo de estudar os clássicos do socialismo,

²⁹⁹ MASSOCA, Paulo (Ed.). *MR8: resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*. São Paulo: Editora Quilombo, 1981. p.26.

³⁰⁰ “[...] Na medida em que as mulheres trabalhadoras estão travando principalmente as lutas comuns, qualquer pretensão de levantar os DFs principalmente em cima de questões específicas implica em pretender organizá-los à margem da luta real das mulheres e, portanto, em esterilizá-los.” Ibidem. p.29.

esse grupo resistiu um pouco a dialogar com as novas ideias feministas, mas, exposto ao convívio com o MLF, não pôde se furtar a reconsiderar suas posições.³⁰¹

Os documentos produzidos pela Seção Feminina do PCB revelam a trajetória e a evolução em relação ao *feminismo* das mulheres do partido que estavam exiladas na Europa Ocidental. Os títulos e as datas desses documentos mostram a atenção que se passou a dar àquele movimento: “*Trabalho do Partido entre as Mulheres*”, de maio de 1975; “*Ata do Ativo Feminino Convocado pela Coordenação do Comitê Central*”, de junho de 1976; “*Informes para a Comissão Feminina sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*”, de janeiro de 1978; “*Temas que aparecem no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e sobre os quais devemos elaborar uma posição*”, fevereiro de 1978; e “*Recuperação do trabalho do Partido entre as mulheres depois do golpe de 1964*”, de maio de 1979, este da Seção Feminina do Comitê Central. No documento de 1975 consta a referência à fundação do Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris, o Grupo de Estudos citado no capítulo II, indicando que já era tempo de se ocupar com a questão feminina.

Em março de 1974 realizou-se a primeira reunião de mulheres brasileiras residentes em Paris, com o intuito de analisar o problema feminino no país. Da reunião participaram 13 mulheres, a maioria com alguma formação política e todas com alguma experiência na organização de grupos de mulheres no Chile e na França [...]. Discutiram-se as experiências anteriormente colhidas nestes dois países e tomaram-se algumas premissas como base do trabalho novo na França. Estas premissas foram – o trabalho feminino é específico e exige estudos concretos e organizações de mulheres que permitam aprofundar o problema e propor soluções no quadro da luta de classes.³⁰²

No documento de 1978, são elencados os temas tratados no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: 1. Diferença entre opressão e exploração, 2. Autonomia do movimento feminino, 3. Ideia da superioridade da mulher em relação ao homem, 4. Família, 5. Necessidade de coerência entre a posição política dos militantes de Esquerda e o seu

³⁰¹ Essa autora dedica sua obra *Feminismo, o ponto de vista marxista* “às companheiras e amigas feministas brasileiras junto às quais vivi durante o longo exílio [...] às amigas e companheiras que ficaram em nosso país, no mesmo período, tentando – no meio das maiores dificuldades – encontrar um novo caminho para a luta libertadora da mulher. Sem elas, com suas opiniões críticas, idéias e sugestões; sem elas, com suas lutas criadoras, **eu jamais teria sido sacudida até os alicerces de minhas concepções dogmáticas e reunido forças suficientes para colocar no papel as reflexões que exponho neste livro**”. (destaque nosso) ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1985. p.VI.

³⁰² “Trabalho do Partido entre as mulheres”. DPCB, maio de 1975.

comportamento na vida privada, 6. Sexualidade. E consta análise dizendo que as integrantes do Círculo faziam uma diferenciação entre opressão e exploração, sendo que a primeira se aplicaria às mulheres por parte dos homens, independentemente da classe a que pertencessem. E se verificaria por meio da superioridade e dos privilégios masculinos. E a segunda, a exploração, se aplicaria de uma classe a outra, independentemente do sexo. Propunha o documento, em função disso, uma solidariedade ou irmandade feminina que unisse todas as mulheres. As comunistas incorporaram a ideia de opressão e da irmandade, mas criticaram a desconsideração da exploração de classe que muitas vezes contrapunham as mulheres.³⁰³

O PCB adere ao *feminismo*?

A análise do documento *A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*, resolução aprovada, ainda no exílio, pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, vulgo Comitê Central, permite constatar tanto a distância que a visão partidária para o trabalho feminino toma em relação à III Internacional, como as resistências encontradas na aproximação com as teses feministas.

Assim, pode-se encontrar em vários momentos do referido documento nítidas influências das ideias feministas. Condenam-se como preconceito e colocam-se na conta das ideias retrógradas as conclusões que levam à “natureza feminina” para justificar a inferioridade das mulheres no mundo do trabalho. Por mais que se admita a incidência do condicionamento secular que faz com que as mulheres, muitas vezes, se intimidem diante da participação na produção social, não se pode aceitar o *tabu* da “inclinação natural” para justificar sua condição subalterna. Ao contrário, a explicação dessa desigualdade que desfavorece as mulheres no acesso aos setores mais dinâmicos da produção pode ser encontrada na conjugação de fatores como orientação escolar e familiar carregada de preconceitos quanto aos papéis que cabem a cada um dos sexos; falta ou inadequação da formação profissional e demandas do mercado de trabalho; sobrevivência da dicotomia das funções e carreiras em função do sexo; falta de garantia de acesso ao emprego qualificado.

Outro ponto de aproximação, ou mesmo assimilação, das ideias feministas é quanto à maternidade como função social: “[...] se por questões biológicas, coube à mulher o papel

³⁰³ “Temas que aparecem no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e sobre os quais devemos elaborar uma posição”. DPCB, fevereiro de 1978.

principal na reprodução da espécie, isto não significa que a ela, somente, caiba a responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos.”³⁰⁴ Tal concepção leva não só à paternidade consciente e responsável, como à necessidade de equipamentos sociais que façam com que a sociedade se ocupe e se responsabilize igualmente pelas crianças, possibilitando assim a maior participação das mães na vida ativa do país. Leva também à maternidade consciente, isto é, o direito do casal de decidir se deseja ter filhos, quando e quantos por meio de uma política pública de planejamento familiar.

Porém, no que diz respeito a outro aspecto dessa questão, o aborto, verifica-se no documento certa dubiedade. Considera-se que é uma prática nefasta que traumatiza profundamente a mulher, além de poder causar-lhe graves danos físicos e, em muitos casos, levá-la à morte. E, mais adiante, defende o direito da mulher ao controle do seu próprio corpo e, conseqüentemente, o direito à realização do aborto, o que implica luta pela despenalização da prática, inicialmente, e legalização, a seguir.

Aparece também no documento uma tímida incorporação do conceito de patriarcado, tão caro ao *feminismo*, quando analisa a estrutura familiar brasileira. Considera que suas relações são baseadas na hierarquia e no autoritarismo patriarcal do chefe, a quem estão subordinados a mulher e os filhos.³⁰⁵ Aparece melhor a apropriação de tal conceito na fala de Zuleika Alambert em palestra proferida em dezembro de 1979, evento organizado pela Associação das Mulheres.

O que todas nós juntas aqui queremos é sair do gueto em que nos ilharam historicamente; ocupar na sociedade o lugar que nos cabe; ganhar uma fisionomia nova, própria, como seres pensantes e como tais criativos. O que desejamos é mostrar que valemos pelo que somos individualmente, com nossas qualidades e defeitos, e não porque somos uma imagem, um reflexo do pai, do irmão ou do marido com quem vivemos. Queremos é aparecer na sociedade com força e luz própria e todos esses quererem só podem nos unir, nos irmanar, nos tornar elos de uma mesma corrente, afluentes de um mesmo rio, independentemente da classe da qual somos oriundas. E essa unidade se forja entre nós pelo fato de sermos mulheres e, como tal, seres esmagados e oprimidos dentro de uma sociedade feita e organizada para o homem.³⁰⁶

³⁰⁴ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/ Novos Rumos, 1982. p.28-9.

³⁰⁵ Quando o documento foi escrito ainda vigorava o antigo Código Civil Brasileiro, com muitos artigos, especialmente os concernentes ao Direito da Família, que consagravam a inferioridade da mulher.

³⁰⁶ ALAMBERT, Zuleika. *A situação e organização da mulher*. Cadernos do Centro da Mulher Brasileira. n.1. São Paulo: Global, 1980. p.24.

Voltando à resolução, observa-se que reconhece a diferença entre movimento de mulheres e movimento feminista, atribuindo a este o papel de vanguarda, uma vez que se define como amplo, democrático, extrapolando as fronteiras de classe e reunindo mulheres em suas múltiplas formas de organização, buscando os mesmos objetivos maiores: transformação das condições de vida das mulheres, sua libertação e emancipação. Enfatizando seu caráter plural e a especificidade da questão da mulher, reafirma a sua necessária autonomia, condição que deve ser respeitada pelos partidos que nele atuam.

O documento aponta para o reconhecimento do movimento feminista em relação às diferenças de classe e de camadas sociais entre as mulheres. Tais diferenças fazem com que sintam a exploração e a opressão de formas diversas e, portanto, organizem suas lutas e palavras de ordem de acordo com suas respectivas ideologias. Mas observa que, se o movimento entende que a mulher existe enquanto *classe*, entende também, e valoriza mais, a sua existência enquanto *casta*³⁰⁷, isto é, inferior à outra parte, no caso os homens, o que possibilita sua unidade e atuação conjunta na defesa de seus interesses.

Na plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher, cuja versão atualizada em abril de 1982 foi publicada junto com o documento analisado, há uma breve referência ao direito da mulher sobre o próprio corpo. E no próprio documento, outra à sexualidade, quando afirma que

[...] será através do exame crítico de seu dia-a-dia (o trabalho doméstico, a maternidade, a criação dos filhos, a vida conjugal, sua sexualidade, os problemas do bairro) [...] que a mulher ganhará consciência de sua real situação dentro da sociedade e energias para lutar contra ela.³⁰⁸

As militantes que participaram da elaboração do documento, posteriormente aprovado pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, lembram-se que havia resistências mesmo entre elas com relação à bandeira da sexualidade³⁰⁹. Consideravam-na uma questão burguesa. Para o senso comum no Brasil, o sexo era tabu, além de alvo de preconceito e moralismo, o que se refletia no conjunto dos militantes do PCB. Tal situação se

³⁰⁷ A diferença conceitual que aqui se faz entre casta e classe é que a primeira é definida pelo nascimento e dela não se pode sair. Ao contrário da segunda, que ao menos teoricamente permite a mobilidade de uma para outra.

³⁰⁸ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/ Novos Rumos, 1982. p.73.

³⁰⁹ Ruth Tegon, em entrevista por telefone realizada em novembro/dezembro de 2010.

tornava mais delicada ao se considerar o conflito de gerações em tempos de mudanças tão radicais de valores nas décadas de 60 e 70. Se para o *feminismo* francês a posse do corpo e o domínio da própria sexualidade eram pontos de honra, no Brasil, representavam o limite das lutas feministas. Esse tema esbarrava no conservadorismo e causava polêmica.³¹⁰

Autocrítica?

Digno de nota é a autocrítica que o documento registra ao afirmar que, por incompreensão da dimensão da opressão feminina e subestimação do papel da mulher na sociedade, o partido não havia dado a devida atenção à questão. Pela mesma razão havia encarado com sectarismo o trabalho de massas junto às mulheres.

Afastamos dele os melhores quadros, por serem “bons demais” para o trabalho feminino. As demais foram relegadas às tarefas de infraestrutura do coletivo (tesoureiras, caseiras, tradutoras, datilógrafas) ou permaneceram simples donas-de-casa, a pretexto de constituírem a retaguarda de seus maridos e filhos. O machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenares refletiram-se em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão de trabalho por sexo também dentro do Coletivo.³¹¹

Sem negar a importância do trabalho realizado pelas militantes com as mulheres, entre 1945 e 1964, foi feita, no entanto, a ressalva de que aquele era tratado de uma perspectiva instrumentalista, isto é, nunca voltando sua reflexão e seu olhar para a condição da mulher, e sim referendando sempre as lutas gerais.

³¹⁰ Um exemplo disso foi a absolvição de Doca Street no julgamento pelo assassinato de sua mulher, Angela Diniz, em 1979. Tal caso ficou famoso pelo fato de a defesa ter alegado a “legítima defesa da honra” com base no Código Civil Brasileiro.

³¹¹ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/ Novos Rumos, 1982. p.63-4.

Como não se considerar vanguarda?

O documento em comento mantém a postura vanguardista ao pretender exercer o papel de orientador e organizador permanente do movimento feminista e, ao mesmo tempo, revela-se contraditório ao reconhecer o caráter autônomo do movimento. Estabelece tarefas estratégica e tática. A primeira seria “saber fazer convergir para o mesmo leito – o das transformações radicais das estruturas – todas as lutas feministas em curso”.³¹² A segunda seria mobilizar as mulheres na luta pela igualdade de seus direitos na atual sociedade, entendendo ser possível alcançar conquistas parciais ao mesmo tempo que se acumulam forças para transformações futuras mais profundas.

O documento ora analisado permite avaliar a dificuldade que as militantes que o elaboraram enfrentaram para aprová-lo.³¹³ Se em 1967 havia sido eleita só uma mulher para o Comitê Central, Zuleika Alambert, com as substituições foram cooptadas apenas mais duas, Marly Viana e Anita Prestes. Essas duas, exiladas na ex-União Soviética, haviam ficado distantes dos novos ventos feministas.

Dessa forma, o documento, provavelmente objeto de muita negociação, avança um passo e retrocede dois. Assim, reconhece a pertinência do movimento feminista para as lutas democráticas, a necessidade de sua autonomia para se travar a luta pela transformação da mulher e declara a adesão do partido a essa luta. Mas afirma que os esforços da ação partidária deveriam se voltar para a organização da mulher assalariada, contra a feição específica que sua exploração de classe adquiria. E, com a mesma perspectiva classista, dever-se-ia dar ênfase à luta para aliviar a mulher da periferia nas suas tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. Nota-se assim novamente a prevalência do viés econômico no trato da questão feminista.

Zuleika, em seu trabalho de divulgação da política de seu partido para as mulheres, na palestra anteriormente referida, continuava colocando a prioridade da luta do povo brasileiro no fortalecimento da frente ampla para a consolidação dos espaços democráticos e

³¹² COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/ Novos Rumos, 1982. p.69.

³¹³ Entre 1974 e 1976, depois do desaparecimento de vários de seus integrantes, o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, eleito no VI Congresso daquele partido, em 1967, havia se dispersado. Alguns foram assassinados, outros ficaram no Brasil clandestinos, e outros se exilaram em diferentes países. As substituições no órgão dirigente foram feitas em condições adversas, e as reuniões eram tanto mais espaçadas quanto mais difíceis de realizar. A composição daquele órgão dirigente se tornou ainda mais heterogênea quanto à formação, domínio de outros idiomas, experiências de luta, idade, entre outras.

para a reconquista das liberdades sequestradas pelo poder militar. Entretanto, considerava que para se atingir tal objetivo seria necessário que setores cada vez mais amplos da sociedade intervissem no sentido de reestabelecer a democracia no país.

Nessa visão, cabe às mulheres encontrar “as formas, os caminhos, os métodos de organização e o estilo de trabalho que permitam mobilizá-las” em sua luta por igualdade de direitos. Tal objetivo, eminentemente democrático, seria parte imprescindível de seu processo de emancipação. Sendo assim, as lutas das mulheres constituem, portanto, parte integrante e essencial da luta pela democratização da vida nacional. Em um movimento de mão dupla, é importante que as mulheres organizadas para travar sua luta contra a opressão de sexo convençam o conjunto dos movimentos democráticos de que já não querem mais atuar simplesmente em prol das lutas gerais. Que, embora não abduquem daquelas, tampouco estão dispostas a subordinar-lhes os objetivos específicos de libertação de sua condição. E, por outro lado, que, assim agindo, consigam cada vez mais e maiores espaços nas lutas gerais para sua luta específica. De tal maneira que os sindicatos, por exemplo, deixem de combater as estruturas e métodos especiais de luta das mulheres para estimulá-los, compreendendo que a emancipação da mulher será um componente que reforçará a emancipação de todos os trabalhadores.

Chama a atenção para o fato de que o movimento feminista, embora caiba às mulheres e só a elas, não deve se isolar do movimento democrático. Não só porque este lhe diz respeito, como também porque, quanto mais enredado esteja com ele, melhores possibilidades terão de se fazer ouvir, de conquistar adesão e aliados e de empreender suas conquistas. Considera que o movimento feminista não seja um movimento classista, já que pode unir mulheres de diferentes origens sociais pela discriminação e opressão que sofrem. Seja na família, no trabalho ou em qualquer das instituições sociais, em geral.

Entretanto, não abre mão do tratamento classista que o seu partido pretende conferir à sua atuação no movimento. Fala com habilidade política das divergências relativas às bandeiras, pois atribui a hierarquia das mesmas, aí sim, à classe social.

O que é prioritário agora para uma mulher da pequena burguesia ou da burguesia (ser dona do próprio corpo, por exemplo) embora seja uma necessidade também para a mulher operária, pode estar para esta e, certamente estará, em terceiro ou quarto lugar no plano de suas necessidades imediatas, ficando suplantadas por exemplo pela

necessidade de possuir ela uma creche onde possa deixar seus filhos enquanto trabalha.³¹⁴

Usando a linguagem política da Esquerda para se referir às classes sociais, Zuleika faz uma leitura da realidade de maneira a encaixá-la na teoria. E, acreditando ter autoridade para normatizar, afirma a necessidade de as organizações feministas disporem de paciência e tolerância para com o enorme leque de reivindicações específicas que se iniciam no trabalho, depois na família, em seguida na vida política, social, econômica, cultural, chegando até as relações humanas com a outra metade da humanidade, os homens. Alerta para a necessidade de se respeitar a hierarquia das reivindicações de cada uma das classes sociais se se deseja contemplar grandes contingentes de mulheres. Faz, no entanto, a ressalva de que nem por isso considera que se deve relegar para as calendas gregas os problemas *superestruturais*. Conclui chamando as mulheres “esclarecidas” (entre as quais se inclui) à responsabilidade. E apelando ao bom senso e à inteligência para que saibam buscar o que as une e deixem de lado suas divergências.

Zuleika termina a palestra conclamando à unidade na luta, o que no período da chamada abertura democrática se tornou quase um *mantra* do PCB na implementação de sua política de Frente Única na luta pelo retorno à normalidade democrática, em qualquer frente de atuação. A perseguição de tal objetivo, nesse episódio do movimento aqui tratado, faz notar outro aspecto. Inicia a palestra com uma interpretação da conjuntura, da qual é possível depreender a reivindicação da autoridade do PCB pela justeza da posição que acreditava ter adotado no combate à Ditadura desde que esta se instalara, ou seja, a de derrota da Ditadura pela política, e não a de derrubada pela força das armas. E, ao mesmo tempo, se defendia dos ataques de todos os outros setores da Esquerda.

Dessa forma, Zuleika apresenta a plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher elaborada por seu partido, para ser discutida, criticada, enriquecida pelo debate. E faz a ressalva

[...] Nós, comunistas somos homens e mulheres políticos; fazemos do estudo, da pesquisa uma ciência e não uma fonte perene de agitações por agitações, fazemos da nossa prática uma ação responsável onde entram em jogo, em primeiro plano, não os nossos interesses partidários, mas os interesses de toda a nação. Aqui estamos para

³¹⁴ ALAMBERT, Zuleika. *A situação e organização da mulher*. Cadernos do Centro da Mulher Brasileira. n.1. São Paulo: Global, 1980. p.24.

ajudar a resolver junto com todas as forças e correntes políticas interessadas os problemas políticos, econômicos e sociais bastante graves dentro dos quais se debate o país. Queremos confrontar nossas idéias com as idéias dos demais mas nos julgamos no direito de exigir que nos permitam esse confronto. Como exigimos também não sermos discriminados já que representamos no país e no mundo uma corrente de pensamento moderno bastante ponderável.³¹⁵

E a autonomia?

No discurso de Zuleika por ocasião dessa palestra, é possível flagrar algumas contradições, como a que se refere à autonomia do movimento, por exemplo. Refere-se a ela como se não associasse o nome ao fato: a necessidade de as mulheres buscarem com independência as formas de luta, os caminhos para se obter mobilização, os critérios de organização, os métodos e estilo de organização próprios. Utiliza a expressão com a conotação a ela atribuída pelas ativistas naquele momento, qual seja, a participação exclusiva de mulheres e a desvinculação partidária do movimento. E, com esse entendimento, afirma que a luta específica das mulheres não pode ficar circunscrita às fronteiras do movimento *autônomo* de mulheres se pretender se configurar como um verdadeiro movimento de massas. Pouco depois afirma o caráter democrático e *autônomo* do movimento, que deve se dedicar essencialmente à reflexão e à organização da luta, como um instrumento de análise e combate, simultaneamente.

A luta pela fatia de poder no movimento feminista reflete a luta política que então se travava entre o PCB em crise e desmoralizado na Esquerda e o embrião do PT, fundado dois meses depois da palestra. Pesava sobre o PCB o estigma da *reforma*, embora quase nenhuma organização de Esquerda sustentasse mais nas palavras ou nos planos táticos e estratégicos a tão sonhada revolução. Esta cada vez mais se distanciava no horizonte.

A fundação do PT, ao contrário, acontecia em clima de grande entusiasmo. Em um primeiro momento, aglutinou democratas ilustres e todas os demais segmentos da Esquerda, além de personalidades do mundo artístico, intelectual, cultural, científico. O novo partido não tinha entre seus objetivos o socialismo. Nem tinha uma perspectiva revolucionária. Mas tampouco parecia fazer falta para os seus fundadores, ou os que a ele aderiram. Catalisando todo o descontentamento e frustração política acumulada, representou naquele momento uma

³¹⁵ ALAMBERT, Zuleika. *A situação e organização da mulher*. Cadernos do Centro da Mulher Brasileira. n.1. São Paulo: Global, 1980. p.27.

grande esperança. E, se nem todas as feministas se filiaram ao novo partido, de qualquer modo, o olhar que se voltava ao PCB era de questionamento, desconfiança e muitas vezes de desclassificação.

O discurso de Zuleika nessa ocasião revela que a reflexão das mulheres de seu partido, reunidas no ativo de 1979, havia avançado no sentido de reconhecer o pessoal como político; de incorporar o conceito de *patriarcado* elaborado pela teoria feminista; de reconhecer os novos atores sociais e a demanda de ajuste da visão de democracia com o equacionamento da reivindicação de direitos frente ao Estado (ou a reforma dele); de reconhecer a autonomia do movimento entendido como composto só por mulheres.

Em relação ao pensamento de Ana Montenegro, foi possível observar, portanto, uma série de diferenças, entre as quais merece destaque o reconhecimento das limitações da teoria socialista quanto às relações interpessoais, por exemplo: “É evidente que, sem recuperar a temática da relação interpessoal, será muito difícil aos marxistas se libertarem da redução da questão familiar ao econômico e superarem a deformação sexualista da questão feminina”³¹⁶

Em obra de 1986, a autora revela desprendimento da visão etapista que pressupunha a emancipação das mulheres para depois da emancipação da classe operária, o que significa que, dentro dos limites de uma sociedade classista, não seria possível fazer conquistas parciais. Esclarece nessa obra que não considera possível a socialização do trabalho doméstico, da criação dos filhos, da plena participação da mulher na vida produtiva e social no sistema capitalista, o que não quer dizer que não se possam obter avanços. E vai mais além, reafirma o slogan marxista para a luta feminista “*Não há libertação da mulher sem revolução*”, mas incorpora o slogan feminista que respondia àquele: “*Não há revolução sem a libertação da mulher*”.

Além disso, lembra a contra-argumentação de Kollontai, que foi silenciada pela Revolução Russa ao colocar em pauta as relações homem/mulher. Dizia aquela que, ainda que os problemas da opressão da mulher só viessem a ser resolvidos com a chegada do comunismo, ninguém melhor do que os socialistas sabiam que, ao se tratar de ideologia revolucionária, esta tinha de nascer e se desenvolver com antecedência para se estabelecer como meta e objetivo estratégico. Zuleika afirma que na década de 20, as considerações de Kollontai repercutiram bastante na sociedade soviética em formação.

³¹⁶ ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

Em obra posterior de Zuleika Alambert, que se intitula *Mulher: uma trajetória épica*³¹⁷, é possível perceber outros avanços e apropriações da ideologia feminista. Embora tenha conservado a grandiloquência e o jargão da linguagem usada na vulgarização da teoria socialista, admite, por exemplo, o reconhecimento do corpo como *lócus* de dominação, reconhecendo, muitos anos depois, o corpo como ponto central do *feminismo*:

[...] Toda a opressão da mulher começa com a opressão de seu corpo. Ainda hoje o corpo feminino é objeto de escândalo e exploração. “O corpo é nosso” foi uma das palavras de ordem do feminismo das mais revolucionárias que já inventamos. Hoje as mulheres cantam o seu corpo e falam dele.³¹⁸

Entretanto, a compreensão e apropriação da bandeira feminista relativa ao corpo por parte de Zuleika não pode ser estendida ao conjunto de suas companheiras de partido, que já havia deixado de existir enquanto tal. E menos ainda às militantes remanescentes do Centro da Mulher Brasileira, que encontraram no movimento feminista um nicho de atuação. Para estas o tema ainda era tratado pela ótica da saúde da mulher.

³¹⁷ Idem. *Mulher: uma trajetória épica*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.

³¹⁸ ALAMBERT, Zuleika. *Mulher: uma trajetória épica*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997. p.87.

CAPÍTULO VII - GESTAÇÃO DO *FEMINISMO* EM SÃO PAULO

Movimentos Feministas ou Movimento Feminista?

Há um consenso entre as estudiosas do *feminismo* brasileiro³¹⁹: elas concordam que não houve, ou não há, *feminismo*, e sim *feminismos*. Entretanto, até 1980, quando, no Segundo Congresso da Mulher Paulista, as tensões acumuladas explodiram em grande conflito, considerava-se possível falar de *feminismo* no singular. Tratava-se de um movimento ainda incipiente, formado por simpatizantes das ideias feministas, as quais, ao mesmo tempo que desenvolviam suas identidades como tal, assimilando e incorporando gradativamente tais ideias³²⁰, se uniam, de maneira fluida, em um esforço para divulgá-las e fazê-las valer. Não atuaram em bloco. Mesmo as entidades que eram identificadas como mais próximas do que se conhecia como *feminismo* viviam suas contradições internas³²¹. Muito menos se organizaram em alguma entidade que se pudesse rotular como feminista, embora a Associação de Mulheres e o jornal *Nós Mulheres* se aproximassem um pouco mais dessa condição.

Chamar de movimento é mais do que categorizar como uma das ações sociais coletivas que tiveram lugar no período referido. O caráter coletivo, no caso, era muito mais atribuído pelas suas oponentes, ora para desqualificá-las, ora para considerar a procedência de suas posições. Já as oponentes viviam conflitos de identidades que consistia em vários embates internos: entre suas posições revolucionárias (em termos políticos) e conservadoras (em termos sociais); entre seus compromissos e vínculos políticos e suas realidades pessoais; entre suas leituras de mundo informadas pelas doutrinas que abraçavam e suas constatações sobre a realidade das mulheres em seus trabalhos junto às bases femininas, dos sindicatos e/ou da periferia; entre suas origens de classe (e as vantagens que lhes conferiam) e a classe para a qual voltavam suas ações. Nos casos mais extremos, as oponentes se manifestavam radicalmente contra o *feminismo*, adaptando a realidade às suas verdades, negando as próprias contradições.

³¹⁹ Heleieth Safiotti, Rachel Soihet, Sonia Alvarez, Maria Izilda Matos, Joana Pedro, entre outras.

³²⁰ Vera Soares dá seu testemunho de que só quando foi ajudar a organizar o Congresso das Mulheres Metalúrgicas, pelo *Brasil Mulher*, como tarefa partidária, é que se deu conta de que não era possível explicar a opressão feminina pelos aspectos econômicos, ou pela luta de classes. Começou então a considerar o *feminismo* como algo sério.

³²¹ A Associação de Mulheres e o *Nós Mulheres*, por exemplo, que originalmente estavam unidos.

Até então era inevitável reconhecer a procedência dos argumentos em várias das bandeiras colocados pelo *feminismo*, ou pelo que se entendia como tal. E em torno desses tópicos é que se estabeleciam os acordos para o desenvolvimento do trabalho. O respeito aos acordos, sem prejuízo dos conflitos, é que permitia a aproximação entre as que defendiam posições consideradas mais avançadas e as mais resistentes às novas formas de pensar a opressão da mulher. O depoimento de Vera Soares sobre a discussão dos temas polêmicos, como aborto e sexualidade, exemplifica a negociação havida no I Congresso da Mulher Paulista:

Nós do Brasil Mulher, e acho que o Centro de Desenvolvimento da Mulher também, concordávamos com a discussão, mas sem que sobre tais questões se levantassem bandeiras. A maior parte das mulheres da periferia que integravam os Clubes de Mães, os vários núcleos da Associação das Donas de Casa, do Movimento Contra a Carestia, eram ligadas à Igreja. Não era momento de confrontar aquela instituição.³²²

Entretanto, tais mulheres, mesmo ligadas à Igreja, não se inibiram ao falar de tais assuntos quando a oportunidade se apresentou. Expuseram suas vivências em depoimentos reproduzidos em matérias de jornais, como, por exemplo, a Folha de São Paulo.³²³

Beth Vargas, vinculada à Associação de Mulheres, ao comentar a participação daquela entidade no II e III Congressos (no I não havia voltado do exílio ainda), afirma:

Lógico que fazíamos concessões quanto à pauta. Do contrário não teria como participarmos. E o nosso interesse em participar era alcançar um público feminino mais amplo para fazê-lo pensar sobre a nossa pauta. A Associação também desenvolveu trabalho junto às mulheres da periferia com sua presença em algumas associações de mulheres.³²⁴

O movimento se caracterizava por um diálogo no significado mais amplo que essa palavra possui, quando se refere tanto à solução de conflitos, entendimentos, promoção de

³²² Depoimento de Vera Soares, em entrevista concedida à autora desta tese em 15 de setembro de 2010, em seu local de trabalho.

³²³ CASTILHO, Inês; NATALE, Denise. “A mulher e a repressão sexual”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 7 de março de 1979.

³²⁴ Depoimento de Elizabeth Vargas, em entrevista concedida à autora desta tese em 28 de novembro de 2010, em sua casa.

consenso, acordo, como também negociação, desacordo, recusa. Tanto pode ser complemento e solução como embate e confronto. Como sugerem os estudos de Linguística, “as relações dialógicas [são] como espaços de tensão entre os enunciados”³²⁵, elas devem ser entendidas como um espaço de luta entre as vozes sociais.

O movimento era tão interno quanto externo. Cada uma das ativistas da causa enfrentava as próprias contradições com avanços e recuos à medida que sofriam as provocações da grande imprensa, dos jornais alternativos, dos partidos de Esquerda, das direções sindicais. E das próprias companheiras, haja vista que as ações demandavam tomadas de posições. Nem o grupo que resistia ao *feminismo*, nem o que o defendia era homogêneo.

Entretanto, as ações conjuntas, os esforços para a publicação e manutenção de jornais que não dispunham de nenhuma subvenção, a realização de pequenos ou grandes fóruns de discussões, o empenho pela união dos vários segmentos atuantes no movimento de mulheres foram configurando um “campo”, conforme observa Pierre Bourdieu: “[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência [...] é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.”³²⁶ Trata-se de um universo relativamente autônomo que, mesmo dispondo de leis próprias, não escapa às imposições do macrocosmo. Dispõe, entretanto, em relação a este, de autonomia parcial mais ou menos acentuada. E permite assim que se estabeleça uma melhor relação entre texto e contexto.

Ainda que fosse um conjunto com fronteiras mal definidas e móveis, tal conjunto, composto por muitos outros menores e diferenciados, desenvolveu em suas integrantes um sentimento de pertencimento. A própria disputa pelo significado da palavra “feminista” estabelecia alguns parâmetros. Naquele grande conjunto se amalgamava o *feminismo* com a maior parte do movimento de mulheres. Havia espaço para todo tipo de ativista: as líderes dos movimentos populares; as que se organizavam por categorias profissionais, realizando encontros de mulheres nos sindicatos ou fora deles; as que participavam de debates na TV; as juristas que defendiam reformas nas leis e denunciavam a violência contra as mulheres; as que preparavam dossiês e apresentavam-nos na Assembleia Legislativa para subsidiar discussões

³²⁵ FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003. p.66. Apud: FIORIN, José Luiz. “Língua, discurso e política”. *Alea: Estudos Neolatinos*. Vol.11, n.1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, jan.-jun. 2009. p.148-65.

³²⁶ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. p.20.

sobre políticas de saúde para a mulher; as que faziam jornais; as que publicavam cadernos temáticos; as que faziam palestras; as artistas; as intelectuais; as acadêmicas; as sexólogas, entre outras. Mesmo que muitas delas concordassem entre si, e mesmo considerando os vários “rachas” já havidos nos jornais, nas entidades, nos eventos, as ações se somavam para colocar em discussão a opressão da mulher. Tratava-se realmente de movimento no sentido mais amplo que essa palavra pode adquirir.

Era difícil estabelecer critérios rígidos para afirmar quem, de fato, era feminista, até que voltassem as exiladas. Estas tinham mais conhecimento e vivência do assunto, pelo menos nos moldes em que foi construído nos países europeus. Ainda assim houve um estranhamento inicial quando chegaram. Eram consideradas sofisticadas pelas militantes que haviam permanecido no país. Entendiam como atrasado o trabalho desenvolvido aqui. Tal defasagem foi rapidamente superada em função da conjuntura. Sensíveis à situação de luta contra a Ditadura, as retornadas logo se juntaram às feministas locais, reforçando suas posições no Movimento de Mulheres.

Mais fácil identificar as diversas manifestações de resistência ao *feminismo*. E estas iam dos casos mais extremos³²⁷ aos menos fechados às novas ideias. Já foi visto aqui como a maioria das que atuavam no movimento de mulheres se autointitulavam feministas, atribuindo ao termo o significado na proporção de seu entendimento e conveniência. Certamente não estavam entre estas as militantes do MR8, organização que se considerava comunista e tinha como porta-voz o jornal *Hora do Povo*. Chamadas “*agapistas*” devido ao título do jornal, chegaram ao movimento de mulheres em 1980, quando este já havia adquirido visibilidade e importância como movimento de massas. E, como tal, já apresentava consistência pela qualidade e quantidade de organizações de mulheres que reunia, além da trajetória de lutas e reflexão. As *agapistas*, que se diziam representantes das mulheres do povo, não se reivindicavam feministas. Ao contrário, eram radicalmente contra o movimento feminista, e fizeram tudo o que puderam para acuá-lo e reduzi-lo, conforme se verá mais adiante.

O Movimento Feminista em São Paulo, tomado em seu sentido amplo, múltiplo e multifacetado, se construía e se reconstruía desde os anos 1975. Pela procedência e força de seu conteúdo e de seus propósitos; pela forma de suas manifestações – denúncias, debates, reivindicações; pela capacidade de provocar discussões, reações e reflexões e de interagir com os outros movimentos sociais. Aglutinava mulheres por meio da peculiaridade de sua linguagem e de seus jargões, da criação de valores e da normatização de posturas, da

³²⁷ Terezinha Zerbini sempre se declarou antifeminista e como tal atuou.

adequação de símbolos e rituais. As lutas que se travaram pelo poder no movimento também tiveram papel importante para a sua configuração.

Mas o que era ser feminista então?

No contexto do movimento no Brasil, especialmente em São Paulo, ser feminista significava defender as bandeiras específicas, mais do que as gerais. Não porque se discordasse destas, que estavam sempre ligadas às lutas pelo restabelecimento das normalidades democráticas. Tampouco porque existisse um consenso em relação às formas de combater a Ditadura. Entretanto, se ponderava que havia outras instâncias e fóruns de debate para tais questões.

As simpatizantes e defensoras do *feminismo* acreditavam que, a despeito de manifestarem seu apoio às lutas do povo brasileiro, as quais, afinal, também lhes diziam respeito, suas discussões deveriam pautar-se pela reflexão sobre os temas que lhes afetavam mais diretamente. Acreditavam que, assim procedendo, enriqueciam as aspirações democráticas, aperfeiçoando suas demandas. Assim, discutir e definir como um dos seus objetivos principais a luta por creches fazia mais sentido do que endossar a luta contra a carestia, por exemplo. Porque nenhuma outra instância de discussão e decisão daria a mesma atenção a tal problema.

O mesmo raciocínio aplicava-se à bandeira relativa à igualdade de salários para mesmas funções. Ou à questão da contracepção. Ou ainda para o que se tratava como dupla jornada de trabalho. Nenhum desses problemas era exclusivo da mulher, mas socialmente elas é que respondiam por eles. E, sem dúvida, elas eram as que mais os sentiam. Daí o argumento de que era um debate a ser travado só por mulheres. Levantar tais questões como bandeiras de luta exigia que o olhar das mulheres se voltasse para si e para a sua realidade. E, então, divulgá-las e introduzi-las como bandeiras de todo o movimento social. Portanto, a discussão era da alçada exclusiva das mulheres, e ainda cabia a elas encontrar os meios de convencer a sociedade de que suas reclamações, reivindicações e demandas eram justas. E de que não só elas como também os homens seriam beneficiados pela conquista de seus objetivos.

As feministas em São Paulo, entretanto, sabiam que essas bandeiras citadas, embora fossem demandas femininas, ainda não podiam ser consideradas *feministas*, uma vez que não questionavam o modo como a mulher estava inserida no contexto social. Afinal, o movimento

feminista comportava um componente de reeducação. Como afirmou Paul Singer, a respeito de uma faceta do *feminismo* contemporâneo:

Trata-se, antes mesmo de tentar mudar as relações sociais objetivas, de encontrar uma nova *identidade* para a mulher. Para que a mulher possa se libertar da sujeição que o comportamento dos outros – os homens – lhe impõe, é preciso que ela mesma se liberte antes dos valores, atitudes e preconceitos que desde criança lhe foram introjetados. O movimento feminista começa, portanto sua ação junto às próprias mulheres, propondo-lhes uma outra visão de si mesmas, que supere os sentimentos de autodepreciação, que uma eventual recusa aos papéis “femininos” não deixa de acarretar.³²⁸

Também entre as posições feministas estava a defesa da autonomia do movimento, esta entendida como o direito de autenticidade tanto no conteúdo como na forma e nas manifestações. Isso significava atuar com independência em relação às demais organizações e instituições políticas.

Entre as que não se identificavam com o *feminismo* havia as que se inseriam no grande leque da Esquerda, desde logo com variações de posições, e as que se afinavam mais com as posturas da Igreja. No leque da Esquerda estavam as que se inscreviam na visão socialista e conservadora do trabalho político com as mulheres. Tal visão, tratada no capítulo IV desta tese, se aplicava no contexto do final dos anos 70, incentivando e procurando dirigir o movimento popular em torno das demandas sociais por escolas, saúde, saneamento básico, contra o custo de vida, contra a Ditadura, pela paz, denunciando assim o desprezo do governo militar para com as necessidades do povo.

A luta por creches, nessa visão, cabia nas demandas de educação. O planejamento familiar e a contracepção cabiam no tópico saúde, desde que excluídos o aborto e a sexualidade, que envolviam, além de aspectos morais, ameaça às alianças políticas com a Igreja. A luta contra o custo de vida e o combate à Ditadura eram entendidos como o reforço e o apoio que as mulheres mobilizadas podiam conceder aos homens, que, segundo seu parecer, eram os protagonistas de tais embates. A luta por salário igual para igual trabalho e a luta pela paz cabiam nos propósitos da ONU para a década da mulher, os quais endossavam. Negociando em torno de tais posições, e contemporizando em nome da unificação do movimento mediante as lutas prioritárias, é que se formava o “campo”.

³²⁸ SINGER, Paul. “O feminino e o feminismo”. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1982. p.114.

As lideranças mais ligadas à Igreja, também com posturas mais ou menos ortodoxas, seguiam as posições doutrinárias sobre a mulher, constantes do capítulo II desta tese. Assim evitavam, ou se colocavam contra, assuntos como aborto e sexualidade. Reconheciam a importância da inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas nem por isso abandonavam seu discurso conservador que afirmava ser a mulher o esteio da família. O que denotava que ela deveria assumir a dupla jornada de trabalho, além de se responsabilizar pela educação moral dos filhos, e cuidar da harmonia familiar.

As que eram antifeministas e se colocavam em uma postura reacionária reafirmavam os papéis sociais da mulher nos moldes das sociedades tradicionais: dona de casa, rainha do lar, esposa fiel e submissa, mãe dedicada, a quem cabia toda a responsabilidade pela educação dos filhos, e trabalhadora não profissional que só saía de casa para trabalhar se fosse para complementar o orçamento familiar, quando o provedor (o marido/pai) não ganhasse o suficiente para o sustento da família. O que justificava que ganhasse menos que os homens, mesmo em iguais trabalhos.

Desvalorizando a representação, se preocupavam menos em ouvir o que as mulheres do movimento popular tinham a dizer. Disputavam o poder no movimento e a influência sobre as mulheres por meio de ações agressivas e manipulatórias. Embora assumissem a defesa da Paz, não tinham escrúpulos em lançar mão da violência para fazer valer suas posições. A maior resistência das que se colocavam contra as ideias feministas residia na recusa de refletir sobre as condições de subalternidade da mulher em diferentes e múltiplas situações sociais. Ou na aceitação de tal subordinação como *natural*, referendando assim a ideologia patriarcal.

Como militantes de organização política, assumiam atitudes que melhor se encaixavam nos estereótipos masculinos, ao procurar levar o conjunto das mulheres para a direção que consideravam correta, independentemente do que estas aspiravam. E como se as mesmas fossem destituídas de discernimento. Acabavam assumindo uma postura mais realista que a do rei, ao incorporar os valores machistas predominantes que defendiam a dependência da mulher.

É Bourdieu quem ajuda a entender que os agentes sociais, como no caso das agapistas no Movimento de Mulheres, têm disposições adquiridas, as quais ele chama de “*habitus*”, que são:

[...] maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições.³²⁹

As feministas, embora quisessem avançar mais nas discussões e reflexões, e dispusessem de elementos para isso, não estavam interessadas em se descolar do Movimento de Mulheres. Revelando um dos aspectos do *feminismo à brasileira*, não estavam interessadas em resolver exclusivamente seus próprios problemas. Tratava-se de uma causa, a qual estavam dispostas a defender, uma vez que compreendiam ser de interesse geral das mulheres.

Quais eram as ideias feministas?

As ideias feministas, entretanto, iam mais além daquelas que eram absorvidas e expressas pelo movimento de mulheres em São Paulo. Nos países onde elas primeiro se manifestaram, e nos quais mais avançaram, passaram por um momento inicial de constatação e denúncia da opressão da mulher. Tal descoberta causou indignação e revolta, o que levou muitas vezes a atitudes de hostilidade para com os homens, supostamente responsáveis por tal opressão. Levou também à retomada da reivindicação da igualdade, bandeira herdada da primeira onda feminista. Porém, com uma diferença: nas lutas sufragistas da primeira onda, as feministas estendiam a todos suas noções de igualdade baseadas nos princípios liberais. Colocavam ênfase, portanto, no individualismo e na competência.

O *feminismo* contemporâneo inspirou-se nos ideais socialistas, que se baseiam nas noções de solidariedade e libertação do operariado, o que o faz avançar em relação à fase anterior. Assim, estendeu sua aspiração de libertação às mulheres. Mas, como não encontrou na teoria socialista explicação convincente sobre a opressão da mulher, se encarregou de desenvolver a própria teoria, necessária para a formulação das reivindicações mais imediatas e para a continuidade do movimento.

³²⁹ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. p.28-9.

Nesse primeiro momento se uniram contra o que chamaram de *patriarcado*, fenômeno social ahistórico e categoria de análise que expressava colocarem-se em uma condição de subalternidade: as vidas de todas as mulheres eram marcadas e definidas por tal fenômeno. Sendo assim, por solidariedade, fazia sentido que elas desenvolvessem o sentimento de *irmandade*, o qual serviria de fermento para ganhar forças e lutar para mudar essa condição. Em função dessa perspectiva, criou-se outra categoria de análise: a *mulher*.

Judith Astelarra³³⁰ afirma que um olhar mais atento e novas reflexões levaram ao um aprimoramento do conceito de patriarcado: relações sociais que determinam a subordinação da mulher. Entenderam que tais relações fizeram com que as mulheres perdessem o poder de controlar sua capacidade reprodutiva, sua sexualidade e sua capacidade de trabalho. Entenderam também que a família patriarcal, que existiu em quase todas as sociedades, era a instituição social predominante no controle da mulher. Mas também se deram conta da historicidade do patriarcado, já que tanto as relações patriarcais como a família patriarcal sofriam variações de acordo com os modos de produção determinados. Variavam de sociedade para sociedade, bem como dentro de uma mesma sociedade, de acordo com o fator *classe social*.

Buscaram então as raízes do patriarcado e as encontraram na *ideologia patriarcal*, que é a que estabelece a hierarquia entre os sexos e a explica de diferentes formas em diferentes tempos históricos. Descobriram que quase todas as religiões sugerem o caráter divino de tal hierarquia. E as monoteístas traduzem a ideia de Deus para um homem. A filosofia, ao longo dos séculos (e até hoje), e o pensamento científico, desde que começou a se desenvolver, e especialmente no século XIX, trataram de conferir *naturalidade* a tal hierarquia.

Por esse caminho, entenderam que não havia Estado patriarcal, mas que o Estado capitalista atual, para garantir a sua continuidade, regula duas instituições sociais que subordinam as mulheres: a família e o trabalho assalariado. O Estado capitalista atual é classista, e não patriarcal. Assume essa feição, no entanto, porque a classe dominante é constituída pelos capitalistas, que em sua esmagadora maioria são homens.³³¹

Não foi imediatamente que as pensadoras do *feminismo* se deram conta de que não era possível tratar a mulher com tal padronização. Os diversos segmentos de mulheres (índias,

³³⁰ ASTELARRA, Judith. "Patriarcado: Estado, Ideologia e Política". In: ASTELARRA, Judith; KIRKWOOD, Julieta; ARDAYA, Gloria. *Feminismo, Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

³³¹ Ibidem.

negras, idosas, operárias, burguesas etc.) que entraram no cenário das lutas sociais, aqui e ali, fizeram perceber que não era possível estabelecer objetivos únicos para tamanha diversidade. Não se tratava de *mulher*, mas sim de *mulheres*. Ao ser adotado o plural, a categoria de análise perdia sua força. Assim como o patriarcado passou a demandar um estudo caso a caso. A necessidade da compreensão da origem e da trajetória da opressão feminina foi se impondo à medida que aumentou o conhecimento das condições de subalternidade em que as mulheres viviam.

A igualdade civil, cultural, social, econômica e política era um objetivo perseguido por algumas mulheres já fazia um século. Muitas dessas mulheres no passado, por circunstâncias, se dedicaram a temas periféricos aos problemas da mulher. A novidade trazida pela segunda onda feminista foi que as mulheres, em quantidades crescentes, começaram a desenvolver teses sobre si mesmas. Até então predominavam aquelas elaboradas pelo homens, ora para questionar, ora para formatar a condição feminina. Em qualquer momento que tenham sido escritas, não podem ser separadas dos seus contextos.

Os estranhamentos entre o *feminismo* e a Esquerda

É novamente Judith Astelarra³³² quem chama a atenção para o estranhamento que as reivindicações e reflexões feministas causaram nas organizações e partidos de Esquerda, o que levou à necessidade da autonomia do movimento. Não havia receptividade para que as mulheres discutissem suas questões nas instâncias partidárias. Nem elas se sentiam à vontade para isso. A autonomia, que passa a ser princípio defendido por todas as feministas, adquiriu caráter organizativo e político. Escaldadas e desconfiadas das relações de poder, as feministas procuraram romper com os modelos tradicionais de organização, nos quais prevaleciam a hierarquização e desigual distribuição de poder.

Buscando alternativas para garantir a plena participação das mulheres, chegaram aos *grupos de autoconsciência*. Estes deram oportunidade para que todas se pronunciassem e percebessem o quanto haviam assimilado a opressão e o quanto ajudavam a reproduzir a mentalidade machista. Permitiram também que as mulheres percebessem que os problemas por elas vividos em caráter individual eram, na verdade, comuns a todas. Que estavam

³³² ASTELARRA, Judith. “Patriarcado: Estado, Ideologia e Política”. In: ASTELARRA, Judith; KIRKWOOD, Julieta; ARDAYA, Gloria. *Feminismo, Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

presentes tanto nas relações pessoais como nas sociais. E que eram todos permeados pelas relações hierárquicas entre os sexos.

Ficaram claras então as discordâncias do *feminismo* com a Esquerda. Elas existiam nas formas de organização, nas formas de elaboração da teoria, nas mudanças pretendidas e nos meios de atingi-las.

Na organização evitaram-se estruturas muito formalizadas, com papéis rigidamente definidos e hierarquias estabelecidas e duradouras. Criaram-se pequenos grupos que se coordenavam entre si para realizar atividades concretas e estabelecer programas a médio prazo. A estrutura organizativa adotada era informal e as mulheres eram eleitas como representantes somente para determinadas ocasiões e objetivos específicos. Embora se respeitassem os mecanismos de liderança, e o poder se constituísse de maneira informal, ambos tinham de ser permanentemente legitimados.

Nas formas de elaboração da teoria, o *feminismo* se diferenciou porque exigiu de si mesmo manter o intelectual próximo do pessoal. Daí a importância dos grupos de autoconsciência.

A teoria havia sido convertida em um discurso abstrato, distante dos seres humanos concretos e suas inquietações cotidianas. Em uma sociedade em que a técnica e a ciência se converteram em fonte de poder, a manipulação do discurso teórico também o era entre os militantes de esquerda.³³³

O *feminismo* desenvolve, assim, os conceitos de sexo e gênero estabelecendo as diferenças entre eles; sistematiza os fatores de poder que condicionam a mulher, e comprova que vão além do aspecto político; dá concretude e historicidade à divisão social do trabalho; e avança na compreensão da importância do vínculo entre história e desenvolvimento da sensibilidade.

A noção de gênero, e sua condição de categoria de análise histórica elaborada pela teoria feminista, ainda estava em gestação no período que este estudo compreende. Tal formulação muito contribuiu para o entendimento de que sexo é apenas um dado biológico que não determina a mulher.

³³³ ASTELARRA, Judith. "Patriarcado: Estado, Ideologia e Política". In: ASTELARRA, Judith; KIRKWOOD, Julieta; ARDAYA, Gloria. *Feminismo, Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988. p.54.

A divulgação desses estudos passa a indicar que os papéis imputados a homens e mulheres nada mais são do que construções sociais e culturais. Permite, também a apreensão dos símbolos e das representações sociais que definem o masculino e o feminino e, em decorrência as relações de poder contidas nesses conceitos.³³⁴

O desenvolvimento do conceito de gênero permitiu uma relativização na compreensão da opressão por meio dos estudos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres, cultural e historicamente produzidos. Levou, inclusive, ao entendimento de que tais modelos “enjaulavam” não só as mulheres, como os homens também. Permitiu entender melhor a cultura e a mentalidade machista que permeia a sociedade. A teoria feminista, mediante vários campos do conhecimento, flagrou a insuficiência dos clássicos modelos teóricos de análise, que não davam conta de explicar as mulheres como sujeitos políticos, históricos, sociológicos, antropológicos.

A teoria feminista, tão rica em seus questionamentos e formulações, entretanto, nem sempre subsidiava a urgência do Movimento Feminista, que lutava pela conquista imediata de todos os espaços dos quais as mulheres se sentiam alijadas. Dessa forma, coube ao *feminismo* enfrentar na prática o maior reduto da cultura machista: a política. Era nesse campo de atuação que se colocava um dos extremos mais conservadores da sociedade. Ali se situava um dos redutos machistas que mais pontuava as diferenças dos espaços reservados aos homens e às mulheres. A política institucional era, por excelência, a vida pública, historicamente reservada aos homens.

As mudanças pretendidas pelo *feminismo* passaram por questionamentos do caráter estatista da mudança social na qual se empenhou a Esquerda. E também da dicotomia “reforma-revolução”, flagrando nela a ausência de preocupação e de proposta de transformação dos aspectos patriarcais da sociedade. O *feminismo* insistiu na importância de se mudar também as relações pessoais e as ideias que fundamentavam as relações entre homens e mulheres. Dessa forma, chegou ao slogan “o pessoal é político”. E aos seus desdobramentos: a exigência do desenvolvimento de políticas que transformassem a família e a regulação da sexualidade; e a busca de novas formas de convivência entre os sexos.

Para tais pretensões de mudanças, o *feminismo* contemporâneo se propôs a alterar a própria concepção de *política*, de modo a que não existisse a separação tão drástica entre o

³³⁴ PRÁ, Jussara Reis. “Gênero e feminismo: uma leitura política”. In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela (Orgs.). *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

privado e o público, e reconceitualizar a noção de poder, para aplicá-la também ao poder interpessoal. Com tal perspectiva, se empenhou para que se cumprissem, na prática, os direitos que as mulheres têm de estendê-los ao campo em que não existiam. Por exemplo, ao livre exercício de sua sexualidade.

Sem adiar suas reivindicações, o *feminismo* contemporâneo estendeu seu raio de ação política, colocando demandas ao Estado, traduzidas em leis e ações governamentais; exigindo reformulações de posturas de todas as instituições sociais, econômicas e culturais; e buscando inovações nas relações pessoais e nas organizações primárias da sociedade, como na família, por exemplo.

Igualdade versus diferenças ou luta pela igualdade com respeito às diferenças?

A intensidade da formulação teórica do *feminismo* questionava e ao mesmo tempo alimentava o movimento. Tornou-se importante conhecer com mais profundidade as mulheres e suas realidades. Conhecer-se exigiu voltar-se para si e examinar em todas as dimensões a opressão que lhes havia sido imposta. Voltaram-se para a análise dos vários aspectos nos quais se manifestava a subalternidade da mulher e para as maneiras de superá-la. A dominação havia tomado formas políticas, econômicas, sociais, culturais e também corporais. A consciência de que seus corpos eram o ponto inicial de opressão fez com que se detivessem a analisar o argumento ancestral e fundamental para justificar a opressão. Seriam elas *naturalmente* inferiores?

Enquanto muitas pesquisadoras se debruçavam sobre tais estudos, se tornou urgente a luta pela emancipação. A começar pelo corpo. O direito ao prazer que seus corpos poderiam proporcionar foi uma descoberta para a maioria das mulheres. Até então, os preceitos religiosos e morais lhes apresentavam o sexo como obrigação matrimonial, vinculada à reprodução. O prazer não fazia parte do “pacote”. Ao contrário, em muitos contextos adquiria a feição de pecado e implicava culpa. A minoria das mulheres que tomaram caminhos contrários à mentalidade cristã e aos valores morais construídos pela “civilização ocidental” era estigmatizada e marginalizada.

A reivindicação da igualdade logo foi posta em dúvida. Que tipo de igualdade se almejava? Desejavam mesmo ingressar na vida pública, ou apropriar-se do universo masculino, com os valores estabelecidos pelos homens ao longo de séculos? A luta pela

igualdade implicaria abdicar da cultura feminina? Quais características da cultura feminina eram positivas e, portanto, deveriam ser preservadas? Como tratar de questão tão crucial para as mulheres como a maternidade, mesmo considerando que tal questão tenha sido socialmente construída? Como não abdicar a subjetividade? Foi então que surgiu o reconhecimento da diferença, com todas as suas consequências para o encaminhamento das propostas apresentadas pelo Movimento. Aperfeiçoando a compreensão do fenômeno social da opressão da mulher, o Movimento passou então para outro patamar no fundamento de suas lutas: a luta pela igualdade, agora, passava pelo respeito às diferenças.

Quanto mais se promoveram estudos sobre as mulheres, mais se valorizou o que se chamou de cultura feminina, isto é, os modos e meios desenvolvidos por elas para conviver com a cultura machista. Na cultura feminina estavam presentes, e eram valorizadas, a sensibilidade, o subjetivo, as emoções, valores menosprezados na gestão masculina do mundo. Tais valores, unidos à razão, faziam a diferença. A crítica que se fazia à cultura machista levou muitas vezes a uma idealização do universo feminino como uma contraposição ao universo masculino, como se a partir de então correspondesse às mulheres estabelecer parâmetros e modelos sociais. O rico debate entre as teóricas do *feminismo* fez ver que tal postura competitiva, na verdade, não fazia mais do que reproduzir em outra versão o que se condenava na cultura machista. A historiadora Maria Odila da Silva Dias foi uma das pensadoras que teorizou a respeito.³³⁵

As bandeiras de luta foram se modificando. As questões específicas tomaram outras feições. Dessa forma, se no Brasil, num primeiro momento, a luta por creche era entendida como questão específica, uma vez que se considerava tanto a maternidade como a educação dos filhos como responsabilidade das mães, já no momento seguinte deixava de ser um problema exclusivo das mulheres para ser uma demanda social.

O Movimento Feminista, grosso modo, dividiu-se em duas correntes, com muitas versões de cada uma. A corrente radical colocou ênfase nas mudanças pessoais. Desconfiadas das instituições políticas e sociais, suas adeptas proporcionaram a criação de espaços próprios de mulheres, na medida do possível, isolados do restante da sociedade. A chamada corrente “socialista” tendeu a manter as vinculações com outras forças sociais e a desenvolver políticas face ao Estado, dentro ou fora dos marcos governamentais.

³³⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Estabeleceu-se, entretanto, uma relação dialética entre ambas as correntes, pois, embora os objetivos pudessem parecer contraditórios, eram na verdade complementares. Sem que as mulheres se juntassem para discutir suas questões em organizações próprias, era difícil ter clareza nas suas propostas de como lutar pela transformação da sociedade. Igualmente, sem que as mulheres se dispusessem a estabelecer o diálogo com as instituições sociais, correriam o risco de elaborar e fazer propostas nos moldes patriarcais, cuja crítica lhes dava a razão da existência. Dessa forma, o movimento se viu diante da responsabilidade de incorporar as duas correntes, na medida em que amadurecia e desenvolvia flexibilidade e pluralismo, dando lugar a todos os setores e correntes, bem como a todas as experiências importantes para sua causa.

O I Congresso da Mulher Paulista

O I Congresso da Mulher Paulista ocorreu em março de 1979. Entretanto, não foi o primeiro momento em que ativistas do movimento de mulheres de São Paulo se encontraram para discutir as questões que afetavam esse subconjunto da população.³³⁶ Desde 1975, quando se realizou na Câmara Municipal o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, evento já citado anteriormente, comemorava-se o Dia Internacional da Mulher na cidade, sempre com debates e discussões sobre o tema. Em 1976, a comemoração do 8 de março reunira uma série de lideranças daquele trabalho político. O Centro de Desenvolvimento da Mulher, os jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, o Movimento Feminino pela Anistia, Associações de Donas de Casa e Clubes de Mães reuniram as mulheres em uma comemoração pública no MASP (Museu de Arte de São Paulo) com filmes e debates.

No ano seguinte, a comemoração se deu na Fundação Getúlio Vargas, convocada pelas mesmas entidades, com o acréscimo da Sociedade Brasil Mulher³³⁷. Discutiu-se então a situação da mulher na sociedade, especialmente as de baixa renda. Houve também em 1977 outra comemoração na Igreja da Penha, na qual mulheres das Associações de Donas de Casa e dos Clubes de Mães discutiram sua organização e suas reivindicações.

Em 1978 ampliou-se ainda mais a comemoração com manifestações nos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André e na Igreja do bairro da Ponte Rasa. No Tuquinha, auditório

³³⁶ A jornalista Inês Castilho, em matéria assinada no jornal *Folha de São Paulo*, datada de 8 de março de 1979, relaciona as comemorações anteriores.

³³⁷ Em função das modificações feitas no corpo editorial do jornal *Brasil Mulher*, já citado anteriormente.

da PUC (Pontifícia Universidade Católica), nove grupos femininos e feministas, entre os quais aqueles que haviam organizado os atos dos anos anteriores, reuniram-se para discutir a situação da mulher na família, na comunidade e na sociedade em geral e elaborar um primeiro documento de reivindicações da mulher paulista. Tal documento serviu de base para outro, a Carta dos Direitos da Mulher, formulado por ocasião das eleições e encampado por alguns dos candidatos para compor a Câmara dos Deputados da chamada ala “autêntica” do MDB.

A capacidade de conquistar adeptas não era ilimitada. Em um dos programas “Abertura” que a TV Tupi levou ao ar, isso ficou claro. Esse programa, produzido e dirigido pela atriz Norma Bengell, entrevistou mulheres nas ruas do Rio de Janeiro. Inquiridas sobre o necessário para ser feliz, responderam (sobretudo as mais velhas) que bastava um bom marido, uma boa casa e filhos. Quanto à liberdade, respondiam em *tese* que se tratava de fazer o que bem entendessem, sem prejudicar a si mesmas ou ao outro. E nenhuma se declarou oprimida em aspecto algum.

De acordo com a jornalista Neide Martins: “A mulher, em geral, não tem conhecimento dela própria como mulher ou como ser participante de um processo histórico.” Mas, a propósito do I Encontro da Mulher Paulista, emergiu o questionamento sobre se esse tipo de comemoração poderia despertar “essa brutal massa inconsciente”. Sem grandes ilusões, afirma a jornalista que, de qualquer modo, é o “[...] começo de quem está começando a se conhecer”. Entretanto, é possível afirmar que, se nem todas as mulheres atendiam aos apelos do *feminismo*, tampouco a generalização feita por Neide Martins quanto à alienação era procedente. Mais vale pensar na enorme variedade de posturas entre uma e outra posição.

De acordo com a lembrança de Vera Soares³³⁸, na reunião realizada no Tuquinha em março de 1978, discutiu-se muito mais sobre o que a conjuntura política demandava naquele momento do que sobre a condição das mulheres, que era onde havia muito mais consenso. A discussão política e as divergências giravam em torno das maneiras de se enfrentar a Ditadura, embora concordassem quanto à necessidade de se lutar pelas liberdades democráticas.

Quanto às questões da mulher, afirma ela, ainda estavam construindo suas posições, de sorte que ainda não havia suficiente substância para gerar maiores discordâncias. Tanto que a insistência de Cida Kopkak, a mais importante liderança das Associações de Donas de Casa, para juntarem todas as mulheres em um encontro ou congresso encontrou grande receptividade entre as entidades presentes naquela reunião, de acordo com suas lembranças.

³³⁸ Depoimento de Vera Soares, em entrevista concedida à autora desta tese no mês de setembro de 2010, em seu local de trabalho.

O propósito das militantes do *Brasil Mulher* (que juntava mulheres do PCdoB, da AP, do MEP e outras que tinham trajetória de organização) era fortalecer o movimento popular de mulheres e nele colocar as questões do *feminismo*. Assim, incrementando um objetivo bem concreto como era a luta por creches, ao mesmo tempo se provocava a reflexão quanto ao porquê dos filhos serem de responsabilidade maior, ou exclusiva, da mãe. E, por outro lado, fortalecer essas organizações de mulheres, para que ganhassem autoconfiança, aumentassem seu potencial de luta e se tornassem independentes da Igreja, a cujas paróquias estavam ligadas.

No entanto, o movimento de mulheres e o movimento feminista, que ora se contrapunham, ora se confundiam, ora se uniam, já haviam percorrido um trajeto mais sistematizado. Ou, ao menos, dado os seus primeiros passos e acumulado alguma experiência, em 1979. Como observou Lúcia Amaral, ativista da Associação das Mulheres:

O I Congresso em 1979, foi para as feministas, o Congresso da descoberta. Nossos problemas tinham eco nas mulheres da periferia. Mesmo questões como sexualidade, direito ao prazer, que julgávamos fora do universo dessas mulheres, ocuparam um espaço grande nas discussões que foram feitas, e com muito interesse de todas as participantes. Foi um congresso com linguagem e temas essencialmente feministas.³³⁹

As comemorações do Dia Internacional da Mulher naquele ano se multiplicavam e tomavam diferentes formas. Aconteciam em outras localidades do estado de São Paulo e em outros estados do país. E na cidade de São Paulo, onde o encerramento do I Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar, pode ser considerado a principal, outras aconteceram. As mulheres se reuniram para comemorar seu dia, discutindo propostas e reivindicações na Igreja de São Miguel Paulista, convocadas pelos Clubes de Mães. O programa da apresentadora Xênia, da TV Bandeirantes, convocou para a tarde do dia 8 mulheres interessadas a debater com mulheres do povo e com líderes feministas convidadas. A *Femina*, central prestadora de serviços, especializada em fornecer assessoria e orientação feminina, promoveu um ciclo de palestras no Auditório do Sedes Sapientiae, mediante inscrições pagas. Os temas e as palestrantes foram: “Retrospectiva Histórica da Participação

³³⁹ AMARAL, Lúcia. O balancê do mulherio. *Em Tempo*. São Paulo, 8 de março de 1981. Lúcia Amaral, conhecida como Cuca, era proveniente do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Feminina no Brasil”, por Jany Rachkovsky; “A mulher e o Trabalho”, por Carmem Barroso; e “Sexualidade Feminina”, por Marta Suplicy.

Na Câmara Municipal de São Paulo, o ato convocado pelo Movimento Feminino pela Anistia foi presidido pela advogada Silvia Pimentel, professora da PUC-SP. Dele participaram a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Movimento Renovação Cristã e Diretório do MDB. O Movimento Feminino pela Anistia, até então, vinha organizando junto com as outras entidades as comemorações do 8 de março, embora com certo desconforto por discordar de qualquer enfoque feminista³⁴⁰. Lideradas por Terezinha Zerbini, as entidades anteriormente referidas se reuniram em um ato com a finalidade de propiciar uma reflexão sobre a função da mulher como agente transformador na sociedade, dando prioridade ao enfoque do menor, devido ao Ano Internacional da Criança, decretado pela ONU naquele ano.

Zerbini³⁴¹ fez questão de diferenciar o ato da Câmara do ato do Teatro Ruth Escobar, afirmando que o primeiro tinha um caráter político mais abrangente por estar ligado à necessidade de transformar o país em uma democracia real. Espetou, assim, as adversárias no seu “calcanhar de Aquiles”. Tratava-se da polêmica *lutas gerais x lutas específicas*. Profundamente identificadas com a luta pela democratização do país, as organizadoras do I Congresso, entretanto, tinham outras identificações e compromissos políticos, no caso o compromisso com as lutas pela libertação da mulher, cuja legitimidade Terezinha Zerbini não reconhecia, nem admitia. O caráter conservador do ato da Câmara encontrava fundamentos também na resistência da Igreja à discussão da Reprodução e Controle da Natalidade, que, inevitavelmente, trazia à tona a questão do aborto.

Questões polêmicas no temário

O temário do Congresso foi previamente definido pela pesquisa realizada nos bairros. As participantes trataram do trabalho doméstico, situação da mulher trabalhadora, creche, educação e sexualidade feminina, reprodução e controle de natalidade, e participação da mulher na sociedade.

³⁴⁰ Cabe lembrar o conflito protagonizado por Terezinha Zerbini e Joana Lopes no jornal *Brasil Mulher*, quando a primeira discordava da publicação de matérias que tratasse da condição feminina sob qualquer aspecto.

³⁴¹ Cf.: CASTILHO, Inês; NATALE, Denise. “A mulher e a repressão sexual”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 7 de março de 1979.

No espaço de tempo entre o Encontro de 1975 e o Congresso de 1979, período no qual o movimento de mulheres cresceu e se tornou vigoroso, as ideias feministas ganharam terreno, bem como enfrentaram grande preconceito. O assunto “sexualidade” estava entre os que se colocavam na conta do *feminismo* com sentido pejorativo, isto é, as ideias eram consideradas fora de tempo e lugar na sociedade brasileira.

Entretanto, a inclusão de tal assunto no temário do Congresso, que causou grande alarde na imprensa, não se deveu tão somente à adesão das organizadoras a tais ideias. Foi uma pesquisa desenvolvida por Daise Beker, médica psiquiatra do Serviço de Orientação à Família³⁴², com sete anos de experiência, com 4 mil mulheres de baixa renda familiar que revelou que 50% delas eram frígidas. Assim foi que tal discussão no Congresso partiu da seguinte pergunta: “Quais as causas da frigidez feminina?” E as respostas surpreenderam até mesmo quem achava que a sexualidade não estava entre os problemas das mulheres trabalhadoras da periferia. Ou pelo menos não entre os principais. Entre quinhentas e mil mulheres reunidas no Congresso,

Mulheres de classe média e da periferia, a maioria com formação cristã, aplaudiram a proposta de um dos grupos de trabalho de se cortar o himem da menina logo ao nascer para se acabar de vez com o tabu da virgindade. Falaram de masturbação, da falta que sentem do carinho masculino, de vergonha e medo do marido. Da educação cristã repressora, do cansaço pelo trabalho excessivo, do uso que a propaganda faz do sexo e que deveria ser substituída pela informação sobre sexualidade. Da tensão criada pelo medo de engravidar, do sexo contido antes do casamento, das dificuldades financeiras.³⁴³

A sexualidade não foi o principal assunto do Congresso, mas certamente causou impacto pelo ineditismo de um questionamento coletivo e público à dupla moral sexual que vigorava. E também por todas as relações que se estabeleceram entre a sexualidade e as condições materiais precárias de vida da grande maioria das mulheres.

Na discussão sobre “reprodução e sexualidade”, veio à tona outro tabu: o aborto. Embora alguns grupos tenham pedido a legalização de tal prática, houve controvérsias, pois outros argumentaram que seria preciso evitar filhos, e não abortá-los. A herança cristã se fazia

³⁴² O jornal *Folha de São Paulo* contava em seu corpo editorial com muitas jornalistas que eram também ativistas do Movimento Feminista. Isso fez com que o assunto encontrasse maior espaço de publicação e, consequentemente, alcançasse maior repercussão e provocasse mais polêmicas. CASTILHO, Inês; NATALE, Denise. “A mulher e a repressão sexual”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 7 de março de 1979.

³⁴³ Ibidem.

ainda mais presente nesse tema. Entretanto, a discussão do assunto foi importante para flagrar o elevado número de abortos clandestinos e as mortes decorrentes da falta de perícia e assepsia nessa prática, realizada com frequência por pessoas despreparadas.

Inevitável a ligação com a ausência de políticas públicas dirigidas ao planejamento familiar. Em lugar delas, o que havia – e foi denunciado – eram políticas de controle de natalidade, escamoteadas pelo governo sob a rubrica de Programa de Prevenção de Alto Risco, promovidas pelo Estado em conjunto com a BENFAM. Tal organização, vinculada às indústrias farmacêuticas, promovia a distribuição indiscriminada de anticoncepcionais às mulheres. A aprovação da luta pelo direito de livre arbítrio para a concepção ficava, entretanto, distante da realidade da maioria das mulheres, que não tinham acesso à educação, à informação, ao conhecimento e domínio de seus corpos, entre tantas outras razões que levavam à gravidez indesejada. Tais razões mantiveram o aborto na ordem do dia. Tanto como ocorrência como enquanto demanda de legalização.

A discussão sobre o trabalho partiu da pergunta “trabalho doméstico é trabalho?”. E a reflexão levou à constatação da desconsideração que esse trabalho sofria em razão de não estar inscrito diretamente na ordem dos interesses de lucro dos patrões. E possibilitou ainda estabelecer relações com a falta de oportunidades de profissionalização da mulher, com o preconceito, com o machismo que exige a mulher presa aos afazeres domésticos, com as diferenças salariais entre homens e mulheres para trabalhos iguais e com a falta de creches. Este último tema pode ser mais aprofundado, em razão de haver um acúmulo de organização e mobilização voltado para essa demanda.

O documento final do Congresso relativiza as discussões específicas, apresentando um relatório síntese das mesmas. E reverencia os demais movimentos políticos, mas nem sempre populares (campanha pela anistia, movimento grevista de várias categorias profissionais, movimento contra a carestia, entre outros), como berço que embalou o movimento de mulheres por suas reivindicações específicas. Afirma ser aquele Congresso **ponto de partida** para as reivindicações específicas³⁴⁴. E conclui:

³⁴⁴ Novamente a disputa pela primazia, como no Mito Fundador tratado por Joana Pedro. Cf.: PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol.26, n.52. São Paulo, 2006.

E, em todos os grupos de discussão do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos. Por isso achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que “os outros” não tem tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que os seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.³⁴⁵

Assim se pode constatar que, se o Congresso foi feminista em sua pauta, não se pode dizer o mesmo de suas resoluções.

Ligações com os demais movimentos sociais

As participantes do Congresso, assim, estabeleceram uma ponte com os demais movimentos sociais, elencando as suas lutas na seguinte ordem: (1) por melhores salários; (2) pelo direito de greve; (3) por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças; (4) contra o trabalho noturno para ambos os sexos; (5) para que as empresas aceitassem pessoas com mais de 35 anos; (6) por melhores condições de vida, moradia e trabalho; (7) pela profissionalização das mulheres; (8) pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas; (9) pela garantia de emprego para a gestante e para que as mulheres não fossem obrigadas a provar a não gravidez quando da admissão ao emprego; (10) pelo fim da educação repressiva e diferenciada dos sexos; (11) contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente; (12) pelo direito de ter os filhos que se desejar; (13) pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho; (14) pelo direito de se organizar e expressar livremente; (15) pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

³⁴⁵ Excerto extraído de *O Documento*, documento elaborado por participantes do I Congresso da Mulher Paulista, sem data e sem assinatura, pertencente à coleção do CIM.

Observa-se na relação das lutas uma diluição das questões que diziam respeito mais especificamente às mulheres, uma vez que nem aparecem encabeçando a lista, sendo colocadas entre tantas outras gerais. De qualquer modo, foram definidas três prioridades. A primeira foi a “luta por Creches totalmente financiadas pelo Estado e pelas empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças, e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica”. A segunda foi a luta pela equiparação salarial para trabalhos iguais e por melhores salários. E a terceira foi “contra o Programa de Gravidez de Alto Risco e pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida”³⁴⁶.

Se a ligação com os demais movimentos sociais revela uma inteligente estratégia das organizadoras do Congresso para conquistar a adesão e o apoio dos mesmos para suas causas, por outro lado revela mais uma vez uma face do *feminismo à brasileira*. Respeitando a conjuntura política, a ideologia das militantes do movimento de mulheres e, principalmente, a realidade brasileira, não era possível fazer uma depuração do que se tratava ou não de pauta exclusivamente feminista. E, mesmo não sendo assim consideradas, as discussões e resoluções do Congresso representaram avanço e ampliação em relação ao temário que, até então, era reconhecido e admitido como pertinente.

Jany Raschcovsky, socióloga, jornalista e pesquisadora das associações das donas de casa da periferia, em sua palestra “Retrospectiva Histórica da Participação Feminina no Brasil”, lembrava que naquele momento o importante era aproximar as mulheres intelectuais das moradoras da periferia, na busca pela unificação do movimento. Isso se daria por intermédio de um programa de organização de um Movimento *Feminista* no Brasil, por mais que a palavra ainda despertasse tantos preconceitos. De acordo com ela, era preciso partir para uma definição clara do significado do *feminismo*:

A condição da mulher na sociedade não é determinada pela sua formação biológica, mas sim pelas formas sociais estabelecidas, que se reveste, no caso da mulher de dupla opressão: a opressão de classe, comum a homens e mulheres indistintamente, e a opressão sexual, mais específica das mulheres.³⁴⁷

³⁴⁶ I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. *O Documento*. Documento elaborado por participantes do Congresso. São Paulo, 1979. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

³⁴⁷ RASCHCOVSKY, Jany. “Definição para ‘feminista’”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 9 de março de 1979. p.44.

O mais importante naquele momento e naquela realidade, afirmou ela, seria a mulher conquistar espaço profissional no mercado de trabalho, a partir do qual poderia melhor desenvolver “uma consciência aguda e clara das causas que a colocam em um plano secundário no processo social”³⁴⁸.

Nos grupos de discussão do Congresso ainda se fazia confusão quanto à expressão *feminista*. As participantes repudiavam a afirmação do senso comum de que a mulher que reivindicava era feminista e feminista era contra os homens. Declaravam que a luta era sim a favor de direitos.

A luta por direitos iguais expressa na prioridade dois das resoluções do Congresso era ainda o princípio norteador das lutas feministas no Brasil. E pela força, intensidade e antiguidade das desigualdades, tal princípio repercutiu enormemente. O conceito de gênero, que ainda estava em gestação, é que iria permitir a reflexão sobre os papéis sociais atribuídos à mulher. E faria entender, por exemplo, por que a luta por creches só era uma luta de mulheres, por que a elas fora atribuída a função social de mãe, diferente da função biológica, e a responsabilidade na criação dos filhos. Entretanto, aquela bandeira de luta, no *feminismo* brasileiro do fim dos anos 70, era uma luta específica, que pode ser colocada na conta da união do movimento de mulheres com o movimento feminista.

O objetivo expresso do Congresso³⁴⁹ era atender a uma demanda de troca de experiências entre as várias iniciativas dispersas de mulheres e buscar um encaminhamento comum, sempre que possível. Também se fazia menção a superar as dificuldades sentidas em relacionar as questões específicas com as questões gerais.

Algumas questões que interessavam particularmente às mulheres foram levadas em movimentos mais amplos e ali se perderam. E outras vezes, por um temor injustificável de “dividir” não ousamos colocar nossas questões específicas no bojo dos movimentos chamados mais amplos.³⁵⁰

³⁴⁸ RASCHCOVSKY, Jany. “Definição para ‘feminista’”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 9 de março de 1979. p.44.

³⁴⁹ O objetivo do Congresso foi explicitado em um folheto didático distribuído junto à convocatória do Congresso, aparentemente para ser divulgado entre as pessoas que se dispusessem a aplicar os questionários da pesquisa e trabalhar pela realização do evento. I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. *Por que o Congresso?* Folheto desenvolvido para distribuição entre participantes do Congresso. São Paulo, 1979. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

³⁵⁰ Ibidem.

O argumento de que os movimentos sociais voltados para questões sociais específicas, como o de mulheres, o de negros e o de homossexuais, dividiam o movimento de oposição e, portanto, comprometiam a unidade necessária na luta pela derrubada da Ditadura era recorrentemente usado pelos vários segmentos da oposição, particularmente pela Esquerda, conforme se pode constatar, por exemplo, na matéria sobre Departamento Feminino publicada no *Brasil Mulher*:

Apesar do movimento feminino e feminista ser hoje um fato, apesar do trabalho do movimento feminista concretizado, por exemplo, na realização do I e do II Congressos da Mulher Paulista, trazer importantes contribuições e incentivo à organização das mulheres, acusa-se este movimento feminista e a organização das mulheres na sua luta de dividir a classe trabalhadora. É esta posição míope que não deixa perceber que o aumento do grau de consciência da mulher só fortalecerá as lutas gerais da categoria e possibilitará a incorporação de grandes contingentes de mulheres nestas lutas.³⁵¹

Mas o objetivo principal do I Congresso era incrementar a organização de mulheres em todos os bairros e entidades de classe, com a perspectiva de criação de uma coordenação que centralizasse o encaminhamento das lutas, “incluindo, mas não diluindo em si os diversos grupos já existentes”³⁵².

A constituição do poder no I Congresso

As entidades que convocaram e organizaram o I Congresso foram a Associação das Donas de Casa, Sociedade Brasil Mulher, Clubes de Mães, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Mulheres, Movimento do Custo de Vida, Frente Nacional do Trabalho, Oposição Sindical SABESP e CETESB e Casa de Cultura de Guarulhos. Mas outras organizações também apoiaram o evento³⁵³.

As primeiras cinco organizações, que formaram a coordenação do Congresso, eram compostas por mulheres e com trabalho voltado para as mulheres. As outras quatro, com outra natureza e composição, se não tinham trabalho acumulado com mulheres, possuíam força

³⁵¹ DEPARTAMENTO Feminino: um desafio. *Brasil Mulher*. São Paulo, s/d. p.3.

³⁵² Ibidem. p.3.

³⁵³ O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a Igreja de Vila Matilde, na Zona Leste, e o Serviço de Orientação à Família - SOF, na Zona Sul, ajudaram recebendo as inscrições.

política para compor a liderança do evento. Lembra Vera Soares³⁵⁴ em seu depoimento que havia sim uma coesão das entidades promotoras do Congresso, o que não quer dizer que não havia discordâncias.

A Frente Nacional do Trabalho, de acordo com ela, foi chamada a compor a coordenação muito provavelmente porque, de alguma forma, estava ligada à Igreja e à Oposição Sindical, em cuja periferia política se encontrava Cida Kopkak. Mas, de qualquer maneira, a presença de tal entidade na coordenação ampliava a representatividade, ajudava a dar visibilidade e conferia maior legitimidade ao evento. No relatório de uma de suas representantes, publicado no boletim da entidade, consta o elogio à sua parceira, que, mesmo em estado avançado de gestação, “soube encaminhar bem as discussões e fazer propostas concretas para que o Congresso não se perdesse em *feminismos*”³⁵⁵. Tratava-se de ajudar a contrabalançar um pouco as propostas da Associação de Mulheres, que, segundo Vera, puxava um pouco mais para a pauta feminista. Naquele momento, isso se traduzia por colocar na ordem do dia principalmente as discussões como o aborto, a sexualidade, a opressão sofrida pelas mulheres.

Entre os documentos referentes a esse Congresso – folhetos produzidos pela comissão organizadora dirigidos aos colaboradores, chamamentos, convocatórias, informes e relatórios das representantes das entidades na coordenação, proposta básica de temário, documento final do Congresso, artigos e matérias jornalísticas –, percebe-se certa discrepância nas informações e análises. Assim, por exemplo, embora a maior parte deles coincida em afirmar as nove entidades promotoras do Congresso, um dos folhetos/chamamentos apresenta um componente a mais, qual seja, Metalúrgicas de São Paulo. Aparentemente não se tratava do Sindicato, mas sim de militantes do Sindicato que se incluíam como organizadoras, o que, sem dúvida, lhes conferia autoridade no evento, independentemente de terem participado da preparação do mesmo. Era uma forma de chegar por cima ao controle do evento. Ou mesmo de se promover, e se afirmar, junto à direção sindical ou junto às bases da militância sindical, de predominância masculina.

Tal procedimento era possível porque a coordenação, dispondo de poucos recursos, contava com a reprodução descentralizada dos documentos. Mas colocava em alerta a legítima coordenação e estreitava os laços entre as pessoas que a compunham, para que

³⁵⁴ Depoimento de Vera Soares, em entrevista concedida à autora desta tese no mês de setembro de 2010, em seu local de trabalho.

³⁵⁵ Ela se referia a Eneida Soler, uma das coordenadoras da mesa das plenárias do Congresso. BOLETIM DA FNT. n.79. São Paulo, Frente Nacional do Trabalho, abril de 1979.

ficasse claro quem dava as coordenadas. Para a realização do II Congresso, tratou-se de contornar esse problema com a utilização de papel timbrado. Mas esse expediente de caráter burocrático não foi suficiente para evitar o grande conflito de poder que nele se instalou e que comprometeu seu desfecho.

O documento, que recebeu o título “Por que o Congresso?” e não foi assinado, aparentemente foi feito pelo núcleo inicial que teve a ideia de realizá-lo e mobilizou-se para isso. Explica os caminhos da pesquisa³⁵⁶, planejada por meio de um roteiro de entrevistas; define como público-alvo prioritário mulheres trabalhadoras e donas de casa da periferia, grupos femininos e feministas; e termina chamando para participar da organização do Congresso mulheres que representassem grupos femininos e feministas já organizados e mulheres que tivessem condições de mobilizar parcela do público estabelecido como prioritário.

Outro folheto foi dirigido às “*companheiras*”³⁵⁷ com um chamamento à colaboração na dinâmica do Congresso. Neste vinham descritas as tarefas, as quais demandavam algum preparo. Tratava-se de coordenar os trabalhos dos grupos, orientando as discussões; conferindo os inscritos e, eventualmente, preenchendo fichas de inscrições; prestando esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos; escolhendo a relatora, se houvesse alguém no grupo em condições de fazer apontamentos sobre as discussões, ou acumulando a função, entre outras. O documento fazia ainda referência ao “APOIO”, equipe que se encarregaria das tarefas práticas, tais como distribuição de lanches, recolhimento de crachás e outras.

Nota-se, portanto, nesse documento de organização do Congresso uma clara delimitação de poder, deixando claro quem mandava; quem tinha algum poder de mando, mas também obrigação de obediência; e quem apenas se encarregava de cumprir tarefas. E assim se definiu uma hierarquia que diferenciava as autoras do chamamento, ou seja, as idealizadoras e organizadoras do Congresso, que distribuíam as tarefas, das colaboradoras, divididas entre as coordenadoras dos grupos, com menor autonomia de iniciativa e decisão, e o pessoal do “APOIO”, os tarefeiros. Se a hierarquia das funções era necessária à organização do Congresso, a divisão das atribuições não deixava de expressar a organização do poder.

³⁵⁶ Uma extensa pesquisa prévia, capaz de levantar os interesses e as insatisfações das mulheres, foi feita. O recurso da pesquisa qualitativa, embora pouco prático e funcional (calculou-se em cerca de duas horas a aplicação de cada questionário), contribuiu para a mobilização para o Congresso.

³⁵⁷ Tal tratamento, herança da Esquerda revolucionária, e mais especificamente dos revolucionários cubanos, era destinado àquelas consideradas parceiras nas lutas políticas, ainda que fossem adversárias.

A certeza da participação popular de mulheres com baixa escolaridade, prevendo dificuldades para encontrar quem estivesse apto a fazer anotações, constituía outra discrepância indicadora de poder. Observou Radha Abramo em artigo sobre o Congresso:

[...] de um lado, as representantes das elites intelectuais (estudantes, jornalistas, sociólogas, etc); e de outro, as trabalhadoras em geral. O primeiro grupo é minoritário, expõe relatórios de grupos de trabalho sobre questões relativas ao papel social da mulher com enfática convicção teórica e num linguajar construído por jargões tribais. O segundo é majoritário. As relatoras, na maioria se esforçam na construção das frases e muitas vezes se perdem quando tentam expor seus problemas e a conclusão a que chegaram seus grupos de trabalho. O vocabulário é precário, as frases curtas. Mas os conceitos são de absoluta clareza e se referem aos problemas da sociedade brasileira.³⁵⁸

A jornalista expressou o que o linguista José Luiz Fiorin afirmou com outras palavras:

A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para seus membros. [...] o léxico é aprendido em função das experiências de vida e qualquer pessoa é capaz de aprender qualquer setor do vocabulário, se ele tiver algum sentido para ela.³⁵⁹

Ainda que houvesse tal distanciamento entre as linguagens das organizadoras do Congresso e a grande maioria das participantes, cabe observar que havia um grande empenho por parte das ativistas oriundas da pequena burguesia em se juntar com as mulheres do proletariado. Por mais que suas realidades sociais fossem diferentes, estavam unidas para compreender melhor a sua opressão e sintonizadas na oposição à Ditadura em suas variadas e múltiplas manifestações.

De acordo com julgamento de Maria Moraes³⁶⁰, integrante do jornal *Nós Mulheres* e militante do Grupo Debate, que se fez feminista no exílio, a dinâmica do Congresso foi democrática, pois garantiu o direito à palavra a todas as componentes de cada grupo. Estas,

³⁵⁸ ABRAMO, Radha. “A senhora de preto”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1979.

³⁵⁹ FIORIN, José Luiz. “Política linguística no Brasil”. *Gragoatá*. n.9. Niterói, 2º. Sem. 2000. p.221-31.

³⁶⁰ MORAES, Maria. “Mulher! Abra os olhos”. *Nós Mulheres*. São Paulo, 6 de março de 1979.

por sua vez, demonstraram saber de seus problemas e cuidar para que suas posições estivessem contempladas e não sofressem interferências de opiniões pessoais de relatoras que contrariassem as conclusões parciais dos grupos.

É verdade que o fato das perguntas serem propostas pelas expositoras e a existência de coordenadoras nos grupos, funcionando como correia de transmissão da comissão organizadora, deixava em aberto a possibilidade de manipulação das discussões.³⁶¹

A observação da feminista, no entanto, faz pensar. Sua atenção para possibilidades de manipulação expressaria uma prática recorrente de imposição de conclusões? Haveria por parte das militantes organizadoras do Congresso uma necessidade de fazer valer suas opiniões, mesmo quando contrariassem as opiniões expressas nas discussões dos grupos? Tal prática era aceita entre as militantes das distintas organizações, adeptas dos *conchavos*³⁶²?

³⁶¹ MORAES, Maria. “Mulher! Abra os olhos”. *Nós Mulheres*. São Paulo, 6 de março de 1979.

³⁶² Conchavo ora adquiria o significado de conciliação, ora de conspiração, mas era uma forma frequente de negociação e acordo entre as várias organizações de Esquerda, nos mais variados fóruns de discussão, para fazer contemplar as posições das partes com maior poder de pressão política, nem sempre coincidentes com as posições aprovadas em plenárias. No raciocínio vanguardista, era suposto que quem participava do conchavo tinha mais discernimento do que o plenário.

CAPÍTULO VIII - AS RELAÇÕES DE PODER

A Constituição do poder no Movimento Feminista

Cleide Alves dos Santos³⁶³, uma das entrevistadas para esta tese, testemunha a discrepância da linguagem a partir de outra ótica. Filha de trabalhadores rurais do Paraná, com posições políticas conservadoras, seus pais migraram com os filhos para Santo André. Seu pai, que, em função da necessidade, desenvolveu múltiplos ofícios, no estado de São Paulo trabalhou como carpinteiro e mestre de obras na construção civil. Cleide vem em terceiro lugar no conjunto de treze irmãos. Até seus 15 anos ajudou sua mãe a criar os irmãos menores. E então começou a trabalhar como costureira em confecções. Quando pôde estudar, fez curso de auxiliar de enfermagem. Teve um filho de sua primeira união, e vive hoje com seu segundo companheiro.

Cleide entrou para a militância por meio da luta por direitos desrespeitados na fábrica em que trabalhava. A Igreja foi o canal para o seu engajamento. Atuou em grupo de jovens, depois em sindicatos e por esse caminho se tornou ativista do movimento de mulheres junto à Associação de Donas de Casa. Assim chegou ao *feminismo*. Atuava na Associação de Donas de Casa da Zona Sul e depois da Zona Leste desde o alvorecer do movimento de mulheres em São Paulo.

Não é possível negar que Cleide Alves dos Santos seja uma *feminista histórica*, uma vez que esteve presente no movimento desde os seus primeiros momentos e nunca o abandonou. Dominou os assuntos então discutidos, desenvolveu trabalhos importantes na educação política e na mobilização de mulheres. Entretanto, apesar de ser reconhecida como um dos esteios do movimento, sendo muito respeitada entre as companheiras, não goza do mesmo prestígio que as demais junto ao público externo. Mesmo tendo atuado como importante liderança, não teve a correspondente visibilidade no palco das disputas. Para alcançar tal posição, que certamente indica poder, ela teria de dominar a palavra, ter uma escolaridade diferente e ter atuado em partido de Esquerda para aprender as artimanhas e o jargão utilizado na conquista “democrática” da palavra.

³⁶³ Depoimento de Cleide Alves dos Santos, em entrevista concedida à autora desta tese em 9 de setembro de 2010, em Santo André - SP, em sua casa.

Seu depoimento ilustra a distância que se estabelecia entre as que dominavam a palavra e o saber construído e aquelas que não haviam tido oportunidade de desenvolvê-lo. Quando inquirida se alguma vez havia se sentido desprestigiada ou em desvantagem em relação às demais companheiras, ela respondeu:

Eu ainda me sinto assim, eu acho que essa coisa de eu não ter uma carreira acadêmica, e não ter criado facilidades pra me expor publicamente assim em grupo, falar em microfone, fazer essas coisas, me deixou com certa desvantagem, eu senti isso sim. Mas eu vivo meio que assim, trabalhando isso, né? Olha não pode todo mundo ser estrela nessas histórias, alguém tem que gostar de fazer o trabalho mais de base. E aí eu tenho mais facilidade pra fazer isso, gosto de fazer isso, só que às vezes você sente falta de um palco. Mas vou ter que me conformar com isso, porque agora, então, eu tenho mais dificuldade ainda de palco, porque eu esqueço o fio da meada, fico nervosa.³⁶⁴

Maria Amelia Teles, a Amelinha, militante que atingiu plenamente a condição de *feminista histórica*, confirma que a trajetória em organização de Esquerda conferia desenvoltura e convicção, vantagens que somavam pontos para a conquista e o exercício da liderança. Filha de estivador comunista, entrou para o Partido Comunista do Brasil em 1960, ainda adolescente. Ao seu capital político acrescenta-se a disposição que sempre teve para fazer trabalho com as massas populares.

Eu sou uma feminista que aprendi com os comunistas. Eu nunca tive medo do poder eu acho que lutar pelo poder é absolutamente normal... todo mundo luta pelo poder. Agora é lógico que você pode fazer uma relação democrática com esse poder. Não é porque você está no poder que você não se relaciona com quem não está, não favorece quem está fora do poder pra entrar... Falar em fortalecer as mulheres quer dizer querer que a mulheres exerçam seus poderes. Que elas tem o direito de exercer e devem exercer. [...] E eu acredito muito na proposta do movimento feminista em relação ao poder. Ele apresenta uma quebra de estereótipos. Que era assim, não tem importância que seja gorda, magra, baixa, feia, bonita, se você está vestido assim ou assado. Aqui nós somos todas iguais, nós somos mulheres e estamos lutando.³⁶⁵

³⁶⁴ Depoimento de Cleide Alves dos Santos, em entrevista concedida à autora desta tese em 9 de setembro de 2010, em Santo André - SP, em sua casa.

³⁶⁵ Depoimento de Maria Amélia Teles – ativista do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista desde os anos 70 –, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

Diz ela que aprendeu muito com o *feminismo*, particularmente com relação ao poder:

[...] quando nós discutíamos as nossas representações era um processo mais transparente. Porque nós somos todos iguais, mas pra falar lá quem é que vai falar? Primeiro tem que ser uma pessoa que tem tempo de ir lá falar. Era assim que a gente escolhia. Não adianta não ter tempo, você ser ótima e não ter esse tempo. Outra coisa, saber o que vai falar. Porque vai falar o que nós discutimos. Se não pode continuar a discussão então você não vai lá falar. Você tem que falar o que nós discutimos.³⁶⁶

Amelinha faz questão de destacar que não é da geração de 68, mas sim de 64, quando houve o golpe, primeiro grande impacto que sofreu na sua vida de militante.

[...] Eu nunca fui do movimento estudantil. Não falo isso com gosto, eu falo até com tristeza, mas eu nunca fui. A minha história é outra. Eu vi as marchadeiras de 64. Eu falo que o meu feminismo tem data, é de março de 1964. Porque eu chorei quando eu vi as mulheres pobres, negras, faveladas, empregadas domésticas, aquelas mulheres que eu lutava para que elas fossem libertadas, elas estarem contra nós chamando o João Goulart de comunista, quer dizer pelo fim do comunismo que o comunismo era uma ameaça. Era esse o discurso da Igreja Católica e contra a Reforma Agrária, porque eu sempre tive um sonho de ver esse país com a Reforma Agrária. Isso era na minha adolescência, eu tava saindo da minha adolescência e vi isso.³⁶⁷

Seu segundo momento de aproximação com o *feminismo* foi quando Beth Friedman veio ao Brasil. Ouviu com atenção o discurso da norte-americana. E se identificou. Mais ainda quando viu o deboche da feminista feito pel'*O Pasquim*.

Amelinha não teve tanto poder em seu partido como teve no Movimento Feminista, no qual se tornou uma referência, graças ao trabalho que desenvolveu junto aos clubes de mães na Zona Sul da cidade. Trabalhando no *Brasil Mulher* desde o começo, levava grandes quantidades desse jornal para vender nas reuniões que aconteciam nas igrejas. Para isso, tinha de convencer os padres das respectivas paróquias.

³⁶⁶ Depoimento de Maria Amélia Teles, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

³⁶⁷ Depoimento de Maria Amélia Teles, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

Eu entendia mais a questão da mulher, porque eu tive sempre o contraditório do meu lado. Porque era o seguinte, se eu ia pichar um muro, nenhuma colega minha ia, porque o pai não deixava, o namorado não deixava, o irmão não deixava, a mãe não deixava, ninguém deixava. E eu, meu pai dizia, vai milha filha você tem mais é que ir. Não era um comunista qualquer, porque eu acho que tem muitos comunistas que depois eu vi que não deixavam a filha fazer nada. Nem as filhas, nem a mulher, ele era um tradicional pra família, ele era comunista pra fora. Então eu ia para tudo quanto é lugar. Quando eu olhava era só eu de mulher. Tanto que os meninos falavam pra mim “vai você que você é mulher”, quando tinha que entrar na casa de fulano pra gente conversar. “Vai lá que você é mulher, aí depois você chama a gente.” Porque eu trabalhava muito em favela naquela época.³⁶⁸

Sua capacidade de mobilizar grandes contingentes de mulheres para os eventos refletia sua liderança e seu trabalho junto às mulheres da periferia, realizado em conjunto com suas companheiras de partido, Lourdinha e Teresinha. E era o que lhe dava prestígio e respeitabilidade junto às feministas: “É porque eu trabalho, eu mobilizo as mulheres. Tem que trazer as mulheres? Vamos lá que eu busco elas. Então isso garantiu um poder pra mim.” Mas se reconhece o próprio poder, não deixa por isso de considerar certa desigualdade nele.

E ao mesmo tempo, evidentemente, que as mulheres que sabiam expressar melhor esse sentimento, esses anseios acabavam tendo mais poder do que as outras. Então era até contraditório, porque nós queríamos todas pertencer ao mesmo poder, só que umas tinham mais poder do que as outras.³⁶⁹

O nível universitário e o domínio do saber escolarizado das militantes despertavam nas ativistas e nas *bases* que não os possuíam mais do que admiração. Era fonte de prestígio e poder. O que não poucas vezes dava margem ao arbítrio. Assim, muito se falou em nome das *bases*, mas nem sempre houve real consulta a elas. E quando houve, nem sempre se reproduziu o que realmente elas expressaram, como se observa nas resoluções de Congressos e nos entendimentos (conchavos) que se interpunham entre as discussões e os documentos finais desses eventos.

³⁶⁸ Depoimento de Maria Amélia Teles, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

³⁶⁹ Depoimento de Maria Amélia Teles, em entrevista concedida à autora desta tese em novembro de 2009.

Vera Lúcia Soares³⁷⁰, de origem pequeno-burguesa, com sólida formação escolar³⁷¹, desenvolveu seu aprendizado político enquanto estudante universitária, entre final dos anos 60 e início dos anos 70. Tendo ingressado na Ação Popular³⁷², foi transferida pelos dirigentes daquela organização do movimento estudantil para o movimento de mulheres por volta de 1976/77. Aderiu ao *feminismo* gradativamente, a partir da prática no trabalho com mulheres: no Congresso da Mulher Metalúrgica, no jornal *Brasil Mulher*, na atuação nos Congressos da Mulher Paulista etc. Tornou-se uma *feminista histórica*.

Vera Soares lembra como, em algumas situações, prevaleceu uma postura tática, de vanguarda, como no caso do I Congresso:

Eu acho que provavelmente iam aparecer as divergências, porque muitas pessoas achavam que na questão das mulheres deveria ser dado um enfoque mais feminista, falar de aborto, por exemplo. E nós [do Brasil Mulher] dizíamos “não vamos nesse momento bater de frente com a Igreja”. Talvez essa fosse um pouco a nossa diferença com a Associação de Mulheres. Nós dizíamos “nós vamos colocar a questão no debate, tá certo?”, mas não como bandeira de luta. Então, nos grupos que a gente acompanhava [...] discutíamos isso, que a mulheres tinham que ter direito de opção de querer ou não ter filhos, mas não tirávamos como bandeira isso, porque essas mulheres, a gente dizia, estavam organizadas dentro da Igreja. Primeiro nós temos que fazer com que percebam que elas precisam ter uma organização autônoma, serem representantes no bairro, nesse conjunto de lutas que tem, né? Nesse ponto a gente acabava fazendo aliança com a menina da Frente Nacional do Trabalho que também era um pouco arredia com essa coisa do feminismo.³⁷³

O poder no Movimento Feminista da segunda metade da década de 70, e dos Congressos, pode ser hoje identificado pela categoria *feminista histórica*, criada, obviamente, a posteriori.

³⁷⁰ Depoimento de Vera Soares, em entrevista concedida à autora desta tese no mês de setembro de 2010, em seu local de trabalho.

³⁷¹ Fez o ensino básico no Liceu Pasteur, o curso técnico de Química e o curso universitário de Física na USP.

³⁷² A Ação Popular, que se inspirava no marxismo cristão, acreditava e apostava no movimento de massas.

³⁷³ Depoimento de Vera Soares, em entrevista concedida à autora desta tese no mês de setembro de 2010, em seu local de trabalho.

A categoria “feminista histórica”

Para o estabelecimento da categoria “feminista histórica”, vamos encontrar fundamentos teóricos em Norbert Elias, quando esse pensador analisa a ordem hierárquica interna de uma comunidade.

[...] esses padrões de avaliação estão quase sempre implícitos fazendo parte de um sistema axiomático comunitário de crenças; e em geral a classificação é expressa por meio de simples termos de valor que têm o caráter de codificações. [...] Eles podem ser utilizados com gradações ou conotações suficientes para deixar claro aos iniciados qual é a [sua] posição efetiva [...] na hierarquia de status. Ao conceituar dessa forma a ordem hierárquica de uma comunidade, extrapola-se e se verbaliza uma configuração que nunca é conceituada e verbalizada no mesmo nível por aqueles que a compõem. Não obstante, essa ordem sempre tem um padrão extraordinariamente firme e definido, como também o têm os atritos que a acompanham.³⁷⁴

O Movimento de Mulheres, incluindo nele o Movimento Feminista, se constituiu como uma comunidade. O poder nessa comunidade ficou com as lideranças que se consideravam, e consideravam umas às outras, como vanguarda política. Ao conceito de vanguarda, já comentado anteriormente neste texto, era subjacente a condição de elite política. Nesse caso pertencer à elite política significava estar vinculado a uma organização de Esquerda que necessariamente tinha um projeto de funcionamento para toda a sociedade. Ou então pertencer a um grupo feminista, que tinha posições mais avançadas para aquele segmento da luta social.

Mas ser da vanguarda também coincidia com ser proveniente de uma parcela da pequena burguesia que, com maior ou menor sacrifício, tinha priorizado os estudos. Daí a formação universitária que colocava as integrantes dessa elite em patamares acima das ativistas do movimento que vinham de outra extração social e de outros níveis de escolaridade. E fazia, ao mesmo tempo, com que as primeiras se sentissem numa condição superior, e as segundas também as vissem assim. Compartilhavam umas e outras dos mesmos valores. Valorizavam o maior e melhor domínio do saber, o estudo universitário, a facilidade de comunicação, a desinibição para falar em público. O passado comum de militância no

³⁷⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.83-4.

movimento estudantil era outro fator que contribuía para conferir status superior. Nele, muitas militantes haviam feito escola, no sentido de se capacitar para dominar os códigos da participação política. Ali haviam aprendido os termos e os procedimentos das instâncias democráticas da luta política, em tempos de Ditadura.

Rachel Moreno³⁷⁵ foi uma que passou rapidamente pela “escola” da organização política e do movimento estudantil quando fazia faculdade de psicologia na USP. Nascida no Egito, chegou ao Brasil com seus pais, fugindo da perseguição aos judeus que em seu país natal acontecia desde fins dos anos 40. Rebelde desde garota, fugiu dos padrões femininos. Ingressou cedo no mercado de trabalho em função das necessidades familiares. E decidiu fazer seus estudos universitários assim que pôde, para preocupação de sua mãe. Esta, seguindo uma crença feminina ancestral, acreditava que mulher que muito estudasse não arranjaría casamento³⁷⁶. Formou-se em psicologia na USP. Teve breve passagem por organização de Esquerda trotskista no movimento estudantil, mas considerava-se intelectualmente muito inquieta para alinhar-se com qualquer doutrina ou organização de Esquerda. Mais tarde, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, ao qual permaneceu ligada. A partir de leituras de obras feministas³⁷⁷ ainda quando estudante, chegou ao *feminismo*. E se entregou a ele por meio da militância no movimento de luta por creches.

Rachel atuou no Movimento de Mulheres como feminista independente, tendo de lutar sempre para garantir o seu espaço entre as lideranças. Com uma postura irreverente em relação à Esquerda, nem sempre teve sucesso. Relembra, em seu depoimento, que foi convidada a se retirar do jornal *Nós Mulheres* por manter sua postura independente em relação à liderança de Maria Lygia Quartim de Moraes naquele jornal. Com uma trajetória independente, Rachel teve de lutar bastante por seu espaço de poder no movimento. E mais ainda por se constituir como liderança feminista, diretamente. Nesse percurso, sem abrir mão de suas posições, fez alianças ora com um grupo, ora com outros. Mas nunca deixou de assumir e cumprir tarefas no movimento. É sem dúvida reconhecida como *feminista histórica* hoje.

Outra ativista que conquistou seu lugar no poder do Movimento Feminista nos anos 1970 foi Schuma Schumacher³⁷⁸. Manteve sua atuação no movimento desde então. E hoje está entre aquelas que mais poder acumula. Radicada no Rio de Janeiro, dirige hoje uma

³⁷⁵ Depoimento de Rachel Moreno, em entrevista concedida à autora desta tese em julho de 2010, em sua casa.

³⁷⁶ A mesma crença vigorava no século XIX no Brasil, conforme consta do capítulo I desta tese.

³⁷⁷ Na entrevista concedida, Rachel Moreno citou *A mulher eunuco*.

³⁷⁸ Depoimento de Schuma Schumacher, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

importante Organização Não Governamental, intitulada Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH.

Schuma nasceu e foi criada em Santa Fé do Sul, cidade do interior de São Paulo há mais de 600 km da capital. Seu pai, homem simples e semianalfabeto, vereador por três mandatos, dizia que se punha ao lado de homens de bem, não importando se eram da Esquerda ou da direita. Sempre acalentou o sonho de ver a filha mais velha seguir seus passos na política. Mas o apelo da tradição feminina da mãe falou mais forte. Schuma se casou nos moldes habituais, sem nem se questionar a respeito de passar da tutela do pai para a do marido. E veio para São Paulo, onde se formou pedagoga e passou a trabalhar, logo assumindo direção de escola pública.

Ao contrário de muitas mulheres, o casamento lhe ofereceu oportunidade de se libertar da cultura provinciana e, juntamente com seu marido, explorar o que o mundo podia oferecer além da fronteira cultural de sua cidade natal. Assim, ela afirma que as três coisas mais importantes que aconteceram na sua vida foram o casamento, a separação e a adesão ao *feminismo*, no qual atua há 33 anos.

Schuma também teve uma trajetória original na construção de sua liderança no movimento. Sem ter passado pelo movimento estudantil, ou pela militância em partido de Esquerda, se diferenciou por sua determinação na luta pela emancipação da mulher e construiu sua liderança como feminista. Por uma necessidade imposta pela sua intuição e pelas suas circunstâncias de vida em São Paulo, começou a procurar textos referentes à mulher. Gastava suas economias comprando livros que falassem sobre mulheres. Com tais leituras, pela quantidade chegou à qualidade. Teve oportunidade de participar de um grupo de reflexão do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, por convite de uma amiga que já então estava no movimento feminista. De volta a São Paulo, foi em busca da organização que levava o mesmo nome, embora não fosse feminista.

Era 1977. O Centro da Mulher Brasileira em São Paulo contava então com associadas filiadas ao PCB e com simpatizantes daquele partido clandestino, quase que exclusivamente. Schuma chegou por conta própria, o que causou surpresa e apreensão. E, por seu lado, estranhou um pouco o que encontrou. Bem diferente do havia visto no Rio. Lembra que nos estatutos constava entre os objetivos uma série de itens antes de aparecer algo relativo às mulheres. Entretanto, seu interesse e disposição para o trabalho logo fizeram dissipar as

desconfianças³⁷⁹. Não demorou a se entrosar e a assumir responsabilidades na organização. Permaneceu nessa entidade até o Encontro de Valinhos. E, como uma de suas representantes, participou da coordenação do I e do II Congresso da Mulher Paulista.

Depois de atuar no SOS Mulher, essa *feminista histórica* prosseguiu sua atuação assessorando Ruth Escobar por ocasião do Festival de Mulheres nas Artes. Quando a atriz foi eleita deputada, Schuma a acompanhou como assessora em Brasília. A parceria prosseguiu no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, quando Ruth Escobar foi nomeada presidenta do mesmo.

As ideias feministas ampliam sua penetração

O ano de 1979 foi particularmente importante para o *feminismo* em São Paulo. Desde 1975 acumulando forças, finalmente o Movimento de Mulheres ganhava visibilidade, revelando um pouco mais a sua face feminista. O sucesso do I Congresso, que foi atribuído ao *feminismo*, repercutiu enormemente e levou à ampliação do movimento. Novas entidades se criaram. Muitas delas organizando as trabalhadoras por categorias profissionais junto aos seus sindicatos. Outras, sem a intenção de voltar seu trabalho exclusivamente para a mulher trabalhadora, como, por exemplo, a Frente de Mulheres Feministas, que era um grupo que reunia celebridades. Não teve a preocupação de se formalizar como organização com programa, estatutos e direção, tampouco fazia restrições quanto à inserção de mulheres burguesas em suas fileiras.

A Frente foi criada por iniciativa de Ruth Escobar, que reuniu mulheres com projeção na mídia: intelectuais, artistas plásticas, escritoras, juristas, atrizes, entre outras. A maioria independente politicamente, todas no campo da oposição ao regime militar, tinham como ponto de união a defesa dos interesses das mulheres na perspectiva feminista. Promoveram debates com personalidades importantes das mais diversas áreas sobre o *feminismo*, divulgando e levando o tema para outros públicos e universos sociais e culturais. Desenvolveram campanhas de combate à violência contra a mulher, aproveitando o mote dos assassinatos da época³⁸⁰, cujos criminosos alegavam defesa de sua honra. Promoveram

³⁷⁹ Em entrevista para esta tese, Schuma relata que se apresentou em uma reunião de portas fechadas, onde só duas, entre todas as presentes, não pertenciam ao PCB, como depois veio a saber.

³⁸⁰ Julgamento de Doca Street pelo assassinato de sua mulher Angela Diniz. E o crime do cantor Lindomar Castilho, que matou por ciúmes sua mulher, a jornalista Eliane de Grammont.

também o Tribunal Bertha Lutz, no qual se julgava a discriminação da mulher no trabalho, e o Festival das Mulheres nas Artes. Foram ações de impacto na mídia, que fizeram repercutir ainda mais o *feminismo*.

Alguns dos principais conflitos vividos pelo Movimento de Mulheres e pelo Movimento Feminista já estavam presentes em 1979. Eles se manifestavam em torno de questões como: a) temas a serem contemplados na discussão, b) critérios de legitimidade nas representações, c) reconhecimento de autoridade nos assuntos tratados, d) liderança e trabalho efetivo junto às comunidades de mulheres, d) métodos de investigação e interpretação das realidades pesquisadas, e) capacidade de mobilização, f) antiguidade do trato da questão feminina, g) busca de controle ou hegemonia, h) significado da expressão *feminismo*, i) equacionamento das contradições *Lutas de Gênero x Lutas de Classe*, entre outras já tratadas nos capítulos anteriores. Vários desses pontos de conflito podem ser encontrados quando se faz a análise dos documentos referentes aos Congressos da Mulher Paulista.

O Movimento de Mulheres mostrou tal vigor no final do ano de 1979 que despertou o interesse dos partidos e organizações políticas, legais e clandestinos. Até então a maioria deles havia menosprezado o grupo. As militantes comunistas do PCB e do PCdoB participavam do Movimento de Mulheres, e mesmo do Movimento Feminista, por conta própria. Embora não escondessem sua participação, não recebiam tal incumbência, nem assistência de suas organizações. Estas, quando davam alguma atenção para o Movimento, o faziam com condescendência, menosprezo ou deboche.

Diante do crescimento do Movimento, mudaram suas posturas na intenção de ganhar dividendos e, ao mesmo tempo, fazer valer suas posições sobre os temas tratados. Outras organizações que também se diziam comunistas, interessadas que estavam em se vincular às massas (recém-descobertas por elas) para dirigi-las e assim disputar poder, passaram a dar mais atenção às ações femininas coordenadas. Foi o caso da organização chamada Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), que, em sua nova estratégia política, chegou ao Movimento de Mulheres, disposto a *corrigir* a rota deste e comandá-lo.

O II Congresso e os limites da unidade

O aumento do número de entidades que se apresentaram para coordenar o II Congresso da Mulher Paulista em relação ao I revelou o aumento do interesse dos vários

segmentos democráticos pelo tema. De nove entidades no I, o número passou a 56 no II Congresso. Eram elas: 1. Associação das Donas de Casa, 2. Sociedade Brasil Mulher, 3. Centro da Mulher Brasileira, 4. Grupo Nós Mulheres, 5. Frente Nacional do Trabalho, 6. Serviço de Orientação à Família, 7. Movimento de Luta por Creches, 8. Associação das Mulheres, 9. Casa de Cultura Paulo Pontes, 10. Grupo Feminista 8 de Março, 11. Movimento Contra a Carestia, 12. Pró-Mulher, 13. Grupo de Estudo da Mulher, 14. Ação Católica Operária, 15. Grupo de Mulheres de Pirajussara, 16. Grupo de Mulheres de A. E. Carvalho, 17. Grupo de Mulheres do jornal “O Companheiro”, 18. Grupo de Mulheres de Campinas, 19. Departamento Feminino do PMDB, 20. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Médicos, 21. Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 22. Coordenação do I Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, 23. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Bancários, 24. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, 25. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Jornalistas, 26. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Químicos, 27. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Têxteis, 28. Grupo de Mulheres da Oposição Metalúrgica de São Paulo, 29. Grupo de Mulheres da Associação de Profissionais de Saúde, 30. Grupo de Mulheres da Sociedade Amigos de São José, 31. Grupo de Mulheres do Jardim Santa Helena, 32. Grupo de Mulheres da Ponte Rasa, 33. Grupo de Mulheres da Sociedade Amigos do Barro Branco, 34. Grupo de Mulheres da Favela do Jaguaré, 35. Grupo de Mulheres da Moóca, 36. Grupo de Mulheres de Itaquera, 37. Grupo de Mulheres da Vila Inhocuné, 38. Grupo de Mulheres da Defesa do Ensino Gratuito, 39. Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo, 40. Grupo de Mulheres do Movimento da Favela da Ponte Rasa, 41. Casa da Universitária, 42. Grupo de Mulheres da Equipe de Saúde do Jardim Copa, 43. Departamento Feminino do Centro Acadêmico Visconde de Cairú, 44. Grupo de Mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 45. Grupo de Mulheres da APASSP, 46. Grupo Somos, 47. Grupo de Mães de Guainazes, 48. Departamento Feminino do DCE da USP, 49. Associação Feminina da Zona Leste, 50. Grupo de Mulheres do Jardim Aricanduva, 51. Clube de Mães do Parque Ipê, 52. Grupo de Mulheres do C.B.A. de São Paulo, 53. Núcleo de Mulheres do A.B.C., 54. Grupo de Mulheres da Convergência Socialista, 55. Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, e 56. Grupo de Mulheres da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Com tal composição e com tal quantidade de componentes da Coordenação, era de se esperar alguma dificuldade na organização dos trabalhos.

No começo dos anos 1980, nas reuniões preparatórias do evento, as tensões foram se acumulando até levar a uma explosão durante o Congresso, ocorrido na PUC. Desde então se explicitou melhor quem era feminista, quem não era e quem era contra, como afirma Sonia Alvarez³⁸¹. Aquele evento foi marcante não só porque passou a exigir uma melhor definição das participantes do Movimento de Mulheres quanto a ser ou não feminista. Mas também porque impôs a reflexão sobre dois tópicos importantes que até então não haviam sido devidamente encarados: a importância da autonomia e a forma de organização e unificação das lutas do conjunto das entidades integrantes do Movimento de Mulheres.

Sintonizadas com a experiência e a teoria feminista no que dizia respeito às novas formas de organização, o que as organizadoras pretendiam inicialmente no II Congresso era buscar formas mais democráticas de poder que permitissem a participação de todas as mulheres e, ao mesmo tempo, impedissem a burocratização do poder. Assim, a proposta era unificar as lutas mediante uma articulação em torno de campanhas, mantendo as organizações na forma de pequenos grupos. Estes, por um lado, correriam o risco de, em caso de enfrentamento, se desagregar ou se extinguir, como de fato aconteceu com alguns deles. Mas, por outro lado, a aparente volatilidade, que podia ser interpretada como desvantagem, oferecia outra possibilidade de leitura: o aparecimento e desaparecimento dos grupos continuamente manteriam a vivacidade do movimento e ampliariam seu alcance, levando-o bem mais longe do que fora pretendido.

Em todo caso, essa inovação na forma de organização aplicada ao movimento de mulheres paulistas, que não passava pela unificação orgânica nem pelo poder centralizado e hierarquizado, causou estranhamento e incompreensão. Especialmente para quem vinha de uma cultura tradicional de poder. E mais ainda para quem vinha disposto a comandar.

Os objetivos do II Congresso eram basicamente: 1. incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e, assim, fazer com que elas fossem incorporadas nas lutas gerais; 2. ampliar o movimento pela libertação da mulher por meio da unificação das lutas feministas, femininas e mistas interessadas em organizar as mulheres em torno de suas reivindicações específicas. Para isso, pretendia-se elevar a consciência das participantes mediante o aprofundamento da discussão sobre seus problemas. E levantar mais bandeiras específicas e unitárias, além de reafirmar as que já existiam.

³⁸¹ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Almejando ser o mais representativo possível das mulheres que sofriam a dupla opressão, a de sexo e de trabalhadora, a coordenação abriu a participação para “todas as entidades ou grupos organizados que tenham trabalho com mulheres ou em fase de organização [...] um grupo já constituído, empenhando esforços para a organização das mulheres”³⁸².

No temário, baseado na discriminação, vinham relacionados os seguintes temas, desdobrados em vários subitens: I. A Mulher - 1. Educação diferenciada, 2. Relação homem-mulher, 3. Educação sexual, 4. Sexualidade, 5. Violência sexual, e 6. Imagem da mulher nos meios de comunicação; II. A Mãe - 1. Maternidade, 2. Contracepção e planejamento familiar, 3. Aborto, 4. Mãe solteira, e 5. Creche; III. A trabalhadora doméstica - 1. Trabalho doméstico, 2. Profissionalização, e 3. Subemprego; IV. A trabalhadora assalariada - 1. Congressos de trabalhadoras, 2. Incorporação das reivindicações do I Congresso da Mulher Paulista, e 3. Departamentos femininos. Ainda seriam discutidos: a) Participação política da mulher; e b) Organização das mulheres.

Autonomia - difícil aprendizado

De acordo com Schuma Schumacher³⁸³, não havia a intenção de fundir todas as organizações em uma única. Pelo menos não por parte do *núcleo duro*, núcleo inicial organizador do II Congresso, que já havia organizado o I Congresso. Mas a sutileza da diferença entre unificar as lutas e unificar as entidades não foi entendida por todas as participantes. Ou, pelo contrário, foi explorada a possibilidade de mal entendimento por parte de quem tinha intenção contrária à do *núcleo duro* da coordenação. Não por acaso, as entidades mais sintonizadas com as propostas feministas apostavam na concepção de organização preconizada pela teoria feminista, ou seja, pequenos grupos que se articulam para empreender as ações ou campanhas conjuntas em torno de determinadas reivindicações e bandeiras de luta.

A preparação para o II Congresso da Mulher Paulista começou em novembro de 1979, com as entidades que haviam realizado o I Congresso. E até estabelecer um limite para

³⁸² II CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. *Objetivos do II Congresso da Mulher Paulista*. Documento elaborado por participantes do Congresso. São Paulo, 1980. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

³⁸³ Depoimento de Schuma Schumacher, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

ingresso na coordenação, 31 de janeiro de 1980, atraiu uma grande quantidade de entidades interessadas. Mais do que um crescimento, a coordenação sofreu um inchaço. As 56 entidades que a integraram eram bastante heterogêneas. É verdade que durante o ano de 1979 o movimento de mulheres havia passado por expressivo crescimento e, portanto, muitas entidades participavam com legitimidade, como, por exemplo, as comissões e departamentos femininos de Sindicatos. Porém, para as organizações políticas mais recalcitrantes em relação ao *feminismo* e para as que eram diretamente contra, a possibilidade de aumentar sua influência mediante a participação na coordenação era um prato cheio. As mais extremistas não tiveram escrúpulos em multiplicar suas representações por meio de entidades inexistentes, ou até mesmo em utilizar entidades às quais estavam ligadas para falar em nome próprio. Afinal, para aquele grupo, os fins justificavam os meios.

Com tantas representações, as discordâncias começaram a se multiplicar, principalmente quanto ao temário. Aumentou o tom da polêmica, que passou a ser temperada com xingamentos e acusações. As militantes vinculadas ao MR8, que se expressavam pelo jornal *Hora do Povo*, afirmavam que os problemas das mulheres trabalhadoras e daquelas da periferia eram os mesmos de toda a população proletária e que, portanto, deveriam discutir os problemas que afetavam a todos e se integrar nas lutas gerais. Apresentaram-se com a autoridade de representantes do Departamento Feminino do PMDB, partido que sua organização política, então clandestina por força da repressão, havia eleito como frente única no combate à Ditadura. Outras chegaram representando associações de moradores de vários bairros, sindicatos e DCE da USP. Tais entidades, posteriormente, desautorizaram tal representação formalmente, por intermédio de documentos enviados à coordenação do II Congresso e de matérias publicadas na imprensa, nas quais declaravam que tais representações foram forjadas.

Acreditando serem as únicas que falavam com legitimidade em nome da mulher “do povo”, estavam decididas a fazer valer suas verdades. Assim, embora fossem poucas numericamente, tanto nas reuniões preparatórias como no próprio Congresso, quando perdiam nas votações, tumultuavam os trabalhos para inviabilizar as posições vitoriosas. Em seu jornal, tais militantes expressavam o seu desprezo não somente ao Movimento Feminista, mas também ao Movimento de Mulheres, que vinha acumulando trabalho havia vários anos, como fica demonstrado no texto em que se referem ao I Congresso, do qual estiveram ausentes:

Em vez das 700 mulheres, na maioria intelectuais e estudantes, que participaram do I Congresso da Mulher Paulista no ano passado, neste ano foram 3 mil mulheres que lotaram o auditório do TUCA, nos dias 8 e 9 de março, para festejarem o Dia Internacional da Mulher e realizarem seu 2º. Congresso. Dezenas de sindicatos, associações de bairro, além do departamento feminino do PMDB, enviaram delegações, ônibus, etc.³⁸⁴

A referência aos participantes é outro fator que revela o menosprezo às entidades que compuseram a coordenação e trabalharam arduamente para reunir as condições de realização do II Congresso. Mas, mais do que isso, era a expressão da prepotência, não aceitando entidades que não passavam por seu crivo no quesito legitimidade.

O Congresso, preparado para contar com no máximo 2 mil pessoas, extrapolou todas as expectativas, registrando 3,5 mil pessoas.³⁸⁵ As organizadoras enfrentaram dificuldades de todo tipo. Mas nenhuma maior do que a confusão orquestrada pelas *agapistas*, revestidas das mais diversas representações, inclusive, como foi dito, algumas fantasmas. Imbuídas de espírito democrático, as integrantes do *núcleo duro* da coordenação conseguiram não entrar nas provocações e tentativas de manipulação do plenário no primeiro dia do Congresso. Entretanto, isso se tornou mais difícil no segundo dia, quando o grupo, disposto a inviabilizar os trabalhos, intensificou seu boicote. Se não inviabilizaram o Congresso, conseguiram impedir a sua conclusão, com manobras de manipulação do plenário.

Aparentemente, o que aquele conflito expressou foi uma dificuldade de assimilação da autonomia, valor construído pelo *feminismo* no percurso de suas experiências que mais custou ao movimento feminista paulista aprender. Tal dificuldade pode ser atribuída a outra: a de conciliar as posições feministas aos interesses políticos, ideológicos e partidários de grande parte das ativistas/militantes. As que atuavam no movimento com independência eram as exceções. A maioria das feministas defendia a dupla militância, que era a forma que encontravam de lutar pelas questões específicas sem abdicar de seus engajamentos em organizações políticas e ideológicas.

³⁸⁴ DITADURA no Congresso da Mulher Paulista. *Hora do Povo*. Seção Condições de Vida. São Paulo, 14 a 21 de março de 1980. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

³⁸⁵ Em um dos documentos em que se faz balanço do Congresso, consta que a creche no primeiro dia recebeu 630 crianças, e no segundo, 350. Foram distribuídos 8.000 sanduíches em cada dia. De 15 a 20 ônibus transportaram as mulheres da periferia no trajeto de ida e volta. E a Comissão de Finanças arrecadou Cr\$ 200.000,00 para a realização do Congresso. II CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. *Para avaliação do II Congresso da Mulher Paulista*. Documento elaborado por participantes do Congresso. São Paulo, 1980. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

Beth Lobo, em artigo para o jornal *Em Tempo* sobre o II Congresso, discorreu acerca da importância da autonomia:

Mesmo no movimento operário, mesmo nos partidos e grupos de esquerda, os problemas das mulheres foram, em geral, passados a 2º. plano. Por isto as mulheres formam grupos e se reúnem para discutir sua condição de mulher, suas lutas e objetivos, e como fazer para que estas lutas sejam realmente parte das lutas gerais, sejam levadas nos partidos e nos sindicatos que lutam pela transformação da sociedade.³⁸⁶

E diz por que a defendia:

Construir um movimento de mulheres unitário e autônomo é dar a todas elas: donas de casa da periferia, trabalhadoras, mulheres negras, empregadas domésticas ou professoras, a oportunidade de falar, de romper com a opressão que sofrem, e com a sociedade opressora que as divide.³⁸⁷

Enquanto isso, Nair Goulart, representante da Comissão do Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, publicou artigo no jornal *Hora do Povo* expressando a posição de suas correligionárias:

O segundo congresso da mulher paulista foi um marco na luta da mulher brasileira. A participação de 4 mil companheiras, a participação do PMDB, dos sindicatos, das associações de bairros, demonstram que o movimento de mulheres começa a romper os limites estreitos em que querem mantê-lo os pequenos grupos **autonomistas** [destaque nosso]. No entanto, a despeito do crescimento da participação, esses pequenos grupos divisionistas, geralmente formados por mulheres da classe média ainda são um grande obstáculo.³⁸⁸

Em outra matéria, esta sem assinatura, a palavra é dada a D. Marcia, cuja linguagem revela um engajamento que vai além da liderança de sociedade amigos de bairro.

³⁸⁶ LOBO, Beth. “A autonomia não é uma heresia”. *Em tempo*. São Paulo, 20 de março a 2 de abril de 1980.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ GOULART, Nair. “As mulheres vão passar por cima da divisão”. *Hora do Povo*. São Paulo, 21 a 28 de março de 1980. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

D. Marcia da sociedade de S. José, diz que “não podemos mais aturar estes grupelhos, sob o risco de levarmos a luta da mulher a um beco sem saída. Daqui por diante temos que acabar com essa chacinha. Quem tem condição de levar a luta da mulher à frente, são as entidades de massa. Seremos nós que daqui por diante organizaremos os congressos e as lutas das mulheres”.³⁸⁹

Entretanto, o poder de estrago do MR8/*Hora do Povo* e suas discutíveis representações, por meio de agressões e acusações, revelaram outras fragilidades do *feminismo*, no que se referia ao trato do poder. Tal fragilidade tinha a ver com a postura da Esquerda em relação ao poder, como se verá mais adiante.

Encontro de Valinhos: emancipação das feministas

O Congresso, abortado pelo tumulto provocado no último dia, não viu as resoluções tiradas em plenária. Estas foram redigidas pelas componentes da coordenação mais comprometidas com o processo desde o Congresso anterior. O desgaste provocado pelo autoritarismo e pela intolerância do grupo anteriormente citado no final dos trabalhos fez com que as simpatizantes e as próprias feministas se definissem melhor enquanto tal. E sentiram a necessidade de amadurecer suas posições em outro formato de reunião. Combinaram então um encontro que não teria caráter público e no qual não haveria representação. A participação seria por organização ou individual, mas o requisito era ser feminista. De acordo com Schuma Schumaheer,

Foi um encontro secreto. Pra não dar acesso àquelas que tinham causado tantos problemas no II Congresso... então foram lá as “organizações de carteirinha do feminismo”, como se dizia na época. Valinhos não tem documento, porque vai ter documento de que? Formamos os grupos e os grupos foram trabalhar nas comissões por temas. Naquela época nem era direitos sexuais reprodutivos, era planejamento reprodutivo familiar. Saiu o grupo de comunicação porque era importante pensar na mídia. Surge a violência contra a mulher. E o outro eu acho que era ou creche ou trabalho, não lembro bem. Mas o que foi em frente mesmo foi violência contra a mulher, foi o que pegou.³⁹⁰

³⁸⁹ PMDB Feminino repudia coordenação fantasma. *Hora do Povo*. São Paulo, 28 de março a 4 de abril de 1980. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

³⁹⁰ Depoimento de Schuma Schumaheer, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

Essa discussão demandou estudos sobre a violência e as formas que ela adquiria. Foi necessário ler, pesquisar, fazer ligações para o exterior, para se chegar à formulação de uma política que enfrentasse a violência sexual, a violência doméstica, a violência contra as mulheres lésbicas, a violência racial e todo tipo de violência que se praticava contra as mulheres. A criação do SOS Mulher propiciou o aumento da consciência sobre os níveis de violência contra a mulher. E também o aumento da percepção das diferenças entre os grupos sujeitos à violência.

O local escolhido para o Encontro foi um convento em Valinhos, onde estiveram reunidas cerca de 150 mulheres em junho de 1980. Ali fizeram um balanço do movimento de mulheres no qual estiveram presentes até então. Fizeram também uma autocrítica relativa à preparação do II Congresso. Ponderaram sobre a diferença do trabalho feito por partidos políticos para engajar as mulheres nas lutas comunitárias, como parte da oposição à Ditadura, e os esforços dos grupos feministas para que as mulheres refletissem sobre sua subalternidade na perspectiva feminina, isto é, na condição de mulher.

Destarte, consideraram que, embora tenham conseguido semear a inquietação sobre as diferenças de gênero nas mulheres com quem haviam trabalhado na periferia, seria difícil fazer com que suas organizações e seus aliados avançassem na defesa de importantes questões feministas. Acreditavam que havia chegado o tempo de tratar tais questões. Entre elas estavam a luta contra a violência doméstica, a luta pelo direito à contracepção, a luta pelo direito ao prazer, o livre arbítrio sobre o uso do corpo, sobre o caráter sexual das relações de poder, sobre a construção cultural da heterossexualidade e outras mais. Tais reflexões, sem caráter de resolução, não impediram que algumas organizações ali presentes continuassem atuando junto às mulheres da periferia.

A reunião transcorreu em clima de liberdade, confiança e confraternização, o que não era pouco comparado com o clima do II Congresso. Falando uma linguagem comum, as participantes do Encontro de Valinhos tiveram oportunidade de vivenciar uma situação que fazia lembrar os grupos de reflexão, com a diferença de ser em grande escala.

Passamos dois ou três dias em Valinhos, criando esse espaço, discutindo, aprofundando, nos conhecendo... E acho que isso criou uma relação entre as feministas e outras organizações. Tínhamos que conviver no mesmo espaço. E isso é muito especial, pois você come

junto, vai dormir, sorteia quartos, tem festa à noite, brinca, acorda de manhã, caminha, confraterniza.³⁹¹

A descontração dos trabalhos e as discussões realizadas propiciaram a muitas das participantes a compreensão de questões caras ao *feminismo*, e supostamente sabidas por elas. Foi o caso principalmente da autonomia e da luta pelo direito ao prazer.

No primeiro caso, não só a flagrante interferência partidária ocorrida no II Congresso pesou. Muitas militantes engajadas em partidos de Esquerda, presentes desde as primeiras horas no movimento de mulheres, atuantes nos grupos de periferia e coorganizadoras dos eventos anteriores, com discussão acumulada suficiente para participar de tal encontro, não compareceram. Tal ausência faz pensar numa possível restrição das organizações partidárias à participação, ou mesmo das próprias organizações femininas. E até mesmo numa autocensura por parte de algumas das que possuíam dupla militância, por não atribuírem valor a um encontro no qual não houvesse a presença das massas de mulheres.

O contrário também ocorreu. Algumas participaram do Encontro, a despeito das restrições de seus partidos ou de suas organizações. Foi o caso de Schuma Schumacher, Marise Egger e Regina Stella Moreira Pires, entre outras, com histórico de aproximação do *feminismo* e distanciamento das posições mais ortodoxas do Centro da Mulher Brasileira. As três, entre outras, pouco antes ou pouco depois, romperam com aquela organização de origem, que não viu com bons olhos um encontro exclusivamente feminista.

A compreensão da luta pelo direito ao prazer foi favorecida pela presença de grande número de militantes do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Só quando as lésbicas discutem o próprio prazer é que elas fazem as feministas se perguntarem quanto ao prazer delas. E aí sim, então, questionar sobre a própria sexualidade. Já não se tratava mais da sexualidade da trabalhadora, do terceiro, mas sim da própria. Assim se dá a apropriação dessa bandeira.³⁹²

O ambiente do encontro impactou as participantes nesse particular. A experiência, que adquiriu conotação existencial, fez com que olhassem para si. E, assim fazendo, tiveram oportunidade de analisar criticamente suas vidas sexuais, reafirmando suas escolhas,

³⁹¹ Depoimento de Schuma Schumacher, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

³⁹² Depoimento de Schuma Schumacher, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

estabelecendo exigências de melhoras, ou se abrindo para novas possibilidades. Algumas vivenciaram um tipo de desejo até então desconhecido, outras descobriram novas identidades sexuais, surpreendendo-se com o fato de que estas não implicassem demandas de novas identidades de gênero. E houve também, em reduzida quantidade, quem deixasse o encontro assombrada pelos próprios preconceitos. Descobriam assim, ao vivo e em cores, a afirmação feminista herdada de Simone de Beauvoir, para quem a sexualidade é algo construído culturalmente.

A batalha na imprensa: o *feminismo* e o *machismo* tomam a palavra

Os conflitos durante a preparação do II e do III Congressos, bem como os próprios e seus desdobramentos, foram intensamente cobertos pelos jornais “alternativos”, como *Movimento*, *Em tempo*, *Companheiro*, *Voz da Unidade*, *Lampião da Esquina*, além do já citado *Hora do Povo*. Mas alguns jornais de grande circulação também contemplaram o Movimento de Mulheres, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*. Neste último caso, graças a um conjunto de jornalistas talentosas, declaradamente feministas, que conquistou um significativo espaço no ambiente machista daquele jornal.

Irede Cardoso, jornalista integrante da Comissão de Mulheres de seu Sindicato, liderou, entre os anos 1979 e 1981, a formação de um nicho para constituir tribuna naquele jornal. Para isso, tiveram de enfrentar chefias machistas personalizadas nas figuras de Boris Casoy e Odon Pereira. Quando estes determinavam coberturas do Movimento de Mulheres, passavam por cima das jornalistas, que tinham melhores condições para tal, e faziam publicar matérias depreciativas.

A análise do material publicado permite ver a enorme diferença entre a forma e o conteúdo das matérias assinadas pelas jornalistas feministas e das matérias sem assinatura. Estas revelavam desinformação de seus autores, além de se prestarem a desacreditar o movimento. Matéria não assinada na FSP, “*Congresso divide mulheres*”, em 11/02/81³⁹³, fomentava atitudes golpistas no III Congresso, confundia os leitores e mostrava o desconhecimento dos acontecimentos anteriores. Como afirma Irede Cardoso, dias depois “falam pela mulher e não a deixam falar por si própria”.

³⁹³ CONGRESSO divide mulheres. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 1981.

Os títulos das matérias de Irede Cardoso e de outras articulistas, como Maria Carneiro da Cunha, entre outras, falam por si. De autoria de Irede são “*Para a mulher, o controle de seu próprio corpo*”, de 02/03/80; “*O discurso geral e a luta específica*”, de 08/02/81; “*O congresso não muda as reivindicações da mulher*”, s/d; “*Luta da mulher também é pela democracia*”, de 15/02/81; “*A hora do avanço pela igualdade*”, de 25/01/81; entre outras. E “*Qual a legítima coordenação do Congresso da Mulher Paulista?*” era o título da série de matérias publicada no jornal *Movimento* de 16 a 22/02/81. De autoria de Maria Carneiro da Cunha podem-se citar: “*Congresso da Mulher, tumulto até positivo*”, de 16/03/80, e “*O Congresso da Mulher e a luta pelo poder*”, de 18/01/81.

É possível perceber a diferença quando a notícia é escrita por homens e quando vem sem assinatura. O machismo se expressa pelo tom irônico ou jocoso. Particularmente na cobertura do III Congresso, as mulheres são tratadas como histéricas na briga por dirigir um congresso. Um exemplo é a matéria assinada por Caco Barcellos na revista *Isto É*, que recebeu o título “*Cisão no 3º. Congresso. No fim as feministas festejam a desunião*”. Outros títulos que exemplificam a situação são de matérias sem assinatura da FSP: “*Divididas, mulheres realizam congresso*”, de 07/02/81, ou ainda “*Cisão no 3º. Congresso da Mulher*”. Nesta última as feministas são tratadas como grupo *tradicional*, e o grupo que rejeita as especificidades, como *popular*. E ambos são apresentados como facções que se digladiaram no II Congresso. Dá-se destaque a Marcia Campos como líder do grupo *popular*, bem como à sua declaração: “Nunca o 3º. Congresso poderia ficar sob a direção de madames e lésbicas, que dirigem movimentos desvinculados da mulher trabalhadora. Elas podem participar, mas em número proporcional ao tamanho de seus movimentos.” E deixa-se de entrevistar as reais responsáveis pela preparação do Congresso.

Entre as exceções na cobertura do 3º. Congresso feita por homens se inscreve José Tadeu Arantes, que escrevia para o jornal *Movimento*. Respeitoso para com o movimento, mostra uma compreensão histórica dos conflitos que tiveram lugar ainda mais acentuadamente naquele III Congresso. Em matéria intitulada “*Brigas de grupos ou sinais de crescimento?*”³⁹⁴, o jornalista pondera a evolução do movimento pelas quantidades de participantes nos Congressos: 700 no primeiro e 4 mil no segundo. Mas também leva em conta outros sinais de crescimento, como a multiplicação de entidades criadas voltadas para a mulher, além da penetração do tema na pauta de muitos universos culturais distintos.

³⁹⁴ ARANTES, José Tadeu. “Brigas de grupos ou sinais de crescimento?” *Movimento*. São Paulo, 2 a 8 de março de 1981.

Na análise dos conflitos da preparação do III Congresso, José Tadeu Arantes entrevista três mulheres que representam segmentos e pensamentos diferentes: a *agapista* Marcia Campos, a líder da Associação das Donas de Casa, Cida Kopkak, e a lésbica (como gostava de ser identificada) Teca, uma das mais ativas organizadoras do III Congresso. E chega ao núcleo do conflito: a questão da autonomia.

Tanto Cida como Teca se consideravam feministas. A primeira, autêntica líder popular, ela própria uma mulher do povo, foi responsável pela presença de cerca de 400 mulheres no I Congresso. Ria ao ser tratada pelas *agapistas* como “grã-fina desenturmada”. Teca, que havia passado por mais de uma organização de homossexuais, embora naquele momento sem vínculos com nenhuma delas, representava as lutas das minorias. Identificava-se como lésbica e feminista, pois sentia a opressão na condição de mulher e a repressão na condição de homossexual. Revelava muita clareza de propósitos quando afirmava:

O que queremos é nos inserir no processo global de transformação, que é contínuo e permanente, e em que nos colocamos como uma referência. A técnica do discurso das minorias é transar o específico, mas sem perder de vista o geral.³⁹⁵

Marcia Campos, carioca de origem pequeno-burguesa, grandiloquente, completamente identificada com as posições do semanário *Hora do Povo*, se dizia representante de 100 mil mulheres, por sua condição de membro do Conselho Coordenador das Sociedades Amigos dos Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo. Com esse questionável cacifê, pretendia se impor aos grupos feministas, pelos quais manifestava profundo desprezo. Das primeiras dizia que queriam impedir a participação das massas por só saberem trabalhar em pequenos grupos. E das segundas, que faziam propaganda da antimulher. E afirmava que as mulheres do povo não eram autônomas e queriam resolver seus problemas com o conjunto do povo. E absolutizava, dizendo que o que as mulheres queriam era casar, ter filhos, ter dinheiro para educar os filhos.

³⁹⁵ Depoimento de Teca. Cf.: TRÊS histórias do movimento feminista atual. *Movimento*. São Paulo, 2 a 8 de março de 1981.

III Congresso: equacionamento dos conflitos

A dinâmica do III Congresso foi diferente da que prevaleceu nos anteriores. Foi realizado em duas etapas, sendo que na primeira foram eleitas delegadas por regiões ou por categorias profissionais. A coordenação, que já vinha do II Congresso, foi ampliada de acordo com tal critério de representação. A segunda etapa reuniu as 300 delegadas (cada uma representando outras 20), mais outro tanto de observadoras, em um dia de deliberações. As comissões femininas dos partidos legais, PMDB e PT, estiveram representadas. Suas componentes eram oriundas do movimento de mulheres, o que garantiu uma presença ausente de ameaças de manipulação.

O tumulto provocado no II Congresso, entretanto, teve continuidade e tomou ares de ruptura depois de reiteradas tentativas de golpe durante a preparação do III Congresso. O grupo antifeminista, tenaz em sua decisão de fazer recuar o movimento feminista e assumir a direção do movimento de mulheres, de muitas maneiras disputou o controle da coordenação do III Congresso. Contou para isso com o seu próprio meio de comunicação, o jornal *Hora do Povo*. Mas também com a conivência de parcela da imprensa, que apostava nas desavenças para desacreditar o movimento de mulheres como um todo. A coordenação do Congresso, então, enfrentou o desafio de resolver politicamente a questão, coerente com a proposta feminista de se diferenciar no exercício do poder.

De acordo com a matéria “*Um rude golpe no fantasma da divisão*”³⁹⁶, a coordenação soube conduzir os conflitos, de tal forma que o grupo de antifeministas, depois de reiteradas e frustradas tentativas de tomar o controle do processo, terminou por se autoexcluir. Tal desfecho ocorreu em demorada reunião da coordenação ocorrida no Sindicato dos Jornalistas, na qual as *agapistas* foram derrotadas pelos votos em suas propostas de alterar a composição da coordenação e de modificar a seu favor o regimento dos trabalhos do Congresso, que já estavam em andamento. Já bastante isoladas³⁹⁷ e desmoralizadas pelos seus procedimentos frequentemente autoritários e violentos, se retiraram prometendo reunir 10 mil mulheres no Pacaembú no mesmo dia em que aconteceria o III Congresso na PUC. Entretanto, não chegaram a juntar 300 mulheres.

³⁹⁶ FERREIRA, Antonio Carlos; GOMES, Maria Stella M. “III Congresso da Mulher – Um rude golpe no fantasma da divisão”. *Em tempo*. São Paulo, 27 de fevereiro de 1981.

³⁹⁷ Diversas entidades e personalidades em nome das quais, sem autorização, tinham provocado o tumulto no ano anterior vieram a público oferecer seu apoio à coordenação original do III Congresso. Entre elas o PMDB, a UEE e vários parlamentares.

O jornalista José Tadeu Arantes atribuiu às mulheres organizadoras do Congresso uma lição de combatividade, pluralismo e democracia. De acordo com seu relato, “[...] as mais variadas posições democráticas coexistiram no 3º. Congresso, num processo em que se buscou sempre o consenso, ou a decisão da maioria, mas não se cerceou a expressão das minorias, nem se censurou temas”.

Mas talvez essa visão tenha sido um tanto quanto idealizada. Como se verá mais adiante, a despeito do empenho dos grupos feministas em vivenciar o poder de maneira diferenciada e melhorada em relação aos parâmetros vigentes, e de ter obtido sucesso em algumas situações, tanto os grupos feministas como os que se diziam femininos não estavam livres daquelas referências.

As posições das militantes do Centro de Cultura Operária (CCO), identificadas com o jornal *Tribuna Operária*, que na época expressava as posições do PCdoB, mostraram que ainda havia arestas importantes a serem aparadas entre o *feminismo* e as Esquerdas. Com métodos pouco diferentes, tais militantes reproduziram o comportamento das *agapistas*. Insistiram para que se submetesse ao plenário a bandeira de luta pela Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana, aprovada em apenas um dos doze grupos em que foram divididas as congressistas. Chegaram a compor com parte dos observadores (principalmente homens) um bloco de pressão gritando o slogan “um, dois, três, quatro, cinco mil, Constituinte livre e soberana no Brasil”.

Tal atitude provocou a reação e promoveu a aliança entre as que eram contra a Constituinte, as que não tinham posição formada a respeito, as que, mesmo sendo a favor, achavam que era necessário amadurecer a discussão e as que, sendo a favor, não a consideravam adequada para aquele fórum e momento. Essa aliança foi vitoriosa. E as bandeiras aprovadas se resumiram a quatro: 1. Pelo direito da mulher ao trabalho e contra a sua discriminação, 2. Pelas creches nos locais de trabalho e moradia, 3. Contra o controle de natalidade imposto pelo governo e pelo direito à maternidade consciente, e 4. Incentivo à participação das mulheres nas lutas operárias, populares e políticas, e sua organização em entidades às quais pudessem encaminhar suas questões específicas.

Esse incidente, contudo, expressava mais do que aparentava ser. Para não abrir mão de suas posições, as militantes do CCO puseram o pé em duas canoas. Alegavam que, como estavam acontecendo dois congressos (o outro no Pacaembú, organizado pelas *agapistas*), nenhum poderia ser considerado o III Congresso. E que, sendo assim, justo seria que o

movimento de mulheres seguisse as diretrizes aprovadas nos dois. Ficou evidente, assim, o não reconhecimento da legitimidade do III Congresso pelas militantes da referida entidade.

Mais uma vez, o campo feminista dava chance a revelar as sérias dificuldades do exercício de poder entre as oposições ao regime ditatorial que se declaravam democráticas. Principalmente duas delas: o autoritarismo e o oportunismo. Entre as Esquerdas se disputava quem melhor interpretava a vontade do povo e quem melhor falava sem seu nome. Tratava-se de ver quem constituía a vanguarda. Frequentemente a ética era confundida como moralismo burguês, o que abria caminho para a lógica dos fins que justificam os meios.

Tal prática não era exclusiva de um ou de outro grupo. Com diferentes matizes estava presente em todos os grupos da Esquerda. Assim, se o golpismo que caracterizou a atuação das militantes do MR-8 pode ser creditado na conta do autoritarismo, na tentativa de fazer vingar a minoria esmagadora, o que na verdade chocou foi a violência com que o exerceram. Entretanto, como revelou o comportamento das militantes do CCO/PCdoB, tal proceder não era exclusivo das *agapistas*. Nenhuma das táticas diversionistas usadas eram estranhas ao movimento estudantil, por exemplo. Para impedir que determinadas posições fossem aprovadas, era comum que nas assembleias oradores tomassem a palavra fazendo inflamados e demorados discursos políticos, desviando o foco das discussões, confundindo e cansando o plenário, de tal forma que, chegado o momento das votações, já não houvesse quórum suficiente.

A violência também se fez presente nas relações de poder dentro do movimento feminista. Se adquiriu formas de pancadaria no II Congresso, do qual Schuma saiu com o pé engessado, em outras instâncias e de outras formas ela também se manifestou. Há registros de expulsões constrangedoras por discordâncias políticas em entidades femininas e feministas, de trocas de ofensas, de acusações improcedentes de desvio de recursos, de trocas de sopapos e safanões e até de quebra proposital e acintosa de óculos, de calúnia e difamação, entre outras.³⁹⁸

O autoritarismo e o machismo do campo oposicionista também ficaram evidenciados no episódio da expulsão de Amelinha e outras duas companheiras com quem atuava na União de Mulheres, do PCdoB. Relata ela que, em 1987, com 27 anos de partido, foi chamada pela direção para uma reunião com onze homens sentados diante de uma mesa. A cena, que a fez sentir como que diante de um tribunal da Santa Inquisição, foi montada para comunicar a sua

³⁹⁸ As protagonistas desses episódios preferem não ser nomeadas.

exclusão, sem direito a defesa. Tal ato da direção já havia sido, aliás, publicado no jornal *Tribuna Operária*, em matéria que a desqualificava e ofendia. Na véspera ela havia estado em Brasília para defender a legalização do aborto na Constituinte.

Olhando retrospectivamente, Amelinha afirma que seu antigo partido nunca havia digerido questões como o aborto, violência contra as mulheres, e menos ainda a sexualidade. Acreditava que tais temas dividiam as trabalhadoras. E chegava a considerar pornográficos slogans inventados pelo movimento, como, por exemplo, “FMI cambada de ladrão, controlam o nosso útero e roubam o nosso pão”.

Em nome da tão invocada *unidade*, muito se inibiu da diversidade. Até porque por esse caminho uns poucos acabavam por definir a vontade de muitos. Vontade essa frequentemente forjada e enquadrada em uma ou outra fórmula, pretensamente revolucionária, de se interpretar e mudar a realidade. Assim se estabelecia o que era politicamente correto na época, bem como se estabeleciam os parâmetros para definir os *outsiders*, e para marginalizar aqueles que não se enquadravam.

Embora o *feminismo* não tenha sido imune ao apelo da unidade, o empenho na busca de alternativas de convívio com as diferenças possibilitou algumas vezes a compreensão de que a diversidade podia enriquecer os caminhos políticos. A socióloga Maria do Carmo Salles Barbosa Lima (Carmita) presidia o Centro da Mulher Brasileira, entidade que ainda em 1981 resistia a se definir como feminista. Declarou ela, entretanto, no balanço do III Congresso, que teria havido uma evolução na posição de todos os grupos a partir do convívio ao longo dos anos, das influências mútuas e dos trabalhos em comum.³⁹⁹

As contradições entre as que não eram feministas

A disputa por posições e a luta pelo poder adquiriram feições nítidas nas hostes do movimento de mulheres, tanto entre as que negavam o *feminismo* como entre as que o defendiam.

Entre as lutas intestinas encontram-se as que se travavam no interior do Centro da Mulher Brasileira. Ali havia disputas internas por diferentes motivos. As que expressavam as divergências frente ao assumir-se como feminista foram resolvidas em parte com o

³⁹⁹ ARANTES, José Tadeu. “Brigas de grupos ou sinais de crescimento?” Movimento. São Paulo, 2 a 8 de março de 1981.

desligamento das que se definiam como tal e não pertenciam aos quadros do PCB. Podem ser citadas, como exemplo, Schuma Schumacher e Regina Stella Moreira Pires. Entretanto, como já foi visto no capítulo IV, entre as militantes do PCB havia as que assumiam o *feminismo* e as que o repudiavam. Entre as primeiras encontrava-se Marise Egger, que também acabou por se desligar da entidade por tal condição.

Na mesma entidade se disputava o controle político por meio das eleições para a diretoria, segundo as disputas internas do PCB, uma vez que a grande maioria das filiadas ao Centro eram militantes ou simpatizantes daquele partido. Na ocasião o PCB passava pela crise que levou ao seu desaparecimento cerca de uma década depois. O legendário dirigente Luis Carlos Prestes havia deixado a agremiação por desentendimentos com o conjunto do Comitê Central. As acusações mútuas de *esquerdismo* e *direitismo* refletiram-se no Centro. A vitória de Pirro coube ao grupo conservador, que, mais autoritário do que esquerdista, colocava o *feminismo* na conta de seus adversários. Vitória de Pirro porque o grupo que obteve o controle ganhou, mas não levou. Tais lutas pelo poder na entidade levaram ao esvaziamento e, posteriormente, ao desaparecimento da mesma.

O caráter não feminista nem sempre era assumido publicamente por entidades que tinham interesse em estar em todas as frentes de luta, como foi o caso do Centro de Cultura Operária, anteriormente citado. Outras entidades praticavam uma política dúbia que as fazia manter o pé em duas canoas. Isso fazia com que tivessem possibilidade de influir sobre os rumos do movimento e ao mesmo tempo se mantivessem em evidência.

Outro espaço de conflito e disputa se dava em torno dos lugares nos cursos e congressos da FDIM, entre o Centro da Mulher Brasileira e as *agapistas*. A FDIM, em conjunto com a Federação de Mulheres Cubanas, mantinha um Centro Regional em Havana, no qual recebia mulheres de toda a América Latina, sem restrição de idade, origem social ou escolaridade, para um curso de três meses. O curso era dirigido para a formação de *quadros* para o trabalho feminino de massas. Havia uma luta surda pelos lugares na Escola Regional da FDIM em Havana.⁴⁰⁰ Assim como se disputavam os convites para os eventos internacionais promovidos por aquela entidade, geralmente congressos em diferentes países e continentes.

⁴⁰⁰ No primeiro semestre de 1981 faziam tal curso três brasileiras, uma pertencente aos quadros do MR8 do Rio de Janeiro. As outras duas de São Paulo, uma ligada ao grupo de Prestes, que então havia se desligado do PCB, mas mantinha suas relações internacionais. E outra ligada ao Centro da Mulher Brasileira e ao PCB, autora desta tese. Todas com codinomes por razões de segurança.

As contradições entre as que eram feministas

As dificuldades na condução democrática dos processos internos também afetaram as entidades feministas. Assim, já foi visto, por exemplo, como foi que Joana Lopes assumiu o jornal *Brasil Mulher*, dando-lhe uma orientação feminista, contra a vontade de Terezinha Zerbini. E como foi, junto com seu grupo, pouco depois, alijada da editoria do jornal pelo conjunto das militantes de várias organizações de esquerda que ainda não haviam compreendido, e menos ainda assumido, tal postura. A Sociedade *Brasil Mulher*, criada pelo jornal de mesmo nome, sobreviveu ao mesmo. Mas, devido à sua característica de ter convivido sempre com tendências políticas em seu interior, encontrou seu fim com a reforma partidária. Suas integrantes concentraram suas atuações no PT e no PMDB inicialmente. E posteriormente também no PCdoB, quando houve a legalização dos Partidos Comunistas. O jornal deixou de ser publicado por uma resolução de suas integrantes que participaram do Encontro de Valinhos. A ideia era lançar outra publicação que fosse mais abrangente e que expressasse melhor a evolução do *feminismo* em São Paulo, o que acabou não ocorrendo.

Outras contradições enfrentaram as fundadoras do *Nós Mulheres*, que, mesmo procurando se apresentar como feministas e reivindicando tal condição desde o começo, não escaparam das autocensuras, das patrulhas, das justificativas, ao ponto de chegar a reconhecer em editorial, como já foi visto, que até determinado momento tinham se preocupado em dizer o que não eram, e que passariam a dizer então o que eram e como pensavam. De qualquer modo, as integrantes do *Nós Mulheres* e da Associação de Mulheres estiveram mais expostas às influências do *feminismo* francês e italiano, pelo fato de algumas delas terem vivido nesses países, devido ao exílio ou a estudos. Haviam vivenciado mais o *feminismo* na perspectiva dos problemas sociais daqueles países, que em muitos aspectos pouco se diferenciavam dos enfrentados pelas mulheres brasileiras.

Tinham como ponto de honra duas das principais bandeiras do *feminismo*: “o nosso corpo nos pertence” e a autonomia, que podia ser entendida como “a nossa mente também nos pertence”, no dizer de Elisabeth Vargas⁴⁰¹. A primeira incluía a questão do aborto e a do direito ao prazer, das quais não abriam mão – teriam de colocar em pauta. Ambas sempre acabavam negociadas nas resoluções dos Congressos. Em função de se juntar com outras

⁴⁰¹ Depoimento de Elisabeth Vargas, em entrevista concedida à autora desta tese em 29 de novembro de 2010, em sua casa.

entidades do movimento de mulheres, viabilizar uma mínima unidade capaz de realizar os Congressos e inserir as bandeiras feministas, era preciso fazer concessões.

Quanto à autonomia, eram mais consequentes, já que tanto no jornal como na Associação de Mulheres, ao contrário do *Brasil Mulher*, as tendências não importavam, ainda que algumas até tivessem dupla militância. A autonomia, assim, ia além da questão da independência partidária. Era mais do que poder se organizar de formas peculiares, com conteúdos próprios. Significava a liberdade de pensar e formular teorias, caminhos para o movimento, estabelecer novos parâmetros de relações e muito mais.

O grupo fundador do jornal não tardou a rachar. No âmago da discussão estava a maneira de atuar. Dividiu-se em duas partes. A primeira, que se constituiu como um coletivo informal, manteve o nome do jornal, mesmo descontinuando sua edição. Tal grupo, disposto à reflexão, ao autoconhecimento, à afirmação do jeito feminino de ver e fazer as coisas, foi talvez o primeiro a colocar a importância do reconhecimento da diferença sem abrir mão da igualdade. Por ocasião do III Congresso, no qual suas integrantes participaram, por opção, como observadoras, publicaram na *Folha de São Paulo* importante artigo⁴⁰² justificando sua escolha. Nele faziam a crítica do rumo excessivamente político que havia tomado o *feminismo* em São Paulo e do tom masculino dos discursos e das posturas que haviam emprestado da Esquerda.

E a segunda parte foi a que deu continuidade à Associação de Mulheres. Esta agia de acordo com suas convicções de que as feministas deviam atuar no Movimento de Mulheres, de maneira a fazê-lo avançar na consciência da opressão e da necessidade da emancipação. Na resposta de Lia Zats da Associação de Mulheres ao artigo supracitado do Grupo *Nós Mulheres*, ela afirma:

Não é o feminismo que nasceu viciado. São as nossas cabeças que estão viciadas, pela repressão, pela educação machista, pelo sectarismo esquerdista... Ora, não há esquerda de um lado e feministas de outro. Nós feministas somos de esquerda. É a nossa atuação firme e inovadora que tem deixado essa esquerda pasma e perplexa. E que tem feito com que uma boa parte dessa esquerda (da qual somos parte integrante) mais clarividente e lúcida tenha avançado, e muito, em

⁴⁰² GRUPO NOS MULHERES. “Os velhos conceitos estão desgastados”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1981. Formavam o Grupo que assina o artigo: Bró Jatobá, Marina Abreu, Cida Aidar, Márcia Vicente, Cintia Sarti, Maria Moraes, Eliane Moraes, Renata Pallottini, Heloisa Pontes, Silvia Lustig, Ilana Novinsky, Sonia Barros, Inês Castilho e Vera Mangabeira.

suas posições no que diz respeito ao Movimento de Mulheres e ao feminismo. E tenha começado a nos respeitar.⁴⁰³

Beth Vargas, integrante da Associação, relata que sua entidade, por sua vez, enfrentou também suas contradições, quando as integrantes ligadas ao PT insistiram em concentrar os trabalhos junto às mulheres da periferia. As que eram contrárias a tal concentração foram acusadas de elitistas. A posição contrária, entretanto, considerou a proposta paternalista e demagógica. Alegaram que todas tinham suas responsabilidades profissionais e familiares, que seus trabalhos naquela entidade eram voluntários e que o que se dispunham a fazer era divulgar o *feminismo* em todos os espaços que alcançassem, respeitando a tradição feminista que igualava as mulheres. De fato, faziam palestras, participavam de debates, haviam feito trabalhos com o SESC e com o SENAC, entre outros.

É interessante considerar a coincidência de ideias entre o artigo citado do Grupo Nós Mulheres, escrito em 1981, e o pensamento atual de Schuma Schumacher sobre as mulheres diante do poder. No primeiro caso,

O movimento feminista no Brasil se baseou em Marx mas ainda não descobriu Freud, sequer para criticá-lo. E, críticas a parte, é preciso reconhecer que a inveja é básica na personalidade feminina. Do pênis? Na verdade, daquilo que o pênis, identificado com o phallus, significa: PODER. Despossuídas, temos inveja do poder. E inveja mal transada acaba vazando na própria mesa onde preparamos nosso pão, que amarga e apodrece. Em lugar de amor, trocamos ódio. A mulher vê a outra como rival. Consegue se solidarizar muito mais com a dor da outra, que as iguala, do que com a alegria e felicidade, que dá inveja.⁴⁰⁴

E nas palavras de Schuma:

Nós do feminismo temos uma grande dificuldade, nós odiamos reconhecer uma liderança. Aí se alguém surgir como liderança, nós acabamos com aquela pessoa, nós acabamos com ela seja ignorando-a, seja criticando-a, seja desqualificando-a. Quer dizer a gente tem uma dificuldade que tem a ver com a história, com a cultura disso. Então, nós falamos que queremos mais mulher no poder, e queremos. Mas não sei o que acontece que na hora do vamos ver, nós

⁴⁰³ ZATS, Lia. "Reflexão". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1981.

⁴⁰⁴ GRUPO NOS MULHERES. "Os velhos conceitos estão desgastados". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1981.

temos uma certa dificuldade de legitimar essa mulher, entendeu? Não sei se é porque todas nós queremos ser a mesma mulher...⁴⁰⁵

Essas falas fazem pensar que existe uma dificuldade na assunção do poder pelas mulheres, que vai além da luta política. A compreensão dessa dificuldade exige que ela seja estudada por todos os ângulos, com a ajuda de todos os campos do conhecimento e com todos os instrumentos para que aponte para a sua superação.

A rica polêmica entre o Grupo Nós Mulheres e a Associação de Mulheres, na pessoa de Lia Zats, ilustra os alcances e os limites do *feminismo* paulista, no período que abrange este estudo. Especialmente no que se refere à constituição e gestão do poder. Cada um dos artigos trata de diferentes dificuldades que se somam, embora os enfoques se contraponham. Era procedente a afirmação de que as feministas haviam feito muitas concessões à Esquerda, inclusive “masculinizando” suas formas de atuação política. Também era verdade que haviam pautado suas ações com parâmetros de poder políticos vigentes entre os vários componentes da oposição. E que havia faltado um desenvolvimento cultural e psicanalítico que consubstanciasse a tese da autonomia. E ao mesmo tempo as fizesse avançar na construção de relações de poder pontuada pelas inovações e autenticidades para as quais apontavam as teorias feministas. Havia, de fato, faltado valorizar as peculiaridades do universo feminino no trato com o poder.

Mas, por outro lado, como apontava Lia Zats⁴⁰⁶, às feministas coube atuar segundo as suas possibilidades e circunstâncias. Se elas se propunham a uma revolução nas relações entre homens e mulheres, se entendiam que para isso era necessário conquistar as mulheres e os homens para a compreensão da opressão de sexo, não podiam encastelar-se. Tinham de ter feito o que fizeram, isto é, buscar, mediante a linguagem e os mecanismos de atuação, formas de entendimento. Não era possível abstrair a conjuntura, ignorar o movimento social, menosprezar as forças políticas que compunham a oposição. A multiplicidade e complexidade de suas identidades exigiam que elas se reconhecessem no conjunto para poder se diferenciar dele por meio de suas propostas.

⁴⁰⁵ Depoimento de Schuma Schumacher, em entrevista concedida à autora desta tese em 22 de setembro de 2010.

⁴⁰⁶ ZATS, Lia. “Reflexão”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível diferenciar a primeira e a segunda onda feminista pelos fundamentos filosóficos de suas lutas. Na primeira, as ativistas tinham como referenciais os princípios do liberalismo relativos à liberdade e à igualdade, herdados da Revolução Francesa. Na perspectiva individualista, acreditavam na libertação com base no mérito e no desenvolvimento da competência. Assim estabeleceram inicialmente suas reivindicações de igualdade de direitos.

No Brasil do século XIX, onde os ventos da Revolução Francesa mal haviam chegado, até a república era uma novidade. As lutas de algumas mulheres no Brasil daquele momento fazem pensar nos termos de “poder” ainda muito incipientemente reclamados. A libertação para as poucas que se dedicaram à tal reflexão significava *menos*. Lutavam por diminuição das diferenças: por *menos* tutela, por *menos* vigilância e controle, por *menos* restrições ao seu desenvolvimento, por menores impedimentos para sua expressão. Clamavam pela educação formal e escolarizada, pelo direito de se profissionalizar e pelo direito de se expressar. Abraçaram causas importantes do momento em que viveram, como foi o caso da instauração da república e da libertação dos escravos. E fizeram ecoar suas vozes nos dias de hoje, nos dando a conhecer suas inquietações, o que, guardadas as proporções, não é pouco.

Nas primeiras décadas do século XX é que faria sentido a luta feminina pelo reconhecimento da existência social das mulheres e tomaria corpo a luta pela cidadania corporificada no direito de voto. Luta levada a sério e vitoriosa. Nunca é demais lembrar que o direito de voto, símbolo importante do liberalismo, para as brasileiras foi uma conquista que antecedeu a das mulheres de vários países considerados mais *adiantados*. Essa luta envolveu e, principalmente, aglutinou uma quantidade um tanto maior de mulheres do que o momento anterior. E conferiu maior visibilidade à igualdade na questão dos direitos civis do que à questão da mulher. Entretanto, não deixou de provocar um início, mesmo que ainda muito embrionário, de reflexão sobre a condição de vida das mulheres.

A segunda onda feminista, de maior alcance no mundo e no Brasil, desde o seu surgimento até os dias de hoje, vem fazendo com que se enxergue a mulher de outra forma. Desde a sua eclosão, em meados do século XIX, o *feminismo* conquistou respeito e consideração no universo das ideias-força vigentes na contemporaneidade.

Com o desenvolvimento de sua teoria, o *feminismo* atingiu o status *epistemológico* nos estudos acadêmicos. Introduziu novos referenciais na produção do conhecimento. No plano social e cultural, em várias sociedades e países, as lutas do movimento acumularam vitórias, a ponto de as novas gerações não terem noção da rápida evolução. Em alguns de seus segmentos, frequentemente, nem se dão conta do tremendo salto histórico ocorrido na vida de grande parte das mulheres, em vários países, no espaço de tempo de cerca de 50 anos.

No Brasil, a mudança de postura em relação à *virgindade* é um exemplo que ilustra o referido salto histórico. A *virgindade*, valor solidamente construído ao longo de séculos, eivado de conotações religiosas e morais, que encobriam o monopólio da propriedade, era um atributo cobrado das mulheres que pretendiam contrair matrimônio até uma ou duas gerações atrás. As avós e às vezes as mães das garotas que hoje se defrontam com a descoberta do sexo viveram tal restrição às suas vidas sexuais. Sendo um dos aspectos do direito de livre arbítrio em relação ao próprio corpo uma das mais importantes bandeiras do *feminismo*, a virgindade caiu por terra mesmo entre os setores mais conservadores. Ainda que não se possa absolutizar, trata-se de uma mudança radical, uma vez que rompe com tradição arraigada e implica mudança de mentalidade.

Na segunda onda feminista a luta, que havia sido por *menos* na primeira, passou a ser por *mais*. As mulheres envolvidas nessa “revolução mais longa”, à medida que tomaram consciência de si por meio do *feminismo*, entenderam que não se tratava tão somente de diminuir as diferenças ou de conquistar a igualdade. Ultrapassaram a visão de si como “o outro”, como “o segundo sexo”, como aquele que quer alcançar o referencial masculino, até então tido como o mais elevado. Adquiriram autenticidade em seu status social. E, assim, sem pedir, começaram a exigir *mais*. Exigir igualdade, sim, em muitos aspectos, mas, mais do que diminuição das diferenças, o *feminismo* exigiu maior reconhecimento e respeito às diferenças.

Adquiriram clareza de que o oposto da igualdade é a desigualdade, e o da diferença é a semelhança. Se impuseram e conseguiram não só olhar para si, como atrair os olhares para si. Conseguiram que reconhecessem a procedência de sua causa. Não apenas de forma condescendente. Fizeram com que parcela significativa do poder masculino em vigor no mundo entendesse que a ausência da emancipação feminina implica atraso para áreas de desenvolvimento que também ele considera importantes. Esse processo, que com razão foi chamado por Juliet Mitchell de a “revolução mais longa”⁴⁰⁷, ainda está em curso. E, desde

⁴⁰⁷ MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967. p.5-41.

logo, passou por uma evolução cuja principal característica foi a relação dialética entre o movimento e a teoria feminista, bem como entre ambos e a sociedade em movimento.

Desde os anos 60, batalhas dessa revolução vêm sendo travadas em diferentes lugares, com diferentes intensidades, por causas pontuais ou globais, envolvendo maior ou menor quantidade de mulheres, alterando condições de suas existências em maior ou menor grau, mas de maneira constante.

No Brasil, a segunda onda feminista tomou caminhos peculiares, o que não impediu que as transformações também aqui ocorressem. Com toda a diversidade da realidade brasileira, elas são inegáveis. No estado de São Paulo, a segunda onda partiu de uma convergência de circunstâncias em meados da década de 1970. Seu início pode ser datado, não sem alguma polêmica, em 1975. Naquele ano, a partir da comemoração do Ano Internacional da Mulher, teve início a confluência das organizações de mulheres que já existiam na periferia com as que surgiram então, mais o jornal *Brasil Mulher*, seguido no ano seguinte do jornal *Nós Mulheres*. Naquele momento o *feminismo* ainda estava em gestação. Mesmo para o jornal *Nós Mulheres*, que já nasceu reivindicando a condição feminista. Para a maioria das integrantes do Movimento de Mulheres, o *feminismo* não passava ainda de uma vaga referência.

A assimilação do *feminismo* passou pela construção das identidades feministas. E obedeceu a um ritmo próprio do que se pode chamar de *feminismo à brasileira*. Ao contrário do que os críticos (muitos deles numa perspectiva machista) afirmavam, o *feminismo* não foi um estrangeirismo extemporâneo. Foi marcado por características que lhe conferem peculiaridades e o tornam único. Independente de todo o acesso que as ativistas tinham à teoria feminista, ou do contato que mantinham com os centros formuladores desta. Independente de todas as informações que recebiam do movimento em diversos países. Independente até da relação que estabeleceram com as brasileiras que se fizeram militantes da causa no exílio, e que em muitos casos reconheciam como parceiras na luta política.

As ativistas do Movimento de Mulheres em São Paulo só se tornaram feministas à medida que se convenceram de cada uma das bandeiras, colocando-as à prova no movimento, negociando posições, reexaminando suas certezas, flagrando suas contradições, a responder aos seus detratores, entrando em conflito pelo poder. Não houve preocupação em sintonizar no tempo com os centros avançados do *feminismo*. Ou de não se atrasar em relação a eles. Até as feministas exiladas, quando retornaram depois da anistia, entenderam que teriam de respeitar os tempos próprios de assimilação de tão grandes novidades, sobretudo diante da

realidade política do país. E que tal assimilação estava sujeita muito mais ao processo histórico do país e às vicissitudes da conjuntura do que a qualquer impositivo externo.

No movimento de mulheres em São Paulo, se havia um grupo a alertar que a opressão de sexo extrapolava as fronteiras da opressão de classe, havia outro que insistia em colocar a mulher trabalhadora como sujeito da luta. Se a primeira posição causava desconforto, por colocar em xeque as relações de sexo na família e na militância, a segunda permitia estabelecer como inimigos os empregadores e o poder público. Mas, à medida que a mulher trabalhadora se organizava para lutar por seus direitos, se deparava com as resistências entre seus pares, fazendo avançar a compreensão da opressão de sexo. E assim, inevitavelmente, se chegava ao questionamento das relações entre os sexos na família, no trabalho, na religião, nas organizações sociais e políticas. E se constatava a preponderância masculina.

Outro exemplo de como se deu a aproximação com as bandeiras feministas se verifica no que tange à sexualidade e ao aborto. Desde uma posição de vanguarda, as militantes do movimento de mulheres, oriundas da esquerda, apresentavam restrições a tais bandeiras, pois as consideravam demasiadamente feministas para as mulheres da periferia. Ou porque poderiam supostamente comprometer a aliança com a Igreja na luta contra a Ditadura. Estas, no entanto, apresentavam tais questões como demandas em todas as ocasiões e oportunidades que vivenciavam.

Acima de qualquer tentativa de enquadramento das inquietações feministas nos parâmetros da luta de classes, houve por parte das militantes oriundas, ou pertencentes, à esquerda, em todas as suas nuances e em sua maioria, uma predisposição ao diálogo. E se as resistências que apresentaram podem ser atribuídas à ortodoxia de suas doutrinas, também podem ser compreendidas como a necessidade de se movimentarem em terreno conhecido e dominado. Os códigos, a linguagem, a fundamentação filosófica, as formas de organização e de luta, as maneiras de se interpretar a realidade, a identificação dos inimigos, eram conhecidos quando se tratava de luta de classes. Para a luta feminista havia a necessidade de outro aprendizado. Em muitas situações o ajuste de conhecimentos não era simples. E as vezes tais conhecimentos se contrapunham, desconcertando e desestabilizando as protagonistas.

A mesma predisposição à negociação se verificava naquelas que se identificavam antes com o *feminismo*, ainda que nem sempre concordassem entre si. Embora vissem a si mesmas atuando no grande leque da oposição à Ditadura, e não raro atuando também em

organizações de Esquerda, tinham melhor definidos e processados os conceitos feministas. Com mais clareza em relação a tais posições, e sem abrir mão delas, participavam do movimento de mulheres empenhadas em divulgar e promover o *feminismo*. Imbuídas dos traços que caracterizavam o *feminismo à brasileira*, também voltavam suas ações para “a outra”, no caso, as mulheres trabalhadoras ou moradoras da periferia. A solidariedade, o espírito contemporizador e a consciência da necessidade das alianças para levar adiante suas propostas faziam com que negociassem.

A negociação teve papel importante na criação do *campo* em que se amalgamou o *feminismo* em São Paulo. E não menos importante foi o papel que jogou a disputa pelo poder. Tal disputa aglutinou quando se tratou de definir o *feminismo*, quando houve necessidade de resposta aos críticos e opositores do movimento, quando houve necessidade de multiplicar oradoras e debatedoras, ou de diversificar atividades e tarefas. Mas também promoveu rupturas quando o movimento se encorpou e despertou a cobiça pelo seu controle e redirecionamento.

Os segmentos que não o aceitavam se empenharam em colocar o *feminismo* na defensiva, procurando desqualificar e reduzir suas concepções. Bem como o trabalho acumulado. E quando tal aconteceu, o movimento de mulheres respondeu como movimento feminista. Foi então que ele desabrochou e se multiplicou. A partir daí, cabe considerar os *feminismos* em suas várias versões e segmentos. As ativistas do movimento de mulheres que foram derrotadas garantiram para si um espaço de poder de caráter burocrático e formal. Optando por uma perspectiva tradicional e conservadora em relação à questão feminina, até poderiam ter conseguido maior adesão às suas ações e posições entre a parcela de mulheres que compartilhavam de sua visão. Entretanto, suas ações encontraram pouca repercussão.

O desabrochar do movimento feminista demandou não só negociações. Passou também pela construção das identidades feministas, até mesmo daquelas que se declaravam como tal desde o início.

A construção da identidade feminista, necessária para a assunção do compromisso com a luta, embora tenha sido sempre um processo individual, apresentou algumas regularidades. A primeira é que sempre demandou desconstrução. Cada uma das integrantes do movimento de mulheres havia construído sua identidade com parâmetros sociais ancestrais de feminilidade. Ou na contestação a eles, como foi o caso das que entraram para as organizações políticas de combate à Ditadura. E também, embora de uma outra forma, no caso das lésbicas. Tanto para umas como para outras, a desconstrução exigia um tremendo

esforço de autoanálise. Esforço esse que só foi possível impulsionado pelo movimento, que de resto obedeceu às injunções do momento histórico.

Os papéis sociais femininos tradicionais – mãe, esposa, dona de casa, entre outros – eram vividos sem questionamento pela maior parte das trabalhadoras, das moradoras e das militantes dos bairros da periferia. Mas as entrevistas revelaram que tampouco algumas das feministas históricas escaparam dessas vivências. As militantes da Esquerda que viveram o enfrentamento com a Ditadura tiveram de passar por cima das tradições ancestrais ainda muito jovens para se *dessexualizar*, conforme, acreditavam, requeria o combate. E tanto as que enfrentaram o exílio como as que permaneceram no país enfrentando, por sua vez, todo o peso da repressão tiveram de se reconstruir.

Das lésbicas foi exigida muita coragem para que negassem sua condição de mulher em termos sexuais. E a ausência de referenciais de gênero provocava grandes confusões sobre a homossexualidade e a condição feminina de suas existências. De tal forma que, muitas vezes, assumir a condição de lésbica implicava se travestir de homem e dar, ainda mais, a cara a bater. Assim, construir a identidade feminista significava olhar para si enxergando as próprias contradições, romper com todas as convenções, buscar suas essências violentadas de uma ou de outra forma e escolher o que conservar e o que descartar de sua feminilidade compulsória.

A sensibilidade e disposição que as militantes do Movimento de Mulheres paulistas apresentaram para incorporar alguns dos novos referenciais se somaram às suas experiências. Foi o caso da luta de mulheres encaminhada exclusivamente por mulheres. Onde quer que as mulheres formulassem demandas, elas eram secundarizadas nas negociações. Isso ocorria nas Sociedades Amigos de Bairro, Sindicatos, Partidos ou qualquer entidade ou instituição nas quais buscassem espaço de atuação. Rapidamente entenderam que a luta das mulheres era pessoal (aqui entendido como político) e intransferível: cabia só a elas.

Quanto aos demais aspectos, a postura vinha muito mais da conjuntura de combate à Ditadura e do apelo à *unidade* entre os combatentes do que da experiência do movimento. De tal forma que, enquanto a teoria e a experiência do movimento feminista em nível internacional preconizavam formas fluidas de organização e direção das lutas, o movimento de mulheres em São Paulo, de certa maneira, punha em prática tal orientação por outra razão. Para as matrizes do pensamento feminista no exterior, tal postura respondia às restrições que se fazia aos sistemas de poder. Para as muitas militantes provenientes ou integrantes da Esquerda, em suas inúmeras nuances, no processo de gestação do *feminismo* no Brasil, a

necessidade da unidade, entendida como frente política, era argumento que se impunha para combater o inimigo maior. Difícil de ser contestado. Sobretudo, considerando as investidas do poder militar contra seus opositores, mesmo depois de anunciado o seu recuo estratégico. Assim, mais do que uma convicção baseada na teoria feminista em construção, as uniões das várias organizações de mulheres em torno de bandeiras e ações comuns era a maneira que encontraram para atuar diante das múltiplas posições das organizações de mulheres, e da Esquerda, que nele atuavam. E era também uma resposta à demanda conjuntural.

Algumas das bandeiras do *feminismo* enfrentaram maior resistência para serem encampadas pelas feministas paulistas. O direito ao uso do corpo com livre arbítrio foi uma delas. Aí se incluíam o direito ao prazer, a opção da sexualidade, o aborto, a contracepção, a saúde da mulher. Tal questão foi absorvida por partes, à medida que foram digeridas pelo movimento de mulheres. Assim, a questão da contracepção e da saúde da mulher logo entraram para a pauta das discussões e reivindicações. O aborto era um tema complexo que afetava crenças, valores e alianças, embora, evidentemente, indicasse um problema de saúde pública. A questão da sexualidade e do direito ao prazer só conseguiu ganhar as consciências a partir da incorporação das mulheres lésbicas ao movimento. Não por coincidência, tal não aconteceu antes que se compreendesse o valor da autonomia para a conquista da emancipação feminina. Pode-se entender essa resistência a partir do moralismo e do pudor com que as ativistas foram educadas. Ou a partir da repercussão negativa do tema na parcela mais conservadora dos formadores de opinião. O sexo, sem dúvida, era e é um tabu social. Mas também pelo caráter existencial e individual tão condenado pelos valores da Esquerda que a questão comportava.

Entre os aprendizados e assimilações de valores criados pelo movimento feminista e sustentados por sua teoria e ideologia, o mais difícil foi a *autonomia*. No princípio foi entendida como independência em relação aos partidos políticos, formalmente aceita, mas difícil de ser aplicada. E isso porque a maioria das ativistas do movimento de mulheres estava vinculada ou presa por laços de simpatia a algum partido ou organização. Em tempos de Ditadura, era sempre melhor pertencer a algum grupo para combatê-la. Fazer isso de maneira isolada, além de inspirar medo, não parecia uma solução eficaz.

Além disso, pensar e interpretar a realidade em conjunto dava mais segurança para qualquer atuação. Aqueles ou aquelas que agiam por conta própria eram mal vistos. Tanto pelo entendimento de que se sobrepunham aos coletivos, como pelas desconfianças que despertavam. Pairava sempre a hipótese de se tratar de infiltrados e/ou provocadores. Não

somente pela lógica de que “uma andorinha só não faz verão”, eram tempos em que qualquer manifestação da individualidade na política era recriminada como pretensão ou egocentrismo.

Como pensar em autonomia no jornal *Brasil Mulher*, cujo coletivo era formado por várias tendências políticas? O desafio ali colocado era conseguir acordos entre as tendências sobre a pauta e os enfoques para as matérias publicadas. Tal negociação, ao longo da existência do jornal, ora provocou rupturas, ora aproximações. Mas, “entre tapas e beijos”, pode-se afirmar que desenvolveu sintonia e ritmo comum para a compreensão do *feminismo* entre as mulheres que nele trabalhavam. O *Nós Mulheres*, para quem a questão feminista se sobrepunha às nuances das tendências políticas, defendia e comportava a dupla-militância. Foi difícil se construir como um grupo que, a despeito de sua característica peculiar, também integrava a oposição. Teve de argumentar muito para que assim fosse visto e aceito. E isso não aconteceu sem que tal grupo de subdividisse.

O vanguardismo tampouco contribuiu para a assimilação da autonomia, pois fazia acreditar que seria preciso maior clarividência para conduzir as massas de mulheres para a direção desejada. E tal clarividência era logicamente disputada. As referências para a condução das lutas, para os métodos de organização das mesmas, para as formas de organização e sistemas de poder eram obstáculos à compreensão do pleno significado da autonomia, consolidado aos poucos pelo movimento e pela teoria feminista.

Muito além da independência em relação aos partidos, já por si difícil, a autonomia implicava uma desconstrução daqueles referenciais, ainda que fosse para incluir alguns de seus tópicos numa outra construção. Implicava pensar e agir com independência, além de criar formas próprias de atuação. Aqui cabia a canção de Juan Manoel Serrat⁴⁰⁸, “*caminante no hay camino, se hace camino al andar, golpe a golpe, verso a verso*”. O aprendizado se deu pelos golpes, pela dor. Foi preciso vivenciar as diferenças até o limite das agressões físicas, para que se refletisse mais profundamente sobre o que caracterizava o *feminismo* como doutrina e sobre a importância de cada uma de suas bandeiras. E também para que se entendesse que, por mais que o *feminismo* adquirisse a cor local, não era possível se apropriar somente de partes dele. Esses *insights*, em sua maior parte, tiveram lugar no Encontro de Valinhos, razão pela qual tal Encontro adquire um significado emancipador para o *feminismo* em São Paulo.

⁴⁰⁸ Joan Manuel Serrat é músico, cantor e compositor espanhol que nesta canção, *Caminante ho hay camino*, desenvolveu os versos do poeta sevilhano Antonio Machado.

Nos Estados Unidos e na França, a discriminação que as mulheres sentiam nas organizações pelos direitos civis e nas de Esquerda, das quais participavam, levou as feministas a desenvolver severas críticas às formas conhecidas de exercício do poder. De acordo com tais críticas, mesmo os partidos e organizações revolucionárias, até então, seguiam pelos referenciais patriarcais. Entendiam e praticavam o poder mediante uma verticalidade hierárquica supostamente constituída a partir de critérios de autoridade. Mas, frequentemente, os ocupantes dos postos de poder, além de se perpetuar neles, assumiam posturas de mandonismo. E, a partir da desqualificação de seus adversários, os excluía da disputa. Ou faziam com que acreditassem não serem aptos ou capazes de concorrer, situação na qual se viam as mulheres.

O convívio com essa forma tradicional de poder deixara as feministas prevenidas. Aquelas que militavam, ou eram provenientes de organizações de Esquerda, e não encontravam nestas espaço ou receptividade para discutir as questões femininas, nem se sentiam à vontade para desenvolver tais discussões em um ambiente “controlado” por homens, chegaram, assim, à conclusão de que discussões, reflexões e encaminhamentos de suas questões só podiam ser empreendidas por elas. Era não só a maneira de eliminar os fatores de inibição e intimidação, mas também de se apropriar de suas análises e autoanálises.

As feministas quiseram se diferenciar do poder patriarcal em seu movimento. Para isso propunham a horizontalidade nos foros de discussão. Acreditavam que a oportunidade de que todas se pronunciassem possibilitava uma melhor compreensão da opressão que sofriam. E também favorecia a reflexão sobre quanto estavam impregnadas da mentalidade machista e quanto ajudavam a reproduzi-la. Preconizavam estruturas menos formalizadas, com papéis definidos com mais flexibilidade e hierarquias menos duradouras. As representações, quando eram inevitáveis, deveriam ser para fins específicos. Respeitavam os mecanismos de liderança e o poder constituído de maneira informal, desde que fossem permanentemente legitimados.

As ativistas do *feminismo* nos EUA e na França criaram os grupos de reflexão e promoveram a discussão do *vécu*. Essa prática, além de dar voz a cada participante, as colocava em condições de igualdade, ao permitir a constatação de que seus problemas pessoais, pelo menos a maior parte, eram comuns à maioria delas. Tal condição de igualdade permitia a relativização do sentimento de vanguarda daquelas que pudessem assim se considerar.

No Brasil, ao contrário, o combate à Ditadura acentuava tal sentimento. As mulheres integrantes dessa luta tinham dificuldade de enxergar a subalternidade em que as colocavam o sistema patriarcal e o machismo. Mais ainda nas organizações políticas em que estavam engajadas. Por assumirem o compromisso da luta contra tão poderoso inimigo, se viam acima das outras mulheres. Em São Paulo, os poucos grupos de reflexão e as raras e envergonhadas discussões do *vécu* foram vistas com preconceito: eram consideradas desvios existencialistas.

Longe dos centros formuladores da teoria feminista, os quais estavam naturalmente mais desenvolvidos nos países onde o movimento já estava em curso há mais tempo, em São Paulo, a percepção do *poder* apresentava certa confusão. Informadas pelos referenciais históricos de mando em termos culturais e políticos do país, as ativistas nem sempre conseguiram pôr em questão seus próprios exercícios de *poder* de maneira autocrítica. Assim, misturavam posturas de mandonismo das classes dominantes, de vanguardismo de Esquerda, de arrogância e prepotência pelo domínio do saber, diante de contingentes pouco escolarizados de parceiras na luta. Manifestavam culto idealizado às lideranças populares. E oscilavam entre o democratismo, que distribuía indiscriminadamente o direito à voz e o direito à decisão, e o autoritarismo, contestador do que consideravam o caráter burguês da democracia. Demorou até que as ativistas do *feminismo* se dessem conta do quanto reproduziam as práticas do poder, construídas dentro dos parâmetros patriarcais.

Com forte influência e presença das militantes de Esquerda, o movimento de mulheres teve dificuldade de diferenciar a opressão de classe da opressão de sexo. A dupla militância dificultava a compreensão da opressão na perspectiva feminista. Para a maior parte delas, tal consciência teve início a partir dos Congressos da Mulher Paulista e dos conflitos que neles tiveram lugar em 1979, 1980 e 1981.

Enquanto o movimento feminista francês (com o qual mais dialogou o movimento no Brasil, no período aqui tratado) herdava do movimento de maio de 1968 a contestação às formas institucionalizadas de poder, o brasileiro ainda tinha como referência a hierarquia e a burocracia em suas organizações. E nesse sistema tinham lugar de destaque a representação, as disputas eleitorais para as direções das entidades e os estatutos que muitas vezes cristalizavam objetivos em detrimento da dinâmica do movimento.

As duas organizações feministas que abrigaram mulheres brasileiras em Paris apresentaram posturas diferenciadas em relação ao poder. A primeira, o Grupo Latino-Americano de Mulheres, fez questão de manter sua heterogeneidade, praticando seu princípio de não estabelecer direção, promover eleições ou criar hierarquia. Fosse pelos frágeis vínculos

de suas integrantes brasileiras mais ativas com a Esquerda, fosse por suas simpatias anarquistas, ou ainda por manter laços estreitos com o MLF desde o início.

Já o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, composto por mulheres provenientes de várias organizações de Esquerda, no começo de sua trajetória lançou mão de referenciais tradicionais de poder. Mas logo se despreendeu deles, trilhando outros caminhos. Também esteve muito ligado ao MLF, mas em outro momento, portanto, sofrendo outras influências. De qualquer forma, ambas as organizações praticaram o *vécu*, o que sem dúvida nenhuma fez com que pensassem o poder de outra forma. E se o Círculo teve em relação ao Movimento de Mulheres no Brasil uma postura um tanto arrogante no início, logo compreendeu que “não se tratava de ensinar o *padre-nosso* ao vigário”, até porque se tratava de outra paróquia. Essa compreensão favoreceu a integração das retornadas sem maiores traumas ao Movimento de Mulheres e contribuiu para o parto do novo *feminismo* em solo brasileiro.

A luta pelo poder esteve presente desde o início do Movimento de Mulheres no Brasil. E avançou *feminismo* adentro. Os primeiros elementos a serem disputados foram o do pioneirismo na introdução das ideias e o das iniciativas para a organização dos eventos que puseram em movimento tais ideias. Ambos redundaram na polêmica das narrativas fundadoras. Um bom exemplo foi quando as organizadoras do seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no Rio de Janeiro, deixaram de lado Rose Marie Muraro e Heloneida Studart, sob o pretexto de que não queriam a participação de “estrelas” na organização do evento.

Mas muitas outras disputas pelo poder podem ser apontadas. As disputas dentro dos jornais feministas e entre esses jornais pelo controle dos mesmos e pela influência no público leitor. A disputa entre militantes e entidades, femininas e feministas, pelos contatos e comunicações com os outros movimentos sociais e políticos, em busca de reconhecimento e de alianças. A disputa pelo controle entre as organizadoras das comemorações do 8 de março. A disputa pelo espaço na imprensa, no rádio e na TV. E esta se desdobrava entre o interesse que tinham as ativistas de conceder entrevistas e o de ser entrevistada, por um lado. E por outro a disputa dentro dos grandes veículos de comunicação, pela conquista de espaço para falar ou publicar textos sobre as questões da mulher. Obter tais espaços conferia autoridade dentro do movimento.

É verdade também que tais disputas nem sempre carregavam conflitos. Muitas vezes, ao contrário, elas redundavam em fator de coesão do movimento. E geravam respeito das ativistas umas pelas outras. Sobre o poder, há de se registrar ainda que no Movimento

Feminista, no período analisado, imperou uma determinação pragmática de fazê-lo avançar e ampliar seu alcance, que se fundamentou no entusiasmo que a certeza do acerto da luta conferia.

O conflito na sua forma beligerante despontava quando o poder compartilhado dava lugar ao poder dominador. Em muitas situações o limite era tênue entre um e outro. Além disso, a sede do poder dominador aparecia, muitas vezes, de maneira camuflada. O apelo à unidade do movimento muitas vezes jogou o papel de uma forma escamoteada de desejo de imposição da opinião e da vontade de um grupo sobre outro. E efetivamente inibiu a diversidade.

Os principais conflitos vividos no processo de gestação do *feminismo* em São Paulo tomaram a forma de polêmicas em torno das pautas de discussão, critérios de legitimidade nas representações, capacidade de mobilização, liderança e trabalho efetivo junto às mulheres da periferia, entre outros. As soluções, encaminhamentos ou rupturas daí advindas foram os meios geradores do poder feminista.

As chaves do poder, entretanto, passavam ainda por outras determinantes. A origem social, a escolaridade, o domínio da palavra, o maior e melhor domínio do saber, a desinibição para falar em público, o histórico de militância no movimento estudantil ou nas organizações de esquerda, a antiguidade no discurso feminista, a antiguidade do trabalho nas diversas comunidades, a autenticidade na liderança eram fatores que conferiam legitimidade ao poder, além da respectiva respeitabilidade. Essas chaves evidenciavam a estreita ligação entre saber e poder. As militantes que exerciam o poder, e que vieram a constituir-se como *feministas históricas*, dispunham de um saber que não estava ao alcance das demais. Muito menos o acesso à sua aquisição.

O peso da tradição do poder se fazia sentir. De tal forma que, na busca de novos e melhores parâmetros, frequentemente as ativistas esbarravam nas velhas dificuldades. Estas passavam pela origem de classe como critério de poder; pelo vanguardismo, que dava a ilusão de superioridade; pelas dificuldades de aceitar diferenças étnicas, de escolhas sexuais e de opinião. A articulação de tais dificuldades fez com que o movimento reconhecesse com mais facilidade a autoridade do saber científico e de suas representantes do que o valor de lideranças constituídas na ação e na prática políticas. E explica a defasagem entre o discurso e o gesto. Em muitas oportunidades, o autoritarismo e o oportunismo se manifestaram na briga para ver quem melhor interpretava a vontade do povo. E, embora se combatesse a falta de ética, ainda assim teve lugar a lógica de que os fins justificam os meios. Até mesmo a

violência, praticada em suas várias formas, outro aspecto do exercício do poder em sua versão tradicional, esteve presente nesse período em que se amalgamou o movimento de mulheres com o *feminismo* em São Paulo.

Se a busca por novas fórmulas de poder, mas afeitas às concepções feministas de relações interpessoais, flagrou os obstáculos para se chegar a elas, também fez ver que algumas mudanças foram possíveis. Passada a vigência do apelo conjuntural à unidade, o movimento prosseguiu contemplando a diversidade. Tornou-se múltiplo em reivindicações, posturas e organizações e se articulou em redes, acumulando vitórias importantes em nível nacional, ainda que, inicialmente, um tanto restritas ao campo das leis.

E a capacidade de se autoanalisar, um dos grandes trunfos do *feminismo*, permitiu um importante questionamento sobre as fragilidades da condição da mulher e o poder. A autocrítica com relação a esse aspecto em particular, da qual o *feminismo* em São Paulo lançou mão, no período aqui estudado, sob os referenciais machistas de poder, indica a necessidade de novos estudos. Estudos à luz de outros conhecimentos que ajudem a entender o hiato entre o querer e desejar que as mulheres ocupem poderes e a dificuldade que elas apresentam de aplaudir e apoiar quando isso acontece.

As mulheres que deram à luz o *feminismo* em São Paulo, em sua maioria, foram capazes de compreender que, se não foi possível dar início à revolução socialista que supostamente traria o homem novo, nem por isso deixariam de atender ao chamado de outra revolução. A que modificaria estruturalmente a relação entre homens e mulheres. Não perderam a noção de que tais modificações só poderiam se realizar mais plenamente mediante a superação da condição econômica imposta pelo capitalismo. Mas, a partir de suas ações e reflexões, desenvolveram a convicção de que o questionamento da opressão de sexo não tinha de se fazer esperar. Ao contrário, urgia. E se a prática é o critério da verdade, a análise das relações de gênero no país comprova o quanto ela vem se modificando desde então. Assim como revela quanto ainda há por fazer.

O questionamento da opressão de sexo fez com que se concretizasse outro princípio da filosofia marxista, da qual essas feministas de primeira hora eram herdeiras. O de que não basta conhecer a realidade, é preciso também transformá-la.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar. “Entre a Psicanálise e a Teoria Política: um diálogo com Jane Flax”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.10, n.2. Florianópolis, jul./dez. 2002. p.371-88.

ALAMBERT, Zuleika. *A situação e a organização da mulher*. Cadernos do Centro da Mulher Brasileira. São Paulo: Global, 1980.

_____. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. *Mulher: uma trajetória épica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

AMARAL, Lúcia. O balancê do mulherio. *Em Tempo*. São Paulo, 8 de março de 1981.

ARANTES, José Tadeu. “Brigas de grupos ou sinais de crescimento?” *Movimento*. São Paulo, 2 a 8 de março de 1981.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ASTELARRA, Judith; KIRKWOOD, Julieta; ARDAYA, Gloria. *Feminismo, Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

ATAS do primeiro, segundo, terceiro e quarto congressos da Terceira Internacional. Disponível em: <www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional>. Acesso em: 31/10/2010.

AVELAR, Lúcia. “Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BARRIOS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.3, n.2. Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1995.

BASTOS, Maria Bueno. *Outras palavras, outras imagens*. Movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80. Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo, 1992.

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda - anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENOIT, Lelita Oliveira. “Feminismo, gênero e revolução”. *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo, 2000. p.76-88.

BLAY, Eva A. “O visível e o limite dos Movimentos Sociais na Construção da Prática Pública”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BOLETIM DA FNT. n.79. São Paulo, Frente Nacional do Trabalho, abril de 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.11.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDEIRA, Teresa. “Mujeres, cotidianidad y política”. In: JELIN, Elisabeth (Comp.). *Ciudadania e identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Ginebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1987.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTILHO, Inês; NATALE, Denise. “A mulher e a repressão sexual”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 7 de março de 1979.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda”. In: 4º. Congresso da União Brasileira de Mulheres. Mesa: Relações de Gênero e a Perspectiva do Movimento Emancipacionista. São Paulo, 1996.

_____. “Marxismo, Feminismos e feminismo marxista”. *Crítica Marxista*. Vol.11. São Paulo, 2001. p.98-108.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER. “O papel das mulheres dentro da luta geral do povo brasileiro”. *Cadernos da Associação de Mulheres*. n.3 - “O Movimento de Mulheres no Brasil”. Agosto de 1979.

CHIRIAC, Jany; PADILHA, Solange. “Características e Limites das Organizações de Base Feminina”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia (Orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/Novos Rumos, 1982.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

CONGRESSO divide mulheres. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 1981.

COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Orgs.). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. “É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação”. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília (Orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. CD-ROM. Salvador: NEIM UFBA, 2008.

_____. “Memórias do Exílio, uma visão dos bastidores”. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano III, n.2. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, dez. 2009. p.179-81.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília M. B. “Feminismos, feministas e movimentos sociais”. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. “Refletindo sobre as imagens da mulher na cultura política”. In: FERREIRA, Silvia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

_____. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. *Labrys. Estudos feministas*. Brasília: UNB, jan./jul. 2005.

_____. “O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar”. *Labrys. Estudos feministas*. Brasília: UNB, jan./dez. 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Suely Gomes. “Movimentos Feministas, Feminismos”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12. Florianópolis, set./dez. 2004. p.23-36.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. “A mulher no pensamento filosófico do séc. XVIII”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol.3 - Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DANTAS, Sylvia Duarte. Mulheres entre culturas e seu mundo emocional: a possibilidade de ouvir a própria voz ou silenciar do eu. *Oralidades*. Revista de História Oral. Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da FFLCH-USP. Ano 3, n.6. São Paulo, jul./dez. 2009. p.109.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral a Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano. 1º. Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977.

DEPARTAMENTO Feminino: um desafio. Brasil Mulher. São Paulo, s/d. p.3.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DITADURA no Congresso da Mulher Paulista. *Hora do Povo*. Seção Condições de Vida. São Paulo, 14 a 21 de março de 1980.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.14, n.1. Florianópolis, jan./abr. 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FALQUET, Jules. “Nouvelles Questions Féministes: 22 años profundizando en una visión feminista, radical, materialista y anti-esencialista”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12. Florianópolis, 2004. p.63-74.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ªed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/ FDE, 1995.

FERREIRA, Antonio Carlos; GOMES, Maria Stella M. “III Congresso da Mulher – Um rude golpe no fantasma da divisão”. Em tempo. São Paulo, 27 de fevereiro de 1981.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FIORIN, José Luiz. “Política linguística no Brasil”. *Gragoatá*. n.9. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2º. sem. 2000. p.221-31.

_____. “Língua, discurso e política”. *Alea: Estudos Neolatinos*. Vol.11, n.1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, jan.-jun. 2009. p.148-65.

FRASER, Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.15, n.2. Florianópolis, maio-agosto/2007. p.240.

_____. “Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado”. *Lua Nova*. n.77. São Paulo, 2009. p.11-39.

_____. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. *Mediações*. Vol.14, n.2. Londrina, jul./dez. 2009. p.11-33.

GALSTER, Ingrid. “Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França? Uma entrevista com Michelle Perrot”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.11, n.2. Florianópolis, julho/dezembro 2003. p.513-21.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987a.

_____. “Gênero, Mulher e Identidade de Esquerda: O feminismo das brasileiras no exílio”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião

da ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987b.

_____. “Feminismo no Brasil Contemporâneo”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n.28. Rio de Janeiro, 2º. sem 1989. p.42-70.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, Nair. “As mulheres vão passar por cima da divisão”. *Hora do Povo*. São Paulo, 21 a 28 de março de 1980.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas* – um estudo sobre relações violentas, mulheres e feminismo. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. “Transformando a diferença: as mulheres na política”. *Revista Estudos Feministas*. Ano 9. Florianópolis, 2º. sem 2001. p.167-206.

_____. “A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12. Florianópolis, set./dez. 2004. p.211-21.

GRUPO NÓS MULHERES. “Os velhos conceitos estão desgastados”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1981.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p.8-9.

HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. *Cadernos Pagu*. n.22. Campinas, 2004. p.201-46.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HIRATA, Helena et. al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Feminismo em tempos pós-modernos”. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. Por que o Congresso? Folheto desenvolvido para distribuição entre participantes do Congresso. São Paulo, 1979. Ver: Coleção do CIM - Centro de Informação da Mulher.

II CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. Objetivos do II Congresso da Mulher Paulista. Documento elaborado por participantes do Congresso. São Paulo, 1979.

_____. Para avaliação do II Congresso da Mulher Paulista. Documento elaborado por participantes do Congresso. São Paulo, 1980.

KANAPA, Jean. *O movimento comunista internacional ontem e hoje*. São Paulo: Juruá, s/d.

KOFES, Suely. “Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: disjunções, conjunções e mediações”. *Cadernos Pagu*. n.1. Campinas, 1993. p.19-30.

LEITE, Miriam Moreira. *Outro lado do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro: Ática, 1984.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2004.

LOBO, Beth. “A autonomia não é uma heresia”. *Em tempo*. São Paulo, 20 de março a 2 de abril de 1980.

MARANHÃO, Suzana. “O exílio e o feminismo: uma travessia”. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano III, n.2. Recife, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, dez. 2009. p.150-68.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MASSOCA, Paulo (Ed.). *MR8: Resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*. São Paulo: Quilombo, 1981.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Gênero Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea”. In: MATOS, M. Izilda S.; SOLLER, Maria Angelica (Orgs.). *Gênero em Debate*. 1ªed. São Paulo: EDUC, 1997.

_____.; SAMARA, E. M.; SOIHET, R. (Orgs.). *Gênero em debate*. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. *Por uma história da mulher*. 1ª ed. São Paulo, 2000.

_____. *Âncora de emoções*. 1ªed. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”. In: PISCITELLI, Adriana et. al. (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação, 2009.

MAY, Tim. *Pesquisa Social*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Histórias da África*. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

MICHEL, Andrée. *Le Féminisme*. Vendôme: Presses Universitaire de France, 2007.

MÍCOLIS, Leila. *Mulheres encontram mulheres*. Disponível em: <<http://www.webzip.com.br/planetagay/lesb9.htm>>. Acesso em: 23/05/2010.

MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Revista Civilização Brasileira*. n.14. São Paulo, julho 1967. p.5-41.

MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Cadernos Guararapes. n.3. Recife: Guararapes, 1981.

_____. *Mulheres - participação nas lutas populares*. Salvador: Gráfica e Editora Ltda., 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O 2º. Congresso da Mulher Paulista”. *Cadernos de Pesquisa*. n.33. Fundação Carlos Chagas, maio 1980. p.90-1.

_____.; SILVA, Maria Mendes da. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

_____. *A experiência feminista dos anos setenta*. Textos n.4. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Sociologia, UNESP, 1990.

_____. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”. *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo, 2000. p.89-97.

NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo. 1981.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.8, n.2. Florianópolis, 2000. p.9-43.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, n.52. São Paulo, 2006. p.249-72.

_____; WOLFF, Cristina Scheibe. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”. *ArtCultura*. Vol.9, n.14. Uberlândia, jan.-jun. 2007. p.55-69.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Sair”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PETRAS, James. “O Manifesto Comunista: qual a sua relevância hoje?” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. “A mulher como sujeito político: o caso latino-americano”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da

ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

_____. “Mulher e Política no Brasil. Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.2, n. especial. Florianópolis, 2º. sem. 1994. p.257-70.

_____. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a categoria mulher?” In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos - n.48. Campinas: IFCH/ UNICAMP, nov. 2002. p.07.

PORTO, Dora Nogueira. “A militante feminista e a militante feminina da periferia: estudo psicossocial das diferenças entre as visões de participação política da mulher”. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC, São Paulo, 1984.

POSSAS, Lidia M. Vianna; WOLFF, Cristina Scheibe. “Escrevendo a história no feminino”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13, n.3. Florianópolis, set./dez. 2005. p.585-9.

PRÁ, Jussara Reis. “Gênero e feminismo: uma leitura política”. In: STREY, Marlene; MATTOS, Flora B.; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela C. (Orgs.). *Construções e perspectivas em Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____; CARVALHO, Marie Jane. “Feminismos, políticas de gênero e novas institucionalidades”. *Labrys*. Estudos feministas. n.5. Brasília: UNB, jan./jul. 2004.

RAGO, Margareth. “Descobrimos historicamente o gênero”. *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas, 1998. p.89-98.

_____. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. *Labrys*. Estudos feministas. n.3. Brasília: UNB, jan./jul. 2003.

RASCHCOVSKY, Jany. “Definição para ‘feminista’”. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 9 de março de 1979. p.44.

RIAL, Carmem; LAGO, Mara Coelho de Souza; e GROSSI, Miriam Pillar. “Relações sociais de sexo e de gênero: entrevista com Michèlle Ferrand”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13, n.3. Florianópolis, set./dez. 2005. p.677-89.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Uma perspectiva histórica da descentralização da educação*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.41.

RODRIGUES, Renata de Lima. *As tendências do Direito Civil Brasileiro na pós-modernidade*. Belo Horizonte: PUC Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6617>>. Acesso em: 24/05/2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSSANDA, Rossana et. al. *Teoria Marxista del Partido Político*. Vol.3. Ciudadde Mexico: Siglo XXI, 1973. p.7.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. “Quantos sexos? Quantos gêneros? Unisexo/Unigênero?” *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano III, n.2. Recife, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, dez. 2009. p.6-31.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Comunidade de São João Batista em São Paulo - 1980-2000*. São Paulo: LCTE, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen; MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Aí a porca torce o rabo”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Vivência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”. *Cadernos Pagu*. n.16. Campinas, 2001. p.1-48.

_____. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12, n.2. Florianópolis, maio/agosto 2004. p.35-50.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru - SP: EDUSC, 2001.

SCHMIDT, Simone Pereira. “Como e por que somos feministas”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12. Florianópolis, 2004. p.17-22.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. “Lugar no governo: álbi ou conquista?” *Revista Estudos Feministas*. Ano 1, n.2. Rio de Janeiro, 2º. sem. 1993. p.348-64.

_____. “Panorâmica sobre os trinta anos do feminismo no Brasil”. *Sexualidade - Gênero e sociedade*. Ano XII, n. especial 23/24/25. Rio de Janeiro, out. 2005. p.1-3.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação e Realidade*. Vol.16, n.2. Porto Alegre, jul./dez. 1990. p.5-22.

_____. “A mulher trabalhadora”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. IV - O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. “‘La querelle des femmes’ no final do século XX”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.2, Ano 9. Florianópolis, 2001. p.367-88.

_____. “Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade”. *Labrys*. Estudos feministas. n.1-2. Brasília: UNB, jul./dez. 2002.

_____. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13, n.1. Florianópolis, jan./abr. 2005. p.11-30.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional - 1889-1930”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral a Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 1º. Vol. Estrutura de poder e economia (1889-1939). São Paulo: Difel, 1977.

_____. “O feminino e o feminismo”. In: BRANT, Vinicius Caldeira; SINGER, Paul (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Vera. “Movimento Feminista: paradigmas e desafios”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.2, n. especial. Rio de Janeiro, 2º. sem. 1994. p.11-24.

_____. “Beth Lobo. A feminista, a intelectual, a militante”. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano III, n.2. Recife, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, dez. 2009. p.216-27.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia*. 1ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.275-311.

_____. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13. Florianópolis, 2005. p.591-611.

_____. “Feminismo ou Feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980”. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis: Mulheres, 2006. p.1-8.

_____. “Preconceitos nas charges de ‘O Pasquim’: mulheres e a luta pelo controle do corpo”. *ArtCultura*. Revista de História, Cultura e Arte. Vol.9, n.14. Uberlândia, jan.-jun. 2007. p.40-53.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. “Homem e Mulher: imagens das Ciências Sociais”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

_____. “O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano 6, n.17. Rio de Janeiro, out. 1991. p.7-14.

TABAK, Fanny. “Representação política e prática democrática”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho - Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do feminismo no Brasil*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRÊS histórias do movimento feminista atual. *Movimento*. São Paulo, 2 a 8 de março de 1981.

VARGAS, Elisabeth. “Como o feminismo entrou na minha vida e nunca mais saiu”. . *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano III, n.2. Recife, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, dez. 2009. p.170-6.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZATS, Lia. “Reflexão”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1981.